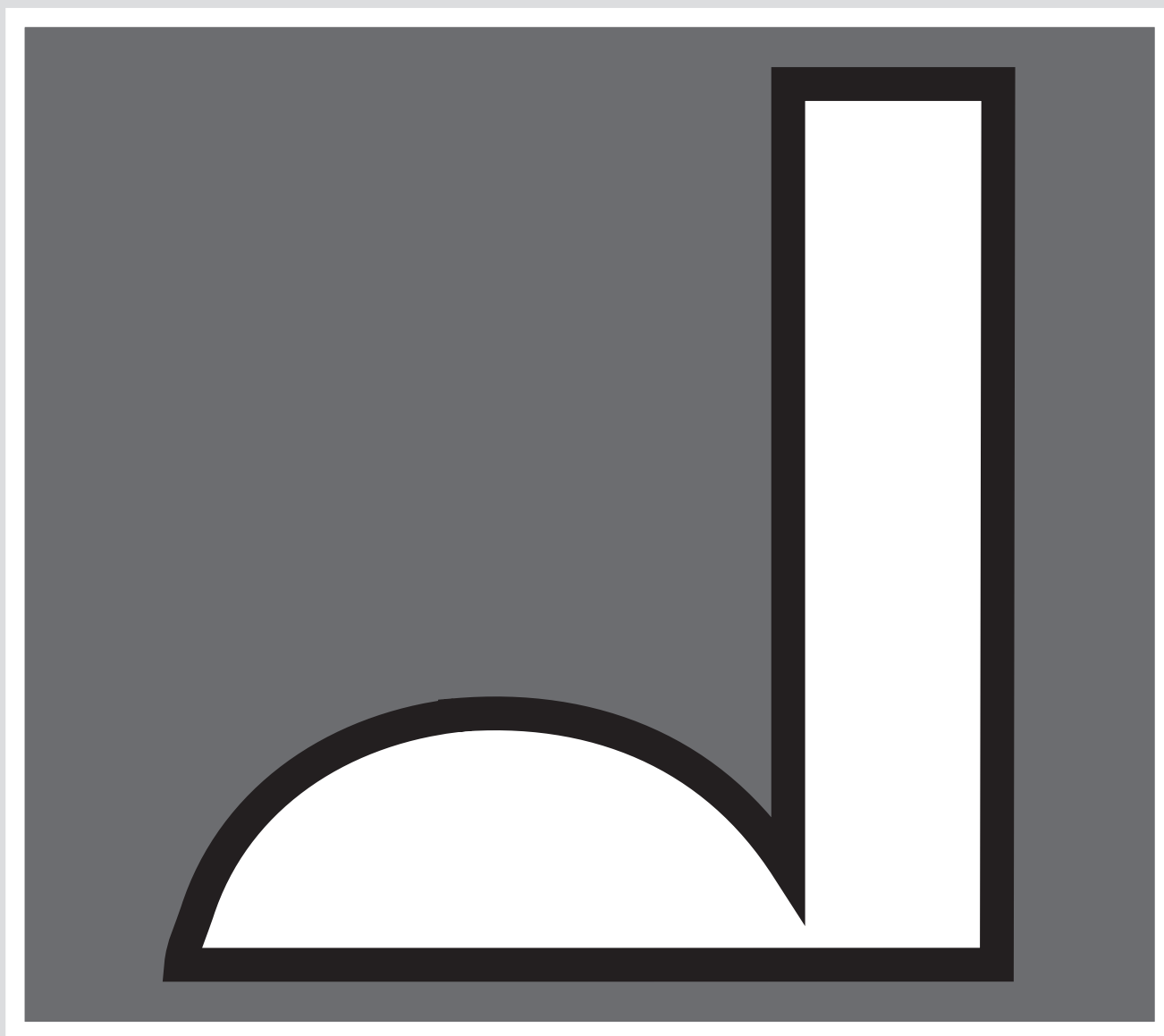




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 172 - SEXTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira	
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha		Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Dalcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.533, DE 25 DE OUTUBRO DE 2007

Dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 378, de 2007, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Alvaro Dias, Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O **caput** do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 11 de setembro de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e no art. 4º desta Lei, o cálculo da RLR excluirá da receita realizada 15% (quinze por cento) dos seguintes recursos:

I – da parcela do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme o inciso II do caput do art. 155, combinado com o inciso IV do **caput** do art. 158 da Constituição Federal;

II – do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e dos Municípios – FPM, previstos nas alíneas **a** e **b** do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e

III – da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.

..... ”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 25 de outubro de 2007, 186º da Independência e 119º da República, – Senador **Alvaro Dias**, Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Tião Viana, Presidente Interino, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

Suspende a execução de parte do art. 14 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução de parte do art. 14 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, referente à expressão “em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais e,” em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 247.866-1/CE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de outubro de 2007. – Senador **Tião Viana**, Presidente do Senado Federal Interino.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Tião Viana, Presidente Interino, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2007

Suspende a execução do art. 2º e, no art. 7º, da expressão “retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º, a 1º de fevereiro de 1995”, ambos da Lei nº 11.722, de 13 de fevereiro de 1995, do Município de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 2º e, no art. 7º, da expressão “retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º, a 1º de fevereiro de 1995”, ambos da Lei nº 11.722, de 13 de fevereiro de 1995, do Município de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 258.980-2/SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de outubro de 2007. – Senador **Tião Viana**, Presidente do Senado Federal Interino.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Tião Viana, Presidente Interino, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2007

Suspende a execução do inciso II do art. 20 da Lei nº 8.118, de 30 de dezembro de 1985, do Estado do Rio Grande do Sul.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso II do art. 20 da Lei nº 8.118, de 30 de dezembro de 1985, do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 209.714-4/RS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de outubro de 2007. – Senador **Tião Viana**, Presidente do Senado Federal Interino.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 59, DE 2007

O Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007**, que “*Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de outubro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de outubro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**, Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 60, DE 2007

O Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 387, de 31 de agosto de 2007**, que “*Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a exe-*

cução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de novembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de outubro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**, Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 61, DE 2007

O Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 388, de 5 de setembro de 2007**, que “*Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 5 de novembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de outubro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**, Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 62, DE 2007

O Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 389, de 5 de setembro de 2007**, que “*Dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 5 de novembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de outubro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**, Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 195ª SESSÃO ESPECIAL, EM 25 DE OUTUBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear os 100 anos de criação do Município de Anápolis – Goiás, nos termos do Requerimento nº 1.141, de 2007..... 37504

1.2.1 – Orador

Senador Marconi Perillo..... 37504

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Alvaro Dias)

1.2.3 – Oradores

Senadora Lúcia Vânia 37508

Senador Demóstenes Torres 37510

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 196ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2007

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2004, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a redação do “caput” do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. 37513

2.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2007 (nº 3.029/2004, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998 (a renovação da frota oficial deverá ser feita por veículos movidos a combustíveis renováveis, ou da mistura desses com combustíveis de outras fontes)..... 37513

Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa

Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal..... 37515

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2007 (nº 7.507/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que cria cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal..... 37516

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007 (nº 1.990/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências..... 37521

2.2.3 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo determinado de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007, lido anteriormente, que será apreciado simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, podendo somente receber emendas perante a primeira Comissão, no prazo de cinco dias úteis..... 37526

Recebimento do Recurso 9, de 2007, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. *Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, à matéria...* 37526

Abertura de prazo, a partir de amanhã, dia 26 de corrente, para apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 20, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências. 37527

Abertura de prazo, a partir de amanhã, dia 26 de corrente, para apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 12, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti,

que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Guiana e dá outras providências..... 37527

2.2.4 – Ofício

Nº 199/07, 25 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Educação. *Designação do Senador Sérgio Guerra, como suplente, para integrar a referida comissão.*..... 37527

2.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.245, de 2007, de autoria do Senador Euclydes Mello, em aditamento ao Requerimento nº 1.234, de 2007, referente à participação de S. Exa. como observador parlamentar na Assembléia-Geral das Nações Unidas, solicitando que a licença concedida seja alterada para o período compreendido entre os dias 5 a 9 de novembro próximo. 37527

Nº 1.246, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando autorização para desempenhar missão na 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas, no período de 5 a 9 de novembro próximo. 37527

Nº 1.246-A, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando autorização para desempenhar missão oficial na Argentina, no período de 26 a 29 do corrente. 37527

2.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 617, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera o art. 3º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental..... 37527

Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2007, de autoria do Paulo Paim, que regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel..... 37529

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR **ROMEY TUMA** – Defesa de pena rigorosa para quadrilha responsável pela adulteração de leite em Minas Gerais. 37531

SENADORA **SERYS SLHESARENKO** – Requer o registro, nos Anais do Senado, do artigo escrito pelo jornalista Ruy Castro, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “Pela Maria da Penha”. Homenagem ao “Dia dos Professores”, na pessoa da professora Helena Matiuazzo Felix, da cidade de Comodoro/MT. 37532

SENADORA **MARISA SERRANO** – Discussão sobre a prorrogação da CPMF. 37534

SENADOR **MÃO SANTA** – Reafirmação de posição contrária à prorrogação da CPMF. O caos na área de saúde. A inadiplência do Estado do Piauí. . 37536

SENADOR **MÁRIO COUTO** – Defesa da aprovação dos Projetos de Lei nºs 58, de 2003, e 34, de 2005, em favor dos aposentados, e do Relatório da CPI do Apagão Aéreo, apresentado pelo Senador Demóstenes Torres..... 37539

SENADOR **ALVARO DIAS** – Comentários à matéria do jornalista Hugo Marques, da revista **Is-toÉ**, sobre a vitória dos enlatados e a abolição da “multimistura” na merenda escolar. 37542

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Críticas ao aumento das tarifas bancárias à ausência de transparência nos valores cobrados pelos serviços prestados pelos bancos à população. Comentários a matéria publicada na coluna repórter70 do jornal **O Liberal**, que trata da alíquota do ICMS no Pará.. 37545

SENADOR **EFRAIM MORAIS** – Comentários à matéria intitulada “A tragédia da seca e a luta pela transposição”, do jornalista José Eufrálio, publicada pelo jornal **A União**, edição do último fim de semana, a favor da transposição do Rio São Francisco..... 37548

2.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária, terça feira, dia 30:

Item 1 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003- Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 37573

Item 2 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003) (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 1.223, de 2007, art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 37573

Item 3 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências. 37573

Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências..... 37573

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios..... 37573

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. 37574

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. 37574

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 37574

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 37574

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). .. 37574

Item 20 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo. 37575

Item 26 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, solicitando voto de aplauso ao Dr. Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição. 37575

Item 27 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta. 37575

Item 28 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo. .. 37575

Item 29 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA. 37575

Item 30 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, solicitando voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores pela indicação do Senhor Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA. 37575

Itens apreciados:

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. **Não houve oradores na quinta e última sessão**

de discussão, em primeiro turno. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame da Emenda nº 3-PLEN. 37575

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. **Não houve oradores na quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno.** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame da Emenda nº 4-PLEN. 37576

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. **Não houve oradores na quarta sessão de discussão, em primeiro turno.** 37576

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior. **Não houve oradores na quarta sessão de discussão, em primeiro turno.** 37577

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.** 37577

Item 16

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.** 37577

Item 17 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.** 37577

Item 18 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.** 37578

Item 19

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.** 37578

Item 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Senhores Senadores, que susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de abril de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama. **A matéria vai a exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do Requerimento nº 1.247 e 1.248, de 2007.** 37578

Item 22

Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005. **Aprovado,** o Requerimento nº 1.250, de 2007, de adiamento da votação para o dia 6 de dezembro próximo. 37579

Item 23

Requerimento nº 914, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. **Aprovado,** o Requerimento nº 1.251, de 2007, de adiamento da votação para o dia 6 de dezembro próximo. 37580

Item 24

Requerimento nº 958, de 2007, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. **Aprovado,** o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007, vai à Comissão de Assuntos Sociais. 37580

Item 25

Requerimento nº 1.092, de 2007, do Senador Flávio Arns, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, à Comissão de Educação, uma vez que o prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se encontra esgotado. **Retirado**, nos termos do Requerimento nº 1.252, de 2007, lido e aprovado nesta oportunidade. 37580

Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 42, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que denomina “Senador Antonio Carlos Magalhães” o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis. **Aprovado com emenda**, após leitura de Pareceres nºs 963, de 2007-CE e 964, de 2007-CDIR. À Comissão Diretora para redação final..... 37581

Redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 2007 (**Parecer nº 965, de 2007-CDIR**). **Aprovado**. À promulgação. 37585

2.3.1 – Comunicação da Presidência

Na sessão de 24 de outubro último, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2006, que cria mil, novecentos e cinqüenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue dois mil, cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; e dá outras providências, com três emendas. Cotejando mais detalhadamente o texto das emendas aprovadas com o texto do projeto, constata-se que as referidas emendas apenas alteram a redação dos dispositivos para ajustá-los à legislação superveniente ao recebimento da matéria. Nesses termos, a Presidência retifica seu despacho e encaminha a matéria à sanção..... 37587

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações a respeito da prorrogação da CPMF. 37588

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Relato do posicionamento do PSDB com relação à prorrogação da CPMF..... 37592

2.3.3 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 557/2007, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, da Medida Provisória nº 386, de 2007, que reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.. 37599

2.3.4 – Comunicação da Presidência

Inclusão na pauta da Ordem do Dia de 30 do corrente, sessão deliberativa ordinária, da Medida Provisória nº 386, de 2007, e, tendo em vista que

todas demais deliberações legislativas do Senado Federal ficam sobrestadas até que se ultimem as suas votações..... 37599

2.3.5 – Discurso após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR PAULO DUQUE – Destaque para o importante papel do sistema de comunicação do Senado Federal na divulgação dos trabalhos dos parlamentares..... 37627

2.3.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.253, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando que a hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 11 de dezembro próximo, seja dedicado a comemorar a abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência..... 37631

Nº 1.254, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pela passagem dos seus 169 anos de fundação, ocorrido no último dia 21. 37632

Nº 1.255, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando voto de congratulações à família do Sr. João Pereira dos Santos, Presidente do Grupo Industrial João Santos, pelo transcurso do seu centenário. **Usam da palavra** os Srs. Heráclito Fortes, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e José Sarney..... 37632

2.3.7 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR JAYME CAMPOS – Considerações a respeito da fidelidade partidária. 37635

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Lamenta declarações do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, sobre a violência nas favelas..... 37637

SENADOR CÉSAR BORGES – Destaque para a Ford Motor Company Brasil, com sede em Camaçari-BA, contribuindo para o sucesso da indústria automobilística brasileira. 37639

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Considerações acerca dos trabalhos realizados pela Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, sobre o marco regulatório de diversos setores do País..... 37641

2.3.8 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 1.245, 1.246 e 1.246-A, de 2007, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovados**. 37646

2.3.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem ao “Dia do Aviador”, comemorado ontem. Apelo para que União cumpra decisão judicial referente ao Instituto Aerus de Seguridade Social. 37646

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da matéria intitulada “Serra prevê colapso na saúde se repasse do SUS for alterado”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 5 do corrente. 37646

SENADOR **CÍCERO LUCENA** – Registro da matéria intitulada “A crise que Lula não aceita”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 12 de setembro do corrente..... 37648

SENADOR **ALVARO DIAS** – Registro da matéria intitulada “Na despedida do STJ, Direito confirma multa a Lula”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 6 de setembro do corrente..... 37649

SENADOR **JOÃO TENÓRIO** – Registro da matéria intitulada “Canteiro de obras (políticas)”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 16 de agosto do corrente..... 37650

SENADOR **SÉRGIO GUERRA** – Registro do artigo intitulado “A Pátria amensalada”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 29 de setembro do corrente..... 37651

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Registro da matéria intitulada “Base sofre outra derrota em sessão com peemedebista na presidência”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 20 de setembro do corrente..... 37652

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE INTERINO DO SENADO FEDERAL, SENADOR **TIÃO VIANA**, EM 25 DE OUTUBRO DE 2007

4 – PARECERES

Nº 51, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 17, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais), para os fins que especifica..... 37654

Nº 52, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 27, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 37656

Nº 53, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2007-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$233.907.232,00 (duzentos e trinta e três milhões, novecentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. 37658

Nº 54, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2007-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$306.714.388,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências..... 37662

Nº 55, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 32, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 37664

Nº 56, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 35, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.. 37670

5 – ATA DA COMISSÃO DIRETORA

S/Nº, realizada em 23 de outubro de 2007.. 37672

6 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5.013, de 2007..... 37672

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 195ª Sessão Especial, em 25 de outubro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Marconi Perillo

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial do Senado Federal destina-se a homenagear os cem anos de criação do Município de Anápolis, Goiás, de acordo com o Requerimento nº 1.141, de 2007, do nobre Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Secretário da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, Ridoval Darci Chareloto, representante do Governador do Estado de Goiás, Exmº Sr. Alcides Rodrigues Filho. Convido o Exmº Sr. Prefeito do Município de Anápolis, Pedro Fernando Sahiúm; o Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Anápolis, Gérson Sant’Ana; o Magnífico Sr. Reitor da Universidade Estadual de Goiás, Luiz Antônio Arantes; Conselheira Carla Santillo, representante do Tribunal de Contas do Estado.

Convido, também, para compor a Mesa, o Senador Marconi Perillo, ex-Governador de Goiás, autor do requerimento, e a Senadora Lúcia Vânia, que também está presente e será oradora.

Saudamos os Srs. Deputados Estaduais e os Srs. Secretários de Estado.

Ouviremos, com o Coral Neo Encanto, sob a regência do Maestro Andreyw Batista, as músicas: *Hino de Anápolis*, de Orestes Farinello, e *Noites Goianas*, de Joaquim Santana.

*(Procede-se à execução das músicas.)
(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Como primeiro orador, passamos a palavra ao Senador Marconi Perillo, primeiro subscritor do requerimento. Peço a S. Exª que se pronuncie, também, em nome da Mesa do Senado Federal.

V. Exª dispõe do tempo de que necessitar para o seu pronunciamento.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Exmº Sr. Presidente Alvaro Dias, ex-Governador do

Paraná, que me dá a honra de falar representando também a Mesa do Senado Federal; Exmº Sr. Secretário da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, Sr. Ridoval Darci Chareloto, que neste ato representa o Exmº Sr. Governador do Estado de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues – aliás, S. Exª me ligou ainda há pouco dizendo da impossibilidade de comparecer, tendo em vista a presença do Ministro de Estado da Educação em nossa capital, neste mesmo horário –; Exmº Sr. Prefeito do Município de Anápolis, Professor Pedro Fernandes Sahiúm, cuja presença e de toda sua equipe agradeço – o Vice-Prefeito Atair Pio e de toda a comunidade –; Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Anápolis, Vereador Gérson Sant’Ana, em nome de quem quero saudar todos os Vereadores presentes; Exmª Srª Conselheira Carla Santillo, que neste ato representa o Tribunal de Contas do Estado, filha do querido e saudoso ex-Governador, ex-Ministro e ex-Senador Henrique Santillo; Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Goiás, Dr. Luiz Antônio Arantes; Magnífico Reitor da UniEvangélica, professor Carlos Hassel Mendes e todo seu corpo diretivo aqui presente; Exmºs Srs. Deputados Federais Rubens Otoni, anapolino; Carlos Alberto; Leonardo Vilela, Presidente do PSDB; Exmº Sr. Deputado Estadual Frei Valdair; queridos ex-Deputados Lúcia Quinan, Pedro Canedo, Adhemar Santillo, Onaide Santillo, Carlos Mendes; Secretários de Estado; Prefeitos; prezadíssimo ex-Prefeito Raul Balduino; minha saudação a todos os empresários, minha saudação a todas as lideranças religiosas aqui tão bem representadas, minha saudação à Irmã Rita e a toda sua equipe que representa aqui a Santa Casa e o Hospital de Urgências; minha saudação ao Dr. Henrique Fanstone, enfim, a todos meus amigos aqui presentes; minha saudação muito especial à Associação Comercial e Industrial, na pessoa do seu Presidente, dos seus ex-Presidentes, o Dr. Mounir Naoum, enfim, minha saudação a todos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria poder voltar no tempo e no espaço, sem perder a referência do presente nem os sonhos para o futuro... Eu queria poder voltar no tempo e ser um velho tropeiro, braço direito de Gomes de Souza Ramos ou, quem sabe, ele mesmo... Eu queria, em lombo de mulas, me achegar para sentir o cheiro e o vento dessas paragens da Freguesia de Santana das Antas naqueles distantes anos de outrora.

Como seria maravilhoso poder...vagarosamente... perceber a passagem de cada momento da vida e da história que fizeram do lugarejo abençoado essa maravilhosa, pujante e estratégica cidade de Anápolis, berço do progresso, caminho para a prosperidade de Goiás e do Brasil.

Conta a história que a escolha da padroeira da cidade, Santana, nas duas versões, está ligada a uma imagem de Nossa Senhora de Santana transportada em uma besta, na bruaca – como dizemos os goianos –, juntamente com os pertences de D. Ana das Dores, mãe de Gomes de Souza.

Na pausa de descanso, após a comitiva atravessar o córrego, hoje denominado das Antas, notou-se, na recontagem da tropa, o sumiço de uma besta, exatamente a que transportava a imagem. Pois bem, uns dizem que D. Ana prometeu que, se o animal chegasse ao fim da viagem, ergueria uma capela para Nossa Senhora de Santana. Outros contam que os peões tiveram dificuldade em levantar a bruaca, e D. Ana teria interpretado nisso o desejo da Santa em permanecer ali.

Ao contrário de diversas outras cidades, nossa querida Anápolis não nasceu do ciclo do ouro, marca predominante da primeira atividade econômica de Goiás, mas das levas de gente que para lá correram com o esgotamento da lavra.

Quem nos conta essa passagem da história de nossa homenagem, da qual recebemos, há alguns anos, o carinhoso título de cidadão, é Humberto Crispim Borges, em relato que reproduzo aqui:

...grande massa de aventureiros, escravos, mercadores e autoridades do fisco, movendo-se de um para outro lugar, cortavam o futuro território de Santana das Antas, admirando os campos ricos, o mato grosso, águas abundantes e excelência de clima. Fartos de rude labor, desencantados, um desbravador aqui, outro além, se deixaram ficar na bela paragem, seduzidos por atividades agropastoris.

É, portanto, Sr. Presidente, da atividade agropastoril e dessa gente desejosa em se assentar que começa a brotar Anápolis. Mas o povoado ganharia novos rumos a partir de 1870, com a presença de Gomes de Souza, homem viajado, com visão moderna e de futuro.

Ele consegue doação de gleba com os fazendeiros Joaquim Rodrigues dos Santos, Inácio José de Souza, Manuel Roiz dos Santos, Camilo Mendes de Moraes e Pedro Roiz dos Santos para constituir o patrimônio de Santana, onde, já em 1871, cumprira a promessa feita à progenitora e erguera o pequeno templo, abrigo da imagem de Nossa Senhora de Santana.

Daí para frente, o lugarejo cresceu e nem ciúmes ou oposição de outras vilas foram capazes de deter aquele embrião da nossa querida Anápolis.

Em 1873, nasce a Freguesia de Nossa Senhora de Santana das Antas, que 14 anos mais tarde é elevada à condição de vila. A instalação prevista no decreto imperial só se tornaria realidade bem mais tarde, em 1892, já no Brasil republicano, governado por Floriano Peixoto. Em 25 de fevereiro daquele ano, era nomeada a Junta Administrativa e o povo saía às ruas para comemorar.

Quando vemos a rapidez da Internet e dos jatos supersônicos, quando percebemos a agitação tecnológica do mundo de hoje, é difícil imaginar os primeiros momentos do século XX, lento para nós, mas rápido e promissor para aquele momento da história.

No limiar do século XX, o mundo assistia ao primeiro Mercedes, fabricado por Daimler, rodar nas ruas da Alemanha em 1901. E Henry Ford abria sua primeira fábrica nos Estados Unidos, em 1903, para produzir o primeiro modelo T em 1907. Um ano antes, Paris maravilhava-se com o vôo do 14 Bis, do engenhoso brasileiro Santos Dumont, que, aliás, teve aqui a sua homenagem há dois dias.

É nesse contexto que a Vila Santana das Antas viu a esperança de tornar-se cidade ser concretizada por ato do então Presidente do Estado de Goiás, Miguel da Rocha Lima, em 31 de julho de 1907, tornando-se Município, deixando de estar vinculado ao Município de Pirenópolis, que, aliás, também merece hoje a nossa homenagem sincera pelos 280 anos recém-completados agora no mês de outubro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se Gomes de Souza sonhou um futuro tão alto para o lugarejo que fez nascer. Mas nem é preciso dizer que, de lá para cá, nossa querida Anápolis foi crescendo, ganhando maturidade e formosura, para ter reconhecido o papel estratégico como confluência de rodovias, de ferrovias, como a Centro Atlântica, a Norte-Sul – que agora não vai ficar só em Anápolis, chegará também a São Simão, e transformará definitivamente Anápolis no principal anel logístico brasileiro –, que, segundo audiência pública realizada aqui na nossa Comissão de Infra-estrutura, na semana passada, deverá estar pronta até 2010.

Estamos muito animados, especialmente depois da licitação da subconcessão de um trecho de 700 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul nos Estados do Tocantins e do Maranhão, já licitado e cuja concorrência foi ganha pela Companhia Vale do Rio Doce e vai render aos cofres federais R\$1,470 bilhão. A metade dos recursos será disponibilizada imediatamente para a construção do trecho de 280 km já licitado e cuja ordem de serviço será dada no início do ano – as obras

deverão se iniciar por volta de março ou abril, ficando pronta até 2009 –, que ligará Anápolis a Uruaçu. Com esses recursos, o trecho do Tocantins também deverá ficar pronto até 2010. É importante dizer que metade será disponibilizada agora e a outra metade será desembolsada de acordo com o andamento das obras.

O trecho compreendendo Uruaçu à divisa com Tocantins já está licitado, dependendo apenas de uma nova licitação de subconcessão, para que, com os recursos, esse trecho possa ser construído.

E agora um novo traçado entre Anápolis e São Simão até Santa Fé do Sul, em São Paulo, já está com projeto de viabilidade econômica em andamento e, tão logo fique pronto, também haverá uma licitação para a subconcessão – a concessionária é a Valec. E o Governo vai realizar essa obra com os recursos da privatização. Com isso, teremos dentro do Estado de Goiás, e passando por Anápolis, 980 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul.

E isso vai fazer com que efetivamente a ferrovia seja norte-sul, pois ela nasceria em Anápolis e agora nascerá em Santa Fé ou no Porto do Itaquí, colocando-nos definitivamente na rota de desenvolvimento do nosso País.

Foi essa importância estratégica que motivou também a localização da Base Aérea, com os aviões supersônicos responsáveis pelo patrulhamento do espaço aéreo brasileiro, especialmente agora com o patrulhamento da Amazônia. Anápolis está a um raio de ação viável em relação a todos os pontos importantes do nosso território, fator determinante para as missões de interceptação de caças e de controle do espaço amazônico. Anápolis é hoje – repito – um dos mais estratégicos Municípios brasileiros para a logística e principalmente para as futuras e modernas tecnologias que certamente terão em Anápolis o seu porto seguro.

Gostaria, aproveitando esta oportunidade, de prestar uma homenagem a um anapolino de coração e alma, por quem temos extrema admiração. Falo do Dr. Henrique Santillo, nosso querido Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Senador – grande Senador –, grande Governador de Goiás e um dos mais destemidos e corajosos homens públicos deste País, que, de certo, deve estar aqui conosco em espírito, porque foi um dos homens mais dedicados a essa cidade. Foi meu grande inspirador – isso não é segredo para ninguém – e incentivador para a atividade pública.

Homenageio ainda, com muito carinho, D, Lúvia, os ex-Governadores Onofre Quinan e Jonas Duarte, que tanto fizeram por Anápolis, e aqueles que por lá passaram, como Lúcia Vânia e Irapuan Costa Júnior, que foram Prefeito e primeira-dama e muito fizeram, sobretudo para o nascimento do Daia.

Durante o Governo à frente do Estado de Goiás, inspirado neste símbolo da política, Henrique Santillo, sempre envidei todo o esforço possível para dar a Anápolis a devida atenção, não só pelo carinho que toda gente anapolina tem me dedicado, mas também pela importância da cidade como pólo indutor do progresso de Goiás e ponto de comunicação entre as regiões do Brasil.

Aproveito esta oportunidade para homenagear também a todos os ex-Prefeitos que muito fizeram por Anápolis – aqui presentes, além do nosso querido Pedro Sahiúm, atual Prefeito, os ex-prefeitos, Raul Balduino, que reside hoje em Brasília e Adhemar Santillo. Em nome deles, quero saudar a todos.

Pelo povo dessa maravilhosa cidade, fui duplamente homenageado e reconhecido, porque não só recebi da Câmara de Vereadores o título de cidadão anapolino, mas também sempre pude contar nas urnas e nas pesquisas com expressiva confiança. Para V. Ex^a ter uma idéia, Senador Alvaro Dias, nosso Presidente, nessa última eleição para Senador da República, pela generosidade e pelo carinho do povo de Anápolis, recebi 90% dos votos dos anapolinos. Para se ter uma idéia, consegui ter a confiança de 136 mil anapolinos contra seis mil do meu principal adversário – e olha que eu disputava com uma pessoa também nascida na cidade de Anápolis. De modo que sou extremamente grato aos anapolinos hoje, amanhã e sempre.

Nossa homenageada é hoje uma cidade moderna e de extrema relevância para a economia do Estado de Goiás. Revela-se como nossa capital industrial e exemplo de expansão econômica sustentável. Revela-se como um coração forte e pulsante a irradiar prosperidade para todo o Estado.

Por isso, sempre me esforcei para realizar os investimentos necessários ao desenvolvimento da cidade, tanto na área social quanto na infra-estrutura. Entendo que a criação do Produzir, em 2000, foi decisiva para garantir a industrialização do Estado; em particular, para a retomada da industrialização de Anápolis.

Falo, Sr. Presidente, do Distrito Agroindustrial de Anápolis, o Daia, como já disse aqui, criado por Irapuan Costa Júnior e depois incentivado pelos Governadores que o sucederam, principalmente Onofre, Henrique e tantos outros. Esse Distrito está em uma localização extremamente privilegiada, porque dista, por exemplo, 1.400 quilômetros do Porto de Tubarão, no Espírito Santo, por meio da Ferrovia Centro Atlântica, que, aliás, deverá ser modernizada também, futuramente, pela iniciativa privada, e dista 1.950 quilômetros de Belém. Completada a Ferrovia Norte-Sul, Anápolis será a mais importante cidade na conexão

entre as duas porções do País, quer seja pelas BRs quer seja pelas ferrovias.

Com esse complexo da Norte-Sul, indo até Santa Fé, teremos a interligação definitiva com o Porto de Santos e com o Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro; além, é claro, da conexão com o Porto do Itaqui, no Maranhão, que estará duas mil milhas náuticas mais próximo dos países do hemisfério norte para a exportação dos nossos produtos, o que dará enorme competitividade a nossa produção, à produção de toda a região do Centro-Oeste.

O Daia, juntamente com a plataforma logística, que tivemos a honra de iniciar, e o Porto Seco – tivemos a honra de ajudar a consolidar – dá à cidade uma estrutura fenomenal para a acolhida de empresas dos mais diversos ramos, sobretudo as que desejam comercializar em todo Brasil pela pouca distância, até, nada mais nada menos, 75% do mercado consumidor do Brasil.

Anápolis, Sr^{as} e Srs. Senadores, está bastante próxima de diversos centros consumidores, não só do próprio Estado, mas também do Distrito Federal, de Minas Gerais, de São Paulo e, repito, de boa parte do Brasil. Note-se que a nossa cidade, hoje homenageada, está a apenas 350 Km do porto hidroviário de São Simão, que integra a hidrovia Paranaíba–Tietê–Paraná.

Decerto, o laboratório Teuto Brasileiro percebeu isso. Trata-se de uma indústria farmacêutica com 56 anos de existência. E, apesar do nome de origem alemã, é uma empresa genuinamente nacional e com capital totalmente brasileiro. O nome é uma homenagem ao país de origem do fundador e ao Brasil, local onde ele resolveu reconstruir sua vida depois da 2ª Guerra Mundial.

O pólo farmacêutico tem hoje a pujança da Nequímica – agradeço de coração ao amigo Marcelo, ao Sr. Ildefonso, à Cléo e ao coral que esteve aqui a meu pedido para nos brindar, para nos prestigiar –, da Greenfarma, da Novafarma e de tantos e tantos laboratórios, de tantas e tantas indústrias que transformam Anápolis atualmente na principal capital da América Latina na produção de medicamentos genéricos no Brasil.

O pólo farmoquímico de Anápolis certamente é um dos mais expressivos e continuará sendo um dos mais importantes para o Brasil e para a América Latina. Homenageio a todos eles, assim como homenageei também a gerente da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e os representantes de todas as instituições aqui representadas.

A Hyundai, uma das mais importantes montadoras da Coreia do Sul, por meio do grupo Caea, do Dr. Carlos Alberto de Oliveira Andrade, também percebeu a viabilidade de Anápolis e instalou uma montadora no distrito industrial, de onde tem enviado a todo o Brasil

veículos que surpreendem pela qualidade e robustez. A verdade é que a Hyundai Motor Company colocou Anápolis no mapa do setor automobilístico brasileiro e mundial, com significativo investimento gerador de emprego e renda.

É por toda essa força que defendo também, mais do que nunca agora, como Senador da República, ao lado de Lúcia Vânia e de Demóstenes Torres, a instalação na cidade de uma Zona de Processamento de Exportação, vinculada ao distrito industrial, ao porto seco, à plataforma logística. Anápolis está madura para receber a sua zona de processamento de exportação.

Penso que, com isso, Deocleciano e Wilson, amigos, Presidentes aqui presentes, vamos dar um passo significativo no sentido da consolidação econômica da cidade.

Anápolis ganhou o seu contorno viário, a duplicação para Goiânia, para Brasília – eu mesmo só vou e volto de carro, porque ficou uma beleza –, ganhou a nossa Universidade Estadual de Goiás, a nossa UniEvangélica, esperamos ganhar o curso de Medicina, ganhou o Hospital de Urgências, ganhou tantos outros benefícios ao longo do tempo. Ganhou não, conquistou, porque Anápolis é uma cidade de conquista, pela sua bravura, pelo seu espírito de combatividade, pelo seu espírito de conquista, que a transformam num efetivo pólo gerador de oportunidades, de trabalho e, principalmente, de qualidade de vida.

Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^a Senadora Lúcia Vânia, prezadíssimos convidados aqui presentes, amigo Ridoval, meu secretário, que representa o Governador, autoridades, meu amigo Prefeito, Pedro Sahiúm, Vice-Prefeito, Vereadores, finalizando, eu queria alterar o tempo e trazer aqui, agora, o saudoso Gomes de Souza Ramos e, quem sabe, sua mãe, D^a Ana das Dores, para verem essa maravilhosa cidade acolhedora em que se transformou o lugarejo, sob a proteção de Santana, sendo homenageada, nesta Casa de Rui Barbosa, por todos nós Senadores, por merecimento, por tudo que ela representa para o nosso Estado e para o nosso País.

Mas o tempo não volta nem retroage...o tempo nos empurra para frente, ao futuro...a nós, homens públicos, sob a luz e inspiração de Vargas, que, com a “Marcha para o Oeste”, tanto impulsionou o Brasil central, especialmente com a construção de Goiânia; de Juscelino Kubitschek, que, com a construção de Brasília e da Belém-Brasília, da rodovia até Anápolis, efetivou o sonho de Dom Bosco e deslocou definitivamente o centro não só geográfico, mas político, das decisões políticas, para a região Centro-Oeste e para o coração do Brasil, no Estado de Goiás; sob a inspiração e a luz de homens como Vargas, Juscelino, Santillo, Onofre, Bulhões, Ludovico e tantos outros líderes do Brasil e

de Goiás, cabe a nós, agora, a tarefa de continuar a construir o progresso, o desenvolvimento e a esperança. Cabe-nos a tarefa de plantar dezenas, centenas, milhares de cidades pujantes, grandiosas e tão queridas como Anápolis nos quatro cantos do Brasil.

Por essas e muitas outras razões é que o Senado Federal homenageia hoje, jubiloso, o centenário de nossa para sempre querida Anápolis.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Parabéns, Senador Marconi Perillo, pelo pronunciamento e pela liderança que é, uma das mais expressivas desta Casa e do País, capaz de galvanizar a opinião pública do seu Estado com uma votação extraordinária, como ocorreu nessa grande cidade de Anápolis.

Antes de deixar a Presidência, que passarei ao Senador Marconi Perillo, deixo nossas homenagens também aos construtores dessa cidade, àqueles que fizeram a sua história com tanto brio, com tanta devoção, entusiasmo, trabalho e inteligência; homenagens aos que se foram, e o faço na figura de Henrique Santillo, que conheci, uma das notáveis presenças no Congresso Nacional da nossa geração. Exemplo especialmente agora quando o País é sacudido com a tragédia ética que se abate sobre nós, a lembrança de Henrique Santillo é conforto, é esperança, porque, certamente, há na política de hoje aqueles que se espelham na figura de quem por aqui passou como Henrique Santillo e tantos outros.

Entre os atuais, aqueles que aqui se encontram, a nossa homenagem na pessoa desse nosso companheiro e amigo Adhemar Santillo, com quem convivemos durante um bom tempo na Câmara dos Deputados. Homenageamos as mulheres, na pessoa da Senadora Lúcia Vânia, que honra Anápolis e o Estado de Goiás, com sua presença sempre digna, sempre eficiente, sempre dedicada, especialmente quando os assuntos dizem respeito ao seu Estado de Goiás.

É à Senadora Lúcia Vânia que passo a palavra agora para falar em nome também da Liderança do PSDB nesta Casa.

Antes, porém, passo a Presidência, com muita honra, ao Senador Marconi Perillo, que preside, a partir de agora, esta sessão especial comemorativa dos 100 anos de Anápolis.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Asseguro a palavra, com muita honra, à nossa querida, combativa e competente Senadora da Repú-

blica Lúcia Vânia, que representa com tanta dignidade o Estado de Goiás nesta Casa.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente Marconi Perillo pela iniciativa desta sessão solene, que, sem dúvida nenhuma, homenageia o nosso Estado de Goiás, especialmente a cidade de Anápolis, importantíssima para o desenvolvimento do nosso Estado.

Cumprimento, com muita satisfação, o Dr. Ridoval Darci Chareloto, que, neste ato, representa o Exm^o Sr. Governador Alcides Rodrigues Filho. Ridoval é um companheiro anapolino que tem feito muito por Goiás, especialmente por sua querida Anápolis; cumprimento o Prefeito do Município de Anápolis, Dr. Pedro Fernando Sahiúm; cumprimento o Exm^o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Anápolis, Gérson Sant'Ana; cumprimento o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Goiás, Luiz Antônio Arantes; cumprimento a Conselheira Carla Santillo, na pessoa de quem quero fazer uma homenagem muito especial a Henrique Santillo, nosso inspirador, que, sem dúvida nenhuma, marcou a história de Goiás e foi, no Senado da República, um exemplo que temos a seguir. Carla, o nosso querido Henrique Santillo continua sendo e sempre será referência no Estado de Goiás quando se trata da ética, da decência, da representação do seu Estado com dignidade.

Cumprimento a todos que aqui estão, que muito fizeram por Anápolis e são responsáveis pela grandeza dessa cidade. Sei que a memória me trairia se eu fosse citar um por um, mas eu não poderia deixar de citar alguns, pedindo que todos se sintam homenageados quando eu citar esses que representam cada segmento.

Quero cumprimentar, em primeiro lugar, a nossa querida ex-Deputada Lídia Quinan, que muito honrou a mulher no Parlamento nacional, fazendo uma homenagem ao nosso querido Onofre Quinan, que muito fez por Anápolis e pelo Brasil; quero cumprimentar o nosso querido amigo Mounir Naoum, que me faz lembrar o meu tempo de primeira-dama em Anápolis, que foi companheiro nosso e Secretário do Irapuan durante seu governo em Anápolis; quero cumprimentar, com muito carinho o amigo e companheiro Adhemar Santillo, uma grande referência na Câmara Federal pela sua combatividade e pelo seu respeito e amor ao Estado de Goiás, e sua esposa, Onaide, que foi Deputada e representou muito bem a mulher goiana no Parlamento; quero cumprimentar, com muito carinho, o amigo e companheiro Pedro Canedo, que é da geração mais recente, também uma referência muito importante para

a área política pelo seu trabalho, pela sua dedicação e, acima de tudo, pela sua identificação com Anápolis; cumprimentar a Irmã Rita pelo que ela representa na área social deste Município, pela dedicação, amor e tudo que temos como referência para a área social.

É muito bonito, Irmã Rita, ver o Congresso Nacional resolvendo a questão da Emenda nº 29, regulamentando-a, o que, sem dúvida nenhuma, é um tributo, uma referência àqueles que tanto lutam pela saúde no Brasil. Irmã Rita, de Anápolis, é sem dúvida nenhuma nossa representante nesta área.

Cumprimento o Deocleciano e todos os empresários, especialmente aqueles que ajudaram a organizar e a construir em Anápolis esse ponto de referência que tanto nos orgulha.

Queria dizer ao Senador Marconi Perillo que, sem dúvida nenhuma, esta homenagem ele a faz em nome de todo o povo do Estado de Goiás e acredito que em nome do povo anapolino, uma vez que ele obteve lá uma votação unânime. Ninguém melhor do que ele poderia, hoje, ser o autor deste requerimento, para mostrar ao Estado de Goiás o nosso apreço e nosso carinho a este Município que tanto diz da nossa história e que tanto faz para que nosso Estado seja hoje o terceiro eixo de desenvolvimento econômico do País.

Venho a esta tribuna para unir-me às comemorações do Centenário do Município de Anápolis, um dos principais pólos do desenvolvimento industrial e econômico do Estado de Goiás.

Anápolis, sem dúvida, orgulha a todos nós, goianos, por suas inúmeras conquistas nesses seus 100 anos de existência. É o terceiro maior Município em população e o segundo no *ranking* de competitividade e desenvolvimento, compondo a região mais desenvolvida do Centro-Oeste.

A cidade possui – como já mencionado aqui pelo Senador Marconi Perillo – um dos maiores pólos industriais do interior brasileiro, com destaque para a indústria farmacêutica de alta tecnologia na produção de genéricos. O complexo farmacêutico de Anápolis é considerado o maior da América Latina.

São mais de 15 indústrias do ramo, que geram cerca de 5 mil empregos diretos e 12 mil indiretos. São essas indústrias, constituintes do Pólo Farmacêutico de Goiás, que compõem, ao lado de outras empresas, o Distrito Agroindustrial de Anápolis, primeiro pólo para a industrialização do interior do País.

É com muita emoção que quero aqui, neste momento, saudar o ex-Governador Irapuan Costa Junior, que foi o idealizador deste Distrito Industrial. Portanto, eu não poderia deixar, neste momento, de lembrá-lo também como um grande entusiasta em favor do desenvolvimento de Anápolis.

É em Anápolis que está sediada, também, uma das principais bases da Força Aérea Brasileira, responsável pela guarda do espaço aéreo e núcleo central do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Em 9 de fevereiro de 1972, foram iniciadas as primeiras edificações da atual Base Área de Anápolis. Eu fui testemunha disso, vivendo naquele momento na cidade de Anápolis, numa situação incômoda, mas que, sem dúvida nenhuma, se transformou numa situação de muita alegria, pelas amizades que fizemos lá, pelo carinho com que fomos recebidos, mesmo numa situação incômoda que, de certa forma, chocou, no primeiro momento, a população de Anápolis. Mas foi com muito orgulho que saímos de lá levando conosco toda a alegria de ver a cidade de Anápolis, colaborando com o Município e, principalmente, respeitando a nossa presença ali.

Hoje, a Base Aérea é a primeira Ala de Defesa Aérea, 1ª Alada, com missão específica de realizar operações de defesa aérea no território nacional.

Podemos dizer, sem medo de errar, que Anápolis é uma cidade estratégica para o progresso goiano e exemplo para o nosso País.

Ao contrário de centenas de Municípios brasileiros, onde a precariedade de ações se reverte na baixa qualidade de vida de suas populações, Anápolis possui um sistema de abastecimento de água tratada que supre as necessidades de 95% da população. Isso é um privilégio em se tratando de um Município brasileiro. E, sem dúvida nenhuma, isso se deve aos pioneiros, que tanto lutaram em favor da saúde naquele Município, tornando-o um centro de referência nessa área.

A estação de esgoto de Anápolis é uma referência, como eu disse aqui.

Não poderia deixar de fazer referência à educação no Município.

O nível superior é atendido por diversas faculdades e universidades, dentre as quais cito a Universidade Estadual de Goiás, que também é orgulho para todos, pois foi ali que nasceram as primeiras raízes dessa universidade que hoje é um patrimônio dos goianos e que muito deveu à iniciativa arrojada do nosso ex-Governador e o hoje Senador Marconi Perillo.

O ensino fundamental e o médio são formados por aproximadamente 150 escolas, tanto em estabelecimentos públicos quanto privados, todos de grande qualidade.

É preciso também destacar aqui que Anápolis tem 2.500 estabelecimentos de comércio varejista, que representa, sem dúvida nenhuma, a pujança do povo goiano e do Estado de Goiás. Por isso é que, ao decidir apresentar, ao lado do Senador Marconi Perillo, o projeto de lei para a criação de Zona de Processamento de Exporta-

ção, ZPE, para o Estado de Goiás, firmei o propósito de incluir o Município de Anápolis e São Simão.

As ZPEs são áreas de livre comércio, idealizadas em 1988, com o propósito de facilitar a instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados exclusivamente com o exterior, através de benefícios fiscais e administrativos e de uma estrutura aduaneira facilitadora.

No Brasil, existem hoje dezessete ZPEs, distribuídas majoritariamente nas regiões Sudeste e Nordeste.

No entanto, não há uma sequer no Estado de Goiás, apesar de sua localização privilegiada entre os principais eixos de escoamento de produção agrícola do País, além de seu forte peso na pecuária, no comércio e na indústria nacionais.

Quero chamar a atenção para a importância dessas ZPEs, principalmente neste momento em que discutimos a reforma tributária, porque, todas as vezes que falamos em reforma tributária, antes mesmo de o Governo oferecer um fundo para o desenvolvimento para Região Centro-Oeste, fala-se em cortar os nossos incentivos fiscais, que são o grande instrumento do nosso desenvolvimento.

Felizmente, hoje, temos aqui uma Bancada totalmente integrada, a fim de não permitir que o Estado de Goiás desacelere o seu crescimento em função da queda ou da extinção dos benefícios fiscais. Esse é um compromisso nosso aqui juntamente com as Bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao justificarmos a criação da ZPE de Anápolis, salientamos que o Município já demonstrou sua importância estratégica para o setor exportador nacional mediante a implementação do Porto Seco Centro-Oeste.

Acreditamos que a criação de uma ZPE no Município representará um estímulo importante para o desenvolvimento das econômicas municipal e estadual, com o aproveitamento das potencialidades locais.

A instalação de novas empresas e o fortalecimento das que hoje se encontram em operação, graças ao regime aduaneiro e cambial especial, acarretará a geração de empregos e renda, indispensáveis para garantir a melhoria das condições de vida da população local.

Gostaria de encerrar meu pronunciamento, cumprimentando a população de Anápolis, o Prefeito, Sr. Pedro Sahiúm, as demais autoridades aqui presentes e desejando que os 100 anos hoje comemorados se multipliquem em centenários de desenvolvimento social e econômico para o crescimento de Goiás e do Brasil.

A todos os anapolinos os nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento. Acima de tudo, esse reconhecimento é de uma goiana que se sente perfeitamente integrada à cidade de Anápolis.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência cumprimenta a ilustre Senadora Lúcia Vânia pelo seu pronunciamento, pelo seu engajamento e compromisso com a cidade de Anápolis, desde o tempo em que foi primeira-dama, depois Deputada Federal, hoje Senadora da República. Temos uma atuação muito próxima, sobretudo quando os interesses de Goiás, principalmente os dos anapolinos, se sobrepõem a outros interesses.

Quero agradecer a presença do Exmº Sr. Prefeito, amigo e professor, Pedro Sahiúm, parabenizar sua equipe, os Vereadores e a comunidade de Anápolis pelas festividades que marcaram as comemorações do aniversário dessa cidade e cujo ápice foi dia 31 de julho. Parabéns, Prefeito, e muito obrigado pela presença!

Concedo, com muito prazer, a palavra ao Exmº Sr. Senador Demóstenes Torres, que falará em seu nome próprio, mas também representando a Bancada do Democratas e como Líder da Minoria no Senado.

Com a palavra o Senador Demóstenes pelo tempo de que necessitar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marconi Perillo, autor do requerimento para a realização desta sessão especial do Senado; Sr. Prefeito de Anápolis, Pedro Sahiúm; senhoras e senhores, esta é uma sessão especial para uma cidade evidentemente importante no cenário goiano e no cenário brasileiro.

Ninguém que seja goiano pode desconhecer a existência da cidade de Anápolis, que, por muitos anos, carregou o Estado de Goiás nas costas, com sua atividade industrial, sua presença política refinada, seu potencial universitário e que hoje – isso já deve ter sido dito aqui muitas vezes – se transformou em pólo de referência nacional: a indústria farmacêutica, as montadoras, a infraestrutura que vem melhorando, e a possibilidade, sempre mais concreta, de voltar a ter aquela importância política que já teve na vida goiana. Isso é essencial.

Anápolis, por ela passou, digamos, muito do nosso destino; dali saíram idéias extraordinárias, homens públicos notáveis, muitos dos quais aqui se encontram. Anápolis gerou Governadores de Estado, Prefeitos que dignificaram – e muito – a sua atividade e que fizeram com que a cidade se tornasse conhecida.

Embora eu estivesse fora daqui, fiz questão de comparecer. Ontem, o Senador Marconi Perillo me avisou que haveria esta sessão para que eu comparecesse e tivesse a oportunidade de usar da palavra nesta homenagem. Confesso que tenho inveja de não ter feito o requerimento juntamente com a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Marconi. É uma boa lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Demóstenes, esse requerimento é

compartilhado, com certeza, com a Senadora e com V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Muito obrigado.

Vim apenas prestar esta homenagem sincera a uma cidade que conheço, uma cidade que respeito; há pessoas que trabalharam muito na área social e na área política. Estamos aqui lutando, e é testemunha o nosso ex-Secretário de Saúde de toda a luta que travamos para levar para lá a Faculdade de Medicina. Por quê? Porque é importante para o Estado e é importante para a recuperação desse prestígio; embora o prestígio econômico jamais tenha sido abalado; assim também o prestígio de suas atividades na área da medicina, Anápolis tem de ter um futuro cada vez melhor. É bom para o Estado de Goiás, é bom para o Brasil.

Eu fico muito feliz em participar destas homenagens. Digo com toda a sinceridade: o Estado de Goiás e o Brasil seriam muito melhores se fossem uma grande Anápolis.

Muito obrigado e um grande abraço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB

– GO) – Esta Presidência congratula-se com o Senador Demóstenes, agradece pelas palavras carinhosas à nossa querida Anápolis e pela sua participação.

Encerrando, reitero aqui os agradecimentos ao Exm^o Prefeito Pedro Sahiúm; ao Exm^o vice-Prefeito e também amigo Atair Pio; ao querido amigo, grande propulsor do desenvolvimento de Anápolis, como Secretário de Indústria e Comércio, Dr. Ridoval Charelo, que aqui representa o nosso querido Governador Alcides Rodrigues.

Minha saudação, agradeço-lhe muito, Ridoval, pela presença, pela mobilização, pela atenção que conferiu a esta sessão. Minha saudação ao Magnífico Reitor Prof. Luiz Arantes, da Universidade Estadual; ao Magnífico Reitor da UniEvangélica e ao seu Presidente aqui presentes. Minha saudação ao Presidente da Câmara, Vereador Gérson, e a todos os Vereadores presentes; à Conselheira Carla Santillo e a todos os familiares da família Santillo; ao Dr. Ubiratan da Silva Lopes, que preside a Associação Comercial, com tanta competência. E, ao agradecê-lo, quero agradecer ao Diocleciano, Presidente da Facieg; ao Sr. Mounir, ao Ridoval, ao Luís Medeiros, ao Wilson, ao Vandir e a todos os que já presidiram essa história e marcante instituição na vida e no desenvolvimento do crescimento de Anápolis. Minha saudação aos comandantes militares aqui presentes, às autoridades civis; minha saudação a todas as emissoras de rádio, aos proprietários de veículos de comunicação aqui presentes.

Minha saudação ao Frei Edgar, amigo que representa o querido Bispo D. João Wilker; ao pastor Vice-Presidente da Assembléia de Deus, João Adair,

que aqui representa esse segmento religioso. Minha saudação ao Vilmar Jardim, que preside a CDL; ao Edson Porto Seco; aos líderes do setor de atacadistas; aos líderes bancários. Minha saudação ao querido amigo Frei Valdair, que aqui representa a Assembléia Legislativa; ao Deputado João Campos; a todos os que compareceram aqui. A Deputada Raquel justificou ontem sua ausência por motivo de viagem.

Minha saudação a todos os ex-Deputados presentes já referenciados: Adhemar Santillo, Lídia Quinan; Pedro Canedo, Carlos Mendes. Minha saudação aos ex-Prefeitos: Raul Balduino, que nos alegra tanto, ao Adhemar, já citado, a Onaide. Enfim, minha saudação a todos os que aqui comparecem para esta sessão histórica porque comemorativa do Centenário de Anápolis.

Também quero reconhecer a importância do ex-Governador Leonino Caiado, que foi quem criou a Lei nº 7.700, dos primeiros incentivos, e desapropriou o terreno do Daia, que depois começou com Irapuan, que levou as primeiras indústrias e deu todo o impulso para que nós tivéssemos esse Daia que nos orgulha tanto.

Minha saudação final a todas as senhoras e todos os senhores que aqui compareceram. Mais uma vez, saúdo o coral, mui gentilmente cedido pelo Marcelo, do Grupo Neoquímica. Minha saudação a todos.

Que esta sessão possa ter tido a oportunidade de apresentar ao Brasil, pela TV Senado e da Rádio Senado, a força desse Município, que se confunde com a história da redemocratização no Brasil, que se confunde com a história de resistência democrática nos tempos de chumbo da ditadura militar.

Anápolis não é apenas forte no setor atacadista, no setor farmacêutico, no setor automobilístico, no setor varejista. Anápolis não é apenas forte no setor de educação, de saúde, de cultura. Anápolis tem sua força nos movimentos mais importantes pela liberdade e pela democracia no País. Anápolis é um Município que sempre resistiu de forma muito altaneira contra todo tipo de opressão, contra todo tipo de cessação de liberdade.

Portanto, os meus cumprimentos, mais uma vez, a Anápolis e ao ex-Governador e Senador Jarbas Vasconcelos, aqui presente, que também sempre teve muito carinho pela nossa cidade.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e encerro esta sessão solene que homenageou Anápolis pelo seu centenário.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB

– GO) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

Ata da 196ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de outubro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Moraes, Mão Santa e Jayme Campos

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS
SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/10/2007 07:26:49 até 25/10/2007 20:30:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO		X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
DEM	PE	MARCO MACIEL		X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PDT	CE	PATRICIA SABOYA		X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAÍM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
Bloco-PTB	SP	ROMEU TUMA		X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X

Compareceram: 64 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2004**, de autoria do Senador Romero Jucá, que *altera a redação do caput do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública.*

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2007

(Nº 3.092/2004, na Casa de Origem)

Altera dispositivos da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 1º da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os veículos leves, inclusive motocicletas, adquiridos ou locados de terceiros para uso oficial deverão ser movidos exclusivamente por combustíveis originários de fontes renováveis ou por misturas desses com combustíveis provenientes de outras fontes, em quaisquer proporções.

.....”(NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º Os veículos leves, inclusive motocicletas, adquiridos por pessoas físicas com incentivos fiscais ou qualquer outro tipo de subvenção econômica, deverão ser movidos exclusivamente por combustíveis originários de fontes renováveis ou por misturas desses

com combustíveis provenientes de outras fontes, em quaisquer proporções.

§ 1º A aquisição de veículos automotores movidos exclusivamente por combustíveis originários de fontes renováveis ou por misturas desses com combustíveis provenientes de outras fontes, em quaisquer proporções, por meio de financiamento ou consórcio, terá prazo máximo superior em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos prazos máximos estabelecidos para aquisição de seus equivalentes movidos por combustíveis de fontes não renováveis.

.....
§ 4º Os veículos movidos exclusivamente a combustíveis de fontes não renováveis não poderão ser ofertados a preços inferiores aos dos similares da mesma marca e mesma configuração técnica, acabamento e conforto, movidos exclusivamente por combustíveis originários de fontes renováveis, ou por misturas destes com combustíveis originários de fontes renováveis, ou por misturas destes com combustíveis provenientes de outras fontes, em quaisquer proporções.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.029 ,DE 2004

Altera dispositivos da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 1º da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os veículos leves adquiridos para compor a frota oficial ou locados de terceiros para uso oficial deverão ser movidos exclusivamente por combustíveis renováveis ou capazes de funcionar com misturas, em qualquer proporção, de combustíveis renováveis e não-renováveis.” (NR)

Art. 2º O **caput** e o §1º do art. 2º da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Todos os veículos leves com capacidade de motorização superior a um mil centímetros cúbicos adquiridos por pessoas físicas com incentivos fiscais ou qualquer outro tipo de subvenção econômica deverão ser movidos exclusivamente a combustíveis reno-

váveis ou capazes de funcionar com misturas, em qualquer proporção, de combustíveis renováveis e não-renováveis” (NR)

“§ 1º A aquisição de veículos movidos exclusivamente a combustíveis renováveis ou capazes de funcionar com misturas, em qualquer proporção, de combustíveis renováveis e não-renováveis, por meio de financiamento ou consórcio, terá prazo superior em, no mínimo, cinquenta por cento dos prazos estabelecidos para a aquisição de seus equivalentes movidos a combustíveis líquidos não-renováveis.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

Justificação

O álcool combustível apresenta grandes vantagens ambientais e econômicas. Proporciona a diminuição do efeito estufa e da poluição de nossas cidades. Contribui para a criação de empregos, com o incremento das atividades agrícolas e agro-industriais. Diminui ainda a exposição do País às crises relacionadas ao petróleo.

Entretanto, verifica-se uma vertiginosa queda do consumo de álcool hidratado no Brasil. A participação dos veículos a álcool na produção nacional, que em 1988 representava 63% do total, hoje corresponde a cerca de um por cento. Esse quadro deve-se, em grande parte, à falta de confiança do consumidor, decorrente, principalmente, da crise de abastecimento ocorrida nos anos de 1989 e 1990.

Agora, no entanto, surgem os veículos flexíveis quanto ao combustível, chamados de **flex-fuel**, que funcionam com o álcool, com a gasolina e com qualquer mistura dos dois. Essa tecnologia poderá propiciar novo alento ao uso do álcool hidratado, pois estarão superados os temores dos proprietários quanto a problemas no mercado de álcool. Por conseguinte, permitir-se-á o aumento do consumo dos combustíveis renováveis em relação aos não-renováveis.

Para incentivar a produção desse tipo de veículo é que se prevê a possibilidade de sua incorporação à frota oficial, o que colabora na obtenção de maior escala de produção e ainda protege os órgãos públicos de eventuais dificuldades no abastecimento do álcool ou oscilações desfavoráveis no preço desse energético, causadas por instabilidades nos mercados do combustível ou do açúcar.

A equiparação dos incentivos fiscais e demais subvenções, bem como os prazos de financiamento e de consórcios, aos já aplicados para veículos movidos a álcool, contribuirá para a disseminação dos automó-

veis flexíveis. Cabe observar que a legislação federal, por meio do Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002, conforme Nota Complementar 87-2, já igualou a alíquota do IPI incidente sobre a produção dos veículos **flex-fuel** à imposta às unidades impulsionadas à álcool.

Pelo exposto, para estimular o desenvolvimento de nossa economia e a melhoria do meio ambiente, peço o apoio dos nobres colegas a esses projeto de lei.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Deputado **Antônio Carlos Mendes Thame**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.660, DE 16 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Qualquer aquisição ou substituição de veículos leves para compor a frota oficial, ou locação de veículos de propriedade de terceiros para uso oficial somente poderá ser realizada por unidades movidas a combustíveis renováveis.

§ 1º O prazo para a substituição integral da frota oficial de veículos leves por veículos movidos a combustíveis renováveis é de cinco anos.

§ 2º Excluem-se da obrigatoriedade prevista neste artigo os veículos componentes da frota das Forças Armadas, os de representação dos titulares dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, conforme dispuser regulamento, aqueles destinados à prestação de serviços públicos em faixas de fronteira e localidades desprovidas de abastecimento com combustíveis renováveis. (Redação dada pela Lei nº 10.182, de 12-2-2001)

Art. 2º Todos os veículos leves com capacidade de motorização superior a um mil centímetros cúbicos adquiridos por pessoas físicas com incentivos fiscais ou qualquer outro tipo de subvenção econômica deverão ser movidos a combustíveis renováveis.

§ 1º A aquisição de veículos movidos a combustíveis renováveis por meio de financiamento ou consórcio terá prazo superior em, no mínimo, cinquenta por cento dos prazos estabelecidos para a aquisição de seus equivalentes movidos a combustíveis líquidos não-renováveis.

§ 2º Excluem-se da obrigatoriedade prevista no **caput** deste artigo os veículos destinados a portadores de deficiências físicas.

§ 3º Fica excluído da obrigatoriedade prevista no **caput** deste artigo o veículo nacional destinado ao integrante de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira e de delegações especiais acreditadas junto ao Governo brasileiro, bem assim ao funcionário, perito, técnico ou consultor de representações de organismos internacionais ou regionais de caráter permanente, dos quais o Brasil seja membro, ou amparado por acordos internacionais celebrados pelo Brasil, observado o princípio da reciprocidade quando cabível, desde que de nacionalidade estrangeira e não possua residência permanente no Brasil. (Redação dada pela Lei nº 10.182, de 12-2-2001)

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

(Nº 7.711/2007, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A. Terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Qualquer que seja o rito processual criminal, o juiz, após a citação, tomará antecipadamente o depoimento das pessoas incluídas nos programas de proteção previstos nesta Lei, devendo justificar a eventual impossibilidade de fazê-lo no caso concreto

ou o possível prejuízo que a oitiva antecipada traria para a instrução criminal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 7.711, DE 2007

Acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao Processo Criminal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 19-A. Terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta lei.

Parágrafo único. Qualquer que seja o rito processual criminal, o juiz, após a citação, tomará antecipadamente o depoimento das pessoas incluídas nos programas de proteção previstos nesta lei, devendo justificar a eventual impossibilidade de fazê-lo no caso concreto ou o possível prejuízo que a oitiva antecipada traria para a instrução criminal.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 50

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal”.

Brasília, 24 janeiro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 187 – MJ – Programa de Vítimas e a Testemunha Ameaçadas

Brasília, 5 de Dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submete-se à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que acresce dispositivos à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que “Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal”.

O projeto busca agilizar os inquéritos e processos criminais em que figurem como réus, vítimas ou testemunhas as pessoas protegidas pelos programas de proteção previstos na Lei nº 9.807, de 1999.

A função do programa de proteção às vítimas e testemunhas é garantir a segurança daqueles que denunciarem grandes organizações criminosas, possibilitando a desestruturação e a prisão dos envolvidos.

Porém, a morosidade do trâmite processual faz com que decorra um longo tempo entre a denúncia e a efetiva prisão dos denunciados, o que acaba aumentando o período em que a vida dos denunciantes fica efetivamente ameaçada. Diante disso o poder público se vê obrigado a permitir que os denunciantes permaneçam nos programas de proteção por um período muito superior aos dois anos legalmente previstos, aumentando os custos dos programas e impedindo o ingresso de novas testemunhas, além do prejuízo ao combate à impunidade.

Há casos em que a testemunha ingressa no programa e demora, pelo menos, quatro anos para prestar seu último depoimento no processo criminal, o que aumenta consideravelmente os riscos à sua vida e torna imprescindível a proteção garantida pelo programa.

Ao garantir a prioridade no julgamento desses processos, o ordenamento reduzirá o tempo necessário para o julgamento dessas causas, permitindo a rápida punição dos envolvidos e, conseqüentemente, reduzir os riscos a serem enfrentados por aqueles que levaram a denúncia ao poder público.

Além da garantia da priorização dos inquéritos e processos penais, pretende-se garantir a antecipação dos depoimentos das pessoas protegidas pelos programas de proteção a testemunhas.

Dessa forma, será possível reduzir o período de permanência nos programas e aumentar o número de pessoas beneficiadas, potencializando os objetivos traçados no momento da criação do programa.

Para isso, o projeto em pauta, com base na previsão contida no art. 431 do Código de Processo Penal, propõe que os processos em que figurem as pessoas protegidas pelos programas de proteção sejam considerados de interesse público, de modo a lhes garantir a prioridade no julgamento.

São essas, Senhor Presidente, as razões pelas quais se submete à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei.

Respeitosamente, **Márcio Thomaz Bastos**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

.....
Art. 19. A União poderá utilizar estabelecimentos especialmente destinados ao cumprimento de pena de condenados que tenham prévia e voluntariamente prestado a colaboração de que trata esta lei.

Parágrafo único. Para fins de utilização desses estabelecimentos, poderá a União celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2007
(Nº 7.507/2006, na Casa de origem)
De iniciativa do Supremo Tribunal Federal

Cria cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, 185 (cento e oitenta cinco) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário 77 (setenta e sete) de Técnico Judiciário.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal baixará as instruções necessárias à implementação dos cargos criados em sua Secretaria.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Supremo Tribunal Federal no Orçamento Geral da União.

Parágrafo único. A criação e o provimento dos cargos e funções a que se refere o art. 1º desta Lei ficam condicionados à expressa autorização em anexo

próprio da lei orçamentária, nos termos da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e nas normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

N.º 7.507 , DE 2006

Cria cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, 185 (cento e oitenta e cinco) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e 77 (setenta e sete) de Técnico Judiciário.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal baixará as instruções necessárias à implementação dos cargos criados em sua Secretaria.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Supremo Tribunal Federal no Orçamento Geral da União.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 185ª da Independência e 118ª da República

JUSTIFICAÇÃO

O anteprojeto de lei que está sendo submetido à apreciação do Congresso Nacional visa à criação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, de cargos de provimento efetivo.

Esse aumento destina-se a suprir necessidades de pessoal frente ao aumento da demanda pela prestação jurisdicional, bem como dotar o Supremo Tribunal Federal de servidores com determinada formação, atualmente supridas por contrato de prestação de serviços, por não existir o cargo no Quadro de Pessoal do Tribunal.

Em que pese a criação de cargos efetivos (46 Analista Judiciário e 88 Técnico Judiciário) em 16.09.2004, pela Lei nº 10.945, é notório que se faz necessário novo redimensionamento do quantitativo de cargos efetivos, visando atender às demandas do Tribunal surgidas após a implantação do novo quadro de pessoal.

De fato, o número de processos julgados e o de processos novos no STF aumentaram desde a última criação de cargos efetivos. Isso contribui para concentração cada vez maior do número de processos por servidores, revelando alto índice de absorção individual de trabalho. Vale lembrar que o aumento de trabalho na área judiciária impacta na área administrativa.

Pode-se afirmar que os esforços deste Tribunal, no sentido de aprimorar a qualificação profissional dos seus servidores, têm contribuído significativamente para a

realização das atividades. Entretanto, esse investimento não é suficiente para eliminar a demanda por recursos humanos e caso não sejam criados novos cargos, há expectativa de comprometimento do perfeito desempenho institucional.

Ano	Processos	
	Finalizados	Processos Novos (média anual)
2003	88.937	
2004	79.608	7.062
2005	83.177	8.353
Ago/2006	48.392	7.488

Para acompanhar o ritmo de crescimento do volume de processos novos e de processos julgados, tomou-se indispensável modernizar permanentemente a infra-estrutura da Corte, seja no campo dos equipamentos de informática, seja no campo dos métodos de gerenciamento ou na própria administração de pessoal.

Vale a pena destacar que o anteprojeto vem ao encontro de várias metas internas relacionadas ao aumento da celeridade da tramitação dos processos no Tribunal.

Nesse sentido, o STF tem buscado implementar o seu Programa de Modernização, com propostas de melhoria dos serviços prestados utilizando-se dos recursos oferecidos pela informática, tais como: processo eletrônico, certificação digital, além de outros sistemas que visem implementar maior celeridade processual. Para tanto, faz-se necessário o aumento de 46 Analistas Judiciário – Apoio Especializado – Análise de Informática e de 38 Técnicos Judiciário – Apoio Especializado – Programação de Sistemas, apenas na área de tecnologia da informação.

Desse modo, com a criação desses cargos alcançar-se-á um antigo anseio do Tribunal, isto é, de que o domínio do negócio e dos sistemas do STF sejam dos servidores da Casa e não de postos de trabalho contratados para esse fim.

Nesse esforço de modernização, outras áreas precisam ser dotadas com as condições concretas que permitam o bom andamento dos trabalhos e, para tanto, propõe-se a criação de 46 cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária para fazer frente ao aumento da demanda judiciária e seus reflexos nas áreas administrativas. Ressalta-se que, desses cargos, 20 serão destinados aos Gabinetes dos Ministros (2 em cada gabinete).

Propõe-se, também, a criação de 80 cargos de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Comunicação Social para que os conhecimentos primordiais da TV e da Rádio Justiça sejam direcionados a servidores efetivos.

Além desses, o levantamento aponta para a necessidade de outros cargos específicos, tais como: 01 Analista Judiciário – Apoio Especializado – Arquitetura, 01 Analista Judiciário – Apoio Especializado – Engenharia Mecânica, 02 Analista Judiciário – Apoio Especializado – Odontologia, 03 Analista Judiciário – Apoio Especializado – Contabilidade, 01 Analista Judiciário – Apoio Especializado – Oftalmologista, 05 Analista Judiciário – Área Administrativa e 39 Técnico Judiciário – Área Administrativa.

O impacto orçamentário resultante está calculado em R\$ 18.613.922,90, que representa apenas 10,77% do Orçamento de Pessoal (R\$ 172.789.659,00) consignado ao STF na Lei Orçamentária Anual de 2006.

O acréscimo na despesa com Pessoal e Encargos Sociais está calculado considerando o impacto do Plano de Cargos e Salários, ano 2007, conforme demonstrado abaixo:

2006			
PROJEÇÃO	PROJEÇÃO	PROJEÇÃO	PROJEÇÃO
Analista Judiciário A 1	3.862,03	1.822,05	5.484,08
Técnico Judiciário A 1	2340,51	983,01	3.323,52

2007				
PROJEÇÃO	PROJEÇÃO	PROJEÇÃO	PROJEÇÃO	PROJEÇÃO
Analista Judiciário A 1	185	14.853.069,31	8.898,47	14.861.967,79
Técnico Judiciário A 1	77	3.746.648,86	6.302,75	3.751.835,11
18.613.922,90				

Memória de Cálculo: Remuneração = 12 meses; 13ª Férias = 1,33 e Patronal 22%

A análise da Receita Corrente Líquida projetada para 2007 demonstra que o STF possui margem de crescimento de mais de 116 milhões na dotação de pessoal, considerado o limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal:

Estimativa Preliminar da RCL para 2007					R\$347.302.178.000	
Órgão	(%). Limite LRF		Limite orçamentário		Despesa projetada para 2007	Margem de expansão
	Legal	Prudencial	Legal	Prudencial		
	A	B	C=AxRCL07	D=BxRCL07		
STF	0,073726%	0,070040%	256.056.004	243.249.404	126.511.437	116.737.967

Por fim, na implementação do projeto, observar-se-á o art. 169 da Constituição.

Brasília, 5 de outubro de 2006.


Ministra Ellen Gracie
Presidente do Supremo Tribunal Federal

MENSAGEM Nº 46, DE 2006

Brasília, 13 de outubro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Dirigimo-nos a Vossa Excelência para submeter à deliberação das Casas do Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Atenciosamente. – Ministra **Ellen Gracie**, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no **caput**, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – exoneração dos servidores não estáveis. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....
**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2007

(Nº 1.990/2007, na Casa de origem)

De iniciativa do Presidente da República)

(Em regime de urgência, nos termos do

§ 1º do art. 64, da Constituição Federal)

**Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que es-
pecífica, altera a Consolidação das Leis do
Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei
nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras
providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A central sindical, entidade de representa-
ção geral dos trabalhadores, constituída em âmbito na-
cional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas:

I – exercer a representação dos trabalhadores por
meio das organizações sindicais a ela filiadas; e

II – participar de negociações em fóruns, colegia-
dos de órgãos públicos e demais espaços de diálogo
social que possuam composição tripartite, nos quais
estejam em discussão assuntos de interesse geral
dos trabalhadores.

Parágrafo único. Considera-se central sindical,
para os efeitos do disposto nesta Lei, a entidade as-
sociativa de direito privado composta por organizações
sindicais de trabalhadores.

Art. 2º Para o exercício das atribuições e prerroga-
tivas a que se refere o inciso II do **caput** do art. 1º des-
ta Lei, a central sindical deverá cumprir os seguintes
requisitos:

I – filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos
distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País;

II – filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País
de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma;

III – filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cin-
co) setores de atividade econômica; e

IV – filiação de sindicatos que representem, no
mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados
sindicalizados em âmbito nacional.

Parágrafo único. O índice previsto no inciso IV do
caput deste artigo será de 5% (cinco por cento) do to-
tal de empregados sindicalizados em âmbito nacional
no período de 24 (vinte e quatro) meses a contar da
publicação desta Lei.

Art. 3º A indicação pela central sindical de repre-
sentantes nos fóruns tripartites, conselhos e colegiados
de órgãos públicos a que se refere o inciso II do **caput** do
art. 1º desta Lei será em número proporcional ao índice
de representatividade previsto no inciso IV do **caput** do
art. 2º desta Lei, salvo acordo entre centrais sindicais.

Parágrafo único. O critério de proporcionalidade,
bem como a possibilidade de acordo entre as centrais,

previsto no **caput** deste artigo não poderá prejudicar a
participação de outras centrais sindicais que atenderem
aos requisitos estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Art. 4º A aferição dos requisitos de representati-
vidade de que trata o art. 2º desta Lei será realizada pelo
Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º O Ministro de Estado do Trabalho e Empre-
go, mediante consulta às centrais sindicais, poderá
baixar instruções para disciplinar os procedimentos
necessários à aferição dos requisitos de representati-
vidade, bem como para alterá-los com base na análise
dos índices de sindicalização dos sindicatos filiados às
centrais sindicais.

§ 2º Ato do Ministro de Estado do Trabalho e Empre-
go divulgará, anualmente, relação das centrais sindicais
que atendem aos requisitos de que trata o art. 2º desta
Lei, indicando seus índices de representatividade.

Art. 5º Os arts. 582, 589, 590, 591 e 593 da Consoli-
dação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo De-
creto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a
vigorar com a seguinte redação:

“Art. 582. Os empregadores deverão
descontar da folha de pagamento dos em-
pregados relativa ao mês de março de cada
ano, desde que autorizados individualmente
por estes, a contribuição sindical devida aos
respectivos sindicatos.” (NR)

“Art. 589.

I – para os empregadores:

a) 5% (cinco por cento) para a confede-
ração correspondente;

b) 15% (quinze por cento) para a fede-
ração;

c) 60% (sessenta por cento) para o
sindicato respectivo; e

d) 20% (vinte por cento) para a “Conta
Especial Emprego e Salário”;

II – para os trabalhadores:

a) 5% (cinco por cento) para a confede-
ração correspondente;

b) 10% (dez por cento) para a central
sindical;

c) 15% (quinze por cento) para a fede-
ração;

d) 60% (sessenta por cento) para o
sindicato respectivo; e

e) 10% (dez por cento) para a “Conta
Especial Emprego e Salário”;

III – (revogado);

IV – (revogado).

§ 1º O sindicato de trabalhadores indi-
cará ao Ministério do Trabalho e Emprego a

federação e a confederação a que estiver vinculado e a central sindical a que estiver filiado como beneficiárias da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos neste artigo.

§ 2º A central sindical a que se refere a alínea **b** do inciso II do **caput** deste artigo deverá atender aos requisitos de representatividade previstos na legislação específica sobre a matéria.”(NR)

“Art. 590. Não havendo indicação de entidades sindicais de grau superior ou de central sindical, na forma do § 1º do art. 589 desta Consolidação, os percentuais que lhes caberiam serão destinados à “Conta Especial Emprego e Salário”.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior ou central sindical, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à “Conta Especial Emprego e Salário”.”(NR)

“Art. 591. Inexistindo sindicato, os percentuais previstos na alínea **c** do inciso I e na alínea **d** do inciso II do **caput** do art. 589 desta Consolidação serão creditados à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional.

Parágrafo único. Na hipótese do **caput** deste artigo, os percentuais previstos nas alíneas **a** e **b** do inciso I e nas alíneas **a** e **c** do inciso II do **caput** do art. 589 desta Consolidação caberão à confederação.”(NR)

“Art. 593. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior e às centrais sindicais serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes ou estatutos.

Parágrafo único. Os recursos destinados às centrais sindicais deverão ser utilizados no custeio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais.”(NR)

Art. 6º As centrais sindicais deverão prestar contas, anualmente, ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes da contribuição sindical e de outros recursos públicos que porventura venham a receber.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.990, DE 2007

Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas:

I – exercer a representação dos trabalhadores, por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e

II – participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

Parágrafo único. Considera-se central sindical, para os efeitos do disposto nesta Lei, a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores.

Art. 2º Para o exercício das atribuições e prerrogativas a que se refere o inciso II do art. 1º, a central sindical deverá cumprir os seguintes requisitos:

I – filiação de, no mínimo, cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do País;

II – filiação em pelo menos três regiões do País de, no mínimo, vinte sindicatos em cada uma;

III – filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; e

IV – filiação de trabalhadores aos sindicatos integrantes de sua estrutura organizativa de, no mínimo, sete por cento do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

§ 1º O índice previsto no inciso IV será de cinco por cento do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional no período de vinte e quatro meses a contar da publicação desta lei.

§ 2º As centrais sindicais que atenderem apenas aos requisitos dos incisos I, II e III poderão somar os índices de sindicalização dos sindicatos a elas filiados, de modo a cumprir o requisito do inciso IV.

Art. 3º A indicação pela central sindical de representantes nos fóruns tripartites, conselhos e colegiados de órgãos públicos a que se refere o inciso II do art. 1º será em número proporcional ao índice de representatividade previsto no inciso IV do art. 2º, salvo acordo entre centrais sindicais.

Parágrafo único. O critério de proporcionalidade, bem como a possibilidade de acordo entre as centrais, previsto no **caput**, não poderá prejudicar a

participação de outras centrais sindicais que atendem aos requisitos estabelecidos no art. 2º.

Art. 4º A aferição dos requisitos de representatividade de que trata o art. 2º será realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, mediante consulta às centrais sindicais, poderá baixar instruções para disciplinar os procedimentos necessários à aferição dos requisitos de representatividade, bem como para alterá-los com base na análise dos índices de sindicalização dos sindicatos filiados às centrais sindicais.

§ 2º Ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego divulgará, anualmente, relação das centrais sindicais que atendem aos requisitos de que trata o art. 2º, indicando seus índices de representatividade.

Art. 5º Os arts. 589, 590, 591 e 593 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 589.

I – para os empregadores:

a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;

b) 15% (quinze por cento) para a federação;

c) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e

d) 20% (vinte por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”;

II – para os trabalhadores:

a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;

b) 10% (dez por cento) para a central sindical;

c) 15% (quinze por cento) para a federação;

d) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e

e) 10% (dez por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”

§ 1º O sindicato indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a federação e confederação a que estiver vinculado e, no caso dos trabalhadores, a central sindical a que estiver filiado, como beneficiários da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos neste artigo.

§ 2º A central sindical a que se refere a alínea b do inciso II deste artigo deverá atender aos requisitos de representatividade previstos na legislação específica sobre a matéria.” (NR)

“Art. 590. Não havendo indicação de entidades sindicais de grau superior ou de central sindical, na forma do § 1º do art. 589, os percentuais que lhes caberiam serão destinados à “Conta Especial Emprego e Salário”.

Parágrafo único. Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior ou central sindical, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à “Conta Especial Emprego e Salário.” (NR)

“Art. 591. Inexistindo sindicato, o percentual previsto na alínea c do inciso I e na alínea d do inciso II do art. 589 será creditado à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional.

Parágrafo único. Na hipótese do **caput**, os percentuais previstos nas alíneas a e b do inciso I e nas alíneas a e c do inciso II do art. 589 caberão à confederação.” (NR)

“Art. 593. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior e às centrais sindicais serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes ou estatutos.

Parágrafo único. Os recursos destinados às centrais sindicais deverão ser utilizados no custeio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais.” (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 659, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”.

Brasília, 5 de setembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 8/2007/MTE

Brasília, 9 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta de projeto de lei que dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica.

2. A proposta foi elaborada por entendimento entre o Governo e trabalhadores, e tem por escopo conferir legitimidade às centrais sindicais que, organizadas paralelamente às disposições legais, e em sua maioria firmadas como as principais entidades nacionais de representação dos trabalhadores, com reconhecimento político-institucional e crescente participação em conselhos e fóruns públicos, ainda não tiveram assegurada em lei as suas atribuições e prerrogativas como entidade de representação geral dos trabalhadores.

3. A falta de disposições legais sobre as atribuições e prerrogativas das centrais sindicais ocasiona a proliferação de entidades, menores e menos representativas, que se denominam centrais. Desta feita, é necessário o aprimoramento do atual sistema de representação dos trabalhadores, dado que, como nos mostra a experiência internacional, até mesmo em um contexto de ampla liberdade sindical não se pode prescindir de algum critério para identificar as entidades com um mínimo de representatividade. Portanto, somente mediante o cumprimento de critérios objetivos de representatividade, a central será reconhecida e estará habilitada ao exercício da prerrogativa prevista no inciso II do art. 1º da Medida Provisória em questão.

4. O reconhecimento das centrais sindicais não significa que elas irão concorrer com os sindicatos ou comprometer suas prerrogativas de negociação coletiva, porquanto no referido art. 1º, o papel das centrais será o de caráter político-institucional, com vistas a representar e articular os interesses do conjunto de seus representados, cabendo às confederações, federações e sindicatos a tarefa efetiva de promover a negociação coletiva em seus respectivos âmbitos de representação.

5. Além disso, as centrais sindicais terão a prerrogativa de “participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores”.

6. A participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados de órgãos públicos está prevista no art. 10 da Constituição Federal, no entanto, esse direito carece de uma regulamentação para assegurar uma definição objetiva e permanente de quais entidades têm o direito de participar desses espaços.

7. Alguns conselhos e colegiados de órgãos públicos já prevêm a participação das centrais sindicais como representantes dos trabalhadores em seus atos constitutivos, e o que se pretende é que uma política comum para a incorporação dessas entidades nesses

espaços, evitando, assim, a arbitrariedade na indicação das representações dos trabalhadores.

8. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CCFGTS e a Comissão Tripartite de Relações Internacionais, integrantes da estrutura funcional do Ministério do Trabalho e Emprego, são exemplos de conselhos de órgãos públicos que contam com a participação de centrais sindicais em sua composição, definida por meio de atos normativos próprios.

9. Cumpre ressaltar, ainda, os decretos de aprovação da inclusão de trabalhadores nos Conselhos do Sesi, Senai, Sesc e Senac, editados em março de 2006 por Vossa Excelência, que foram resultado do diálogo e da negociação tripartite construídos no Fórum do Sistema “S” e que, para tal feito, sua própria formulação se baseou nos critérios de representatividade que ora são propostos para todos os colegiados de órgãos públicos em que as centrais sindicais já exercem o papel de representação dos trabalhadores.

10. A proposta de projeto de lei ainda garante a publicidade das centrais sindicais reconhecidas, indicando os seus respectivos âmbitos de representação e seus índices de representatividade, como mecanismos assecuratórios da transparência do sistema brasileiro de relações sindicais.

11. Com efeito, se o que se pretende com a proposta é normatizar algo que já se verifica na prática social, regulamentando a participação das Centrais em conselhos de órgãos públicos, ancorada em critérios claros e objetivos de representatividade, nada mais justo do que incluir essas entidades no repasse dos recursos provenientes da contribuição sindical, visando ao fortalecimento do princípio da liberdade sindical, ao permitir ao sindicato a indicação das entidades sindicais de grau superior e as centrais sindicais às quais serão destinadas as cotas da exação.

12. Registre-se que a nova repartição de recursos proposta não terá grande impacto nos valores destinados à Conta Especial Emprego e Salário, porquanto incidirão tão somente sobre aqueles recolhidos a título de contribuição sindical dos trabalhadores.

13. Dessa forma, o impacto financeiro presumido é pouco significativo frente ao avanço que vem trazer a proposta acordada pelas Centrais Sindicais, que: por um lado, garante o reconhecimento legal dessas entidades por meio de critérios claros e objetivos de representatividade; e, por outro, assegura a primazia do sindicato de base na indicação do destino dos recursos provenientes da contribuição sindical e expressa o fortalecimento da organização sindical de trabalhadores,

ao prover as Centrais Sindicais de um mecanismo legal de autonomia e sustentação financeira legítimas.

14. Acima de tudo, Senhor Presidente, será um ato regulamentador que assegurará a transparência na participação das entidades sindicais de trabalhadores nos órgãos colegiados em que esta já é requerida, com critérios claros e objetivos de representatividade. Só assim será possível garantir a participação proporcional das entidades mais representativas nesses colegiados, limitando-se o poder discricionário do Estado, que se vê obrigado a criar, para cada instância ou conselho de órgão público, um ato normativo diferente para definir sua composição.

15. A relevância do anteprojeto de lei justifica-se porque a matéria a ser disciplinada visa a assegurar a consolidação, fortalecimento e continuidade da prática do diálogo social no Brasil, além de materializar o disposto no art. 10 da Constituição, a saber: “é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação”.

16. A urgência justifica-se pela necessidade de reconhecer a legitimidade das centrais sindicais, conquistada nos últimos vinte anos em que ativamente representaram os interesses dos trabalhadores nas negociações com as entidades sindicais de empregadores, bem como com as instâncias governamentais, a exemplo das negociações do salário mínimo ocorridas nos últimos anos, e o fato de a proposta decorrer de um consenso e solicitação das entidades representativas dos trabalhadores, conforme comunicação enviada, inclusive, aos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

São essas, Senhor Presidente, as razões pelas quais submeto à apreciação de Vossa Excelência o anteprojeto de lei em espeque, que constitui uma política de Estado para o aperfeiçoamento da democracia, tão necessária para a promoção da cidadania e para o fortalecimento das instituições brasileiras.

Respeitosamente, **Carlos Roberto Lupi**, Ministro de Estado do Trabalho.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 582. Os empregadores são obrigados a des-
contar, da folha de pagamento de seus empregados

relativa ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devida aos respectivos sindicatos. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

§ 1º Considera-se um dia de trabalho, para efeito de determinação da importância a que alude o item I do art. 580, o equivalente: (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

a) a uma jornada normal de trabalho, se o pagamento ao empregado for feito por unidade de tempo; (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

b) a 1/30 (um trinta avos) da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada ou comissão. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

§ 2º Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba, habitualmente, gorjetas, a contribuição sindical corresponderá a 1/30 (um trinta avos) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado à Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

Art. 589. Da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho: (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

I – 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

II – 15% (quinze por cento) para a federação; (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

III – 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

IV – 20% (vinte por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

Art. 590. Inexistindo confederação, o percentual previsto no item I do artigo anterior caberá à federação representativa do grupo. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

§ 1º Na falta de federação, o percentual a ela destinado caberá à confederação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional. (Incluído pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

§ 2º Na falta de entidades sindicais de grau superior, o percentual que aquelas caberia será destinado à “Conta Especial Emprego e Salário”. (Incluído pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

§ 3º Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior, a contribuição sindical será creditada,

integralmente, à "Conta Especial Emprego e Salário". (Incluído pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

Art. 591. Inexistindo sindicato, o percentual previsto no item III do artigo 589, será creditado à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, caberão à confederação os percentuais previstos nos itens I e II do artigo 589. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9-12-1976)

Art. 593. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O **Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007**, que acaba de ser lido, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria será apreciada simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, podendo somente receber emendas perante a primeira Comissão pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo

com o art. 122, II, "b", combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, findo o qual, sendo apresentadas emendas, as mesmas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no Diário do Senado Federal e em avulsos para serem distribuídos às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 9, de 2007**, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007**, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 9, DE 2007

Nos termos do art. 91, § 4º, Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2007, de iniciativa do Senador Flávio Arns, que Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade, seja apreciado pelo Plenário.

Sala das Sessões, de agosto de 2007.

Eduardo Azeredo

[Handwritten signatures and notes below the printed name Eduardo Azeredo]

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que fica aberto, a partir de amanhã, dia 26 de outubro, o prazo para apresentação de emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno, às seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 20, de 2003**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências*; e
- **Projeto de Resolução nº 12, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *cria o Grupo Parlamentar Brasil-Guiana e dá outras providências*.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 199/07-GLPSDB

Brasília, 25 de outubro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sérgio Guerra, para integrar como suplente a Comissão de Educação, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência designa o Sr. Senador Sérgio Guerra como suplente para compor a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.245, DE 2007

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 1.234, de 2007, aprovado na Sessão do Senado Federal do último dia 24 de outubro do corrente, com vistas à minha participação, como observador parlamentar, na Assembleia-Geral das Nações Unidas que terá lugar em Nova York, requeiro que a licença concedida naquele requerimento seja alterada para o período compreendido entre os dias 5 a 9 de novembro de 2007.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País entre os dias 2 e 14 de novembro de 2007.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2007. – Senador **Euclides Mello**.

REQUERIMENTO Nº 1.246, DE 2007

Tendo sido designado para participar, como observador parlamentar, da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas solicito, nos termos dos art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar a referida missão no período de 5 a 9 de novembro de 2007.

Comunico, nos termos do art. 39, Inciso I, que estarei ausente do País no período de 2 a 10 de novembro.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2007. – Senador **Demóstenes Torres**.

REQUERIMENTO Nº 1.246-A, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido designado para integrar uma delegação da Comissão de Relações Exteriores que realizará visita oficial a Argentina, conforme constam dos Ofícios nº 363 e 364/2007-CRE, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão no período de 26 a 29 de outubro de 2007.

Por oportuno, informo que estarei ausente do País no período de 26 a 30 do corrente.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2007. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 617, DE 2007

Altera o Art. 3º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dá nova redação Art. 3º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.”

Art. 2º O Art. 3º da Lei nº 10.216/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a

devida participação da sociedade, da família e dos meios acadêmicos, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Parágrafo único. dentro das ações desenvolvidas pela política de saúde mental, os entes públicos especializados em doenças mentais realizarão, a cada seis meses, campanhas de esclarecimento e mutirões de atendimento com vistas a prevenção, a detecção e ao tratamento destes transtornos, facultada, sem ônus para os cofres públicos, a participação de entidades e profissionais privados especializados na área. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As doenças psiquiátricas atingem grande parcela da população. Aqueles que têm acesso a serviços médicos mais sofisticados, têm chance de serem tratados e viver normal e dignamente. Todavia, os que não têm renda ou têm como única alternativa o sistema público de saúde, não recebem, do mesmo, o tempo e atenção para o diagnóstico de doenças psiquiátricas.

Hoje, sabemos que muitas delas são tratáveis e levam o indivíduo a viver próximo à normalidade, ou até mesmo, nos melhores casos, em convívio normal. Os que são deixados ao arbítrio da doença mental ou psiquiátrica, têm um profundo abalo na sua condição humana e da sua cidadania, sofrendo muito, pessoalmente, e sendo marginalizado socialmente, além de inúmeras tragédias que ocorrem (mortes, assassinatos e suicídios e desorganização familiar), na vida dessas pessoas e suas famílias, produzindo perdas humanas e econômicas para a sociedade.

Atento a esse grave problema, proponho sua discussão, dentro da perspectiva de uma política pública voltada para este setor de saúde que foi criada pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”, no sentido de que este sistema-público de saúde tome a iniciativa de realizar avaliações periódicas dos pacientes portadores de transtornos mentais, através de mutirões, com o auxílio de faculdades de medicina pública e privadas, associações médicas etc...

Há mutirões de toda ordem, mas o da doença mental, da doença psiquiátrica é fundamental para diminuir o grau de sofrimento das pessoas, reduzir o nível das tensões na sociedade e economias diversas. E além disso, busca a proposta atender as diretrizes mais

adequadas e modernas de tratamento, que prioriza e privilegia o atendimento e diagnóstico prévio desses males, de forma que a cura ou o controle possa ser feito em regime ambulatorial, ou até mesmo no meio de convivência do paciente.

Este projeto atende a uma sugestão de um cidadão paulistano, Sr. Cláudio Mendes, que considere muito oportuna e justa, por envolver os meios institucionais, públicos e privados nos cuidados, tanto na profilaxia como no tratamento dos portadores de doenças mentais.

Deste modo, submeto a meus pares a presente proposição, certo de estar contribuindo para o aperfeiçoamento de uma Lei que, em boa hora, veio preencher uma grave lacuna na assistência às pessoas portadoras de transtornos mentais.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2007. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial CM saúde mental.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I – ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II – ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III – ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV – ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V – ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI – ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII – receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII – ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX – ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

I – internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

II – internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e

III – internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

Art. 7º A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento.

Parágrafo único. O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.

Art. 8º A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.

§ 1º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

§ 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

Art. 9º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto a salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

Art. 10. Evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares, ou ao representante legal do paciente, bem como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de vinte e quatro horas da data da ocorrência.

Art. 11. Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.

Art. 12. O Conselho Nacional de Saúde, no âmbito de sua atuação, criará comissão nacional para acompanhar a implementação desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão de Assuntos Sociais _ decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 618, DE 2007

Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta as profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel,

estabelece os requisitos para o exercício dessas atividades e determina seu registro no órgão competente.

Art. 2º É livre o exercício das atividades profissionais de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel, desde que atendidas as exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º Para efeito desta Lei, consideram-se:

I – Catador de Materiais Recicláveis, aquele que, de forma autônoma, ou como associado de cooperativa ou associação, faz a cata, a seleção e o transporte de material reciclável, nas vias públicas e nos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviço, públicos ou privados, para venda ou uso próprio do material recolhido;

II – Reciclador de Papel, aquele que, de forma autônoma, ou como associado de cooperativa ou associação, desenvolve a atividade de reciclagem de papel, para venda ou uso próprio, no âmbito de seu domicílio ou em locais adequados para esse fim.

Art. 4º O exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho, em cuja jurisdição exercerem suas atividades.

Art. 5º O registro será concedido mediante a apresentação, pelo interessado, dos seguintes documentos:

I – prova de identidade;

II – prova de estar em dia com as obrigações eleitorais; e

III – prova de quitação com o serviço militar, quando for obrigado.

Parágrafo único. Se o trabalhador for menor, a efetivação do registro de que trata o **caput** fica condicionada ao disposto no § 2º do art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos anos, os catadores e recicladores de papel assumiram grande importância na nossa sociedade, passando de trabalhadores anônimos da limpeza urbana para parceiros estratégicos de programas de coleta seletiva de materiais recicláveis.

O trabalho desses catadores e recicladores, que surgiu como mais um meio de sobrevivência de significativa parcela de nossa população, é hoje visto não só como fonte de renda, mas também uma colaboração direta e imprescindível de preservação do meio ambiente.

Tradicionalmente, o papel é fabricado com fibras de vegetais. Para a produção de 1 tonelada de papel,

gastam-se quase 100 mil litros de água tratada, muita energia e mais de 50 árvores adultas. Quando se aproveita o papel já usado, os gastos são extremamente reduzidos: economia de 50% a 80% de energia e o corte de 20 à 30 árvores são poupados.

Nas grandes cidades, quase 25% do lixo é constituído de papel; e o Brasil, por incrível que pareça, ainda importa papel de outros países.

Na últimas duas décadas, diversas profissões surgiram, algumas passaram por mudanças de conteúdo e de denominação, e outras, que sempre existiram, somente agora estão sendo reconhecidas.

Para a Professora Liliana Rolfsen P. Segnini, da Universidade de Campinas, ocupações como as de catadores e recicladores de papel nunca foram descritas em classificações na América Latina. Ignorá-las faz com que esses trabalhadores fiquem totalmente desamparados.

É bem verdade que a sua regulamentação não lhes assegura proteção, mas lhes oferece visibilidade e a chance de serem contemplados em políticas públicas.

Conhecer, sistematizar, classificar o mercado de trabalho de um país significa elaborar parâmetros que informam relações econômicas, políticas e sociais. Nesse sentido, a regulamentação de uma determinada profissão é uma forma de representar uma sociedade ou um País, considerando em sua elaboração parâmetros tecnológicos e sociais, tais como formação profissional, qualificação, representação sindical, relações e organização do trabalho, em suas diferentes etapas e processos.

Nesse contexto, estamos propondo esta iniciativa que visa ao reconhecimento, à valorização e ao resgate histórico de uma classe de trabalhadores que muito vem contribuindo para o bem-estar da sociedade.

Esperamos, pois, contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a aprovação deste projeto de lei, dada sua relevância e seu indiscutível alcance social e econômico.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

.....

Art. 405. Ao menor não será permitido o trabalho: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)_

.....
§ 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há oradores inscritos.

Sem prejuízo da ordem de inscrição, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

V. Exª dispõe de dez minutos para o pronunciamento.

O SR. ROMEUTUMA (Bloco/PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores telespectadores, Senador Alvaro Dias, o que me traz a esta tribuna hoje é a população assustada e preocupada com as recentes notícias do esquema de adulteração do leite em Minas Gerais. É de conhecimento público que isso vem ocorrendo em Minas, mas pode ser que a mesma fórmula desenvolvida por um mau químico tenha batizado produtores de leite em outros lugares também.

A operação chamada “Ouro Branco”, empreendida pela Polícia Federal em conjunto com o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, executou 27 mandados de prisão relacionados às pessoas responsáveis pelo bárbaro crime, desde funcionários das cooperativas produtoras até o servidor do Ministério da Agricultura que tinha a obrigação funcional de fiscalizar o produto.

É inominável a vilania por trás da prática desvendada. O leite é um alimento basicamente consumido por crianças, muitas delas ainda em formação e com o organismo ainda pouco resistente. Contaminá-lo, adicionando-lhe ilicitamente componentes químicos danosos à saúde humana como a soda cáustica, Senadora Serys, é demonstrar total desprezo pela vida e pela integridade física dos consumidores do produto, fazendo pouco caso da segurança alimentar de toda a sociedade.

Senador Alvaro Dias, no início da minha gestão, eu aprendi com seu irmão, Senador Osmar Dias, o que era

segurança alimentar, porque ele é um especialista e é até autor de um livro sobre esse assunto. Sempre ouvimos falar em segurança física, não imaginávamos nem tínhamos a dimensão do que seja segurança alimentar. Hoje, além de entendermos o que seja segurança alimentar, temos a dimensão da nossa responsabilidade para que a sociedade possa consumir produtos tranquilamente, sem risco de ser envenenada. O Senador Mão Santa sabe o que é isso, o que é ingerir produtos produzidos com tóxicos. S. Exª sabe o mal que pode causar, principalmente ao aparelho digestivo.

Crimes como esse, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senador Mão Santa, Senadora Serys, que atentam contra a saúde pública, que colocam em risco a vida, sobretudo de crianças indefesas, devem ser tratados com o máximo rigor.

Não podemos condescender com esse tipo de atitude, com esse incontido e atroz ímpeto de se ganhar vantagem a qualquer custo, mesmo sobre a saúde alheia. Todo o País está absolutamente indignado e chocado com a revelação da máfia do leite adulterado. V. Exª gostaria de ter um aparte?

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Agradeço-lhe a oportunidade do aparte, mas queria dizer-lhe que, neste momento, V. Exª fala por todos os Senadores e por todos os brasileiros. Na realidade, não existe uma irregularidade, um crime mesmo mais grave do que esse da adulteração do leite, inclusive utilizando como veículo para sua conservação produtos altamente tóxicos, cujo uso continuado naturalmente vai gerar lesões graves à saúde do povo. E é por isso mesmo que digo que V. Exª está aqui interpretando o sentimento de todos os brasileiros. Eu me associo ao seu esforço e espero que as autoridades sanitárias, de saúde pública e alimentares deste País ajam de maneira exemplar, inclusive endurecendo as normas para a fiscalização e acompanhamento da produção industrial de alimentos neste País. Tenho certeza de que, se uma fiscalização mais rigorosa for feita, as autoridades vão encontrar outras irregularidades nesse campo. Não há, realmente, critério da indústria de alimentos neste País. Predominam o mercantilismo, a ambição do lucro fácil e, sobretudo, um desrespeito profundo à saúde do povo.

O SR. ROMEUTUMA (Bloco/PTB – SP) – Senador Maranhão, agradeço o aparte de V. Exª.

Lembro-me, Senador Tião Viana, que é médico, de que um dia me convidaram para fazer uma palestra na USP, na Faculdade de Medicina. Eu, sempre voltado para assuntos de drogas e de crimes, dessa vez queria falar alguma coisa diferente. Consultei o Código Penal, Senadora Marisa Serrano, e vi os crimes contra a saúde pública e percebi que ninguém tem a preocupação voltada eficazmente para esses tipos de delitos, que

constam do Código Penal e são realmente punidos com razoável persistência por algumas autoridades. Porém, ficam ao léu, porque quem é responsável pela fiscalização não a faz. A polícia investiga um caso só durante dois ou três anos para descobrir isto aqui, quando a fiscalização, como V. Ex^a diz, poderia ter identificado na hora. E quanta gente já está hoje com alguma parte do organismo doente pelo uso indevido de produtos tóxicos? E isso para se ganhar mais dinheiro.

V. Ex^a verifica problema semelhante, guardadas as devidas proporções – porque esse caso é muito mais grave –, na gasolina. Estão fechando centenas de postos no Brasil inteiro devido à adulteração do combustível. Por quê? Porque falta fiscalização na produção.

Por exemplo, como sai um produto de uma fábrica para ser manipulado ou transformado em outra fábrica, sem que haja uma pesquisa química para saber se aquilo preenche os pré-requisitos necessários, dando, assim, tranquilidade à saúde pública? E nós sabemos que o leite é mais usado por crianças. Gosto de leite. Estou velho, mas gosto. Esse assunto é nebuloso, tão angustiante e doloroso. A Senadora Marisa, que é uma lutadora pelo interesse das crianças, dos jovens na educação, deve sentir talvez, como nós, uma revolta profunda. Na merenda escolar, deve ter um copinho de leite para as crianças. E se ele for adulterado, Senadora? O que vai acontecer a essas crianças com oito anos, dez anos de ingestão de leite misturado com produtos químicos?

Então, penso que tem que haver uma punição forte, e principalmente repressão ligada à fiscalização. Não podemos mais andar a reboque do crime. O que acontece é que só corremos atrás do crime que já aconteceu. Ninguém faz ação preventiva, Senador, e é isso que tem revoltado, acredito, qualquer cidadão brasileiro, porque ele lê no jornal todo dia e vê morte, vê assassinato, vê assalto e não vê nada sendo prevenido. Ou, então, ele vê corrupção depois do fato consumado. E vê maus policiais, policiais malformados, se vendendo para traficantes, como vi hoje pela manhã. E não choramos, porque a revolta secou as nossas lágrimas. Provavelmente, no caso do leite, tem alguma coisa estranha na própria fiscalização. Não quero acusar ninguém, mas a polícia não pode afastar essa hipótese do vício da adulteração estar mancomunado com as autoridades que sejam responsáveis pela fiscalização.

Pronto, os dez minutos passaram, Presidente. Não quero atrapalhar a Serys Slhessarenko, porque ela ficou triste comigo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Tuma, pelo cumprimento do horário.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Serys, pela ordem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de pedir, Sr. Presidente, minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrita em segundo lugar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pedido de inscrição para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quem é o primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O primeiro é o Senador que ocupa a Presidência neste momento e que chegou em primeiro lugar, mas cederei o primeiro lugar à Senadora Serys, que tem a palavra neste momento e dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento. Em seguida, terá a palavra a Senadora Marisa Serrano, como oradora inscrita.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, pediria rapidamente que ficasse registrado nos *Anais* do nosso Senado da República o artigo escrito pelo jornalista Ruy Castro, publicado na **Folha de S. Paulo** de ontem: “Pela Maria da Penha”. Que fique registrado na íntegra nos *Anais* do Senado da República artigo de Ruy Castro, publicado ontem na **Folha de S. Paulo**.

Escrevi um pronunciamento no dia 15 de outubro, que é o Dia do Professor, mas, após isso, fiz uma das minhas andanças no meu Estado de Mato Grosso e passei pelos Municípios de Mirassol do D’Oeste e Pontes e Lacerda, municípios extremamente promissores do meu Estado. Mas hoje não vou falar sobre eles. Fui até o Município de Comodoro. Passei por vários outros: Conquista D’Oeste, Vale de São Domingos, Nova Lacerda, encerrando em Comodoro.

Como, ainda meio próximo do Dia do Professor, eu precisava fazer este discurso, vou deixar para comentar a minha passagem por todos esses municípios num outro momento e vou ater-me ao Município de Comodoro. Não que seja mais bonito ou melhor do que os outros. É porque desejo homenagear uma pessoa muito especial daquela cidade. Trata-se de uma professora na verdadeira acepção da palavra, exemplo de vida e dedicação ao magistério.

Falo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, com muito orgulho, da Professora Helena Matiuzzo Felix, com mais de 40 anos de magistério, quando nós, mulheres, podemos nos aposentar aos 25 anos como professoras, não é Senadora Marisa? Nós, que somos dessa área – eu, pelo menos, dei aula na Universidade Federal de Mato Grosso durante 26 anos –, sabemos que essa é uma tarefa árdua. Por isso é justa a aposentadoria com esse tempo de serviços prestados. A Dona Helena Matiuzzo tem mais de 40 anos exercendo o magistério e continua na sua função.

Ela estava presente, no dia 14 de outubro, e eu vi, emocionada, essa grande professora Dona Helena, que, de tamanho, é bem miúda, uma pessoa de estatura bem pequena, mas grande na sua forma de ser, no seu preparo. E lá ela estava sendo homenageada pela escola municipal que está levando seu nome, Helena Matiuzzo Felix. Embalada por um coral, ela ainda cantarolava. Além de ser professora, continua trabalhando, participando de um coral. Uma pessoa de cabelos branquinhos, lá estava ela, orgulhando todos os cidadãos de nosso Município de Comodoro, que fica na divisa de Rondônia. Foi um grande momento, com centenas de pessoas presentes a essa homenagem, a inauguração de uma escola.

Lá estive com valorosos companheiros do meu Partido, Partido dos Trabalhadores, meu grande companheiro Marcelo, o Presidente do Sindicato Rural, Onildo; nosso vereador José João; enfim, a militância

do nosso Partido. Recebemos grupos de índios da comunidade indígena nambiquara. E destaco Mané Manduca, líder dessa comunidade nambiquara na região. Estivemos, enfim, conversando com essa população tão amiga, tão destemida.

Hoje, é muito fácil a gente chegar em nosso Comodoro, na divisa com o Estado vizinho de Rondônia, pois já temos asfalto até lá, temos uma estrada boa, conservada. Há 20 anos, aquele espaço físico da nossa geografia mato-grossense era inatingível. Hoje, a gente chega lá com facilidade.

Eu queria dar esse recado rapidamente em homenagem à D. Helena Matiuzzo, que hoje dá um nome a uma escola municipal com a dignidade e a grandeza que ela, com certeza, tem e merece de uma escola, no Município de Comodoro. Essa mulher tem uma história belíssima. Desde a fundação do nosso Município até os dias de hoje, aliás, muito antes, ela já era professora.

Mais uma vez, minha homenagem a todos os profissionais da educação do meu País e especialmente do meu Estado de Mato Grosso, na figura dessa grande mulher que é Helena Matiuzzo Felix.

Obrigada, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RUY CASTRO

Pela Maria da Penha

RIO DE JANEIRO - Um juiz de Sete Lagoas, MG, frequentou o noticiário esta semana por declarar “inconstitucional” a Lei Maria da Penha, que protege a mulher contra as agressões do marido ou companheiro. Segundo o juiz, a lei é absurda porque transforma o homem num “tolo”, num subjugado “sem autoridade”. Diz também o juiz que a desgraça humana começou no Éden, quando Eva tentou Adão. E acrescenta: “O mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus era homem!”.

Peço vênia para discordar. Para mim, o episódio da maçã marcou muito mais a possibilidade de redenção do homem que de sua maldição. Pelo menos, deu um sentido à sua vida: pecar. E não entendo a empolgação do magistrado pelo gênero masculino. Ao contrário, acho que o homem só faz o que faz — constrói submarinos, promove guerras, levanta cidades, pinta capelas, compõe baiões ou escreve

“Memórias de um Sargento de Milícias” — para se compensar pelo fato de não ter ovários. Sem falar em que, segundo Freud, a maioria dos homens só faz tudo isso para impressionar as mulheres.

A ojeriza do ilustre juiz denota também um certo desprezo pela condição intelectual da mulher. Nesse ponto, ele pode não estar sozinho. Uma avaliação da inteligência na escala animal, feita há tempos pela OMS (Organização Mundial da Saúde), deu o homem em 1º, o chimpanzé em 2º e, creio, o gato em 3º. Baseando-me em meio século de observação empírica, sou mais pela mulher em 1º, o gato em 2º e o chimpanzé em 3º. O homem em placaria, se tanto, um 6º lugar, depois do pernilongo e do papagaio. Já me convenci inclusive, de que o homem é só um instrumento usado pelas mulheres para produzir mais mulheres. Pai de duas filhas, não tenho nada contra e achei ótimo ser um elo nessa cadeia de produção.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senadora Serys. V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

V. Ex^a terá dez minutos para fazer o seu discurso.

O próximo orador inscrito é V. Ex^a, Senador Mário Couto. Intercalando com os oradores, falará o Senador Mão Santa logo após a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, cumprimento a Senadora presente e a todos os Senadores.

Gostaria de falar um pouco sobre a nossa Casa, o Senado, e sobre as questões que hoje estão sendo debatidas não só pelo Congresso, Câmara dos Deputados e Senado Federal, mas por todo o País.

Todos nós vimos que, após a licença do Senador Renan Calheiros da Presidência desta Casa, os grandes temas nacionais, fundamentais, relevantes e importantes para toda a sociedade brasileira começam a ser mais debatidos e mais questionados. Deixamos um pouco de discutir nossas próprias entranhas para participar da discussão de temas relevantes para a melhoria da vida do povo brasileiro.

Espero que, com a mão equilibrada do Senador Tião Viana, que assumiu a Presidência desta Casa, possamos dar uma resposta à sociedade brasileira sobre essas questões que ela tem suscitado, pois ela espera uma resposta efetiva de todos os Senadores.

Saúdo também o Senador Tião Viana, desejando-lhe um profícuo trabalho frente à Mesa Diretora do nosso Senado, esperando que, a partir daí, tenhamos mais sintonia com a população brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, uma grande parte da sociedade brasileira está voltada para a questão da CPMF. Não se trata de uma prorrogação, porque é uma nova versão que deveria vir de uma CPMF. E quero colocar não só o meu ponto de vista, o do meu partido e, tenho certeza, o de inúmeros brasileiros que estão acompanhando essa questão.

Muitos que não estão seguindo diariamente o assunto podem achar que a CPMF é uma questão pontual, do imposto do cheque, como alguns dizem. Só isso. Mas é muito mais do que isso. Quando discutimos CPMF, não estamos discutindo apenas uma mudança de alíquota, se vai permanecer a mesma alíquota ou não. Não é só essa a questão. A questão é muito maior. Quando se discute a CPMF, estamos discutindo, sim, o que esperamos para o nosso País em termos de reforma tributária; e, se estamos discutindo reforma tributária, se é mais tributo, se é menos tributo, como é que o povo brasileiro está pagando tributo ou

não, e se o povo brasileiro tem a idéia de que tem que trabalhar quatro meses por ano para pagar os tributos. No ano passado, o percentual a ser pago era de 34%; neste ano, Senador Mário, já estamos pagando 38% de impostos. Será que a sociedade brasileira, Senador Mão Santa, está participando disso?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professora Marisa.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a é professora. Esse é o maior título, atentai bem. V. Ex^a lecionava qual cadeira?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Língua Portuguesa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, eu mesmo vou ensinar o Luiz Inácio, porque a senhora se equivocou. Seria assim se fossem dez meses, mas o ano tem doze e o décimo terceiro mês. São cinco meses que paga o brasileiro e a brasileira de vergonha como V. Ex^a, que trabalha, e mais um para os bancos. Dos doze meses, são seis meses; matematicamente, é a metade do ano, porque são quase 40% hoje. São 76 impostos. Atentai bem. São doze e ainda tem o décimo terceiro. A matemática é cinco meses e mais um para pagar banco. Todo mundo tem talão de cheque, paga juros do banco, fora a CPMF. Mas V. Ex^a é professora, que é um título maior, mas o que quero dizer é que esse negócio da CPMF é mentira. Olha, apanhei muito – não sei o Mário Couto – de cinturão do meu pai, porque, se mentia, era “pau”. Ele dizia: quem mente rouba. E era mentira de menino que não ia ao dentista com medo da broca. Quem mente rouba. Hoje, em um jornal do Piauí, saiu uma *charge* em que eu dizia: esse é da mentira. Cristo disse: em verdade, em verdade, eu vos digo. Cristo disse: “Eu sou a verdade, o caminho e a vida”. A verdade! Então, provisório é uma mentira para o povo. Está-se tornando permanente. E outra é que vai para a Saúde, mas não vai. Nunca vi dantes... Vou fazer 41 anos de médico. A senhora tem a metade de idade, eu tenho 41 de médico. Eu nunca vi – pode anotar aí; eu vou até para o Conselho – a Saúde tão esculhambada. Assim se diz no Piauí, não sei se está no dicionário, mas o nome é esse. Olha, até com material de marcenaria estão operando cabeça. O mosquitinho? Apareceu um primo dele, debochando. A rubéola, que na gravidez da gestante faz nascer monstros, está voltando. A malária aumentou. A tuberculose grassou. E as filas, os velhinhos sofrendo, os aposentados que não têm plano de saúde. Então, outra mentira: nunca foi e não vai. Isso é verdade. A verdade é V. Ex^a, professora, que pode ser chamada de mestra, igual a Cristo.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Que bom! Obrigada, Senador. Concorde com V. Ex^a, porque a questão que V. Ex^a levantou da saúde é uma das questões. Não é só discutir a CPMF como um imposto do cheque. É discutir pacto federativo; é discutir gasto público; é discutir os problemas do processo eleitoral brasileiro. Tudo isso, Senador Mário, tudo isso, Senadora Serys, é questão para ser debatida.

É por isso que, observando todas essas questões, as oposições estão questionando o Governo. E aí, Senador Alvaro Dias, que preside hoje a sessão, a imprensa e as pessoas dizem assim: “Mas como? As oposições estão conversando com o Governo? Estão indo lá hoje almoçar com o Ministro Mantega, para saber e discutir a CPMF, a convite dele. Discutir e conversar?” Tem mais é que discutir e conversar. Política se faz conversando. Política se faz discutindo. Mas isso não significa, não pode significar e não vai significar adesismo.

O que queremos, sim, é uma reforma tributária. Se pudermos, faremos com que a nossa conversa sirva para propormos uma reforma tributária para este País; não, Senador Mário, com promessas vãs de mudar para o ano que vem ou de, depois de votada a CPMF, mandar uma proposta para esta Casa votar. Não dessa forma. Mas que seja feita agora uma proposta efetiva de mudança na estrutura tributária deste País. Isso as Oposições têm o dever de apresentar à sociedade brasileira.

Se nós pudermos ajudar a melhorar este País, a fazer com que o setor produtivo produza mais, e os trabalhadores não precisem pagar cinco meses, como disse V. Ex^a, Senador Mão Santa, ou seis meses do seu trabalho para os impostos, vamos fazê-lo. Ademais, não é só isso. Não podemos ficar no jogo maniqueísta de ser a favor ou contra a CPMF. Você é a favor ou contra? Não é um Fla x Flu. Não é assim que se faz debate sério de questões sérias e fundamentais para este País.

Se reforma tributária é fundamental para que este País ande, para que este País avance, para que este País dê mais emprego ao seu povo, para que este País faça com que os serviços públicos sejam de melhor qualidade para a população, e se pudermos, no bojo dessa questão da CPMF, discutir tudo isso, é fundamental, é função nossa como políticos e como parlamentares fazê-lo.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Peço a V. Ex^a um aparte, Senadora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Portanto, quero dizer aqui, nesta tarde, que não podemos banalizar o conteúdo das nossas discussões a respeito da CPMF.

Eu sou contra a CPMF, porque sou contra a quantidade de impostos que se paga neste País, sou contra o arrocho que se dá a todos aqueles que queiram produzir

neste País. Ninguém mais quer contratar um funcionário e fazer com que ele tenha carteira assinada. Todo mundo quer sonegar, pagar o menos possível dos tributos.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permita-me um aparte?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Senadora Serys, é um prazer.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – V. Ex^a tem razão. Realmente, pagar imposto é ruim. Partese desse princípio. E pagamos muito imposto também, o que é verdadeiro. Agora, concordo com a senhora em relação à reforma tributária. Nós precisamos fazer essa reforma tributária acontecer rapidamente. E acredito que nela temos de tirar muitos impostos, pois há imposto demais. Tem de deixar lá dois, três, no máximo, quatro impostos. Mas, justamente, têm de ficar lá aqueles impostos que são democráticos, aqueles impostos que quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos, e quem não tem nada paga nada. Por isso, eu digo que o imposto que não permite a sonegação é um imposto importante, que deve entrar na reforma tributária. Por exemplo, a CPMF é um imposto democrático, do meu ponto de vista. Quem tem muito circulando nos bancos paga muito, quem tem pouco paga pouco, quem não tem nada não paga nada. E ele não permite a sonegação. Concorde com a senhora. A reforma tributária tem de ser feita por inteiro, porque é realmente ali que nós precisamos delimitar os impostos, principalmente aqueles que não permitem a sonegação. E a CPMF é um imposto, é uma contribuição que não permite a sonegação. E quem tem muito dinheiro no banco paga muito, quem tem pouco paga pouco. Por isso, ele é democrático, e, por isso, eu vou votar a favor. Mas é preciso discutir muito e é preciso acabar com muitos impostos e colocar na CPMF aqueles que não permitem a sonegação. Muito obrigada.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senadora. Rebato um pouquinho o que disse a Senadora Serys e acrescento algo mais: se a reforma tributária é importante, e se pudermos fazer com que ela comece agora, que as propostas que o meu Partido, o PSDB, está colocando em jogo para serem discutidas sejam ouvidas. É o momento. No entanto, Senadora Serys, não podemos ficar como o Ministro da fazenda usando terrorismo e dizendo: “Se não passar a CPMF, acaba o País, fica ingovernável.”

Ora, se a CPMF era uma contribuição que tinha vigência até dezembro deste ano – todo mundo sabia; ainda mais o Governo, que trabalha com ela –, como é que não iria saber que ela acaba agora? Se ela ia acabar em dezembro, então não tinha condições. Se fosse sério, previdente, o Governo iria preparar-se para o término da CPMF. Não podia ficar agora, no último

mês, jogando para cima do Congresso Nacional a responsabilidade de manter vivo o País. E, se for para manter o País inteiro – e ele diz que o País fica ingovernável se não tiver a CPMF –, então fico imaginando, assim como todos os brasileiros que estão me ouvindo e vendo devem estar imaginando, como é que o Governo não se preparou para isso. Tinha que se preparar, porque é um governo, Senador Mário Couto, que diz todo dia que está arrecadando muito mais do que esperava arrecadar. E realmente está arrecadando muito. Só no primeiro semestre deste ano, arrecadou R\$36 bilhões. É quase o total que vai arrecadar com a CPMF no ano que vem inteiro, que são R\$40 bilhões.

Então, se está arrecadando tanto; se diz que a economia está muito bem, que este País está uma maravilha, que nunca dantes neste País se viu um governo que estivesse com uma economia maravilhosa, perfeita; se a economia está tão boa, se arrecada tanto, por que a população deve continuar pagando a CPMF?

Ela foi necessária quando tínhamos turbulência em todo o mundo, havia crise no México, na Ásia, em todos os lugares. O mundo estava periclitando, aí a CPMF foi importante. Mas hoje, na hora em que o Governo diz que não precisa, que o mundo está uma maravilha, que o País está ótimo, que a economia está excelente, por que a CPMF?

Se for para fazer uma reforma tributária que melhore este País, que dê condições de trabalho àqueles que merecem e que precisam trabalhar e dê condições àqueles que produzem de continuarem produzindo, vale a pena discutir a CPMF.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Eu quero dizer mais algumas coisas que são importantes, se me permitir, Sr. Presidente.

O que o PSDB, o meu Partido, tem dito? Que, se a sociedade brasileira questiona os impostos, é necessário que se discuta, por exemplo, como cortar impostos sobre a folha de pagamento. Assim, vamos diminuir a informalidade, diminuir o número de pessoas que não têm carteira assinada, já que ninguém mais quer contratar porque tem de pagar impostos em alta escala; é muito caro. Quem puder ter dois, três, quatro, dez empregados, terá um só, porque está difícil mantê-los.

Outra medida seria a redução de impostos de investimento em saneamento público. Precisa mesmo! Os nossos governadores e os nossos prefeitos sabem disso. Tem de melhorar.

Senador Mário Couto, que é de um Estado que tem tantas áreas alagadas, que tem palafitas, que tem tantos problemas de saneamento básico, como todos os Estados nordestinos têm, e onde tantas cidades vi-

vem com problemas sérios de saúde pública, como é que não vamos desonerar esgoto, por exemplo, água? Não tem como, Senador Mário, não fazer.

Outro ponto é o aumento do repasse de verbas da CPMF para a Saúde nos Estados. O Senador Mão Santa hoje já nos deu uma aula sobre isso. É preciso, sim. O que está acontecendo na saúde, neste País, é uma vergonha, pois estão chegando doenças, como o Senador Mão Santa disse, que pareciam estar erradicadas no País. Falar que a tuberculose está voltando, que a rubéola está voltando, meu Deus do céu, é de alarmar. É de questionarmos o que está acontecendo. É incompetência do Ministro? Não acredito. É incompetência dos servidores? Não acredito. É falta de uma política efetiva de prioridade para aquilo que é importante neste País.

São questões como essas que estamos discutindo hoje: como aumentar o repasse da Cide para os Estados - que é cobrada sobre o consumo de combustíveis -, para ajudar a manter as nossas estradas, que são outra vergonha.

Quero aqui só dizer, para terminar, Sr. Presidente, que temos de discutir, sim. E aqui eles estão dizendo que é uma vergonha a Oposição discutir a CPMF. Eu digo: meu Deus do céu, vergonha seria se não discutíssemos; vergonha seria se fálássemos que somos contra tudo.

Eu sou contra impostos. Provavelmente, voto contra a CPMF. Falo provavelmente, porque pode haver uma reforma tributária que garanta mudanças na tributação. Todo mundo sabe que me coloco contra todo e qualquer imposto que prejudique a população brasileira.

Sou contra a CPMF, vou votar contra a CPMF. Estou esperando a resposta dos nossos líderes que estão discutindo para ver se há uma saída, e se o Governo vai aceitar nossa proposta de acabar com alguns impostos. Se acabarem com alguns impostos - que, como disse a Senadora Serys, podem acabar -, será ótimo, pois poderá melhorar a vida da população. Para mim, tanto faz que se acabe com a CPMF ou com qualquer outro imposto, contanto que termine e que sejam equilibrados. Mas essa é uma questão que tem de ser discutida.

Fica, portanto, minha confiança nas lideranças do meu Partido, o PSDB, na discussão e no encaminhamento dessas propostas.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, Parlamentares,

brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, Senador Mário Couto, Senadora Marisa, são os tucanos. Não são? Esse negócio de café com leite, nem São Paulo nem Minas. O nosso candidato é do Paraná. Você dobra o tempo, não dobra?

Olha aqui, e quis Deus chegasse a experiência, Shakespeare disse. Ô, candidato tucano à Presidência, do Paraná, nem café, nem leite, nem São Paulo, nem Minas: Alvaro Dias.

Senador Alvaro Dias, Senador Duque, há uma charge do jornal **Diário do Povo**. Reproduz esta imagem na TV do tamanho de um *outdoor*, faz de conta que sou do governo. O Presidente agora é o Alvaro Dias. Então, está aqui o Luiz Inácio de Pinóquio.

Presidente, votei no Luiz Inácio, na primeira eleição. Pinóquio, porque a CPMF é uma mentira. Não se pode partir da mentira. Está ali o Duque. Este Senado é grande por isto: somos poucos, mas de alta qualidade. Nós quatro aqui fazemos o melhor Senado desses 183 anos de história. Pode fazer uma CPI na vida de cada um. Não é esse negócio de Conselho de Ética. Pode fazer uma CPI em cima de cada um.

Ali, quis Deus, está o Duque. A mulher dele é bonita, empata com Adalgisa. Ela foi secretária de Getúlio Vargas, e ele era Deputado, galante, conversador... acabou conquistando. É um homem de experiência.

Essa pedagogia não entendo bem, não. Sei que apanhei muito de cinturão do meu pai. Mário Couto, você não apanhou? E era por besteirinha, a maioria das vezes era o diabo do dentista, que tinha uma broca – era complicada! – a pedal. Você lembra, Duque, você foi? Olha aí. Tinha no Paraná? A nossa Cláudia é novinha, não é do tempo da broca de pedal, só tem 25 anos. Mas a gente arrupia, era a pedal ali para tirar um dente. E eu faltava com medo da broca e do dentista. Mas o meu pai era amigo do dentista. “Ô, Dr. Simplício, e o Francisco?” “Faz dois meses que ele não pisa lá.” Olha, pau, pois quem mente rouba. E apanhei muito. Foi bom, agradeço. Não sei, mas essa pedagogia, sou pela do meu pai, de quem estou contando a história e estou aqui.

Ô, Luiz Inácio, se o seu pai não lhe deu, não o estou julgando, nem a Vossa Excelência, mas esse negócio de mentira não dá certo. Primeiramente, ô, Deus, bote um raio neste Senado e acabe esse negócio se continuarmos a mentir para o povo brasileiro. CPMF, contribuição provisória. Provisória é provisória, foi de um tempo de crise mundial, dos tigres asiáticos. E um homem de bem, acreditado, fez isso: Adib Jatene.

Eu auxiliei cirurgia de Adib Jatene nos primórdios da cirurgia cardiovascular. Ele é da banda de V. Ex^a, nasceu no Acre, como o nosso Presidente Tião. Ele ganhou a confiança e pediu aquela contribuição para

tirar a Saúde da crise. Não tirou. Quem fala isso sou eu, que vou fazer 41 anos de médico agora, no dia 6 de dezembro. No Piauí a gente fala “esculhambada.” Bota aí e pode-me levar para o Conselho de Ética: nunca a Saúde esteve tão esculhambada. São 41 anos como médico mesmo, de Santa Casa.

No Rio de Janeiro, está-se pegando negócio de carpintaria para abrir as cabeças. No Rio de Janeiro, tala de papelão para se engessar braço. O mosquitinho que o Oswaldo Cruz erradicou, o *aedes aegypti* – pega, dá picada, leva o vírus – era da febre amarela; agora o danado transmite a dengue. O danado já mandou buscar uns primos, já descobriram outros mosquitos, *aedes* não sei o quê – não estudei isso ainda. E o pior: mais tipos de dengue. Isso tinha acabado em 1950!

Duque, você se lembra dos mata-mosquitos? Entravam na casa da gente e combatiam a malária. Isso acabou, foi extinto. Quem diz isto sou eu. O Ministro da Saúde está aqui, na foto, gente boa, parece um galã da Globo.

Parece o teu irmão, Alvaro, todo charmoso.

Temporão, no começo da minha medicina, havia casos de malária. Vinham lá do Amazonas. Os remédios eram Aralen, Plaquenil. Desapareceu. Eu, médico, estou dando o testemunho. Voltou. Ou não? Está ali o homem do Amazonas. A malária lá está uma epidemia. Há um ano eu falo da dengue e agora que o Governo reconheceu que tem epidemia. O Boris Casoy dizia “isto é uma vergonha.” Aí o Luiz Inácio mandou tirar e ele tirou. Ficou uma vergonha maior e o homem desapareceu. Mas o Congresso ele não fecha, não!

Está ali o Mário Couto já preparado... Aqui é para ser a voz do povo. Mas, Alvaro Dias, é provisório, e dizer que vai para hospital? Não vai.

Eu recebi uma carta de um médico, idoso, aposentado... O que ele ganha, Duque, não dá para pagar o plano de saúde que ele tinha. A carta é grande, é longa, mostrando a verdade... Um médico! O plano de saúde foi aumentando e chegou a R\$1.700,00, e ele ganha R\$1.300,00. Sobrevive por causa do relacionamento médico. Ele teve um câncer e os colegas o ajudam. Esta é a verdade. A carta é grande. Eu não sabia que seria o Alvaro Dias o Presidente. Pela lei, eu só teria cinco minutos. Senão, eu teria trazido a carta. Eu vou viajar e dar para o Mário Couto ler na próxima. Amanhã o Mário Couto estará aqui. Carta de um médico.

A aposentadoria dele é de R\$1.300,00. O plano de saúde que ele fez, pagando cinquenta e poucos anos, está R\$1.700,00. Hoje ele pede favor para se consultar. E essa é a saúde que o Luiz Inácio diz que é quase perfeita. Olha as filas! Pessoas deitadas no chão... No Rio de Janeiro...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É o espírito da lei e o Paraná sempre foi a Boca Maldita. V. Ex^a se lembra como surgiu a Boca Maldita? Não pode se lembrar. A Boca Maldita é a maior instituição... Depois deste Senado, é a Boca Maldita. A reunião é em 13 de dezembro. Eu quero voltar lá. Por quê? Porque na ditadura não se podia reunir. Os paranaenses estavam reunidos e chegou um militar e acabou com a reunião em 13 de dezembro de 1965. Aí, um paranaense virou para o capitão e disse: “Você é bicha!” Aí gritaram: “Bicha!” Aí criaram a Boca Maldita, que tem essa história... Foram os paranaenses, porque não tinham um Parlamento, e V. Ex^a os representa. V. Ex^a é autoridade. Eu estou falando também que eu recebi. Eu sou comendador da Boca Maldita, que é um dos orgulhos da minha biografia. Treze de dezembro foi o dia em que um militar quis acabar a reunião de amigos que almoçavam. O paranaense saiu na frente, quando todos os Paramentos estavam fechados. Não preciso ir para a Boca Maldita, posso falar aqui mesmo.

O que eu queria dizer era isso sobre este Governo.

Saúde recebe R\$120 milhões para eventos. O Augusto Botelho pulou para o PT, mas está querendo criar asas e voar de novo. Foi assinado ontem: R\$120 milhões somente para eventos. Se dessem esse dinheiro para os hospitais, para as santas casas, daria para saldar as dívidas de todas as santas casas do País. Devemos ter austeridade, saber gastar, Temporão.

É o seguinte: nós não podemos fazer saúde com base numa mentira. “Eu sou a verdade, o caminho e a vida.” Devemos buscar a verdade. Dizer que a contribuição provisória é para a saúde isso é uma mentira! São duas mentiras.

Um chargista, que tinha de ser do Piauí, desenhou o Luiz Inácio com nariz de Pinóquio. Isso fica mal. Não quero isso. Eu gosto dele e quero ajudá-lo.

Outro jornal diz: “Mão Santa condena a inadimplência do Estado, que prejudica os servidores do Piauí.” O mesmo ocorre com outros Governos, não é só com o Piauí. Tiraram empréstimos para pagar o 13º salário. Acontece que os Governadores descontam dos funcionários. Eles estão como inadimplentes e o serviço de proteção ao crédito não os deixa comprar. Atenai bem!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai me dar mais tempo porque vamos buscar a verdade.

Eu falava... O jornal **Valor Econômico** dizia que eram R\$15 milhões ou R\$17 milhões. “Calote do go-

verno do Estado em bancos foi de R\$67 milhões.” É o Governo do PT.

“Antônio Neto é notificado pelo TCE.” A retenção se deu no tempo do período eleitoral. Esse é o mar de lama, é o mar de corrupção.

E mais ainda: está aqui o Cláudio Humberto. Flexa Ribeiro, V. Ex^a é da Mesa? Recebemos a mídia, que não coloca a coluna de Cláudio Humberto, porque ele é firme, ele é corajoso, ele é que dá essas pontas. Peço que naquela mídia que o Senado paga para nós, Senadores, coloque o Cláudio Humberto, tem que colocar o jornal mais verdadeiro deste País, de Hélio Fernandes: a **Tribuna da Imprensa**. E olha a coragem dele aqui. Ouçam o que ele diz dessa Aeronáutica:

Só embromação.

Nelson Jobim completa amanhã três meses rolando o lero no Ministério da Defesa. Só conseguiu nomear um novo diretor para a Anac. E as empresas aéreas ainda obrigam o passageiro a viajar com o joelho quase no nariz.

O Ministro Nelson “Rolando o Lero” Jobim já descobriu que é mais fácil alisar sucusis da Amazônia do que engolir sapos em Brasília. O Governo é errado. Cada macaco em seu galho e esse macacão não está no seu galho. E esse é o Governo.

Portanto, vou encerrar agradecendo a V. Ex^a. Chegou o Flexa Ribeiro. Olha aí, a alternância do poder enriquece a democracia.

É lícito os tucanos sonharem, mas a história diz que já teve muito café-com-leite: São Paulo e Minas. Sugiuro o Alvaro Dias, uma modernidade do seu Partido. Essas as nossas palavras.

Este Senado, este Senado! – não é negócio de Renan não, porque Renan saiu – a moral dele vai ser quando tivermos coragem de enterrar a CPMF. O dinheiro, Luiz Inácio – não engane o povo brasileiro –, não vai desaparecer, não. O dinheiro vai ficar nas melhores mãos: nas mãos santas da mãe de família, da dona-de-casa, do operário... Com esse dinheirinho, ele vai comprar o que o Governo não dá: segurança, saúde e educação. E Luiz Inácio, estou-lhe salvando para Vossa Excelência não ficar mentiroso. Lembro-me de que Vossa Excelência conquistou o meu voto porque Vossa Excelência, Luiz Inácio, dizia: “Por que o trabalhador não tem direito a tomar uma cervejinha no sábado, uma geladinha?” O trabalhador e o operário vão tomar a sua cervejinha. E eu votei. E o trabalhador fica com esse dinheirinho. Esse dinheiro vai ficar na família de cada um. São R\$40,00, R\$30,00 por mês na casa de um pobre. Quantos pães ou a cervejinha que o Lula

prometeu para os operários? Eles vão ficar nas mãos honradas e honestas da dona-de-casa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Mário Couto, que aguardou muito porque é difícil tirar o Senador Mão Santa da tribuna. Não há quem consiga. O Senador Mão Santa falou por três comunicações.

Com a palavra o Senador Mário Couto, inscrito, que dispõe de dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje o Senado está calmo, então se pode dar um pouquinho mais de tempo. Pedi três apartes seguidos ao Senador Mão Santa, e ele nem me olhou; ele estava muito empolgado. Mas é verdade, trata-se de um tema empolgante, Senador.

Srs. Senadores, ontem falamos da situação dos aposentados e pensionistas deste País. Recebi, Senador Mão Santa, a mesma carta que V. Ex^a recebeu do médico aposentado. É muito triste, Senador. Nós precisamos ler aquela carta para mostrar ao povo brasileiro a situação dos aposentados neste País.

Senador Presidente Alvaro Dias, eu gostaria que V. Ex^a pudesse passar para o Presidente, já que V. Ex^a está como substituto em exercício, o PL 58, de 2003, e o PL 314, de 2005, do Senador Paulo Paim, que tratam do assunto dos aposentados. Esses dois projetos vão regularizar a situação dos aposentados. É de fundamental importância que possamos lutar para colocação em pauta desses dois projetos.

“Cobrei” – esse cobrar entre aspas – do Presidente ontem, e ele me prometeu dar retorno. A secretária dele me deu o retorno, dizendo que esses projetos estão na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Mercadante. Gostaria que V. Ex^a solicitasse ao Senador, já que os prazos todos se esgotaram, a colocação desses dois projetos em pauta na próxima semana.

Gostaria que V. Ex^a levasse ao conhecimento do Senador Tião Viana e do Senador Mercadante.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou lhe dar.

Tenho certeza de que é uma proposta de um companheiro dele, de Partido; e é uma proposta que vem regularizar a dramática situação dos aposentados deste País. Não podemos mais conviver com essa situação em que vivem os aposentados deste País.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou lhe dar a palavra, Senador Flexa. É só para...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador Mário Couto. A solicitação de V. Ex^a será atendida, e a Mesa a transmitirá ao Presidente Tião Viana.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, porque não consigo mais conviver com isso; sem nenhum drama ou demagogia, mas do fundo do meu sentimento.

As cartas que tenho recebido, as correspondências mostram a situação dos aposentados deste País, que é dramática. Quem lê a carta daquele médico chora! Os aposentados não têm mais condições de fazer absolutamente nada, a não ser conviver com a miséria, a pobreza e a falta de condições até de serem atendidos em hospital, vendo a sua saúde abalada. Isso é um constrangimento muito grande.

Este Senado não pode se omitir. Não podemos nos omitir. Precisamos juntar forças com o Senador Paim e o Senador Mão Santa, que são os defensores dessa causa. Eu me somo a ela. Não vou parar. Aqui estarei todo tempo nesta tribuna cobrando, batalhando, lutando para que se consiga algo que regularize a situação dos aposentados neste País. Esses dois projetos regularizam.

Eu dou a palavra a V. Ex^a no final. Quer agora?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É sobre os projetos, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não. É como muito prazer que o escuto.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É só para dizer que V. Ex^a faz uma solicitação da maior importância. O Senador Mão Santa, o Senador Paim, V. Ex^a e eu, todos nós somos solidários com os aposentados do Brasil. Eles têm tido, ao longo do tempo, a qualidade de vida totalmente destruída. Agora mesmo, com o empréstimo consignado, a vida dos aposentados piorou ainda mais, porque eles foram no canto dos cisnes: tomaram os empréstimos consignados e, agora, com o saldo que têm, não dá para suprir as necessidades mínimas. Senador Mário Couto, quero assumir aqui o compromisso com V. Ex^a, com o Senador Mão Santa, com o Senador Paulo Paim e com os aposentados do Brasil. Na próxima terça-feira, na reunião da CAE, vou...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu lhe agradeço.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ... solicitar o requerimento, para que o Presidente Aloizio Mercadante coloque em pauta...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito bem.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...para que nós possamos discutir e votar os projetos e, assim, atender as necessidades dos aposentados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – E não adianta, Senador Flexa, o Governo dizer que não tem dinheiro. A contribuição que vem beneficiar os aposentados não é dirigida a eles; é desvirtuada. As contribuições sociais são desvirtuadas, Senador! Se fossem aplicadas para, pelo menos, igualar, equilibrar o aumento do salário mínimo, o percentual de aumento do salário mínimo com o percentual do aumento dos aposentados, haveria mais ou menos com tranqüilidade. Mas desvirtuam, colocam para outros setores, e os aposentados vivem na situação em que vivem neste País. E o Presidente Lula não toma nenhuma atitude!?

Eu já disse, estou cansado de dizer, nesta tribuna, que o grande problema do Governo do Presidente Lula é a ganância. O Governo gasta mal. É o gasto do Governo Lula, a corrupção que se instalou neste Governo. Minha Nossa Senhora de Nazaré!

A cobrança de imposto, o brasileiro não aguenta mais. Disse uma Senadora ainda agora que vai votar a favor. Eu vou votar contra. Entendo a posição do meu Partido, mas vou votar contra. Não acredito que o Lula vá entender o que meu Partido quer. O Lula quer é imposto, é taxar, é cobrar, é arrecadar, é gastar e fazer que não vê a corrupção. Ele nunca vê nada. Nunca o Lula vê nada. O País é considerado um dos mais corruptos do mundo. O povo paga US\$3,5 bilhões de corrupção neste País, gente! São US\$3,5 bilhões neste País! E, quando se abre uma CPI, o Governo pula, o Governo quer barrar a CPI com a maioria que tem aqui. Agora, mesmo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou lhe dar, vou lhe dar. Espere só um minutinho. Deixe-me concluir meu raciocínio.

Agora mesmo, o Senador Demóstenes Torres apresenta o relatório da CPI do Apagão Aéreo.

Foram cinco meses de trabalho; realizaram-se 33 reuniões, 112 depoimentos, 262 requerimentos, 223 aprovados. Um trabalho simplesmente espetacular. Vinte e duas pessoas da Infraero foram indiciadas – 22 só da Infraero! Para que o povo brasileiro perceba que o que eu falo aqui é uma realidade. Eu não estou fazendo aqui nenhum sensacionalismo de graça; é a realidade. Se não fosse o caos aéreo, não teríamos instalado a CPI do Apagão Aéreo, e a corrupção estaria roendo, corroendo aquele órgão. Uma quadrilha se instalou ali, uma quadrilha importada de uma cidade chamada Petrolina, onde o Sr. Carlos Wilson morava ou nasceu, o Deputado do PT. Tinha que ser do PT! Tinha que ser do PT! Coloca o companheiro lá para ele fazer o meio-de-campo. É tudo combinado; é tudo associado e combinado. Por intermédio dessa CPI, mostrou-se ao povo brasileiro o quanto a sociedade pagou pela corrupção: 500 bilhões

foi quanto custou a corrupção na Infraero. Instalou-se ali uma verdadeira quadrilha, uma verdadeira quadrilha. Instalou-se ali um verdadeiro sistema, completo, de corrupção. E o povo brasileiro é quem paga.

Senador Mão Santa, eu vi, e vi com muita tristeza, o Relator da CPI tentar quebrar o sigilo bancário da ex-Diretora da Anac, aquela Denise Abreu. Vi o quanto o Governo deste País protege aquela senhora. Denise Abreu foi colocada na Anac, uma empresa criada há pouco tempo, para fiscalizar as empresas aéreas. Sabem quantas vezes a Anac fiscalizou alguma empresa aérea? Nenhuma. Nenhuma! A ex-diretora da Anac apenas servia às empresas. Era uma troca de favores que se fazia ali. Não havia nenhuma fiscalização. Ela era a verdadeira protetora das empresas aéreas.

Na Infraero se perdeu o respeito. E quando se perde o respeito, se perde a moral. Nenhum diretor da Infraero tinha moral para administrar os aeroportos deste País. Instalou-se neste País um verdadeiro caos que proporcionou os desastres aéreos vistos e chorados no Brasil.

Que empresa brasileira de aviação é fiscalizada pela Anac? Nenhuma. O relatório é muito claro na sua exposição; é uma afronta a nossa sociedade. E quando o Relator pede a quebra de sigilo bancário daquela senhora – pasmem senhoras e senhores! Pasmem, Sr. Presidente! –, o grupo do Governo, os Senadores do Governo negam a quebra do sigilo daquela senhora! Por que negaram? Digam-me! Por que negaram? Digam-me! Para proteger aquela senhora que não fiscalizava as empresas e que deixou o caos aéreo se instalar neste País – e que veio a proporcionar a morte de brasileiros e brasileiras. O Presidente Lula, o Presidente Luiz Inácio determina a sua tropa que não deixe olharem as contas bancárias daquela senhora. E, ela, com a cara mais cínica – eu estava lá –, disse que não conhecia os donos das empresas TAM e Gol.

Eles usam e abusam. Não se pode hoje nem sentar em uma cadeira de avião, devido ao incômodo espaço entre uma cadeira e outra.

O Ministro veio aqui e disse na CPI que iria adotar providências imediatas. Nada adotou até hoje. Eu até hoje continuo confiando no Ministro Jobim. E espero que ele possa fazer o que prometeu na CPI. A minha indignação foi tão grande, a minha decepção foi tão grande naquele dia, quando vi os Senadores governistas derrubarem o pedido do Relator para que abrisse as contas bancárias daquela senhora, que me retirei daquela sala, deixando meus protestos registrados em ata. Para mostrar claramente como é que o Governo Lula protege aquela senhora que não merecia absolutamente nenhuma proteção. Merecia, Presidente, estar na cadeia numa hora desta.

Eu até acho que seria pouco cadeia para ela. Mas ela está aí, Presidente, a sorrir de cada um de nós.

Presidente Mão Santa, 22 pessoas da Infraero e 2 da Anac, relatório prestes a ser votado.

Olhe, Presidente, V. Ex^a, que é ético e tem moral para olhar no olho de cada brasileiro – porque conheço sua postura –, vá assistir à votação do relatório. Temo até que não seja aprovado.

Se esse relatório não for aprovado, virei a esta tribuna, Senador Flexa Ribeiro, e falarei o nome de cada um. Direi à Nação brasileira o nome de cada um, porque, para implantar uma ditadura neste País, basta que se faça isto definitivamente, que o Governo mande os seus Senadores – como fez na quebra do sigilo daquela senhora – derrubarem o relatório do Senador Demóstenes Torres. Basta isso!

Aí, Senador Mão Santa, vou dizer a V. Ex^a, temos que olhar um para o outro e começar a falar que, daqui para a frente, este Senado está protegendo a corrupção neste País. Se o relatório do Senador Demóstenes for derrubado, o Presidente Lula pode bater no peito e dizer que conseguiu, mais uma vez, proteger um membro do PT, Carlos Wilson, e uma senhora chamada Denise Abreu que, não tenho dúvida, contribuíram para o caos aéreo deste País.

A corrupção é tão grande neste País que o Governo Lula deveria agradecer a cada Senador que apresentasse uma CPI aqui, porque se essa CPI estancou a corrupção...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu não vou parar um Senador do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou concluir. Obrigado.

Se esta CPI conseguiu estancar a corrupção na Infraero e na Anac, outras CPIs poderão estancar a corrupção neste País.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a sabe quanto já pagou de imposto neste ano para o Presidente Lula deixar o dinheiro do brasileiro à mercê da corrupção? Eu vou lhe dizer: V. Ex^a já pagou, até hoje, R\$3.240,00 de impostos; todo brasileiro, não só V. Ex^a – todo brasileiro! V. Ex^a ainda é um remediado, não pode reclamar – aliás, pode, mas não deve reclamar. E aquele que ganha dois salários mínimos? E a classe média deste País? Sabe quanto o povo brasileiro já pagou até hoje?

Veja se V. Ex^a consegue ler comigo o que mostra o Painel da Associação Comercial de São Paulo. Vamos voltar ao tempo do nosso curso primário: unidade, milhar, milhão, bilhão. É isso, Senador?

Então, vou ler agora: até hoje, 728 bilhões, 97 milhões, 765 mil, 909 reais e 4 centavos. Nós estamos indo para a casa do trilhão, e o Governo Lula não administra a corrupção neste País.

Nós estamos abrindo a CPI do Dnit, Sr. Presidente. Conseguimos as assinaturas necessárias. O Tribunal de Contas da União, meus senhores e minhas senhoras, brasileiros e brasileiras, mostra com números que o Dnit é o órgão mais corrupto deste País. O Brasil não tem estrada, agora o Governo está terceirizando as estradas e – pasmem, senhoras e senhores! – contratou uma firma espanhola. Até aí, tudo bem. Mas, por que se está questionando? Está tudo bem. Mas a firma espanhola está cheia de processos na Espanha. Por quê? Porque lá praticou corrupção. Se já na bastasse aqui o que temos, o Governo mais corrupto da história deste País, Senador, ainda manda buscar uma firma espanhola corrupta para administrar as estradas brasileiras.

Das 77 obras do PAC, Senador Mão Santa – e isso é recente, o projeto foi lançado agora –, 22 são do Dnit e todas estão irregulares, Senador Flexa Ribeiro. Todas! Inclusive as do nosso Pará querido, que há tanto tempo vem brigando por essas obras. Já vai chegar a época de a Transamazônica ser chamada de “transamargura”, porque estão chegando as chuvas no Pará.

E as eclusas? Há quanto tempo V. Ex^a ouve falar nas eclusas? Essas também estão irregulares, segundo o relatório do Tribunal de Contas da União.

Se a Infraero e a Anac apresentaram um prejuízo à Nação de mais de R\$500 milhões, calculem V. Ex^{as} qual é o buraco do Dnit. Calculem V. Ex^{as} o que não vamos achar no Dnit.

Eu já comecei a receber recados de intimidação. Não vão me intimidar. Quero dizer àqueles que mandam *e-mail* a mim, de intimidação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não vou parar o Senador pelo Pará. Cristo multiplicou os peixes e os pães, e eu vou multiplicar o tempo para V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, já vou descer. Que fiquem calmos. É minha obrigação fazer isso aqui.

O Governo deveria agradecer pela abertura de uma CPI, não deveria achar ruim a instalação de uma CPI. O que estamos fazendo é nossa obrigação. Aliás, acho que, a cada relatório do TCU, deveríamos abrir uma CPI para investigar. O TCU não pode fazer relatório sem uma investigação nossa. O TCU manda relatório para esta Casa para fazermos o quê? Para

arquivarmos, quando uma das doenças mais graves deste País é a corrupção?

Não adianta intimidar. Eu não vou me intimidar de forma alguma. Não vou. A CPI do Dnit vai mostrar ao povo brasileiro o que mostrou a CPI do Apagão Aéreo: que temos razão, que não fazemos oposição com ódio, que não fazemos oposição com raiva. Fazemos oposição em benefício do povo brasileiro. Por isso não vou me intimidar. Venho a esta tribuna pensando no povo brasileiro, no povo do meu Estado. Não vou me intimidar. Não adianta. Podem escrever carta, mandar recado, procurar documento, fazer o que quiserem.

A Denise Abreu não quer mostrar as contas no banco. Mostro a minha na hora que V. Ex^a quiser. Quem não abre seu sigilo bancário... Acho que nem deveria existir sigilo bancário.

Que história é essa? Quem não deve não teme. Se ela não deixou abrir o sigilo bancário, é porque teme, é porque há alguma coisa irregular nas contas dela. Abro a minha conta, qualquer Senador pode pedir a abertura da minha conta. Não tenho o mínimo receio. E ela não devia ter. Ela devia deixar abrirem suas contas bancárias. Mas a Polícia Federal vai abrir.

Não adianta fugir, Denise, não adianta. A tua consciência deve estar muito dolorida. Tenho certeza de que tu tens uma conta séria a pagar. Podes até não pagar aqui, mas quando fores, tu vais prestar conta com o nosso Soberano. Porque a tua irresponsabilidade de não fiscalizar as empresas aéreas, com certeza, traumatizou o povo brasileiro com aqueles acidentes aéreos. Com certeza.

O Ministério Público e a Polícia Federal haverão de prosseguir, com base no relatório do Relator Demóstenes Torres. Quero aqui, mais uma vez, parabenizar S. Ex^a e a Presidência daquela CPI. Não tenho dúvida nenhuma – nenhuma! – de que ainda vou ver todos os que colaboraram com o caos aéreo deste País, que promoveram uma farra de corrupção naqueles órgãos, ainda vou ver todos eles, se Deus quiser, na cadeia, que é o que eles merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Mário Couto, do PSDB do Pará, convidamos para usar da tribuna o Senador Alvaro Dias, do Paraná. Senador Alvaro Dias, quero dizer aqui que, de quando em quando, vejo a TV Senado nas repetições. E V. Ex^a nos enche de or-

gulho. V. Ex^a engrandece esta Casa pela sua postura, pela sua cultura, pela sua firmeza democrática.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Daí quando digo que este é o melhor Senado da história da República do Brasil é porque V. Ex^a – não vou dizer que é como o sol, porque o sol só aparece de dia – nos representa bem dia e noite, não no Paraná, mas em todo o Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É bondade de V. Ex^a, Senador Mão Santa, mas é sempre um estímulo ouvi-lo. Trago hoje, Senador Mão Santa, uma denúncia muito séria. Ouvi vários discursos analisando a dramática situação social do País. E sabemos que não se exercita a cidadania na sua plenitude sem democracia social de forma inteira e absoluta.

Não podemos nos conformar porque alcançamos a democracia política, que nos permite decidir, votar, eleger. Precisamos sonhar muito mais, sonhar com a democracia social. Este País tem enfrentado obstáculos quase que intransponíveis na luta por esse sonho.

A revista **ISTOÉ** traz uma matéria-denúncia que considero da maior importância: *A vitória dos enlatados*. Matéria do jornalista Hugo Marques, competente e corajoso jornalista que se dedica a investigar mazes neste País.

Governo troca mistura nutricional consagrada há décadas por produtos industrializados.

Antes de abordar a questão propriamente, leio o início desta matéria de Hugo Marques, na revista **ISTOÉ**. Ele diz:

A cena foi comovente. O vice-presidente José Alencar preparava-se para plantar uma árvore em Brasília quando foi abordado por uma nissei de 65 anos e 1,60m de altura. Era manhã da quinta-feira 6. A mulher começou a mostrar fotografias de crianças esqueléticas, brasileiros com silhuetas de etíopes, mas que tinham sido recuperadas com uma farinha barata e acessível, batizada de “multimistura”. Alencar marejou os olhos. Pobre na infância no interior de Minas, o vice não conseguiu soltar uma palavra sequer. Apenas deu um longo e apertado abraço naquela mulher, a pediatra Clara Takaki Brandão. Foi ela quem criou a multimistura, composto de farelos de arroz e trigo, folha de mandioca e sementes de abóbora e gergelim. Foi esta fórmula que, nas últimas três décadas, revolucionou o trabalho da Pastoral da Criança, reduzindo as taxas de

mortalidade infantil no País e ajudando o Brasil a cumprir as Metas do Milênio.

E o que a pediatra foi pedir ao vice-presidente? Que não deixasse o governo tirar a multimistura da merenda das crianças. Mais do que isso, ela pediu que o composto fosse adotado oficialmente pelo governo. Clara já tinha feito o mesmo pedido ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão – mas ele optou pelos compostos das multinacionais, bem mais caros. “O Temporão disse que não é obrigado a adotar a multimistura”, lamenta Clara.

Não é obrigado, realmente, Senador Mão Santa. Mas não tem direito o Ministro Temporão de optar pelo que é mais caro e desprezar aquilo que é benefício consagrado à população pobre.

Aqui há uma foto. É pequena. Não é do tamanho do Pinóquio que o Senador Mão Santa mostrou há pouco. Provavelmente, a câmera não conseguirá mostrar com nitidez. Mas é uma foto do resultado obtido pela utilização da multimistura. É uma criança que aparece com um perfil etíope, como diz Hugo Marques, esquelética. E depois mostra-se saudável. A criança foi absolutamente recuperada.

Mas isso me parece que não sensibiliza o Governo. Não quero ser injusto com o Ministro Temporão. Eu gostaria que S. Ex^a respondesse a esse questionamento. Isso tudo começou na gestão do ex-Ministro Humberto Costa. Esta insensibilidade já vem de antes: desprezar.

Aliás, quero ler aqui o que diz essa pediatra:

Clara acredita que enfrenta adversários poderosos. Segundo ela, no governo, a multimistura começou a ser excluída da merenda escolar para abrir espaço para o Mucilon, da Nestlé, e a Farinha Láctea, cujo mercado é dividido entre a Nestlé e a *Procter & Gamble*. “É uma política genocida substituir a multimistura pela comida industrializada”, ataca a pediatra.

Benefício para empresas multinacionais? É esse o objetivo dessa substituição? Se essa alimentação dá resultado, produz aquilo que se espera em matéria de recuperação das crianças, especialmente através da Pastoral da Criança, por que essa substituição?

A coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, reconhece que a multimistura foi importante para diminuir os índices da desnutrição infantil. “A multimistura ajudou muito”, diz Zilda Arns.

E nós conhecemos a respeitabilidade, a reputação da Sr^a Zilda Arns.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou conceder, Senador Edison Lobão, com o maior prazer, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a não deseja fazer injustiça ao Ministro Temporão e muito menos eu. Ambos sabemos que se trata, de fato, de um bom Ministro. Mas as observações que V. Ex^a traz, neste momento, haverão de ser úteis até uma tomada de posição pelo próprio Ministro Temporão. Eu li essa matéria, uma excelente matéria, composta por um jornalista de grande competência e extrema seriedade. Conheço muito bem o jornalista Hugo Marques e sei do que ele é capaz como profissional da imprensa, e sei da sua seriedade e da sua ética. Portanto, temos que levar em boa consideração a reportagem que ele realiza. Esse composto multimistura já se tornou famoso no Brasil. Ele é de grande importância, ele é criativo. Aliás, não é só ele. Temos muitas outras criações científicas em nosso País que não são absolutamente aproveitadas – o que é lamentável – seja no campo da saúde, seja no campo até da educação e em outras atividades. É preciso que este País se dê conta de que já é uma grande Nação, um grande País e que ingressou também no campo científico fortemente. Mas se nem nós, brasileiros, prestigiamos as nossas criações, as nossas invenções, imagine o exterior? – porque nós estaremos sempre competindo com eles. E o que está acontecendo neste momento? Não somos nós competindo com eles, mas, sim, eles competindo com o Brasil, deixando, portanto, de aproveitar um composto dessa natureza, já cientificamente comprovado com as suas qualidades exuberantes para, como diz V. Ex^a, elegermos uma multinacional.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Um produto muito mais caro.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Um produto muito mais caro. Pode ser até um bom produto, mas é um produto muito mais caro e é um produto importado, pelo menos na sua patente. Não posso deixar de louvar, como o fez o Presidente Senador Mão Santa, a atenção permanente de V. Ex^a para com os assuntos de maior interesse deste País. Ou nós fazemos desta tribuna um ponto de reclamação do povo brasileiro, e nos transformemos em arautos da opinião pública, ou então, atitudes como esta prosseguirão na calada dos dias e da falta de providências, sem que o Brasil respeite aquilo que é mais nobre da parte dos brasileiros,

que é a criatividade, o esforço e o espírito público até de pessoas como a pediatra. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão. O pronunciamento de V. Ex^a é muito importante, alerta o Ministro, convoca o Ministro à responsabilidade, pede a ele que estude essa questão com zelo e mude a ótica a respeito desse assunto.

Olhem aqui, vou mostrar outra vez. A menina se chama Lindacy, quase pele e osso ao nascer e com 15 quilos aos 3 anos de idade, graças à multimistura. Portanto, é um exemplo que comprova que é um alimento muito mais barato e, certamente, com resultados superiores.

O que há por detrás disso? Nós temos que indagar. Nós não temos o direito de prejudicar esse Ministro nem o anterior, mas temos o dever de indagar: por que esse tipo de decisão é adotado no Ministério da Saúde? Por que desprezar algo comprovado, exitoso, em favor de algo muito mais caro e com resultados que não chegam nesse nível?

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos de fazer algumas considerações em torno desse programa de suplementação alimentar.

Essa multimistura é um conceito de alimento baseado na premissa da qualidade e variedade dos alimentos ingeridos.

A multimistura foi criada pela médica pediatra Clara Brandão. Ela é feita com farelos de arroz ou de trigo, com os pós das folhas verdes-escuras como as da batata-doce, da mandioca, da taioba, com o pó das sementes de abóbora, de melancia, de gergelim, de jaca, de caju, de melão e tantas outras que são encontradas na natureza. Uma colher de sopa da multimistura acrescida todos os dias na comida é suficiente para promover a saúde das crianças.

Essa médica, a Dr^a Clara, nos últimos 30 anos, trabalhou essa fórmula e permitiu a redução da mortalidade infantil em nosso País, a partir da adoção do referido suplemento no cardápio da merenda escolar de inúmeros Municípios do País, bem como no trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança.

Nos idos da década de 70, Clara Brandão disseminou a multimistura em seu trabalho desenvolvido na cidade de Santarém, no Pará, o Estado dos nossos Senadores Flexa Ribeiro e Mário Couto, com resultados revolucionários. Vale registrar que, em 1984, a Unicef já registrava o aumento de 220% no padrão de crescimento dos subnutridos, graças à introdução da multimistura nas refeições.

Portanto, há o testemunho da Unicef, que é um testemunho insuspeito, não é o testemunho de alguém da Oposição na tribuna do Senado Federal. É a Unicef que assegura resultados, com o aumento de 220% no

padrão de crescimento de crianças subnutridas, graças à introdução da multimistura nas refeições.

Sem verbas orçamentárias, o programa foi replicado em todo o Brasil e, em mais de três décadas, provou sua auto-sustentabilidade.

Durante a Conferência Nacional de Saúde de 2003, com a presença de mais de quatro mil delegados de todo o Brasil, a multimistura foi uma das propostas aprovadas na plenária.

A gestão do então Ministro Humberto Costa ignorou por completo a deliberação da Conferência Nacional de Saúde.

Em que pese o descaso do então titular da Pasta da Saúde, a Dr^a Clara continuou à frente do projeto de levar à população a multimistura.

Pouco antes de ser empossado Ministro da Saúde, a Dr^a Clara Brandão ouviu do próprio Dr. José Gomes Temporão que, a despeito da aprovação da Conferência Nacional de Saúde, o Ministério da Saúde não era obrigado a implementar o programa de suplementação alimentar baseado no composto da multimistura.

Dissemos que é verdade que o Ministro não está obrigado a adotar nenhuma proposta aprovada na Conferência. Todavia, uma deliberação com chancela daquele colegiado, o qual debate e busca o consenso em torno das diretrizes da política pública de saúde adotada no País, mereceria ao menos ser analisada.

O que nos causa perplexidade foi a decisão de o Governo Federal se negar a implementar um Programa de Suplementação Alimentar com a utilização da multimistura. Aliás, nesta semana, na reunião da Unesco em Creta, os resultados obtidos com a multimistura estão sendo apresentados, a partir de estudos desenvolvidos pelo laboratório de nutrientes da Universidade de São Paulo. Sua eficácia é mais do que comprovada.

Os critérios que norteiam a formulação de Políticas Públicas, notadamente na área de Segurança Alimentar, devem ser submetidos a rigoroso exame da sociedade organizada e desta Casa.

Faço questão de passar ao largo das opções feitas pelo Ministro no cardápio da merenda escolar. O que não podemos aceitar é a atitude do gestor público de não levar em conta um composto de farelos, de baixo custo e de eficácia comprovada na alimentação.

A formulação de política pública não pode ser fruto de um subjetivismo do administrador da “hora” e deve se render às evidências empíricas. O gestor público está submetido a critérios racionais, principalmente os derivados de uma equação custo-benefício como os extraídos dos resultados com a experiência da multimistura, muito mais que a meros comandos normativos formais. A razão é superior a qualquer hierarquia.

Para concluir, Sr. Presidente, reafirmo, desta tribuna: o apelo não é de um oposicionista, é um apelo em nome das crianças subnutridas, em nome da Pastoral da Criança, em nome da Dr^a Clara, que, idealista, trabalhou esta fórmula durante 30 anos, em nome da sensibilidade humana, em nome da eficiência administrativa e do bom senso; apelo ao Ministro da Saúde que se reposicione a respeito deste assunto e que informe o Senado Federal a respeito da decisão que pretende tomar sobre este assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Srs. Senadores, meus amigos, minhas amigas do Pará, que nos assistem pela TV Senado e pela Rádio Senado, venho, hoje, tratar, Senador Mário Couto, de uma questão que vai ao encontro daquilo que V. Ex^a acabou de pronunciar da tribuna: as cobranças que a sociedade brasileira não tem mais condição de suportar, sejam de impostos, de contribuições, de tarifas, muitas das quais, Senador Efraim Morais, o brasileiro e a brasileira não tomam nem conhecimento, porque são praticadas sem nenhuma transparência. E venho, hoje, relatar aqui a questão das tarifas bancárias.

Fizemos uma audiência pública na CAE com o Presidente da Febraban, para que pudéssemos discutir essas cobranças que já alcançam patamares a que vou me referir, Senador Jarbas Vasconcelos. Estudo divulgado pelo Dieese confirma, e todos sabemos disso, o lucro recorde dos seis maiores bancos do País no primeiro semestre de 2007.

O crescimento líquido foi da ordem de 13,9% – e aí não vejo problemas, porque a empresa privada tem que prestar o serviço e tem que visar o lucro, até para que ela se fortaleça.

No Governo do PT, os bancos seguem ganhando em todas as frentes – e aí começa, Senador Alvaro Dias, o questionamento –: ganham no crédito, que é atividade fim do sistema financeiro; ganham na tesouraria; e, agora, nas tarifas. E este é o questionamento que fazemos e fizemos na audiência pública da CAE. As aplicações cresceram 31,5% e, pela primeira vez,

ultrapassaram a marca de um trilhão de reais, R\$1,4 trilhão. Desse total, os bancos destinaram, em média, 36,2% para as operações de crédito, o que representa 60,9% do ativo total do setor bancário.

Apesar da flexibilidade da política monetária e da redução da taxa Selic – aí vem o grande problema –, o *spread* bancário cedeu muito pouco de junho de 2006 a junho de 2007. A Selic caiu, nesse período, Senador Alvaro Dias, 3,25%. Sabem quanto caiu o **spread** bancário? Deveria pelo menos acompanhar, no mínimo, Senador Mário Couto, a queda da Selic. Não. O **spread** bancário, que baliza o custo do financiamento à produção, caiu, em média, 1.9%. Ou seja, os bancos estão se apropriando das taxas da queda da Selic e não repassando essa queda para a sociedade brasileira.

As tarifas bancárias – esse é o questionamento –, receita de prestação de serviços, continuam a aumentar o lucro das instituições financeiras. Juntos, os seis maiores bancos arrecadaram R\$21,9 bilhões – eu vou repetir: R\$21,9 bilhões – de seus clientes na prestação de serviços, um crescimento médio de 16.8%. Com esse aumento, as tarifas já representam 20% das receitas dos bancos.

Faço esse registro porque entendo de extrema importância esclarecer que o Brasil chegou ao topo do **ranking** mundial na cobrança das tarifas bancárias, perdendo apenas para o México na América Latina.

A classe média, Sr. Presidente, que é quem mais paga tarifa bancária, está financiando com folga as despesas de pessoal dos bancos. Em 1994, as tarifas representaram apenas 26% das despesas dos bancos com pessoal. Eu vou repetir: em 1994 as tarifas representaram apenas 26% das despesas dos bancos com pessoal. Hoje, representam 130%. Isso quer dizer, Senador Jarbas Vasconcelos, que os bancos têm uma receita de tarifa que cobre totalmente os seus gastos com pessoal e há uma sobra de 30% sobre a folha.

É preocupante, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, esse aumento das tarifas bancárias, inclusive porque elas não têm transparência. Quem reconhece esse fato é o próprio Ministro Guido Mantega, que disse também que o Governo pretende regulamentar as tarifas bancárias até o final de 2007. É mais um compromisso do Governo Lula.

A Radiobrás, em 26 de setembro próximo passado, noticiou a seguinte preocupação do Ministro da Fazenda, Exm^o Sr. Guido Mantega: “As tarifas bancárias são uma preocupação para o Governo. E uma das questões é que elas não têm muita transparência. Cada instituição cobra determinada tarifa. Elas são diferentes de um banco para outro. E o correntista fica sem saber se está pagando mais ou menos”.

Eu pergunto: até quando o correntista vai ficar sem saber o que está pagando em cada banco? O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foi questionado sobre esse assunto na CAE, junto com o Presidente da Febraban, e suas explicações não convenceram. Recordo que o ilustre, o nobre Senador Valter Pereira, da Base do Governo, se insurgiu, com razão, dizendo que os bancos cobram o que querem e que há leniência por parte do Governo – Senador Valter Pereira, da Base do Governo.

É inaceitável a leniência do Governo em serviço de caráter essencial para a população brasileira. Normalmente é no estabelecimento bancário que o cidadão recebe salários, paga contas e impostos. Por isso espero que o Ministério Público Federal conclua as investigações que instaurou para apurar a ocorrência de abusos na cobrança das tarifas bancárias, para que as famílias brasileiras deixem de pagar uma tarifa que, de tão elevada, já representa 0,68% do total de suas despesas, conforme revelou pesquisa de orçamento familiar elaborada pelo IBGE.

É verdade que, até 1994, os bancos não dependiam da cobrança de tarifas em razão dos grandes lucros propiciados pela inflação. O Governo do PSDB, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, acabou com a inflação, que era aquele monstro temido por todos e que ninguém conseguia eliminar do Brasil ao longo de várias décadas. O Governo do PSDB fez com que, através do equilíbrio fiscal, da gestão competente e do Plano Real, a inflação fosse, não só domada, como extirpada. Estamos vivendo, há quatorze ou quinze anos, com uma inflação sob controle, o que permite ao Brasil tomar o rumo de crescimento que todos nós esperamos.

Enquanto a inflação, de 1994 a 2006, foi de 170%, as tarifas aumentaram 580%, Senador Jarbas Vasconcelos. Numa inflação acumulada de 170%, as tarifas cresceram 580%. É evidente que a chamada força do mercado ou concorrência não foi suficiente para reduzir as tarifas, e o mesmo vale para os *spread*.

Uma análise comparativa das tarifas dos bancos públicos e privados aponta para a grande dificuldade de se discernir quem cobra mais. Por isso resolvemos comparar o total arrecadado com prestação de serviços por banco.

O Banco do Brasil, Senador Alvaro Dias, um banco estatal, arrecadou, no primeiro semestre deste ano, com a cobrança de tarifas, R\$4,8 bilhões. No mesmo período, os dois maiores bancos privados arrecadaram R\$5 bilhões e R\$5,2 bilhões, Senador Mão Santa. Ou seja, a cobrança de tarifas dos maiores bancos privados e do maior banco federal está no mesmo patamar. Estranho, porque se trata de um agente de políticas públicas.

Fica no ar a seguinte pergunta: Considerando o peso importante dos bancos públicos em nosso País, Senador Arthur Virgílio, não seria mais prático o Governo, que é o controlador dos bancos federais, Senador Mário Couto, determinar a redução das tarifas nos bancos federais para que o mercado acompanhe a tendência? Ora, se queremos que a concorrência defina o valor das tarifas para baixo, o Governo, que tem o controle dos bancos federais, tem que dar o exemplo, tem que reduzir as tarifas dos bancos federais para que, por motivo de concorrência, o setor privado também diminua. E ele não faz isso. Os bancos federais cobram as tarifas bancárias tanto ou mais que os bancos privados.

Acredito que a promessa, o compromisso feito pelo Ministro Guido Mantega, mais um do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seja honrada e que o Ministério da Fazenda possa dar um basta a essa cobrança exagerada do sistema financeiro com relação às tarifas bancárias a que é submetida a sociedade brasileira.

Aproveito, ainda, a oportunidade de usar a tribuna para fazer um comentário sobre uma notícia que saiu hoje na coluna repórter70 do jornal *O Liberal*, Senador Mário Couto, do nosso querido Estado do Pará.

Quando a atual Governadora Ana Júlia Carepa exercia o mandato de Senadora, por quatro anos, neste plenário, por diversas vezes, veio à tribuna para cobrar do Governo do Pará, então ocupado pelo Governador Simão Jatene, a redução da alíquota do ICMS em telecomunicações, em combustíveis. Dizia S. Ex^a, naquela altura, que o Pará cobrava a maior alíquota do Brasil e apenas, com isso, os paraenses, o setor produtivo e os mais carentes.

Ora, o que eu esperava quando assumiu o governo a então Senadora Ana Júlia Carepa? Que um dos seus primeiros atos fosse fazer aquilo que ela dizia e cobrava do Governo do PSDB: reduzir a tarifa do ICMS sobre combustíveis e telecomunicações.

Pasmem os senhores, pasmem os paraenses, sem sobra de dúvida, o Partido dos Trabalhadores faz um discurso e tem uma prática diferente. Faz o discurso de uma oposição sem critério, sem responsabilidade, porque naquela altura a Bancada do PT na Assembléia Legislativa queria a redução do ICMS de 30% para 17%. E V. Ex^a, Senador Mário Couto, era o Presidente da Assembléia. A notícia da coluna repórter70 de *O Liberal* diz que, ontem – parece-me –, foi proposta uma redução do ICMS, que a então Senadora e hoje Governadora defendia, de 30% da alíquota para 17% – uma redução de 10%. E qual foi a orientação do Governo? A orientação do Governo foi que o PT e o PMDB, que dão sustentação à base governista no

Pará, se ausentassem do plenário para que caísse a sessão e não fosse votada a redução do ICMS.

Então, Senador Mário Couto, peço à Governadora Ana Júlia Carepa que faça essa redução não para 17%, como queria o PT, até para ser coerente com o discurso que fazia no Senado, mas pelo menos para 27%, já que a arrecadação do Estado tem sido crescente, face à organização e à máquina deixada pelo Governo do PSDB.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

O Sr Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento na tarde de hoje, sempre brilhante. Vamos meditar! Ana Júlia e Luiz Inácio: quem mais falta com a verdade? Quem mais prometeu e não cumpriu? Lula prometeu emprego ao povo brasileiro. Lula prometeu combater a corrupção. Lula prometeu acabar com a violência. Ana Júlia prometeu acabar com a violência. Ana Júlia prometeu melhor educação e melhor saúde no Estado do Pará. Está tudo pior, Senador Flexa Ribeiro! Mas o povo do Pará sabe cobrar. O povo do Pará depositou a confiança nessa senhora, mas hoje não está mais confiando nela, dizem os números. Os números não mentem. Não se iluda, Senador! Hoje, o político que mente à população perde o seu poder. Não se iluda! A sociedade brasileira melhorou – e muito – seu julgamento a respeito dos políticos. Graças a Deus! É bom que V. Ex^a, na tarde de hoje, com esse pronunciamento muito feliz, tenha lembrado o que V. Ex^a acabou de falar. Eu, na verdade, era o Presidente da Assembléia Legislativa e me lembro muito bem. Mas eu me lembro também, Senador, o quanto essa senhora foi aos palanques prometer acabar com a violência no Estado do Pará. É insuportável hoje a violência. Não acredito que se consiga mais, a curto ou a médio prazo, acabar com a violência, porque a coisa ficou tão ao léu, tão incivilizada, que o povo paraense não pode mais andar nas ruas. Em *O Liberal*, mesmo jornal que V. Ex^a citou, vi a fotografia de uma senhora, da qual jamais me esqueci na vida, dizendo o seguinte: “Na oração de hoje à noite, já vou rezar por aqueles que vão morrer amanhã”. Nós chegamos a isso, Senador, no Estado do Pará. Parabéns pelo oportuno pronunciamento de V. Ex^a e por V. Ex^a lembrar as promessas da Senadora Ana Júlia!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Mário Couto, que enriquece o pronunciamento com o aparte que me faz.

Senador Mário Couto, na semana passada, fiz um pronunciamento da tribuna – V. Ex^a estava em visita a Municípios no Estado do Pará –, que dizia que uma das promessas da Governadora e também do Presidente era que o Pará seria um dos Estados a ser primeiro

aquinhado com recursos para a segurança. E passados dez meses de governo, não foi investido R\$1,00 em equipamentos para o sistema de segurança.

Na abertura do Congresso da Aspa, a Governadora disse que agora as licitações estão em curso, para que se possam adquirir equipamentos, armamentos e munições. Espero que isso aconteça, porque realmente a violência no nosso Estado está insuportável! Ao longo desses 10 meses, houve um crescimento, como V. Ex^a bem disse, e não há mais condições de as pessoas de bem terem o direito constitucional de ir e vir, porque correm o risco de não voltarem para suas casas com vida ou, pelo menos, sem traumas.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a esteve hoje pela manhã na primeira reunião de depoimentos da CPI das ONGs, onde estavam presentes o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, o representante do Ministério do Planejamento, Afonso de Oliveira Almeida, o Procurador da República, Rômulo Moreira Conrado, e a Diretora Executiva da Associação Brasileira de ONGs, Sr^a Tatiana Dahmer Pereira.

V. Ex^a tem experiência no andamento das CPIs. Nessa reunião, tivemos a clareza de que aquela CPI tão temida pelo Governo, que teve sua instalação tão obstruída – Senador Heráclito Fortes é o autor do requerimento e passou o ano inteiro cobrando da liderança do Governo e da Presidência do Senado sua instalação.

Na realidade, o que está comprovado é que nós queremos realmente é ter transparência com relação aos recursos transferidos pelo Governo Federal para as ONGs. Existem ONGs que cumprem com suas obrigações. Essas são corretas e têm uma atuação que deve ser mantida, mas existem aquelas que, infelizmente, utilizam as entidades para fazer o desvio de recursos públicos. Nós queremos normatizar, nós queremos criar critérios, que não existem.

Quero louvar...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já encerro, Senador Alvaro Dias.

Quero louvar o trabalho do Tribunal de Contas da União.

Senador Mário Couto, V. Ex^a fez referência aqui ao Tribunal de Contas da União, um órgão assessor do Congresso Nacional. Ele já deu mostras, em várias auditorias, dos desvios desses recursos. Lá, o Procurador-Geral chegou a citar a cifra de R\$12 bilhões em recursos destinados às ONGs sem prestação de contas, porque os Ministérios, os órgãos federais transferem para as entidades e não cobram a prestação de contas e não fazem a fiscalização. O que leva, então, à dedução de que esse dinheiro é uma doação, e não um dinheiro

destinado a atender, como auxílio ao serviço público, a camada mais necessitada do nosso País.

Então, nós vamos avançar na CPI das ONGs, mas com esta visão: todos os que lá estiveram...

E já surtiu o primeiro efeito positivo a instalação da CPI das ONGs. O Ministério do Planejamento baixou um decreto, que precisa ser regulamentado, criando condições mínimas para que essas organizações não-governamentais possam ter acesso ao dinheiro público.

A lei orçamentária, Senador Alvaro Dias, diz que as entidades tinham que ter três anos, mas o Governo repassa recursos para entidades que foram criadas há apenas um ou dois meses, como foi dito pelo Procurador do TCU, recebendo valores superiores a R\$30 milhões, descumprindo a legislação existente.

Com certeza absoluta, o objetivo final dessa CPI vai ser normatizar, regulamentar a transferência desses recursos, que são recursos da sociedade brasileira e que devem ser usados de forma correta em benefício da população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço ao Presidente Alvaro Dias.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Vamos passar a palavra a três oradores, o Senador Efraim Morais e mais dois Líderes, o Líder Flávio Arns, pelo PT, e o Líder Arthur Virgílio, pelo PSDB, e depois iniciaremos, impreterivelmente, a Ordem do Dia.

Primeiramente, com a palavra o Senador Efraim Morais, por cessão do Senador Aloizio Mercadante; em seguida, o Senador Flávio Arns e, depois, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido, para dar oportunidade aos outros Srs. Senadores e então iniciarmos a Ordem do Dia.

Nosso objetivo nesta tarde, ao retornar a esta tribuna, é falar, mais uma vez, sobre o drama da seca do Nordeste, em especial no meu querido Estado da Paraíba, e também registrar a publicação da matéria “A tragédia da seca e a luta pela transposição”, veiculada na edição do último fim de semana do jornal **A União**, que contém texto primoroso do jornalista José Euflávio.

Sr. Presidente, vou tentar resumir o material que solicito de V. Ex^a que faça incluir, na íntegra, no meu pronunciamento, para que conste dos **Anais** da Casa.

Deve-se refletir sobre o que está publicado na primeira página:

Conhecido como “rio da integração nacional”, o São Francisco é hoje motivo de uma grande polêmica, por conta do projeto de transposição patrocinado pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujas obras já foram iniciadas nas cidades de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco.

Em meio à tormenta, sob fogo cerrado de setores contrários à transposição, estão doze milhões de nordestinos habitantes do chamado Nordeste Setentrional, a área mais seca e com as menores reservas hídricas do País. A seca, fenômeno recorrente da natureza, é apenas mais um componente do drama da gente que clama por água nessa região árida do Brasil.

Há um misto de miséria e sofrimento em cada lar, em cada rosto dos que, empurrados pelo destino, nasceram num Nordeste seco e carente de água. Na caatinga os animais morrem; pelas estradas, levam de agricultores – homens, mulheres e crianças – caminham léguas a partir de suas casas a procura de açudes e barreiros, de onde tiram água para o seu consumo.

Muitos, Senador Tião Viana, Presidente desta Casa, não sabem quanto vale uma légua. O nordestino usa muito a palavra “légua”. Uma légua é igual a seis quilômetros. Dizer que são percorridas léguas significa dizer que são percorridos vários quilômetros, em busca de uma lata d’água.

Nas cidades – pequenas, grandes e de porte médio –, o vergonhoso comércio da água é apenas mais um componente dessa tragédia, empurrando o homem para a humilhante cena de pedir como favor por um bem natural: a água.

Durante mais de uma semana, os jornalistas José Euflávio e Augusto Pessoa [...]

O primeiro, Sr. Presidente, conhece muito bem a situação, pois nasceu no sertão da Paraíba, no vale do Piancó, na pequenina Santana dos Garrotes, e conhece o drama do homem. Viveu, venceu, veio para a Capital e colaborou com essa extraordinária obra que servirá de base para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam realmente conhecer, em detalhe, a situação humilhante dos flagelados da seca.

Sr. Presidente, continuo a leitura.

Durante mais de uma semana, os jornalistas José Euflávio e Augusto Pessoa, de A

União, percorreram 2.600 quilômetros pelos Estados de Pernambuco, Paraíba, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, para mostrar o drama de quem não tem água para beber, para suas necessidades domésticas e para os animais. E apresentar também, em contrapartida, como há fartura e vida melhor onde existe água.

O resultado é este suplemento “A tragédia da seca e a luta pela transposição”. O trabalho é uma contribuição que *A União*, o terceiro jornal mais antigo em circulação no Brasil, com 114 anos de história, oferece ao leitor como subsídio para a sua compreensão do projeto e o que ele representa para o País e para o Nordeste.

Segmentos representativos da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte estão unidos pela causa. Desde a iniciativa, em julho passado, dos Governadores Cássio Cunha Lima, da Paraíba; Eduardo Campos, de Pernambuco; Cid Gomes, do Ceará; e a Governadora Wilma Farias, do Rio Grande do Norte, em pôr no centro de debate político regional o tema da transposição, crescem as mobilizações populares e os atos públicos em defesa do projeto.

Nós desejamos a boa leitura. Vamos colocá-lo à disposição de todos os brasileiros nos nossos Anais.

Então, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem uma ampla, mas uma ampla reportagem, mostrada pelos jornalistas sob o título: “Uma dura convivência e a esperança de mudar”. Há na reportagem o seguinte tópico: “No interior da Paraíba as pessoas buscam água em barreiros muito distante de suas casas”.

E aqui mostra as imagens: o gado morre, casas são abandonadas, a água some, a seca atormenta a todos: homens, mulheres e crianças.

Mais adiante, outra reportagem, sob o seguinte título: “Onde quase nada é tudo”. Aqui os jornalistas dizem que as pessoas procuram por água como um bem precioso, que custa caro para os que não têm recursos para comprá-lo. Mostra a situação nessa margem do Cariri paraibano.

Então vejam os senhores que o produto, e diz ainda a reportagem, é como se fosse ouro, Senador Jayme Campos.

Aqui cita o depoimento de alguns agricultores, como, por exemplo, do Sr. Luiz Ferreira da Silva, em cuja casa não tem água há 12 dias; uma longa espera pelo carro-pipa do Exército.

Continua a reportagem: “Produto raro em tempos de seca, a água custa caro para o povo do interior”.

Ainda mais: “Nem as crianças são poupadas na luta pela água numa região que tem clima de deserto:

quente durante o dia, frio à noite e neblina pela manhã”. Este é o Cariri paraibano.

Mas adiante, Sr. Presidente, o que nós observamos é a vibração de uma cidade quando chega um carro-pipa com água tratada e é recebido em festa pelos moradores. É muita humilhação, é muita humilhação não só contra os homens, mas contra as mulheres e contra as crianças nordestinas.

Outro tópico da reportagem: “Falta água e sobra fé”. Está aqui a fotografia de um homem levantando as mãos e um chapéu para o céu em busca da fé divina, para que a água caia nos sertões do Cariri, Curuma-taú, do Nordeste e da minha Paraíba.

Ainda outro: “Os rastros da seca”, Sr. Presidente, “uma tragédia que leva a morte e o sofrimento para as comunidades e os animais”.

E, depois – aqui vou encerrar, Sr. Presidente –, vem a seguinte matéria: “O rio da integração”. A água que se chegar à Paraíba, ao Ceará, ao Rio Grande do Norte e a Pernambuco diminuirá a humilhação desses homens, mulheres e crianças, mas que por vaidade de algumas pessoas, incompreensíveis, como se fossem proprietários dessa água, não deixam acontecer essa transposição.

São 12 milhões de brasileiros, nordestinos, que começam a morrer de fome pela falta da sensibilidade humana, pelo desconhecimento, acima de tudo, da situação desse homem.

Aqui está a foto do Presidente da República ao lado da matéria em que Sua Excelência diz que “O rio é dos brasileiros”. “Lula diz que há muita desinformação e que o projeto é maior do que pensam”.

Eu tenho feito oposição ao Governo do Presidente Lula, mas, por várias vezes, não só em reuniões em defesa da transposição do rio São Francisco, mas também nesta tribuna, o Presidente Lula tem o meu apoio. Tem o apoio do Senador Efraim Morais e o apoio de todos os paraibanos em busca desta solução: da transposição para matar a sede dos irmãos nordestinos.

Por isso, Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que insira nos Anais do Senado essa reportagem dos jornalistas José Euflávio e Augusto Pessoa, do jornal *A União*, sobre a tragédia da seca e a luta pela transposição. Vamos sim conseguir fazê-la, porque é um projeto do bem em busca da solução, da garantia daquilo que é direito de todos: água, água para beber.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A UNIÃO

João Pessoa, Paraíba, 2007

A tragédia da seca e a luta pela transposição



GOVERNO DA PARAÍBA

Governador
CASSIO CUNHA LIMA

Vice-governador
JOSÉ LACERDA NETO

Secretário de Comunicação
SOLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES

Secretário Adjunto de Comunicação
TARCÍSIO TELINO

A UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA

DE IMPRENSA E EDITORA

Fundado em 2 de fevereiro de 1893
no governo de Álvaro Machado

BR-101 - Km 3 - CEP 58.082-010
Distrito Industrial - João Pessoa - Paraíba
PABX: (0xx83) 3218-6500 - FAX: 3218-6510
Redação: 3218-6511/3218-6512
www.paraiba.pb.gov.br

Superintendente
JOSÉ ITAMAR DA ROCHA CÂNDIDO

Diretor Administrativo
RONALDO GUERRA

Diretor Técnico
GEOVALDO VIEIRA DE CARVALHO

Diretor de Operações
FRED KENNEDY A. MENEZES

Editor Geral
CARLOS CÉSAR

Chefe de Reportagem
BASTOS FARIAS

Concepção e Edição de Arte
CÍCERO FÉLIX

Textos
JOSÉ EUFLÁVIO

Fotos
AUGUSTO PESSOA

Revisão
ANTÔNIO MORAIS
LUCIMAR AGRA
FÁTIMA GUEDES

Supervisor Gráfico
PAULO SÉRGIO DE AZEVEDO

Núcleo de Cadernos Especiais
JUCA PONTES

Revista editada em setembro de 2007

Para Refletir

Conhecido como "rio da integração nacional", o São Francisco é hoje motivo de uma grande polêmica, por conta do projeto de transposição patrocinado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujas obras já foram iniciadas nas cidades de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco.

Em meio à tormenta, sob fogo cerrado de setores contrários à transposição, estão 12 milhões de nordestinos habitantes do chamado Nordeste Setentrional, a área mais seca e com as menores reservas hídricas do país. A seca, fenômeno recorrente da natureza, é apenas mais um componente do drama da gente que clama por água nessa região árida do Brasil.

Há um misto de miséria e sofrimento em cada lar, em cada rosto dos que, empurrados pelo destino, nasceram no Nordeste seco e carente de água. Na caatinga os animais morrem; pelas estradas levas de agricultores - homens, mulheres e crianças - caminham léguas a partir de suas casas à procura de açudes e barreiros, de onde tiram água para seu consumo.

Nas cidades - pequenas, grandes e de porte médio - o vergonhoso comércio da água é apenas mais um componente dessa tragédia, empurrando o homem para a humilhante cena de pedir como favor por um bem natural: a água.

Durante mais de uma semana, os jornalistas José Euflávio e Augusto Pessoa, de *A União*, percorreram 2.600 quilômetros pelos Estados de Pernambuco, Paraíba, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, para mostrar o drama de quem não tem água para beber, para suas necessidades domésticas e para os animais. E apresentar também, em contrapartida, como há fartura e vida melhor onde existe água.

O resultado é este suplemento "A tragédia da seca e a luta pela transposição". O trabalho é uma contribuição que a *A União*, o terceiro jornal mais antigo jornal em circulação no Brasil, com 114 anos de história, oferece ao leitor como subsídio para sua compreensão do projeto e o que ele representa para o País e para o Nordeste.

Segmentos representativos da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, estão unidos pela causa. Desde a iniciativa, em julho passado, dos governadores Cassio Cunha Lima, Eduardo Campos, Cid Gomes e Wilma Farias em pôr no centro do debate político regional o tema da transposição, crescem as mobilizações populares e os atos públicos em defesa do projeto.

Boa leitura.



Uma dura convivência	4
Onde quase tudo é made	6
É como se fosse ouro	8
A senha	10
Falta água, sobra fé	12
Os rastros da seca	14
O rio da integração	16
Projeto antigo e polêmico	18
O rio é dos brasileiros	20
A transposição	22
Esquema de intervenção hidráulica	24
Obras já começaram	26
O papel do Exército	28
Perguntas e respostas	30
Revitalizar é fundamental	32
Reflorestamento é a ordem	34
Impacto na produção de energia	36
Maparica: um mar no Sertão	38
O sustento	40
"Se um nordestino faria a transposição	42
Unidos em defesa do projeto	44
A Igreja na luta	46
Estado de emergência	47

Os primeiros sinais da tragédia estão logo ali na calha seca do rio Taperoá, bem próximo à cidade de Cabaceiras (PB), o município com a menor precipitação pluviométrica do País, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos (SP).

A calha do rio está seca e em seu leito de areia branca como nuvens os meninos aproveitam para jogar bola. O rio Taperoá é um dos afluentes do rio Paraíba e suas águas caem no açude Epitácio Pessoa, no município de Boqueirão.

Depois do desemprego e da fome, a busca incessante por água consome o povo desta região do Cariri paraibano. Nas proximidades do Distrito da Ribeira do Taperoá aparece o primeiro açude seco. Uma pequena poça de água barrenta é disputada por animais e gente.

"É uma água sem qualidade, mas não há outra solução", queixa-se dona Maria Isabel Pereira, uma senhora de 54 anos, pele tostada pelo sol escaldante da região, e muitas rugas no rosto.

Para que serve essa água? A resposta é curta e direta como um raio: "Para tudo, para beber, cozinhar, tomar banho, dar aos bichos e lavar roupa". O sistema de água encanada que abastece o Distrito da Ribeira de Taperoá sempre entra em colapso e a população não tem outra alternativa a não ser se valer dessas pequenas poças de água barrenta e de cheiro forte.

Por uma estrada de terra batida segue-se para a cidade de São João do Cariri. Faz um calor insuportável. E o sol é abrasador. Nuvens de urubus se formam no céu e descem ao chão. O banquete é uma vaca morta. "Morreu de sede e fome, que por essas bandas só morre de velhice, sede e fome", atesta Juvandir Mota, um rapaz de 34 anos.

As casas à beira da estrada estão abandonadas. Tendo a seca como cenário e diante da escassez de água, lavas inteiras de agricultores deixaram seus lares para trás, abandonaram suas casas e rumaram para as cidades, fugindo da tragédia. Possivelmente nunca mais voltarão a esse lugar seco, diferente e esquisito.

No centro da tormenta, os que por aqui ficaram tentam ganhar a vida como podem.

A prática mais comum é a derrubada da caatinga, agora transformada em carvão para garantir o sustento das famílias. Os fornos para a produção de carvão tomam conta da paisagem retorcida pela estiagem.

Entregues à própria sorte, os sertanejos vão derrubando a caatinga e transformando tudo em carvão. Em muitos sítios e localidades essa é a única forma de garantir uma renda - por mínima que seja. O carvão produzido no Cariri da Paraíba é vendido em Sertânia, Pernambuco, para alimentar fornos de vários tipos e qualidades. Mas não é só isso. As matas que circundam rios, riachos e grotas são derrubadas e a lenha é vendida para aquecer os fornos de padarias em diversas cidades. Os sertanejos não se dão conta que, derrubando as matas, os rios secam e a escassez de água aumenta.

"Entre morrer de fome e derrubar a mata, eu prefiro derrubar a mata", avisa Cicero Pereira da Silva, que tem quatro filhos e a mulher para alimentar. "Depois a natureza forma tudo, completa tudo de novo", acredita.

Onde quase nada é tudo

E as pessoas procuram por água como um bem precioso, que custa caro para os que não têm recursos para comprá-lo

Juvanir Mota tem 34 anos. É agricultor. Casado com Rosilene da Costa Silva, eles percorrem o município de Serra Branca à procura de água para abastecer a casa. A quatro quilômetros de sua casa existe um pequeno barreiro.

Com uma carroça puxada por boi, ele e a mulher vão duas vezes por dia nesse pequeno barreiro buscar água. "Essa água aqui é para lavar roupa, tomar banho e cozinhar e dar aos animais. Não presta para beber", conta.

Duas vezes por semana, eles compram um tambor de água de 200 litros ao preço de R\$ 5,00. "Não tem outra saída. Aqui, ou você compra água ou morre de sede. Todos os anos, no período da seca, esse problema afeta a gente e o sofrimento é grande. Quem

mais sofre são os animais", diz dona Rosilene, que tem dois filhos, de 9 e 11 anos. O casal não tem emprego e a única renda da família é conseguida por Juvandir fazendo pequenos serviços na cidade de Serra Branca. Boa parte do pouco que ele ganha é gasto com a compra de água. O casal e os dois filhos só tomam banho uma vez por dia, sempre à noite.

Bem mais à frente, já próximo à cidade de Monteiro (PB), o agricultor Geraldo Marques da Silva, 51 anos, conduz uma carroça puxada por um jumento. Sobre a carroça, um tambor de 80 litros de água. O animal está ofegante diante do peso da carroça e do tambor de água, ladeira acima.

Água Geraldo só encontra a cinco quilômetros de sua casa no açude de um fazendeiro da região. "O açude tem água boa, mas só deverá ter boa qualidade até janeiro de 2008. Depois o volume diminui, a água engrossa e não presta mais para beber", conta.

Todos os dias, Geraldo vai duas vezes ao açude buscar água para sua família. "A luta aqui é essa todos os dias. Pobre não tem descanso, ainda mais morando nessas brechas do Cariri", queixa-se.

LOCALIZAÇÃO

PARAIBA

João Pessoa



● **CARIRI** O Cariri paraibano está localizado no sul do Estado e é formado por 29 cidades, dentre as quais, destacam-se Sumé, Monteiro, Taperoá, Serra Branca e Cabaceiras, abrigando uma população de mais 160 mil pessoas. Seu clima é tipicamente semi-árido.

O preço da água é alto no Cariri paraibano e quem não tem dinheiro para comprar o produto passa sede

Produto raro em tempos de seca, a água custa caro para o povo do interior

Monteiro é o maior município da Paraíba em extensão. Possui 1.009 quilômetros quadrados por onde se espalham aproximadamente 12 mil agricultores da zona rural. As comunidades são bastante afastadas do centro da cidade, o que dificulta o abastecimento nos carros-pipas alugados pelo Exército brasileiro.

Um programa do governo federal firmou convênios com as prefeituras de diversos municípios para socorrer as famílias. Em Monteiro, os carros-pipas a serviço do Exército se abastecem no reservatório da Cagepa - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba -, com água tratada e de boa qualidade. A capacidade da Estação de Tratamento de Água de Monteiro é de 98 metros cúbicos por hora.

Muitas comunidades dos municípios de Zabelê, Prata, Ouro Velho, Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro e Prata estão distantes da estação de tratamento da Cagepa até 40 quilômetros. Essas comunidades não têm açude, poço ou qualquer outra

fonte de água. Dependem, exclusivamente, das pipas do Exército.

Todos os dias 40 carros de água são distribuídos com as comunidades rurais. Segundo o secretário de Serviços Rurais e Meio Ambiente de Monteiro, Cícero Roberto, a necessidade é de 80 carros por dia, mas o convênio não permite a ampliação. Além do mais o pagamento atrasa e os donos dos veículos contratados pelo Exército, sempre que acontece o atraso no pagamento, suspendem o fornecimento e com isso o sofrimento das populações aumenta ainda mais. Como se isso não bastasse, as comunidades não contam com cisternas ou tanques para armazenar a água que chega nesses locais através de caminhões.

"É uma situação complicada e tende a se agravar com o prolongamento das estiagens", segundo atesta a prefeita de Monteiro, Lourdinha Aragão. "Esse é um problema de responsabilidade do governo federal, mas as prefeituras é que têm de resolver o problema", denuncia a prefeita.

Por cada pipa de água com oito metros cúbicos o dono do caminhão recebe R\$ 89,00. "É um preço muito baixo esse, porque as comunidades ficam distantes do centro da cidade e as estradas são muito ruins", diz Rivaldo Rodrigues,

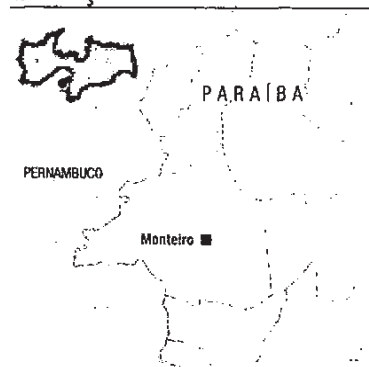
Nem as crianças são poupadas na luta pela água numa região que tem clima de deserto: quente durante o dia, frio à noite e neblina pela manhã

Rivaldo possui um caminhão a serviço do Exército e tem muitas queixas a fazer. Queixa-se do preço pago pelo Exército para a pipa de água, das condições das estradas, do atraso no pagamento e da burocracia exigida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Além de trabalhar para o Exército, Rivaldo também vai buscar água em pequenos açudes da região para vender a clientes na cidade de Monteiro. "Quem não tem dinheiro para comprar água come o pão que o diabo amassou aqui nessa região", comenta.

Ele lembra que este ano as chuvas no Cariri foram poucas e não juntou água em açudes, grandes e pequenos. Isso acaba agravando o problema. "Muitos açudes, com o prolongamento da seca, secam e isso acaba influenciando no preço do carro de água. Porque uma coisa é pegar água a 10 quilômetros, e outra é pegar a mesma água a uma distância de 40 quilômetros. Isso influencia no custo", ensina.

LOCALIZAÇÃO



- O município de Monteiro está localizado na microrregião da Borborema e fica a 293 km da Capital. De acordo com o IBGE o número de habitante é de 28.156.

A senha

O registro da Cagepa é aberto na ETA de Monteiro pelo operador...

1

O dono do caminhão entrega uma senha e enche a pipa de água de qualidade

2

O caminhão segue por estradas e veredas para o município de Zabelê

3

4

Antônio Mariano recebe a água no cacimba de Cima, em Monteiro, e depois mostra a qualidade da água tratada: uma cena rara nos locais castigados pela seca

A partir da ETA da Cagepa em Monteiro, a equipe de **A União** acompanhou a entrega de um desses carros-pipas a comunidades rurais. O motorista é Zé Antônio, que trabalha para Maria da Paz, a dona Paizinha, proprietária do caminhão.

A senha para pegar a água da Companhia em Monteiro é um pequeno pedaço de papel fornecido pelo Exército. Segundo um dos operadores da Cagepa, Rômulo Monteiro, o caminhão só é abastecido com água tratada se chegar à sede da empresa com esse papel.

Zé Antônio abastece o caminhão e rumo por uma estrada de barro batido para a comunidade Cacimba de Cima, a 30 quilômetros do Centro de Monteiro. As condições da estrada são as piores possíveis. De buraco em buraco, de curva em curva, o caminhão vai se aproximando da comunidade e quando chega é uma festa para os moradores, todos agricultores e donas de casa pobres.

Quem recebe a água é o senhor Antônio Mariano. Ele assina a guia enviada pelo Exército, mas antes confere se a pipa está cheia. Zé Antônio abre a torneira e despeja oito mil litros de água numa grande cisterna construída pela Prefeitura.

A partir daí, com baldes, latas, ancoretas e tambores as pessoas da comunidade levam a água tratada para suas casas. "Essa água aqui é como se fosse ouro, porque

não é todos os dias que a gente recebe uma água tratada e com qualidade", diz Antônio Mariano.

Agricultor, 64 anos, Antônio Mariano é um desses sertanejos teimosos, criador de bichos e tocador de roça. Passou a vida inteira correndo atrás de água. "Essé problema da falta de água vem de muito longe. Eu era menino e já carregava galão de água para a casa dos meus pais. Hoje mudou muito pouca coisa e mudou para pior, pois as chuvas vêm diminuindo muito nos últimos tempos", conta.

Antes, bem antes da entrada do Sítio Cacimba de Cima, há um pequeno barreiro. A água é amarelada, barrenta. Maria de Lourdes Silva de Sousa, 55 anos, lava roupa nas proximidades do barreiro. "Mas tiro a água do barreiro e lavo as roupas mais distante, que é para não contaminar tudo de sabão e sujeira", lembra.

No outro lado do barreiro, encontra-se Agenor Honorato Silva de Sousa, irmão de Maria de Lourdes. Carrega um galão (engenhoca inventada pelos sertanejos, que consiste em um pedaço de dois metros de madeira, com duas latas amarradas por cordas nas duas pontas). "Ao invés de carregar uma lata na cabeça, com isso aqui eu carrego duas latas", explica sorridente.

Mesmo de cor carregada e cheiro forte, Honorato diz que a água serve para tudo - para beber, tomar banho, cozinhar, dar aos bichos. "Se não fosse esse barreiro, a gente já tinha morrido, porque os caminhões do Exército demoram muito para trazer água boa para cá", diz, com um ar de revolta.

Honorato afirma que já ouviu falar sobre a disposição de águas do rio São Francisco para essa parte seca do Nordeste. "Foi um homem de Brasília que disse na televisão que o povo de Brasília diz que vem trazer água desconfiado. Mas o presidente falou que vai fazer essa obra. E depois não veio", conta o homem. De repente, uma estridente gargalhada... e ele solta o galão por uma vereda aপরিত্যাগ da caatinga.

A distância dali, já no Ceará, no município de Jati, o agricultor Luiz Soares chegou com o Padre Cicero para que o rio São Francisco cheguem ao município de uma estátua do Padre Cicero. Quem tira o chapéu e faz preceito.

O problema da falta de água aqui é o Padim Cico. Mas ela vai vir. Segundo ele, o maior problema de Jati é o desemprego e a falta de água aqui tem preço de

A religião conforta a difícil vida do sertanejo e alimenta sua esperança

A peleja dos sertanejos à procura de água parece não ter fronteira. Saindo de Salgueiro, em Pernambuco, na direção do Ceará o que se encontra é uma verdadeira procissão de homens, mulheres e meninos - todos ávidos por água.

Ali não há grandes açudes. Assim qualquer barreiro serve. As pessoas se deslocam de suas casas e se embrenham na caatinga usando carroças puxadas por bois, jumentos, burros e cavalos. Quem não possui um animal busca água em galões para homens e as mulheres usam latas carregadas na cabeça. A divisa entre os Estados de Pernambuco e Ceará é apenas uma questão de geopolítica, porque na prática a falta de água não respeita fronteiras nem pede certidão naturalidade a ninguém. "Sertanejo é tudo uma coisa só, o sofrimento é o mesmo em qualquer Estado", diz o menino Gerlesson Silva.

Morador do Sítio Baixio do Couro, no município de Pena Forte, Gerlesson e seu irmão Laércio são dois cearenses de pele vermelha tostada pelo sol. Eles contam que na sua casa são nove pessoas - os pais e sete filhos. Na casa cada um tem uma função. A função deles é procurar água nas brenhas do Sertão para matar a sede da família.

Os dois estudam pela manhã e passam o dia entre a casa da família e um pequeno barreiro a seis quilômetros de onde moram. "Todos os dias damos três viagens ao barreiro para buscar água. Ela não é muito boa, mas é a única que se tem por aqui", diz Laércio, o menor dos irmãos. Quando o barreiro secar, o que vai acontecer?, pergunto aos dois menores. "A gente vai procurar água em outro

barreiro muito longe, mas não tem outro aqui", responde Gerlesson Silva, o maior dos irmãos.

Estamos no início da tarde. Faz um calor descomunal e o asfalto por onde viajamos parece tremer, como numa dessas miragens tão comuns ao povo sertanejo. Os dois meninos estão molhados de suor e o cavalo Ventania, que puxa sua carroça, está ofegante.

Nos municípios de Barro, Jati e Brejo dos Santos, todos no Ceará, a situação das pessoas é a mesma. Água por aqui é produto raro. Um caminhão-pipa chega em Jati com um carregamento de água. As pessoas correm, fazem fila e começa uma correria sem fim. Todos querem encher seus reservatórios.

Mas à frente, no início da cidade da pequena Jati, Francisco Paulo da Silva, um agricultor de 62 anos, tira o chapéu e faz prece debaixo da estátua do Padre Cicero. "Por aqui só tem Deus e meu Padim Ciço. Nossa maior dificuldade é trabalho e água", diz ele.

Com a pele enrugada pelo sol, Seu Francisco parece chorar aos céus numa prece infinda pedindo por água. "Como é possível um sofrimento desses? Mas eu acredito que essa transposição que os homens de Brasília falam tanto na televisão um

dia chegue por aqui", diz.

"Se a gente tivesse água por aqui era uma verdadeira benção do céu. Mas com o poder de Deus um dia isso vai acabar", diz esperançoso o agricultor cearense. Seus gestos diante da estátua do Padre Cicero chamam a atenção dos seus conterrâneos. Em pouco tempo forma-se uma roda em torno do homem e todos se queixam da falta de água.

Bem mais à frente, já no município de Brejo dos Santos, o agricultor Luiz Joaquim de Sousa reúne a família para ser fotografada pela câmera de Augusto Pessoa. Os meninos estão pasmos diante de suas imagens no visor digital da câmera.

Segundo a esposa de Luiz, Marli de Sousa, os meninos tomaram o último banho há dois dias. "Nós não temos água nem para beber e cozinhar, imagine para tomar banho. Banho aqui é coisa de luxo. Só quando tem água de sobra trazida pelo caminhão do Exército", conta ela, com o olhar de piedade, as lágrimas no rosto na direção dos filhos menores.

da seca

A história do Nordeste do Brasil está umbilicalmente ligada à história de suas secas, que se repetem ciclicamente, com grande intensidade e duração de cinco anos, a cada 26 anos, e, de menor intensidade e duração de três anos, no intervalo a cada 13 anos. A cada década temos 60 por cento dos anos com pouca chuva.

Vem da época do Império a idéia de suprir as áreas secas do Nordeste Setentrional (PE, PB, RN e CE) com águas do rio São Francisco. O primeiro projeto foi elaborado em 1849 pelo engenheiro Marcos Antônio de Macedo após a seca de 1844/45, tendo sido adotado cerca de 30 anos depois, pelo Imperador D. Pedro II, na seca de 1877/79.

O projeto do engenheiro previa a retirada de água do rio São Francisco através de um canal, onde a água corria por gravidade até o Riacho dos Porcos, desse passava

para o rio Salgado até atingir o rio Jaguaribe. No dia 28 de agosto de 1913, o engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, então diretor do IOCS, embrião do DNOCS, comprovou a inviabilidade técnica do canal por existir um desnível de 160 metros entre o leito do rio São Francisco e o do rio Jaguaribe.

Durante a seca de 1915/19 o então presidente Epitácio Pessoa conheceu na Europa o engenheiro português Fonseca Rodrigues que, ao analisar o projeto, assegurou-lhe que "em havendo uma queda d'água à jusante de Cabrobó, poderia ser gerado a energia hidráulica e com ela feita a transposição da Chapada do Araripe", que era o que tornara inviável o canal do engenheiro Marcos Antônio de Macedo.

Assumindo a Presidência da República no período 1919/1922, Epitácio Pessoa colocou a transposição da Chapada do Ara-

ripe como um dos projetos para salvar da seca as Províncias do Norte, como eram chamadas na época. Vem dessa época a "côrruptela" de transposição do rio São Francisco sempre que havia uma seca, pensava-se logo em resolver o problema com as águas do rio São Francisco.

Com a seca de 1979/82, no governo de João Batista Figueiredo, o seu ministro do Interior, Mário Andreazza, ressuscitou a idéia, desta vez com muito maior amplitude, pois seriam retirados 330 m³/seg do rio São Francisco para perenizar vários rios de Pernambuco, o rio Piranhas e o rio Jaguaribe e 300 m³/seg do rio Tocantins para reforçar o rio São Francisco e aumentar a vazão de vários rios do Piauí. O projeto tinha um horizonte de 40 anos.

Terminada a seca, em 1984, o projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco mais uma vez foi engavetado. Em 1991/93 veio nova seca e aí surgiu o projeto de transposição no governo Itamar Franco, dessa vez tendo à frente o ministro Aloizio Alves, que iria executar um pro-

jeto mais modesto. Passada a seca, mais uma vez o projeto foi engavetado.

Com a seca de 1997/99, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e depois os ministros Cicero Lucena e Fernando Catão lançaram o Pro-

jeto de Transposição de Águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, desta vez, com algumas alterações substanciais: visualizando dois Eixos de Transposição. O Leste para atender Pernambuco com 18,0 m³/seg e a Paraíba com 10,0 m³/seg, e o Norte, para atender Pernam-

Uma tragédia que leva a morte e o sofrimento para as comunidades e os animais



CRONOLOGIA

Veja a cronologia de ações a nível mundial que se acompanha há mais de 30 anos

- ➔ **1970** - Prognóstico do Clube de Roma: No século XX vivenciamos uma severa crise, ou de esgotamento dos recursos naturais ou de severa degradação do meio ambiente, ou talvez uma combinação de ambos.
- ➔ **1973** - Prognóstico da Faa: Dentro de 30 anos não haverá água doce em quantidade suficiente para manter o desenvolvimento socio-econômico em várias partes do planeta Terra (inclusive no Nordeste do Brasil).
- ➔ **1975** - Neste ano, o vice-presidente do Banco Mundial, Simon Sengupta, faz uma declaração contundente numa conferência no Brasil: "As guerras do próximo século serão por água e não por petróleo e petróleo".
- ➔ **1992** - É realizada na Rio de Janeiro a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Criase, aí, o Dia Mundial da Água, ficando o dia 22 da março como o dia da escolha.
- ➔ **2000** - A ONU (Organização das Nações Unidas) decide que a água passa a ser chamada de "bem comum".
- ➔ **2003** - A ONU declara 2003 como o Ano Internacional da Água e o G-83, logo em 2004 o Camponês da Fome ganha acesso à água potável.

buco com 10,0 m³/seg, a Paraíba com 10,0 m³/seg, o rio Grande do Norte com 37 m³/seg e o Ceará com 42 m³/seg. Foram realizados os Estudos de Impacto Ambiental que indicaram que no Estado do Ceará as águas deveriam correr em canais de concreto, evitando o contato com os solos de bacias hidrográficas salgadas para não salinizá-las. Adotou-se a filosofia da Sinergia Hídrica, a qual indicava que as águas do rio São Fran-

cisco seriam uma segurança de retaguarda para serem usadas quando faltassem as chuvas no Nordeste Setentrional e que fossem usadas as águas acumuladas nos açudes antes que fossem levadas pela evaporação.

Passada a seca, foi novamente o projeto engavetado, até que, ao assumir o governo, o presidente Lula, como uma promessa de campanha, ressuscitou o projeto com algumas alterações.

Como o presidente Epitácio Pessoa em 1922 já tinha encontrado a solução técnica indicada pelo engenheiro Fonseca Rodrigues que era a transposição da Chapada do Araripe, o presidente Lula encontrou a solução política com a Revitalização do rio São Francisco, para atender os ecologistas, o Eixo Sul para atender os baianos, o Eixo Oeste para atender os piauienses, o Projeto Xingó para atender os sergipianos e o canal do Sertão para atender os alagoanos.

Reduziu a retirada d'água do rio São Francisco para 1,4% de sua vazão regularizada pela Barragem de Sobradinho; Previu a transposição de águas do rio Tocantins para o rio São Francisco para compensar a retirada para o Nordeste Setentrional. Passou a chamar o Projeto de Integração de Bacias para aplacar os ecologistas xiitas.

O rio da Integração

O rio São Francisco possui 2.800 km de extensão e drena uma área de aproximadamente 641.000 km². Ele nasce em Minas Gerais, na Serra da Canastra, percorre cinco Estados e desemboca no Oceano Atlântico entre os Estados de Sergipe e Alagoas.

O rio apresenta dois estirões navegáveis - o Médio, com cerca de 1.371 km, entre Pirapora-MG e Petrolina-PE/Juazeiro-BA e o Baixo com 208 km entre Piranhas-AL e a foz, no Oceano Atlântico.

O rio São Francisco atravessa regiões com condições naturais as mais diversas. As partes extremas superior e inferior da bacia apresentam bons índices pluviométricos e fluviométricos,

enquanto os seus cursos médio e sub-médio, atravessam áreas de clima bastante seco e semi-árido. Assim, 75% do deflúvio do São Francisco é gerado em Minas Gerais, cuja área da bacia ali inserida é de apenas 37% da área total.

Comercialmente, o trecho principal tem 1.371 km. Este trecho corresponde a uma distância equivalente entre Brasília (DF) e Salvador (BA) e é sem dúvida a mais econômica forma de ligação entre o Centro-Sul e o Nordeste.

Com o seu extremo sul localizado na cidade de Pirapora (MG), a hidrovia do São Francisco é interligada por ferrovia e estradas aos mais importantes centros eco-

nômicos do Sudeste, além de fazer parte do Corredor de Exportação Centro-Leste. Ao Norte, nas cidades vizinhas de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), a hidrovia está ligada às principais capitais do Nordeste, dada a posição geográfica destas duas cidades.

O São Francisco oferece condições naturais de navegação, durante todo o ano, com variações de profundidade (calado), segundo o regime de chuvas. Em grande parte no Vale do São Francisco, as áreas mais propícias ao aproveitamento agrícola situam-se às suas margens.

Por esse motivo é nas proximidades do rio que se encontra a maior parcela da população do vale. A transposição de águas do rio São Francisco é um projeto que gera muita polêmica. Constitui, basicamente, na utilização das águas do rio para a perenização de rios e açudes nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará durante os períodos de estiagens. Os políticos de Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Sergipe não aceitam a transposição, preocupados com os efeitos em seus Estados.

Objeto de uma polêmica que remonta ao século XIX, o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Semi-Árido do Nordeste Setentrional ocupa a agenda dos poderes da União neste início de século, como um tema extremamente delicado e uma preocupação cada vez mais intensa, exigindo por isso mesmo, uma decisão a curtíssimo prazo.

Estudos técnicos, financeiros e ambientais foram procedidos com os rigores que o acervo de conhecimentos hoje em dia permite, subsistindo um impasse de natureza política. O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco consiste na transferência de águas do rio para abastecer pequenos rios e açudes da região Nordeste que possuem um déficit hídrico durante o período de estiagem. As obras são prioritárias para o governo no setor de infra-estrutura e já começaram.

A transposição do rio São Francisco é uma discussão antiga no governo federal. O projeto foi concebido inicialmente em 1985, ainda no âmbito do extinto Departamen-

to Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). Em 1999, o projeto foi transferido para o âmbito do Ministério da Integração Nacional.

Atualmente, vários ministérios acompanham as ações do projeto, assim como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - formado pela sociedade civil e pelas três esferas de governo.

Em janeiro de 2005, o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH) aprovou a transposição de águas do rio São Francisco para os Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, durante reunião que ocorreu na sede do Ibama, em Brasília.

A partir daí, o governo federal, através do Ministério da Integração Nacional, começou liberar recursos na ordem de R\$ 1,5 bilhão para dar início a elaboração do projeto da obra. Quando a obra estiver pronta terá consumido do governo o equivalente a R\$ 6,6 bilhões, valor inferior aos R\$ 7 bilhões gastos com ações paliativas de combate à seca em apenas uma década - entre 1989 e 1999.

Desde o Império

No século XIX, engenheiros a serviço do imperador D. Pedro II já sonhavam em utilizar as águas do São Francisco para combater os efeitos da estiagem no Sertão. Após a grande seca que vitimou 1,7 milhão de pessoas entre 1877 e 1879, os republicanos criaram uma inspetoria que produziu o mapa (detalhe à esquerda) de um canal que interligaria o rio São Francisco ao Jaguaribe, no Ceará.

Em 1943, no governo de Getúlio Vargas foi criado o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Em 1980, os técnicos do DNOCS chegaram a elaborar um projeto de transposição em parceria com um organismo norte-americano especializado em agricultura, irrigação, solos e recursos hídricos.

A proposta mais consistente foi apresentada em 1983 pelo ministro do Interior do governo João Figueiredo, Mário Andreazza. Dez anos depois, o ministro da Integração Regional Aloísio

Alves, do governo Itamar Franco, tentou implantar o projeto. Em 1994, foi retomado no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas com o risco do apagão, em 2001, foi descartado.

Em outubro de 2003, para surpresa de entidades ambientalistas, de ribeirinhos, pescadores e a comunidade científica, o vice-presidente José Alencar, anunciou, em Penedo, a intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de retomar o projeto.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco reivindicou a elaboração do plano decenal da bacia para definir se haveria disponibilidade hídrica para a transposição. O plano aprovado em julho de 2004 recomendava a retirada da água do rio para outras bacias, exclusivamente para o abastecimento humano ou dessedentação animal e não para atividades econômicas, como irrigação e criação de camarões em cativeiro.

O governo não acatou a recomendação, com maioria no Conselho Na-

cional de Recursos Hídricos, órgão máximo do sistema nacional dos recursos hídricos, obteve aprovação do projeto, dando início ao processo de licenciamento.

As audiências públicas, realizadas no início de 2005, foram marcadas pela rejeição ao projeto nos Estados produtores de água (Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e uma parte de Pernambuco) e aprovação nos receptores (Ceará, Rio Grande do Norte, parte de Pernambuco e Paraíba).

Ações na Justiça foram interpostas pelo governo dos Estados produtores, pelo Ministério Público e por entidades da sociedade civil contra a licença prévia concedida pelo Ibama.

A mais recente vitória do governo foi conseguida no início de 2007, quando a Agência Nacional das Águas (ANA) concedeu a outorga para o Ministério da Integração Nacional dispor de 60 metros cúbicos de água por segundo para viabilizar o projeto da transposição.

O rio e dos brasileiros é maior do que pensam

Desinformação. Esta palavra tem incomodado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Geddel Vieira Lima, da Integração Nacional, quando o assunto é a transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional.

"Tem gente que é contra sem saber porque é contra. Tem gente que é favorável sem saber porque é favorável. Tem gente que coloca isso em um debate ideológico. As pessoas não se dão conta de que nós temos uma região onde moram milhões e milhões de brasileiros e brasileiras que há 300 anos foram vítimas do governo da época, que detectava a seca, e que até agora não teve solução", desabafou o presidente.

Para Lula, é ridículo discutir quem é o dono do São Francisco: "O dono, na verdade, é o povo brasileiro. Sabemos que tem problema de seca e fome na beira do rio São Francisco porque não tem projeto de desenvolvimento para aquela região, mas isso não impede que nós levemos água para onde as pessoas precisam".

O projeto vai consumir mais de R\$ 6 bilhões, já previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a área de infraestrutura hídrica. Os recursos já estão sendo investidos em esgotamento

sanitário, replantio de matas ciliares e proteção das margens do rio.

No município de Barra, na Bahia, vai ser lançado o projeto de desassoreamento e de aprofundamento do rio, para facilitar a navegação através da hidrovia. "Esta obra de transposição é fundamental para resolver o problema de milhões de brasileiros na Paraíba, Pernambuco, Ceará e no Rio Grande do Norte e não traz nenhum prejuízo para Estados como a Bahia, como Minas Gerais, como Alagoas e como Sergipe", afirma o presidente Lula.

O presidente tem aproveitado suas viagens pelo Brasil para falar sobre a obra da transposição. O mesmo tem feito o ministro Geddel Vieira. "Muito pelo contrário, está estimulando o nosso governo a fazer investimentos que serão fundamentais para a preservação através do programa de revitalização do rio São Francisco", afirmou Geddel Vieira Lima.

Sobre algumas críticas de que obras mais baratas poderiam substituir a transposição, Geddel disse que é "falacioso dizer que o semi-árido nordestino poderá ser abastecido exclusivamente com poços artesianos, barragens subterrâneas e essas soluções". Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o problema da seca

no Nordeste do Brasil é um fenômeno antigo, que precisa de tecnologia para levar água para populações carentes de recursos hídricos. "Nós precisamos resolver esse problema", informa.

"Agora eu vou fazer a transposição das águas para o Nordeste. Vou fazer sem nunca ter prometido. Eu duvido que alguém, neste País, tenha me ouvido, em algum momento, dizer que ia fazer. Duvidó. E vou fazer", afirmou Lula.

"E nós sabemos que tem uma parte do Nordeste que precisa que a água chegue lá. Ah, vai custar quanto? O problema não é quanto vai custar a obra. O problema é quanto custa não fazer a obra que o povo precisa para uma área pobre como o semi-árido nordestino", observa o presidente.

"Vou acabar com este negócio de discutir se é água do rio São Francisco, se é água do Tietê, se é água do Tamanduatei, se é água do Paraguai. O dado concreto é que nós precisamos levar água. Como não dá para levar na cabeça, nós vamos ter que fazer os processos de transposição dessa água, vamos ter que fazer o canal. Eu já tenho a cabeça pequena de carregar pote de água na cabeça, não posso mais prometer levar água para lugar nenhum neste País", finaliza o presidente.

A transposição

A transposição de águas do rio São Francisco vai beneficiar 12 milhões de pessoas do Nordeste Setentrional nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Os maiores problemas de abastecimento estão em cidades como Caruaru, em Pernambuco, Campina Grande, na Paraíba, Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Sobral, no Ceará.

Ao integrar a bacia do São Francisco com as bacias do Nordeste seco, o projeto também levará água para pequenas cidades e comunidades isoladas, a partir da garantia de reserva hídrica para mananciais existentes nos quatro Estados que precisam de água.

Pelo planejamento do projeto diversos açudes e barragens estão prontos para receber a água da transposição. Outras barragens serão construídas para armazenar a água, que será distribuída à população através da rede de adutoras que vem sen-

do construída pelos governos dos Estados.

Na Paraíba o Governo do Estado está se preparando para receber as águas do rio São Francisco e já construiu pequenas, médias e grandes adutoras em todas as regiões do Estado. A Cagepa, Secretaria da Infra-Estrutura e a Aesa são os órgãos responsáveis pela construção de adutoras em diversos municípios em todas as regiões da Paraíba.

As quatro últimas adutoras inauguradas pelo Governo do Estado foram as de Santa Cruz, Lagoa Seca, Santana dos Garrotes e Acauã (1ª etapa). Os quatro municípios vinham sofrendo com a falta de água. Lagoa Seca passou a receber água do açude de Boqueirão, que fica a aproximadamente a 55 quilômetros da cidade.

"Estamos preparados para receber a água da transposição e temos uma rede de adutoras que vai garantir água para todos os paraibanos, independente de ano seco ou

de chuva", diz o governador Cássio Cunha Lima, um dos entusiastas do projeto de integração de bacias.

Segundo os defensores do projeto de transposição, a água servirá para garantir uma reserva hídrica para cidades com mais de 100 mil habitantes, como é o caso de Campina Grande. Esse é o principal argumento dos governadores da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

"Como uma cidade do porte de Campina Grande pode se desenvolver, atrair investimentos e indústrias se não há uma reserva hídrica garantida? É esse o problema a ser resolvido com a integração da Bacia do São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional", diz o governador Cássio Cunha Lima. Projetos como o da transposição de águas do rio São Francisco já foram realizados em diversos países do mundo, como África do Sul, Equador, Egito, Israel, China, Peru, Estados Unidos da América e Espa-

nha, onde as bacias superavitárias cedem água para as bacias deficitárias.

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional, 30 por cento da população residente no Polígono das Secas não têm água para beber ou enfrentam pro-

blemas de desabastecimento. O Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte são os Estados que enfrentam os maiores problemas por não possuírem reservas hídricas nem rios perenes que possam garantir o abastecimento das populações.

"Essa é a equação que vamos ter de resolver: como manter o desenvolvimento desses Estados se não temos reservas de água? Os que são contrários à transposição precisam compreender o drama de quem não tem água nem para beber", diz o presidente da Aesa, José Ernesto.

Esquema de intervenções hidráulicas

Compreenda como vai funcionar o transporte das águas do rio São Francisco pelos eixos Norte e Leste até chegar aos Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará

O empreendimento prevê a construção de dois canais - o Leste levará água para Pernambuco e Paraíba, e o Norte, já denominado de "Celso Furtado" pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atenderá aos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. As captações serão feitas em dois pontos: em Cabrobó e no lago da barragem de Itaipava, ambos abaixo da barragem de Sobradinho.

O objetivo da integração de bacias é captar 60 metros cúbicos por segundo (m³/s) das águas do Velho Chico, ou 1% do que o rio despeja no mar, para abastecer as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB e RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Erigida (PE). Essas águas serão usadas para o abastecimento humano e animal e somente nos anos hidrológicamente favoráveis, para o desenvolvimento de atividades econômicas.

➔ ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO
Funcionam como elevadores de águas. Através de uma bomba de sucção, a água retirada de um reservatório é transportada para um nível mais acima e continua sua trajetória até outros reservatórios e açudes.

➔ TÚNEIS
No caminho percorrido pelos canais, há serras e morros. Para transportar estas formações será necessário abrir túneis para a passagem das águas.

➔ ARQUEDUTOS
São canais suspensos usados para conduzir água de um local para outro. O aqueduto mais antigo foi construído na Grécia, há 2.500 anos.

➔ RESERVATÓRIOS
Locais onde a água fica armazenada. Podem variar em tamanho. Ao todo, serão construídos 24 reservatórios. A função desses reservatórios é oferecer volume de água suficiente para permitir o bombeamento para regiões mais altas.

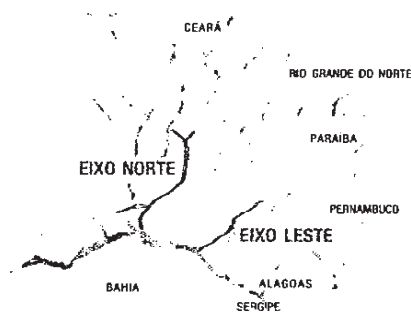


12 milhões de nordestinos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que residem em 390 municípios serão beneficiados

LOCALIZAÇÃO

- OS EIXOS O Eixo Norte terá 402 quilômetros de canais artificiais e duas pequenas centrais hidrelétricas. O Eixo Leste terá cerca de 220 quilômetros.

BRASIL ■



DEGRAUS

Como nas escadas, os degraus vão servir para passar de um nível para outro. No Projeto de Integração, os degraus são sempre do local mais alto para o mais baixo.

GALERIAS

São passagens subterrâneas para os canais de transporte de água.

ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO

AÇUDES E BARRAGENS

Serão utilizados para abastecer as populações a partir das redes de adutoras feitas pelos governos estaduais.

© FERNANDO ZARUR/REPRODUÇÃO



O rio em números

2.700 Km de extensão

Desde a Serra da Canastra, no município mineiro de São Roque de Minas, onde nasce, até a sua foz, entre os Estados de Sergipe e Alagoas;

13 milhões de pessoas

Habitam a área da bacia do São Francisco, que tem 634 mil km²;

1,4% da vazão para a integração

Este número equivale a 26 m³/s dos 1.850 m³/s despejados no mar.

Panorâmica

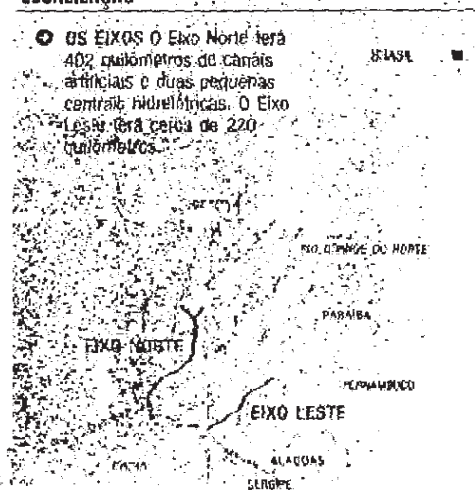
A região Nordeste possui apenas 3% da disponibilidade de água e nela habitam 28% da população brasileira. Apresenta uma grande irregularidade na distribuição dos seus recursos hídricos e o rio São Francisco representa 70% de toda a oferta regional.

Tendo por base a disponibilidade hídrica de 1500 m³/hab/ano estabelecida pela ONU como sendo a mínima necessária para garantir a uma sociedade o suprimento de água para os seus diversos usos, o Projeto de Integração estabelece a interligação da bacia hidrográfica do rio São Francisco, que apresenta relativa abundância de água, com bacias inseridas no Nordeste Setentrional com quantidades de água disponível que estabelecem limitações ao desenvolvimento socioeconômico da região.

As bacias que receberão a água do rio São Francisco são Brígida, Terra Nova, Pajeú, Moxotó e Bacias do Agreste em Pernambuco; Jaguaribe e Metropolitanas no Ceará; Apodi e Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte; Paraíba e Piranhas na Paraíba.

LOCALIZAÇÃO

- OS EIXOS O Eixo Norte terá 402 quilômetros de canais artificiais e duas pequenas centrais hidroelétricas. O Eixo Leste terá cerca de 220 quilômetros.



DEGRAUS

Como nas escadas, os degraus vão servir para passar de um nível para outro. No Projeto de Integração, os degraus são sempre do lado mais alto para o mais baixo.



ESTÇÃO DE BOMBEAMENTO

● GALERIAS

São passagens subterrâneas para os canais de transporte de água.

● AÇUES E BARRAGENS

Serão utilizados para abastecer as populações a partir das redes de adutoras feitas pelos governos estaduais.

© FERNANDO ZARUR/REPRODUÇÃO



O rio em números

► 2.700 Km de extensão

Desde a Serra da Canastra, no município mineiro de São Roque de Minas, onde nasce, até a sua foz, entre os Estados de Sergipe e Alagoas;

► 13 milhões de pessoas

Habitam a área da bacia do São Francisco, que tem 634 mil km²;

► 1,4% da vazão para a integração

Este número equivale a 26 m³/s dos 1.850 m³/s despejados no mar.

Panorâmica

A região Nordeste possui apenas 3% da disponibilidade de água e nela habitam 28% da população brasileira. Apresenta uma grande irregularidade na distribuição dos seus recursos hídricos e o rio São Francisco representa 70% de toda a oferta regional.

Tendo por base a disponibilidade hídrica de 1500 m³/hab/ano estabelecida pela ONU como sendo a mínima necessária para garantir a uma sociedade o suprimento de água para os seus diversos usos, o Projeto de Integração estabelece a interligação da bacia hidrográfica do rio São Francisco, que apresenta relativa abundância de água, com bacias inseridas no Nordeste Setentrional com quantidades de água disponível que estabelecem limitações ao desenvolvimento socioeconômico da região.

As bacias que receberão a água do rio São Francisco são: Brígida, Terra Nova, Pojeú, Moxotó e Bacias do Agreste em Pernambuco; Jaguaribe e Metropolitanas no Ceará; Apodi e Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte; Paraíba e Piranhas na Paraíba.

obras já começaram

Homens do Exército já estão em Pernambuco e montam acampamento nas proximidades das cidades de Floresta e Cabrobó, de onde partirão os dois eixos que levarão água para parte de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

São homens do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, do 2º Batalhão de Engenharia de Construção (Terezinha-PI) e do 72º Batalhão de Infantaria Motorizada, de Petrolândia, Pernambuco. Ao todo são aproximadamente 200 homens. Os militares acampados em Floresta são comandados pelo coronel Vanilson Gurgel Vaz. Eles são os responsáveis pelas obras da tomada de água do Eixo Leste, na barragem de Itaparica. É uma das mais complexas obras do projeto de transposição.

O 3º Batalhão será o responsável por essa obra e pela construção da barra-

gem de Areias. A primeira parte da obra será a construção da tomada de água e do canal com 5.825 m, o que equivale a quase seis quilômetros de extensão. Esse é o lote 9 do projeto, cuja concorrência foi ganha pelo 1º Grupamento de Engenharia, situado em João Pessoa, na Paraíba.

Segundo o coronel Gurgel, o Eixo Leste terá 220 km de extensão, desde a barragem de Itaparica até a Serra do Jabitacá, em Monteiro, onde nasce o rio Paraíba. Além do Exército, 13 empresas vão se instalar em Pernambuco e na Paraíba, já que 80 por cento das obras estão em Pernambuco e 20 por cento na Paraíba.

Essas empresas não farão apenas canais. Elas também serão as responsáveis pela construção de barragens, elevatórias e pequenas usinas hidrelétricas, que produzirão energia para alimentar as bombas, que jogarão a água para níveis mais altos. É assim que a água vai chegar à Paraíba pelo Eixo Leste.

O Eixo Norte do projeto de transposição fará uma tomada de água no leito do rio São Francisco, no município de Cabrobó, Pernambuco. Ele terá cerca de 400 quilômetros de extensão e levará água para os

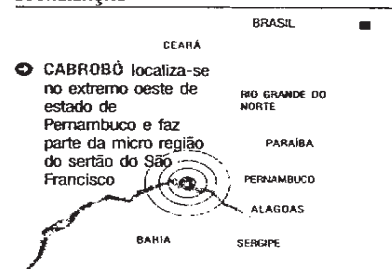
estados da Paraíba (entrada pelo Açude Engenheiro Ávidos, em Cajazeiras-PB), Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

O major Aristóteles Batista Pessoa é quem comanda os homens do Exército nesse setor da obra. Além de seis quilômetros de canais, o major vai comandar a obra da barragem de Tucutu, em Pernambuco. Homem de poucas palavras, o major não gosta de falar sobre a obra. "Todas as informações sobre o projeto estão no Grupamento de Engenharia, em João Pessoa", limita-se a dizer.

O major trabalha com 95 homens. No final de julho eles estavam montando um acampamento nas proximidades da cidade de Cabrobó, em um galpão onde um dia funcionou um posto de gasolina. O trabalho dos homens é frenético, detalhado e os militares são muito desconfiados de tudo e todos. E têm razão. Essa região do Estado de Pernambuco é muito violenta devido a onda de assaltos, assassinatos e roubos, tudo por conta dos grandes plantios de maca-nha que existem ao longo das margens do São Francisco nessa região.

Um soldado conta que ocupantes de alguns veículos já foram assaltados por homens bem armados vestindo roupas parecidas com a dos militares. As roupas são adquiridas no câmbio negro ou compradas em lojas de venda de artigos para militares.

LOCALIZAÇÃO



O papel do Exército

Militares do Exército já estão instalados nas cidades de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco, onde preparam acampamento para iniciar as obras de dois canais da transposição. O Exército vai construir as duas tomadas de águas que alimentarão os eixos Norte e Leste da transposição. Além disso, os militares vão construir a Barragem de Mucutu no Estado de Pernambuco. Veja nessa entrevista qual será o papel do Exército na transposição:

Qual o papel do Exército no projeto de transposição de águas do São Francisco?

Atualmente, os serviços conduzidos pelo 2º BE Cnst (Eixo Norte) e 3º BE Cnst (Eixo Leste) estão direcionados para a instalação dos canteiros de trabalho e da conclusão do transporte dos equipamentos de engenharia. A situação detalhada dos trabalhos realizados por estas duas organizações militares é a seguinte: 2º Batalhão de Engenharia de Construção: No dia 4 de junho de 2007 se deslocaram para Cabrobó (PE), saindo de Teresina (PI), o núcleo base da equipe responsável pelas obras do Eixo Norte a cargo do Exército Brasileiro (Destacamento D. Pedro II). Integram esta equipe precursora o seu comandante, Maj Aristóteles, engenheiros, mecânicos, topógrafos, cozinheiros, operadores de equipamento de engenharia e homens para a realização de serviços gerais. A missão deste primeiro contingente será a realização de trabalhos preliminares: melhoramento dos caminhos de serviço, construção da cerca operacional da área do Destacamento; adequação e melhoria das instalações existentes - alojamento, cozinha, escritório, banheiros e instalações hidro-sanitária; trabalhos iniciais de topografia no canal de aproximação e na barragem de Tucutu e mobilização simultânea de equipamentos de engenharia para as fases posteriores da obra. O Des-

tacamento D. Pedro II deverá possuir um efetivo aproximado de até 200 homens entre militares e funcionários civis do 2º BE Cnst, além dos funcionários das empresas terceirizadas. O 2º Batalhão de Engenharia de Construção é responsável pela implantação das obras de 2.080m do Canal de Aproximação à Estação de Bombeamento EBI-01 e da barragem de Tucutu (Eixo norte do projeto), no município de Cabrobó (PE).

No dia 11 de junho deste ano, deslocou-se para a cidade de Floresta-PE, o comboio da 1ª Companhia de Engenharia do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, comandado pelo tenente coronel de Engenharia Vanilson Gurgel Vaz, que tem como missão inicial, preparar as instalações do acampamento localizado na Agrovila 06 do Projeto Icó-Mandates. A missão do 3º BE

tacamento D. Pedro II deverá possuir um efetivo aproximado de até 200 homens entre militares e funcionários civis do 2º BE Cnst, além dos funcionários das empresas terceirizadas. O 2º Batalhão de Engenharia de Construção é responsável pela implantação das obras de 2.080m do Canal de Aproximação à Estação de Bombeamento EBI-01 e da barragem de Tucutu (Eixo norte do projeto), no município de Cabrobó (PE).

No dia 11 de junho deste ano, deslocou-se para a cidade de Floresta-PE, o comboio da 1ª Companhia de Engenharia do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, comandado pelo tenente coronel de Engenharia Vanilson Gurgel Vaz, que tem como missão inicial, preparar as instalações do acampamento localizado na Agrovila 06 do Projeto Icó-Mandates. A missão do 3º BE

Cnst está relacionada à construção do canal de aproximação à Estação de Bombeamento Vertical (EBV-01) e da barragem de Areias, pertencentes ao Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Ambas estão inseridas no lote 09, conforme definido pelo Ministério da Integração e localizam-se no Estado de Pernambuco. O Eixo Leste desenvolve-se a partir do reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica, no município de Floresta/PE, em direção à cidade de Sertânia/PE, atravessando a divisa com o Estado da Paraíba e dirigindo-se ao açude Poções, na cidade de Monteiro/PB, a partir da qual regulariza a vazão do rio Paraíba.

Quantos homens do Exército trabalham na obra e qual o custo?

Do efetivo próprio, cerca de 500 homens do 2º e 3º BE Cnst. O valor dos serviços a realizar é de 103.551.187,24.

A falta de licença por parte do Ibama não dificulta o início das obras?

A Autorização de Supressão Vegetal no 156/2007, expedida pelo Ibama, complementada pela liberação de áreas relativas à ASV 156, possibilitou o início dos traba-

lhos em ambos os eixos (Norte e Leste), desde 1º de agosto de 2007. Determinadas áreas dos trechos sob responsabilidade do Exército brasileiro ainda apresentam restrições, particularmente no tocante à anuência dos posseiros.

O Exército tem capacidade técnica para fazer as duas partes mais complicadas do projeto, que são as tomadas de água em Floresta e Cabrobó?

Quanto à capacidade técnica do Exército brasileiro para a execução das tomadas d'água em Floresta e Cabrobó, os seguintes aspectos devem ser considerados: o quadro de engenheiros militares do Exército brasileiro é integrado por profissionais da mais elevada capacitação técnica. Tais profissionais são formados e aperfeiçoados no tradicional Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro, berço da engenharia civil brasileira sendo considerado um dos estabelecimentos de ensino de melhor desempenho nas recentes avaliações realizadas pelo Ministério da Educação. Na execução dos trechos sob responsabilidade do Exército está prevista a contratação de serviço de consultoria, que possibilitará agregar ao corpo técnico do 1º Grupamento de Enge-

nharia, profissionais experientes e capacitados na execução de obras hidráulicas. O projeto executivo dos canais de aproximação e das barragens de Tucutu e Areias foi realizado pelo 1º Grupamento de Engenharia, o que permitiu aos seus quadros técnicos um conhecimento pormenorizado dos serviços a serem realizados.

Como o Grupamento comanda as obras aqui de João Pessoa?

O 1º Grupamento de Engenharia tem dentre as suas missões coordenar as atividades desenvolvidas pelas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), que totalizam 4 batalhões de engenharia de construção e 1 batalhão de engenharia de combate. No Projeto São Francisco, estão sendo empregados o 2º Batalhão de Engenharia de Construção no Eixo Norte e o 3º Batalhão de Engenharia de Construção no Eixo Leste. O Comando do 1º Grupamento de Engenharia realiza a coordenação desta operação, mediante trabalhos desenvolvidos em sua sede (João Pessoa) além de constantes visitas e inspeções em Cabrobó e Floresta.

Perguntas e respostas sobre a transposição

É verdade que o rio São Francisco está morrendo?

Não. O rio São Francisco ainda é um rio muito saudável e pujante. Ele tem sido muito ameaçado pelos impactos da ação do homem, de que são exemplos a poluição por esgotos, as barragens construídas ao longo do seu leito para a geração de energia elétrica, o assoreamento causado pelo desmatamento crescente dos cerrados em benefício da agropecuária, e a agressão às suas matas ciliares. Apesar disto, o rio segue resistindo bravamente. Ele é e será uma fonte de sustentação econômica para os habitantes de sua bacia hidrográfica, porque continua a receber, na média, a mesma quantidade de chuva de antes, mantendo, sem alteração, há mais de duas décadas, o suprimento de energia elétrica ao Nordeste, beneficiando por igual todos os Estados da região. A quantidade de suas águas não está comprometida e o São Francisco está em melhor situação qualitativa do que muitos rios do Sudeste. Portanto, o rio não está morrendo.

O rio precisa ser revitalizado?

Sim, e isso já está acontecendo. A revitalização hidroambiental da bacia do São Francisco é um programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a participação do Ministério da Integração Nacional e da sociedade sanfranciscana. O programa de revitalização do São Francisco contempla ações voltadas para o reflorestamento de áreas críticas, a construção de barragens em rios afluentes, a melhoria da calha navegável do seu curso médio, o tratamento de esgotos das cidades e vilas localizadas nas suas margens, o controle da irrigação e a educação ambiental. Há também ações para a melhoria das condições de vida das comunidades ribeirinhas. O governo federal investiu, em 2004, R\$ 26 milhões nessas ações de revitalização do rio. Em 2005, esses investimentos para a revitalização do rio serão de R\$ 100 milhões, só na área dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente. Há outros recursos: desde 1988, a Chesf repassa, diretamente para os Estados e os municípios da Bacia do São Francisco, 6% do seu faturamento bruto, o equivalente a R\$ 90 milhões por ano. É um dinheiro que, segundo a Lei, deve ser obrigatoriamente aplicado em ações de revitalização do rio. De 1988 até agora, a Chesf já repassou R\$ 1,350 bilhão para os municípios sanfranciscanos. O Ministério das Cidades, por sua vez, está aplicando R\$ 620 milhões em projetos de saneamento básico e/ou de abastecimento d'água em 86 municípios da bacia.

É verdade que o Rio São Francisco vai ser desviado?

Absolutamente não. Não é nada disso. O Velho Chico vai continuar no mesmo curso que sempre teve. Só uma pequena parte do seu volume - ou seja, apenas 1% da água que ele joga no mar - vai ser captada para garantir o consumo humano e animal na região do Semi-Árido nordestino, onde vivem 12 milhões de pessoas. Não haverá nenhum problema ambiental para o São Francisco ou para qualquer atividade econômica que hoje se desenvolve ao longo de seus 2.700 km de extensão. A quantidade de água a ser retirada é, realmente, muito pequena.

Os usuários do São Francisco terão prejuízos?

Não, porque o curso do rio não será alterado e muito menos serão afetadas as condições hídricas e ambientais. Com esse projeto, vai acontecer o mesmo que já acontece em centenas de outros pontos do rio: haverá captação de água para abastecimento humano. O que muda é a quantidade de água, um pouco maior do que é captado em cidades de médio porte. Mas, ainda assim, a quantidade de água a ser retirada equivale a somente um por cento do que o rio joga no mar. Além disso, há milhões de pessoas vivendo no semi-árido com muito pouca água. Quando chega a seca, muitos não têm água nem para beber. Seria desumano ignorar essa situação dramática que aflige o Nordeste há séculos.

Então, a integração das bacias é uma questão de solidariedade humana?

É, sim. A pequena quantidade de água que será captada do rio São Francisco não causará qualquer prejuízo aos seus usuários, mas terá importância vital para milhões de nordestinos que, com suas famílias, vivem na parte mais seca do Nordeste. A vida dessas pessoas, certamente, melhorará. Vale lembrar que a seca não só maltrata as pessoas e os animais, como também dilacera as famílias, por causa da migração forçada. Os mais jovens e mais fortes vão para outras regiões, procurar emprego para garantir a sua sobrevivência e dos seus parentes. Ficam no Sertão as mulheres, as crianças e os velhos, muitos deles tão doentes e fracos que não têm como garantir comida e água até que chegue a ajuda dos que foram embora, empurrados pela seca.

O que é o Nordeste Setentrional?

O Nordeste Setentrional, situado ao norte da bacia do São Francisco, engloba os Estados do Ceará, Paraíba, rio Grande do Norte, parte de Pernambuco (Agreste e Sertão) e parte de Alagoas. A solução dos problemas crônicos do Semi-Árido depende de fato de seu principal manancial hídrico, que é o rio São Francisco, embora outras fontes de água possam ajudar. Ainda assim, essas fontes não substituem o Velho Chico, que deve ser o manancial complementar da região, na medida das necessidades de cada área, porque é a fonte hídrica mais próxima e de grande volume.

A solução, então, é fazer mesmo a integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do semi-árido nordestino?

Sim, porque há um grande desequilíbrio entre a oferta de água e a população residente no Polígono das Secas: a bacia do São Francisco tem 70% da água e 21% da população do Polígono; já as bacias dos rios intermitentes nos diferentes Estados oferecem apenas 20% da água, mas concentram 70% da população da região. Para resolver esse desequilíbrio no Polígono das Secas, a melhor alternativa é fazer a integração do São Francisco com os rios intermitentes existentes nos limites de sua bacia hidrográfica, situada próxima e equidistante dos principais rios do Semi-Árido.

Integração de bacias hidrográficas já foi feita em outros países?

Ela tem sido adotada em inúmeros países como África do Sul/Lesoto, Egito, Equador, Peru, China, Espanha e EUA, interligando bacias superavitárias às bacias deficitárias. No Brasil, essa mesma tecnologia é usada em grandes sistemas de abastecimento de água em regiões metropolitanas (exemplos: São Paulo, rio de Janeiro, Fortaleza e Brasília).

Retirada da água do rio para trazer benefícios econômicos para os Estados de Minas Gerais, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, como se faz frequentemente? Justificado?

Não haverá prejuízos econômicos ou ambientais para os Estados banhados pelo rio São Francisco, ressalvando uma pequena redução da geração de energia nas usinas da Chesf, o que não causará o menor problema, uma vez que o Nordeste está interligado ao sistema nacional de distribuição de energia. No caso de Minas Gerais, por exemplo, a captação de água ocorrerá centenas de quilômetros depois de o rio ter deixado o território mineiro. A primeira captação será feita após a barragem de Sobradinho, na divisa entre a Bahia e Pernambuco, num trecho cuja vazão já está regularizada por essa represa, o que também afasta o risco de afetar a navegação, os projetos de irrigação ou o abastecimento das cidades ribeirinhas dos dois Estados. A segunda captação será feita no lago de Itaparica, também na divisa entre Bahia e Pernambuco, onde não causará qualquer impacto econômico ou ambiental. Os Estados de Alagoas e Sergipe não serão afetados, porque a vazão do rio nesses Estados é plenamente regulada pelas represas da Chesf, que alterou as condições originais do rio próximo da foz.

Quais pessoas serão beneficiadas?

A população residente na área beneficiada pelos dois eixos da transposição é de 12 milhões de habitantes, sendo cerca de 5,5 milhões no Eixo Norte e 3,5 milhões no Eixo Leste. O total representa 30% da população do Polígono das Secas, sendo 50% maior que a população residente na bacia do São Francisco dentro do Polígono.

Onde será feita a captação das bacias?

Dois canais serão construídos - um na direção norte, que demandará ao Ceará e o rio Grande do Norte, outro na direção leste, que levará água para Pernambuco e Paraíba, beneficiando as áreas mais carentes do agreste e dos sertões desses quatro estados. Essas áreas têm como característica geológica a predominância de terrenos cristalinos (70% de área), onde não é possível armazenar água subterrânea de forma permanente nem desenvolver a açudagem intensiva, uma vez que poucos novos açudes de porte significativo podem ser ainda viabilizados. Nessas áreas, a potencialidade hídrica dos rios intermitentes já foi transformada em disponibilidade garantida, ao longo do último século, o que permitiu a vida, embora precária, de uma população de 14,6 milhões de habitantes no Polígono das Secas (censo de 2000). Significa também que o Nordeste Setentrional detém mais de 50% da população do Polígono. Em contrapartida, a soma das vazões regularizadas garantidas por todos os açudes significativos do Nordeste Setentrional representa apenas cerca 5% da vazão garantida no rio São Francisco pela barragem de Sobradinho.

vão ser feitas as
de integração?

Os eixos de obras de integração de bacias planejados são: o Eixo Leste, que integrará o lago da barragem de Itaparica, no rio São Francisco, com os rios Paraíba (PB) e Ipojuca (PE), beneficiando regiões populosas e com baixa disponibilidade hídrica; e o Eixo Norte, que sairá do rio São Francisco, próximo à cidade de Cabrobó (PE), e levará água até as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Piranhas-Açu (PB/RN) e Apodi (RN). Será retirada uma vazão constante de 26 m³/s, correspondente ao consumo humano e animal, mais um excedente médio de 63 m³/s sempre que Sobradinho estiver cheio ou vertendo.

altura que a água
bombeada?

No Eixo Norte, o bombeamento da água vencerá uma altura de 160 metros. Uma vez atingido o divisor topográfico de águas entre bacias, o canal seguirá por gravidade (sem bombeamento), gerando energia elétrica no percurso até a calha dos rios intermitentes. Como resultado, o bombeamento equivalente será similar ao bombeamento dos projetos de irrigação do Vale do São Francisco. O custo da água no Eixo Norte, em termos operacionais, será inferior ao do Eixo Leste e, com o ganho de água decorrente da economia de parte das perdas por evaporação nos açudes receptores, haverá viabilidade do uso múltiplo da água. No Eixo Leste, a altura de bombeamento é mais elevada (300 metros para a Paraíba e 500 metros para o Agreste Pernambucano). A água terá utilização no setor urbano, onde a capacidade de pagamento viabiliza a sua transferência. A primeira etapa deve estar pronta dois anos após o início de sua construção. A obra tem custo estimado em cerca de R\$ 4,5 bilhões.

impediu, até
o
envolvimento
nômico do Semi-
árido?

Foi principalmente a escassez de água, seja das chuvas, dos rios ou de outras fontes. E sem abastecimento assegurado de água, nada vai mudar no semi-árido nordestino. O desenvolvimento de grande parte da região Nordeste está comprometido pela escassez de água nas bacias dos rios intermitentes, o que leva a uma condição crítica de vida humana. O Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba não dispõem de uma fonte permanente de água, isto é, eles não têm rios perenes, como é o São Francisco, que beneficia Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e como é o Parnaíba, que beneficia o Piauí. Assim, o sertanejo fica à espera de uma chuva que por vezes vem, permitindo-lhe garantir comida e renda precária em alguns anos, mas nunca em quantidade suficiente para garantir reservas para os anos secos. É um jogo de loteria com a natureza, que raramente permite capitalizar o pequeno produtor, melhorar sua tecnologia e viabilizar a saída da indigência. A pobreza rural perpetua-se, aumenta a dependência dos políticos e gera contínua migração. É, ainda, uma das chagas expostas do Brasil.

Revitalizar é fundamental

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) é coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Com prazo de execução de 20 anos, suas ações estão inseridas no Programa de revitalização de bacias hidrográficas com vulnerabilidade ambiental do Plano Plurianual (PPA 2004/2007) e será complementado por outras ações previstas em vários programas federais do PPA.

As ações de revitalização são executadas de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº. 6.938/81, Política

Nacional de Recursos Hídricos - Lei nº. 9.433/97 e a Política Nacional de Saneamento - Lei nº. 11.445/07.

No período de 2004-2006, o Programa executou ações cujo montante de recursos atingiu mais R\$ 194 milhões, constando de obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco; monitoramento da qualidade da água; reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas; e controle de processos erosivos para conservação de água e do solo, nos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais.

O PRSF terá sua continuidade assegurada com recursos do PAC (2007-2010) na ordem de R\$ 1,3 bilhão. As ações previstas

consistem em obras de saneamento básico (resíduos sólidos, esgoto), contenção de barrancos e de controle de processos erosivos, melhoria da navegabilidade e recuperação de matas ciliares. As ações de esgotamento sanitário, inicialmente, envolverão os 102 municípios da calha do rio São Francisco.

Este programa representa um esforço comum de articulação e integração entre os vários órgãos de governos em todas as esferas e da sociedade civil, imbuídos do propósito único que é promover a revitalização da bacia e o desenvolvimento em base sustentável e alcançar a governabilidade desejada, reconhecida como chave para a gestão mais equitativa, eficiente e sustentável dos recursos naturais.

Reflorestamento

é a ordem

Os municípios beneficiados com as obras de esgotamento sanitário estão em diferentes pontos ao longo da calha do rio ou em sub-bacias consideradas críticas. Foram elaborados projetos executivos e implementadas obras de esgotamento sanitário em 81 municípios da bacia.

De 2004-2006 foram contemplados municípios como Penedo em Alagoas; Cabrobó, Petrolina, Salgueiro e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco; Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Canarana, América Dourada e Barro Alto, na Bahia; Pirapora, Caeté e Bom Despacho, Iguatama, Pains, Bambuí, em Minas Gerais.

O conjunto destas ações garantem o saneamento ambiental dos afluentes

Investimentos estão sendo feitos em afluentes do rio

do rio São Francisco, tais como: sub-bacia do Moxotó, sub-bacia do Garça, Brígida, em Pernambuco, beneficiando diretamente 29 municípios. Cerca de 350 mil pessoas diretamente e cerca de 500 mil pessoas indiretamente.

Outras ações de saneamento ambiental, relacionadas ao abastecimento de água, ao tratamento e destinação

A culpa é nossa!

LAUDÍZIO DA SILVA

Não deve causar espanto o fato de existir pessoas contrárias ao projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, mesmo sendo estas partes do contingente tido como receptor da água.

O projeto, apesar de antigo, nunca foi completamente apresentado à sociedade, sem

falar que a sua elaboração deveria pressupor a mobilização e a participação social, sendo defendido por quem o deseja, não por ouvir dizer, mas por ter ajudado a construir.

Talvez a sua condução tenha seguido uma estratégia triplamente equivocada: primeiro, por manter-se numa redoma de poucos técnicos cujos encaminhamentos são remetidos preferencialmente à classe política, numa flagrante recorrência à forma impositiva de planejamento do Estado Brasileiro; segundo, circunscrever a discussão, particularmente, ao contexto do rio e da sua disponibilidade hídrica, nunca no âmbito dos Estados e das suas carências e demandas, a partir do qual deveria se estabelecer o mirante do projeto; e, por fim, por não destacar o compromisso claro do projeto com as gerações futuras se contrapondo ao péssimo hábito de olharmos apenas para nós mesmos. Do passado, entretanto, devemos aprender que as soluções não advêm simplesmente da implantação de obras hidráulicas, mas, devem também ser simultaneamente considerados a operação e manutenção, o compromisso com o meio ambiente e com a gestão dos recursos hídricos.

Contraditoriamente, ao tempo que dispomos de um elevado número de açudes Estado, cerca de 10 mil, somos detentores mais baixa disponibilidade hídrica do Brasil. Deste total, somente 192 açudes possuem capacidade de acumulação acima de 300 metros cúbicos e podem armazenar em conjunto 4,1 bilhões de metros cúbicos. Devido elevadas taxas de evaporação o volume de resíduos sólidos (lixo), à macrodrenagem urbana, estão sendo viabilizadas em toda a região, bem como a construção de galpões para recolhimento de embalagens de agrotóxicos.

Para ilustrar que para atender o Plano de Conformidade Ambiental dos Perímetros Irrigados na região do Sub-Médio São Francisco em uma semana de campanha em 2006, foram retirados nove caminhões com embalagens de agrotóxicos, ação inserida no Programa de Revitalização da bacia do São Francisco.

O reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas, bem como a recuperação e controle de processos erosivos na bacia enquadram-se no tipo de ação considerada estratégica para a revitalização, sendo a degradação da vegetação e os processos erosivos já instalados um problema crônico que repercute negativamente, de diversas maneiras, na qualidade dos recursos hídricos.

Foram implantados viveiros de referência nas sub-bacias para produção de 1,5 milhão/ano; recuperação ambiental de projetos de assentamentos; plano de desenvolvimento florestal da bacia; Recuperação da Cobertura Vegetal de Nascentes BHSE.

Os projetos de reflorestamento de nascentes, margens na região do sub-médio São Francisco, garantiram na bacia dos rios Pontal, Brígida e Pajeú em Pernambuco a recuperação de cerca de 370 hectares.

Assim, estudos e projetos que se destinam à recuperação de áreas já degradadas ou que tenham caráter preventivo para a conservação e preservação de áreas não degradadas, também integram a lista das ações do Ministério da Integração Nacional, em parceria com diversas instituições.

Podem ser citados o convênio com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais para reflorestamento de margens e áreas degradadas na região norte do Estado, os convênios com a Universidade Estadual da Bahia e Embrapa/Funder para a recuperação da cobertura vegetal de nascentes da região do sub-médio São Francisco.

A situação de carência de água na Paraíba é potencializada pela má qualidade natural da água de diversos mananciais

disponível para uso efetivo se reduz a 0,75 bilhão/ano.

Somando-se a este valor a água atualmente disponível em riachos perenes e captada por poços, toda a água disponível com garantia de 100% no Estado da Paraíba alcança o reduzido valor de 1,01 bilhão/ano. As demandas totais, incluindo o abastecimento humano e animal, a indústria e a

irrigação, já superam 1,18 bilhão/ano, por si só justificando as freqüentes e severas políticas de racionamento impostas pelo desequilíbrio no balanço hídrico das bacias hidrográficas estaduais.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos, disponível no site da Acsa, traz informações contundentes referentes ao quadro de escassez hídrica, particularmente quando destaca aspectos da sustentabilidade da oferta de água. Afirma que um reservatório superficial só oferece garantia integral de fornecimento quando sua capacidade de armazenamento for superior a 20 milhões de metros cúbicos (podendo este limite atingir 30 milhões se estiver na bacia do Alto Paraíba).

Todos os demais são vulneráveis à ocor-

rência de secas tri-anuais ou bi-anuais e, a maioria de secas anuais. Observa-se que o número de açudes com garantia de fornecimento de água se reduz a nada mais que 25 unidades, distribuídos não uniformemente no território paraibano.

A situação de carência de água na Paraíba é potencializada pela má qualidade natural da água de diversos mananciais, especialmente das reservas subterrâneas da formação cristalina, e pela crescente pressão demográfica e maior demanda hídrica dos meios produtivos. Não ver pode ser uma questão de não conhecer. A culpa é nossa!

Laudízio da Silva,

Impacto

na produção de energia

A preocupação dos ambientalistas quanto ao futuro das hidrelétricas

O Relatório de Impacto Ambiental (Rima), do Ministério da Integração Nacional, o mesmo ministério encarregado de tocar a transposição, coloca, sem nenhum subterfúgio, um imenso obstáculo ao sonho do governo: o risco da redução da geração de energia.

Maior usuária das águas do rio São Francisco, de onde retira toda a sua sustentabilidade como empresa geradora de energia elétrica, a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) manifesta a sua preocupação quanto ao futuro destino do rio após a implantação dos dois canais de transposição, projetados pelo governo federal para serem iniciados no próximo ano.

Os dois canais serão construídos após a barragem de Sobradinho, que regula todo o fluxo de água necessária para fazer funcionar os complexos hidrelétricos de Paulo Afonso e Xingó.

Por ser um órgão do próprio governo, a empresa não se manifesta frontalmente

contra o projeto, mas admite que será preciso manter uma vazão mínima ao longo do rio para garantir não só a manutenção do parque gerador de energia, cujo eixo principal fica em Paulo Afonso, mas também a própria vida do rio.

"A nossa preocupação é justamente a manutenção do volume de água após a barragem de Sobradinho, e a sua transferência para outras bacias", admite o gerente do Departamento de Meio Ambiente da Chesf, Francisco Maciel Lyra.

Com capacidade de acumular até 34,1 bilhões de m³ de água, o Lago da Barragem de Sobradinho é o grande regulador do volume de água do rio São Francisco, entre Juazeiro e a foz.

Da água que sai de Sobradinho depende o funcionamento do complexo de usinas hidrelétricas, de onde saem mais de 90% de toda a energia para os Estados da região Nordeste. A partir de Sobradinho, a Chesf opera com sete barragens e usinas

hidrelétricas - Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso I, II, III e IV e Xingó.

É justamente por estarem situados abaixo de Sobradinho (a jusante), que os dois canais de transposição (entre Curaçá e Cabrobó e em Petrolândia) despertam a preocupação da companhia.

"Qualquer retirada de água, principalmente no período da seca, tem interferência no sistema de geração de energia", diz Lyra, lembrando que o ideal é ser mantida uma vazão defluente (saída de água do Lago de Sobradinho em direção a Paulo Afonso) de 1.300 m³ por segundo, "para garantir a geração de energia e a qualidade da calha do rio", complementa.

Atualmente, o volume de água acumulado no Lago de Sobradinho está pouco acima de 70%, mas em 2001 esse volume chegou à cota extrema de perigo de pouco mais de 5%, o que gerou quase que um colapso na geração de energia (apagão) para a região Nordeste.

A barragem de Itaparica, operada pela Chesf, registrou em 30 de julho de 2007 um volume de acumulação de 10 bilhões e 619 milhões de m³, o que corresponde a 98,49% do seu volume máximo normal. Vista de cima, do Cruzeiro da cidade de Nova Petrolândia, Itaparica tem água a perder de vista.

São 823 quilômetros quadrados cobertos de água. E não é água rasa, não. A antiga cidade de Petrolândia, em Pernambuco, está debaixo dessas águas, já que em 1988 a cidade foi totalmente coberta pelas águas da barragem.

Ainda hoje os moradores de Nova Petrolândia têm como atração turística para mostrar ao visitante um filme da cidade sendo sufocada por um verdadeiro mar de água doce.

Às suas margens estão situados projetos e mais projetos de irrigação de grãos, frutas, legumes e verduras. Tem macaxeira, feijão, milho, melancia, melão, mamão, abacate, cebola, arroz, maracujá... de quase tudo tem e tem muito, principal-

mente para os que dispõem de recursos próprios e dinheiro público de financiamento para tocar os projetos.

Pelo Estado da Bahia, margeando a barragem, entre os municípios de Rodelas e Chorrochó, avista-se um mundo de plantio. Um imenso espelho azul de água é margeado por plantações diversas, em contraste com o vermelhão do Semi-Árido. É um cinturão verde a produzir alimentos.

Francisco José de Sousa é um misto de agricultor e empresário no Sertão baiano. Planta e compra melancia, mamão, maracujá e outras frutas no município de Rodelas, às margens da barragem de Itaparica.

Em um pequeno caminhão, ele escoar sua produção para centros maiores no Estado de Pernambuco. "Me diga uma coisa: como pode um homem sobreviver vendendo uma melancia desse ta-

manho por menos de R\$ 1 real? Isso é um absurdo, uma injustiça", diz ele, segurando uma melancia produzida em sua roça. Bem distante dali, já no Estado de Pernambuco, está a Ilha de Assunção. É a maior ilha do Velho Chico, com mais de seis mil quilômetros quadrados. Com a mulher e seis filhos, José de Roque planta cebola.

Sua produção, na primeira safra do segundo semestre deste ano, chegou a 640 sacos de cebola. "O problema aqui é o preço. Um saco de cebola com 20 quilos só alcança o preço de R\$ 3,50, o que é muito baixo", queixa-se o agricultor.

O sustento

No chamado Pontal, em Pernambuco, de onde se avista a localidade de Pedra Branca, no município de Curaçá, na Bahia, os piquetes com a marca (PTSF - Projeto de Transposição do São Francisco) sinalizam que ali será um dos futuros canais de transposição do rio. Os marcos, colocados desde o final de 2002, despertam a curiosidade da população ribeirinha e revoltam os índios da tribo Truka, que habitam, do lado pernambucano, a ilha de Assunção.

"Aqui não passam e se vierem, vamos fazer como da outra vez: jogar tudo no rio", desafia o cacique Aurisvan dos Santos Barros, o Neguinho, que comanda 4.100 índios numa área de 6.200 hectares.

Em 2002, quando técnicos da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) demarcaram uma área próxima à ilha com os piquetes da transposição, foram colocados para correr e tiveram o trabalho destruído. Restaram apenas as marcações próximas a Curaçá.

Dispostos a assegurar a posse da área de maior produção de arroz em Pernambuco, os trukas habitam, também, a maior ilha do São Francisco, e lá não querem permitir qualquer trabalho que implique em prejuízos para a fauna e flora do rio.

"Aqui nós tínhamos o jacaré-açu, a lontra e a capivara. O dourado, conhecido como o rei

Na Ilha de Assunção, a maior do rio, indígenas da tribo Truká vivem da agricultura

do rio, já não existe mais", diz Neguinho, para quem a transposição só vai agravar os danos ambientais. "O nosso medo é o medo de todos os que vivem na margem do rio, de um dia não termos água para viver".

O desabafo é da professora Neyde Posidônio, que coordenou um trabalho com 500 alunos das escolas públicas dos distritos de Pedra Branca, Oiteiro, Aracapãe Icozeira, entre os municípios de Abaré e Curaçá, na Bahia, para mostrar os danos ambientais que, segunda ela, a transposição causará.

O trabalho foi mostrado numa faculdade em Paulo Afonso e de Recife e serviu para mobilizar várias comunidades ribeirinhas contra o projeto do governo federal. "Não é que sejamos contra a assistência a quem tem sede. Mas é pre-

ciso atender a quem está próximo ao rio", diz.

Na sua redação, a estudante Elânia Cristina da Silva, 28 anos, aluna do 1º ano do ensino médio, diz: "Quem mora na beira do rio é contra, mas não pode fazer nada contra o governo, a não ser protestar".

O município de Abaré tem pouco mais de 16 mil habitantes, dos quais cinco mil vivem nas ilhas. É nessas ilhas que é cultivada a maior parte da produção de cebola, manga, banana e goiaba, que são vendidas para outros municípios e Estados do País. "Daqui retiro o meu sustento, que agora o governo quer acabar", diz o agricultor Ademar Simões de Araújo, que cultiva manga, cebola, melancia e feijão, na ilha dos Brandões, próximo à localidade de Barra do Tarrachil, entre a Bahia e Pernambuco.

"Só um nordestino faria a transposição"

O governador Cássio Cunha Lima luta pela transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional deste o seu primeiro mandato político de deputado federal iniciado em 1987. Nesta entrevista o governador cita os paraibanos Cicero Lucena e Fernando Catão, que foram ministros e deram os primeiros empurrões no projeto da obra. Diz também que o presidente Lula teve coragem e habilidade política para vencer desafios e iniciar a obra. O presidente, segundo o governador Cássio, é o grande baluarte dessa luta. Veja a entrevista:

O sr. acha que a transposição do São Francisco será efetivada?

Será uma realidade. Quando nós, governadores do PSDB, tivemos o primeiro encontro com o presidente Lula, antes da nossa posse, em Araxá, Minas Gerais,

o primeiro assunto que eu e o então governador Lúcio Alcântara, do Ceará, levamos para ele foi a transposição. Ele disse que não podia fazer isso na marra. Precisava construir um trabalho de negociação para que isso acontecesse. Foi o que fez. Pela primeira vez na história do Brasil, alguém que veio do Semi-Árido do Nordeste chegou ao mais alto posto do País. A Paraíba agradece e, de pé, aplaude o presidente Lula que tirou do papel a transposição e vai fazer a obra.

Por que em vez de a transposição unir está desunindo os políticos na Paraíba?

Mas aí não é apenas desunião, é descortesia. É falta de civilidade, de compreensão. Não adianta pegar carona naquilo que está sendo feito pelo presidente da República. É a história do Patinho Feio,

que não tem pai. Agora, que o ganso é bonito, todo mundo que ser pai da criança. É preciso dizer que o projeto que está sendo discutido hoje teve como principais colaboradores dois paraibanos. É importante que a Paraíba se orgulhe disso. Porque foi durante o período de Cicero Lucena como ministro da Integração e de Fernando Catão, igualmente como ministro - o Ministério que é hoje de Gedel Vieira Lima, que toca o projeto -, que a licitação para a elaboração foi feita. Antes se falava em transposição, mas não se tinha sequer um projeto. Foi Cicero, como ministro, que autorizou a licitação para elaboração do projeto. E a licitação foi feita já com Catão ministro. A história deve registrar igualmente, o papel fundamental que o vice-presidente José Alencar exerceu, porque mais que uma obra de engenharia civil, a transpo-

O presidente Lula garante que nada o impedirá de fazer a transposição para o NE seco

Governador Cássio durante o Aquecimento do Comitê de Integração de Bacias do São Francisco em João Pessoa

AA

“A transposição permitirá uma reserva hídrica para Campina Grande. Isso garante o seu desenvolvimento”

Cássio Cunha Lima, governador do Rio Grande do Norte, durante o Aquecimento do Comitê de Integração de Bacias do São Francisco em João Pessoa

sição se mostrou uma grande obra de engenharia política, e o vice-presidente esteve visitando vários Estados. E esteve na Paraíba em um debate na Federação das Indústrias. Não me recordo que os oportunistas de plantão estivessem lá, pois não havia certeza ainda, mas eu estava, como estive em várias outras manifestações. Isso há muitos anos, pois faz muito tempo que lutamos. Assim é muito bom: quando está o menino bonito nascendo, aparece pai para todo lado.

Quem é o maior responsável por essa obra?

Essa empolgação que existe em todos, hoje, é fruto da determinação do presidente. Se alguém merece os louros e os méritos pela transposição do São Francisco, em última análise, tem um nome completo: Luiz Inácio Lula da Silva, que é

o presidente que está decidindo enfrentar a obra. Não é confrontar, não. É negociar. Eu mesmo liguei para o governador Aécio Neves e disse para ele não negar um copo d'água para a Paraíba. Ele se comprometeu, e assim tem feito, a discutir e conhecer melhor o assunto.

Muita gente tem lutado por essa transposição, não é governador?

Muita gente sempre lutou por isso, como eu sempre lutei. O secretário Francisco de Assis Quintans também. Quintans começou lutar por essa obra quando ainda tinha cabelo preto. Todas as pessoas ligadas ao setor de recursos hídricos, que compreendem um pouco este assunto, lutaram por isso. Agora, o que não é lícito ou que não é ético é, a essa altura, determinadas figuras quererem dizer que são os pais da transposição. Isso

não existe. Eu estou lutando por isso a minha vida inteira. Agora, como governador, estamos criando, inclusive, um órgão específico, estamos mudando a estrutura da Secretaria de Recursos Hídricos para uma Agência que vai cuidar exclusivamente da gestão da transposição do São Francisco e da gestão hídrica. Estamos mudando, inclusive, a estrutura do Estado para atender a uma sugestão do governo federal.

Por que sempre que o sr. fala dessa obra cita o exemplo de Campina Grande?

Somente através da transposição do São Francisco é que o açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) terá o equilíbrio hídrico necessário para dar suporte ao crescimento econômico e populacional de Campina Grande e de todos os municípios vizinhos que por ele são abastecidos. E veja que Boqueirão abastece mais de 1 milhão de pessoas. A transposição vai servir para garantir a segurança hídrica para Boqueirão.

Por que só agora a Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte se uniram em defesa da transposição?

Não podemos ficar de braços cruzados, calados, omissos diante de uma manifestação que é muito reduzida, daqueles que se colocam contra a obra e terminam fazendo barulho. Nós que somos a favor dessa iniciativa, que precisamos tanto dela, temos que nos unir e dar apoio ao presidente Lula, que teve a coragem de enfrentar todas as etapas necessárias dentro de um processo democrático de discussão, com audiências públicas, enfim, com todo um rito que nos levou até o início dos trabalhos. Os governadores dos quatro Estados estão unidos, estão mobilizando a sociedade, envolvendo entidades e instituições, como a Igreja, por exemplo, que é fundamental nessa luta. Veja a empolgação do arcebispo Dom Aldo Pagotto, que preside o Comitê de Transposição aqui na Paraíba. Dom Aldo morou muitos anos em Sobral, no interior do Ceará, e sabe e entende a problemática da falta de água de beber para a população. Por isso ele é favorável à transposição.

Unidos

Uma reunião dia 2 de julho deste ano marcou, no Palácio Campo das Princesas, sede do governo pernambucano, o início das ações articuladas dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte para defesa conjunta da transposição de águas do rio São Francisco.

Do Recife, os governadores Cássio Cunha Lima (Paraíba), Eduardo Campos (Pernambuco), Cid Gomes (Ceará) e Wilma Faria (Rio Grande do Norte), deflagraram a reação às críticas ao projeto, especialmente àquelas revestidas de preconceito e até

mesmo, na visão deles, "carregadas de terrorismo" tal a insistência de "argumentos" do tipo: "o rio vai morrer", "o projeto vai secar o rio".

"O objetivo é desmistificar e acabar com o terrorismo sobre o assunto, contribuindo para a boa informação", sintetizou o governador Cássio, articulador do encontro, ao revelar que a reunião de fato aprofundou a avaliação dos efeitos negativos provocados, segundo ele, por sistemáticas campanhas de desinformação sobre o assunto.

Dai, a decisão para uma estratégia conjunta em defesa do projeto capaz de ofere-

cer ao grande público, e não só aos estudiosos do assunto, o máximo de informações sobre a transposição – sua importância para a região do Semi-Árido, impacto ambiental e consequências sócioeconômicas.

Os governadores acertaram, na ocasião, a criação de comitês nos Estados em defesa da transposição e programaram mobilizações simultâneas, marcadas já pela instalação desses fóruns, para a semana seguinte, em 9 de julho, além de manifestações de rua que já aconteceram em cidades interioranas e a cole-

ta, também em andamento, de um milhão de assinaturas.

Anfitrião do encontro, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, destacou, à época, a necessidade de uma campanha de esclarecimento à opinião pública sobre o projeto, "priorizando, com informações acessíveis, os dados do projeto". Assim, para ele, torna-se possível "derrubar os mitos levantados contra a transposição com base em informações distorcidas".

Também Cid Gomes e Wilma Farias compartilharam, na ocasião, desse ponto de vista e defenderam igualmente a adoção de uma

"comunicação de qualidade e transparente" que contribua para reverter um "processo de antipatia" por parte de alguns segmentos em relação ao projeto.

Além da estratégia de comunicação conjunta, eles definiram ainda por uma grande mobilização nos quatro Estados que culminará com uma manifestação em Brasília para entrega no Ministério da Integração Nacional e no Palácio do Planalto do manifesto e de um documento subscrito pelos quatro governantes e suas respectivas bancadas no Congresso Nacional.

Eduardo Campos (Pernambuco),
Cid Gomes (Ceará), Cássio Cunha
Lima (Paraíba) e Wilma Faria (Rio
Grande do Norte) durante reunião
em Recife para a formação do
Governo do Nordeste
transposição

Governadores
do Nordeste
Setentrional
se mobilizam
em favor da
transposição

A igreja na luta

Divergências
não diminuem
mobilização de
religiosos pelo
projeto

O presidente do Comitê de Transposição, na Paraíba, o arcebispo Dom Aldo Pagotto, tem enfrentado a fúria de outros membros da Igreja Católica por sua defesa da transposição de águas do Rio São Francisco para os Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

Dom Aldo disse que o protesto do bispo Dom Luiz Cappio, da Bahia, era "uma espécie de eutanásia". Parte do Episcopado se rebelou contra o arcebispo da Paraíba. Mas Dom Aldo reagiu bem e continuou sua defesa da transposição.

Dom Aldo Pagotto, hoje, encabeça o abaixo-assinado que pretende coletar mais de 1 milhão de assinaturas em defesa da transposição de águas do rio São Francisco para os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

Presidente do Comitê Pró-Transposição no Estado, que já definiu a programação das manifestações no sentido de

pressionar as autoridades para que o projeto seja concretizado, Dom Aldo coordena atividades no Estado em defesa da transposição desde o final de julho.

Dom Aldo já se reuniu com o prefeito de Picuí e presidente da Federação dos Municípios da Paraíba (Famup), Buba Germano, vice-presidente do Comitê, e o ex-deputado estadual Chico Lopes no Palácio do Bispo, em João Pessoa. Dentre as estratégias para mobilizar a população, "serão lançadas vinhetas para a mídia e cartilhas que serão levadas às escolas e diversas instituições", segundo Dom Aldo Pagotto.

Segundo ele, "o objetivo é conscientizar a juventude e as comunidades de um modo geral sobre a importância desse projeto para combater a nossa precária distribuição de água, embora algumas correntes na Bahia e Sergipe, sejam contra porque desconhecem a nossa realidade".

As manifestações foram realizadas no mês de agosto em Salgueiro (PE), Caicó (RN), Cajazeiras (PB) e em Brejo dos Santos (CE). "O projeto é como o programa Luz Para Todos: é o nosso Água Para Todos. Por isso precisamos do apoio de todos que necessitam de água para fugir da estiagem", revelou Dom Aldo Pagotto, acrescentando que "nós, nordestinos, estamos conscientes e co-responsáveis por essa obra, que já tem recursos garantidos pelo PAC. Até o final de agosto estaremos entregando as assinaturas em Brasília".

Para o arcebispo, o presidente Lula precisa de apoio para realizar esta obra e com a mobilização dos nordestinos, mais de 12 milhões de pessoas poderão matar a sua sede. Ele disse ainda que o abaixo-assinado deverá ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No lançamento do Comitê, discurso de Dom Aldo Pagotto foi aplaudido pelo general do Exército, Jorge Fraxe, comandante do 1º Grupamento de Engenharia. "Hoje é um dia de boas notícias, dia de união, com Dom Aldo falando de uma forma muito honesta. É preciso ter coragem moral para falar como Dom Aldo falou", destacou o comandante. Ele acrescentou que "não havia escolha melhor para presidir o comitê, do que o arcebispo da Paraíba".

Estado de emergência

O Estado da Paraíba conta atualmente com 125 municípios em situação de emergência, conforme dados do coordenador estadual da Defesa Civil, coronel Álvaro Victorino de Pontes. Segundo ele, apenas quatro estão nessa situação por conta das fortes chuvas que caíram no Litoral durante o mês de julho. Os municípios são Jacaraú, Lucena, Mataraca e Rio Tinto. Em levantamento feito nessas localidades, ficou constatado a existência de famílias desabrigadas, ruas danificadas, rompimento de passagens molhadas e ainda destruição de bueiros, estradas e pontes.

Para atender essas cidades, o Governo do Estado, através da Defesa Civil, realiza fiscalização através de técnicos e, em alguns casos houve o envio de mantimentos, como cobertores e colchões. "Estamos realizando perícia téc-

Mais de 100 municípios da Paraíba passam por problemas de abastecimento de água

nica em todos os locais atingidos pelos altos índices pluviométricos nesses municípios", disse o coronel. Segundo Álvaro, 94 municípios tiveram os pedidos por parte da Prefeitura Municipal homologados pelo Governo do Estado e estão aguardando o reconhecimento do Ministério da Integração Nacional.

O Diário Oficial vem trazendo em suas edições o reconhecimento do governo do Estado para a situação de emergência dos municípios. Para ser homologado pelo Governo do Estado e reconhecido pelo Ministério da Integração Nacional, o município

precisa estar inscrito no Seguro Garantia Safra e, a partir de então, tem direito a vários benefícios, entre eles, construção e reconstrução de casas, recuperação de passagem molhada, bueiro, pontes e até mesmo cestas básicas, mantimentos e medicamentos, "dependendo da constituição do desastre", lembrou Álvaro.

A Paraíba tem cerca de 90% do seu território em Áreas Susceptíveis à Desertificação, e com expectativa de no futuro ultrapassar esse índice, sendo necessário que seja feita alguma ação para minimizar esse quadro.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Tião Viana, Presidente interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço e cumprimento V. Ex^a.

Senador, V. Ex^a será atendido nos termos regimentais quanto à solicitação de inclusão da matéria nos *Anais da Casa*.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço a compreensão dos Srs. Senadores, porque a Ordem do Dia será muito breve. Teremos, assim, mais tempo para que os próximos inscritos usem a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência transfere os itens 1 a 10, 20, 26 a 30, para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 30 do corrente.

São os seguintes os itens transferidos:

1**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 1.223, de 2007, art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10-CE (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11-CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art.*

18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Parecer sob nº 1.058, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Parecer favorável, sob nº 816, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Parecer sob nº 817, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 850, DE 2003***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Recurso nº 5, de 2005)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

26

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, solicitando voto de aplauso ao Dr. Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição.

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

27

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

28

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.

29

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.

30

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, solicitando voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores pela indicação do Senhor Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

Item 11:**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador

Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Na sessão do dia 18 de outubro foi lida a Emenda nº 3 – Plen.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Em discussão a Proposta e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerra a discussão, em primeiro turno.

A matéria retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 359 do Regimento Interno, para exame da emenda apresentada em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 12:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 – CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

Na sessão do dia 18 de outubro foi lida a Emenda nº 4 – Plen.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Em discussão a Proposta e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em primeiro turno.

A matéria retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 359 do Regimento Interno, para exame da emenda apresentada em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 13:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Discussão da Proposta e da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão

deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 14:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Discussão da Proposta e da emenda. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 15:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 94, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a Proposta e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 16:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a Proposta e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 17:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 – CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

Item 18:**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, as matérias constarão da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão as Propostas de Emenda à Constituição nºs 60, de 2005, e 22, de 2001, e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, as matérias constarão da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)**– Item 19:****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável, sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão. Em discussão a Proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)**– Item 21:****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 328, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Senhores Senadores, que *susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de abril de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama.*

Parecer favorável, sob nº 780, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

A matéria constou da Ordem do dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do Projeto, em turno único.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1247, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 102-A, II, **a**, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, seja apreciado e discutido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2007. – Senador **Sibá Machado**

REQUERIMENTO Nº 1.248, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno, adiamento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, que “Susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA”, para que seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Justificação

O referido projeto foi analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por se tratar de projeto que trata de meio ambiente, acreditamos ser imprescindível que, para que o Senado possa aprofundar a discussão de matéria tão importante, analisando seu mérito, seja o mesmo examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, uma vez que esta Comissão não manifestou-se sobre a matéria.

Além do mais, ao analisarmos pontualmente todas os argumentos jurídicos apresentadas pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, como justificativa para sustar os efeitos da Portaria Ibama nº 39, de 16 de maio de 2006, verificamos que este ato normativo, efetivamente, não viola os preceitos da Lei nº 9985, de 18 de junho de 2000, Lei do SNUC, em qualquer de seus artigos, nem qualquer outro instrumento legal citado.

O estabelecimento do limite oeste da Zona de Amortecimento, com base no Decreto nº 5.300/04, que define o limite teórico da orla marítima, teve o objetivo de proteger os ecossistemas costeiros associados, como mangues e restingas, já que estes consistem em áreas ecologicamente importantes para manutenção do Complexo Recifal dos Abrolhos. Assim, a inclusão de áreas urbanas e de campos produtivos de óleo e gás, na área da zona de amortecimento, poderá ser revista.

Diante do exposto, pedimos a análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para melhor discutir os argumentos apresentados pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, reafirmando que o estabelecimento da Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos está fundamentada

em estudos técnicos e trabalhos científicos desenvolvidos por profissionais especializados, sendo fruto de discussão com a sociedade local e estando em perfeita consonância com a legislação vigente.

Sala Sessões, 25 de outubro de 2007. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo

REQUERIMENTO Nº 1.249, DE 2007

Requeiro, nos termos do 279, inciso III do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 328/2006, que “susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de abril de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama”, a fim de que seja feita na Sessão do dia 5 de dezembro vindouro.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2007. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à votação dos Requerimentos nºs 1.247, e 1.248, de 2007.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos de audiência, fica prejudicado o Requerimento nº 1.249, de 2007, de adiamento da discussão da matéria.

A matéria vai ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– **Item 22:**

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.250, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 315, combinado com o art. 279 do Regimento Interno, o adiamento da votação do Requerimento nº 778/2007, a fim de que seja feita na Sessão do dia 6 de dezembro vindouro.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2007 – Senador **Romero Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à votação do requerimento de adiamento da votação da matéria para o dia 6 de dezembro vindouro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à pauta da Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 23:**

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.251, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 315, combinado com art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal o adiamento de votação do Requerimento nº 914, de 2007, para que ocorra na sessão do dia 6 de dezembro de 2007.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2007. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento de adiamento da votação da matéria para o dia 6 de dezembro vindouro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à pauta da Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 24:**

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2007, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de

2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Uma vez que já está instruída pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 25:**

REQUERIMENTO Nº 1.092, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.092, de 2007, do Senador Flávio Arns, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, à Comissão de Educação, uma vez que o prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se encontra esgotado.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

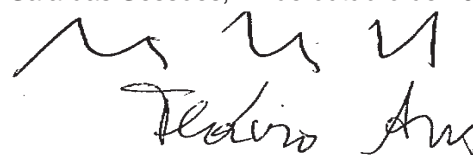
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.252, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.092, de 2007.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2007.



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra pela ordem o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, há sobre a mesa o Projeto nº 42, de autoria do Senador Expedito Júnior, que denomina de “Senador Antonio Carlos Magalhães” o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis.

Conversei com os Líderes; a matéria é tranqüila, sem discussão. Faremos uma grande homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi realmente um dos incentivadores e criadores do Programa Interlegis.

Já que no próximo dia 7 de novembro, nós realizaremos aqui uma sessão em comemoração aos 10 anos de criação do Interlegis, dentro da programação faríamos – V. Ex^a, como Presidente, e toda a Casa – o descerramento da placa no nosso auditório.

Solicito a V. Ex^a, já que não há nenhum problema entre as Lideranças, que a matéria seja colocada em votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Caro Senador Efraim, tem inteiro acolhimento a matéria. Julgo como justa e reconhecida homenagem da Casa a um dos maiores Senadores de toda a História do Brasil, nosso amigo, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, e à de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que denomina “Senador Antonio Carlos Magalhães” o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Educação que será lido pelo Srº 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 963, DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2007, que denomina “Senador Antônio Car-

los Magalhães” o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Por intermédio do Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2007, o Senador Expedito Júnior propõe que o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis passe a ser denominado “Senador Antônio Carlos Magalhães”.

Em sua justificativa, o autor alega que a homenagem ao Senador Antônio Carlos Magalhães, recentemente falecido, se deve ao grande incentivo que o parlamentar baiano deu à criação do Programa Interlegis. Não fosse o empenho do homenageado, não teria sido implantado esse grandioso projeto que visa a capacitar parlamentares e seus colaboradores, nas três esferas governamentais: União, Estados e Municípios.

A proposição, a ser posteriormente encaminhada à Comissão Diretora do Senado Federal, não recebeu emendas nesta Comissão de Educação.

II – Análise

Nos termos regimentais, cabe à Comissão de Educação examinar os aspectos técnicos, e à Comissão Diretora, os de natureza administrativa.

No âmbito do Senado Federal, tornou-se já uma prática homenagear ex-integrantes da Casa, marcando de maneira indelével o preito aos que se destacaram na política brasileira. Desse modo é que, no Senado, existe, por exemplo, uma ala denominada Alexandre Costa; outra, Filinto Muller. Não sem razão, dada a contribuição intelectual, a biblioteca homenageia o acadêmico Luiz Vianna Filho; o auditório homenageia Petrônio Portela, e assim por diante.

Efetivamente, como alega o autor da proposição, o Programa Interlegis recebeu apoio incontestado do Senador Antônio Carlos Magalhães. Essa ambiciosa proposta de integração e formação dos legisladores brasileiros tornou-se uma realidade graças à intervenção do falecido Senador. Desse modo, é oportuno que se homenageie Antônio Carlos Magalhães, atribuindo seu nome ao auditório do Programa Interlegis.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2007.

Sala da Comissão, 23 de outubro de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PRS Nº 042/07 NA REUNIÃO DE 23/10/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Minh. A. (Sen. Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1-ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- (VAGO)
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
RELATOR	

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA, Nº

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de

Resolução do Senado nº 042, de 2007, que "Deno-
mina Senador Antonio Carlos Magalhães o auditório
do edifício-sede do Programa Interlegis".

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PRS Nº 42/07
NA REUNIÃO DE 23/10/07, OS SENHORES SENADORES:**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA	6- (VAGO)
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- (VAGO)
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer é favorável.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 964, DE 2007

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2007, que denomina “Senador Antonio Carlos Magalhães” o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

Nos termos do que dispõe o art. 98, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão Diretora emitir parecer sobre a espécie em exame.

Trata-se de proposição de autoria do Senador Expedito Júnior, destinada a denominar Senador Antonio Carlos Magalhães o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis.

A matéria recebeu aprovação da Comissão de Educação, quanto ao mérito.

Cabe, agora, à Comissão Diretora examiná-la quanto aos aspectos administrativos.

II – Análise

Sem dúvida, a homenagem se coaduna com o empenho daquele Senador para que se efetivasse esse importante segmento do Legislativo brasileiro, que percorre, graças à moderna tecnologia disponível, todas as Casas geradoras de leis e fiscalizadoras dos atos dos respectivos Executivos, mediante a divulgação de ações legislativas e da capacitação de parlamentares e de servidores em suas atividades-fim, com o objetivo precípua de prover o fortalecimento desse Poder, nas suas esferas nacional, estadual e municipal.

Mais que isso, o Programa Interlegis tem sido alvo da atenção de parlamentos de outros países, que intentam criar, a sua semelhança, instrumento de efetivo suporte ao exercício de suas prerrogativas.

Louve-se a iniciativa do Senador Expedito Júnior, ao reverenciar a memória do Senador Antonio Carlos Magalhães, mediante o oferecimento desta proposição.

Por fim, cabe considerar que inexistente qualquer óbice de natureza administrativa para que o projeto se transforme em resolução do Senado Federal.

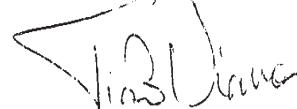
III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2007, com uma correção de redação no nome do homenageado, nos termos da seguinte emenda de redação:

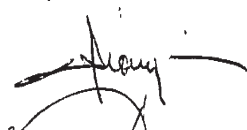
EMENDA Nº 1

Corrija-se o prenome Antônio para Antonio, constante da ementa e do art. 1º do PRS nº 42, de 2007.

Sala da Comissão,



, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer é favorável, com a Emenda nº 1, de 2007, da Comissão Diretora, que apresenta.

Poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a matéria.

Votação da Emenda nº 1, de 2007, da Comissão Diretora.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, ofe-

recendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

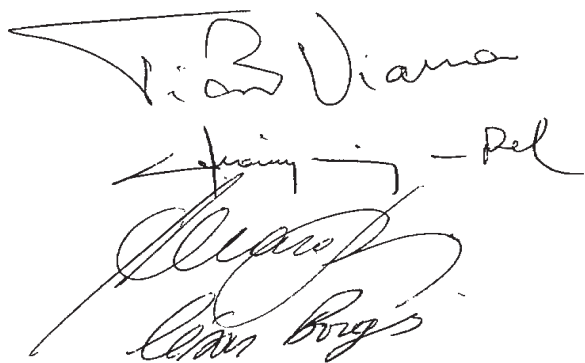
É lido o seguinte:

PARECER Nº 965, DE 2007
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 2007

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 2007, que denomina “Senador Antonio Carlos Magalhães” o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 em de outubro de 2007.



ANEXO AO PARECER Nº 965 DE 2007

Redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 2007.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente Interino, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2007

Denomina “Senador Antonio Carlos Magalhães” o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O auditório situado no edifício-sede do Programa Interlegis passa a denominar-se “Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra está encerrada a discussão.

Votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para um questão de ordem, e ao Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Apresento apenas uma questão de ordem, Sr. Presidente. No dia de ontem, indaguei a V. Ex^a sobre a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29.

O projeto de lei é, com grande satisfação, de autoria de V. Ex^a. Foi muito elogiado e enaltecido por todos os Secretários Estaduais de Saúde e aprovado na Comissão de Assuntos Sociais por unanimidade.

A regulamentação da Emenda à Constituição nº 29 proporcionaria um acréscimo significativo de recursos, particularmente do âmbito federal, o que representaria, em termos de números, cerca de R\$20 bilhões a mais por ano na área da saúde. Ao mesmo tempo, no âmbito dos Estados, faria com que se definisse claramente o que pode ser considerado despesa de saúde ou não, além do percentual de 12% nos Estados e 15% nos Municípios.

V. Ex^a, Sr. Presidente, disse que até colocaria em votação hoje o projeto de lei complementar, mas entendemos que não é possível, pois a matéria é importante e exige maioria absoluta dos votos.

Soubemos que V. Ex^a participou hoje de uma reunião no Palácio do Planalto, junto com o Presidente da Câmara dos Deputados, justamente para tratar da aprovação dessas leis. Afinal, existe outra lei que está prestes a ser votada na Câmara dos Deputados.

Portanto, indago a V. Ex^a se teríamos condição de saber que tipo de preocupação cerca, na verdade, a aprovação desse projeto de lei e se V. Ex^a poderia dar não só a mim, mas a este Plenário, alguma explicação sobre algo que é da maior importância e da maior relevância para a cidadania do povo brasileiro, que é justamente a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, que é a emenda da saúde. E a saúde, sabemos, precisa não apenas de gestão

diferente – assim como todos as áreas; é um desafio permanente debruçarmo-nos sobre a gestão –, mas principalmente de mais recursos.

Assim sendo, se for possível, peço a V. Ex^a que dê algum esclarecimento a este Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço, Senador Flávio Arns, e esclareço, com toda atenção e respeito a V. Ex^a.

Hoje, a convite do Presidente da República, esteve em sua residência, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados. Sua Excelência queria que o Ministro da Saúde nos apresentasse – pela condição de médicos e de duas pessoas que brigaram também, como V. Ex^a e outros, pela Lei Complementar à Emenda nº 29 – suas considerações a respeito do chamado PAC da Saúde, que não pode estar dissociado da aprovação da Lei Complementar à Emenda nº 29. Ou seja, qual será o financiamento para os Estados brasileiros.

Por exemplo: para o Nordeste, do Senador José Agripino e do Senador Efraim – Paraíba e Rio Grande do Norte –, como será o extrateto. Ou seja, se o Estado recebe R\$20 milhões por mês, vai poder receber R\$25 milhões ou não, a partir de agora, com o chamado PAC da Saúde, para poder gastar mais no setor; como será o financiamento por habitante, por saúde, por Estado e por ano; como serão as regras de bom desempenho e melhora do financiamento. E isso não pode estar dissociado da Lei Complementar à Emenda nº 29, que, depois da Emenda à Constituição nº 29, é o segundo ato mais importante da história da saúde pública no Brasil em termos de financiamento.

O Presidente queria que o Ministro da Saúde nos apresentasse essa mediação, já que há dois projetos em plenário a serem votados. E o Ministro nos expôs e assegurou que o ponto de entendimento estará muito próximo dos valores apresentados nesse projeto que estamos defendendo, tanto aqui como na Câmara.

Não necessariamente em um ato único, mas em um movimento legal, escalonado. Quer dizer, progressivo e que assegure o financiamento em uma mudança consistente, já a partir do próximo ano. Agora, ele pediu um prazo mínimo, porque o Ministro da Saúde e o Ministro da área econômica precisavam encontrar uma condição de legalidade, isto é, que fixador asseguraria mais recursos para o setor da saúde. Não poderia permanecer na receita bruta, porque talvez isso prejudicasse os outros elementos do financiamento e das regras que eles querem impor. Eles querem encontrar um ponto de entendimento.

No mais, o Ministro da Saúde disse que concorda integralmente com o que preceituou o nosso projeto de lei do Senado.

Peço, pois, a compreensão de todos os Senadores e Líderes por mais alguns dias, para que seja apresentado o ponto de entendimento. Foi assim que eu acolhi a reunião, Senador Flávio Arns.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador José Agripino e, a seguir, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder. Pensei que fosse ter a oportunidade de fazer o encaminhamento da votação do requerimento que aprovou o nome do Senador Antonio Carlos Magalhães para um auditório da Casa.

Fui amigo de Antonio Carlos a minha vida toda, mas não é por isso que vou fazer estas afirmações. Antonio Carlos foi um homem polêmico. Em vida, muitos o amaram e alguns o odiaram. Isso é característica de líder. Líder inspira amor e ódio. E ele foi um Líder. Na Bahia, ele é idolatrado por muitos, pela maioria. Idolatrado por quê? Porque foi um grande administrador? Sim. A Bahia deve muito a ele. Do ponto de vista do crescimento econômico, a Bahia deve muitíssimo a Antonio Carlos.

No Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ele foi um grande Parlamentar. Veja V. Ex^a que até hoje tramitam propostas de emenda à Constituição e projetos de lei importantes – nada desimportante; todos importantes – de autoria de Antonio Carlos Magalhães. O Fundo de Combate à Pobreza é de autoria dele. Um legado que ele deixou para a apreciação pela Casa é o Orçamento Impositivo. Temos na pauta uma PEC de autoria de S. Ex^a que disciplina matéria de irrigação.

Dar o nome de Antonio Carlos Magalhães a uma dependência, a um auditório da Casa, é um gesto de reconhecimento do Congresso Nacional a Antonio Carlos. Não é uma homenagem a um Senador que passou e que foi, por muitas legislaturas, um homem que marcou muita posição; foi um grande Senador, um político com defeitos e com virtudes – na minha opinião, mais virtudes que defeitos – que marcou a sua vida pública pela honestidade pessoal e de princípios, mas, acima de tudo, pela competência e pela dedicação, tanto no exercício do Poder Executivo quanto no Poder Legislativo.

Cumprimento o Senador Efraim Morais, que apresentou a proposta e se encarregou de sua aprovação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador José Agripino, a Mesa se associa às considerações de V. Ex^a, que são justas e sinceras, que fazem parte do sentimento de todos os Senadores. A Mesa decide juntar o pronunciamento de V. Ex^a ao processado. São mais que reconhecidos a amizade e o respeito histórico que V. Ex^a teve para com seu companheiro de Partido.

Senador Marcelo Crivella, peço dez segundos a V. Ex^a para encerrar a Ordem do Dia. É o último item. Depois, eu lhe concedo a palavra pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Na sessão de 24 de outubro último, o Senado Federal aprovou o **Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2006**, que *cria mil, novecentos e cinqüenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue dois mil, cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; e dá outras providências*, com três emendas.

Cotejando mais detalhadamente o texto das emendas aprovadas com o texto do projeto, constata-se que as referidas emendas apenas alteram a redação dos dispositivos para ajustá-los à legislação superveniente ao recebimento da matéria.

Nesses termos, a Presidência retifica seu despacho e encaminha a matéria à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me associo às palavras do nobre Líder José Agripino para dizer que o Senador Antonio Carlos Magalhães não passou por aqui em vão. Homem de muitas controvérsias, suportou na vida pública injúrias, calúnias e contumélia muito contumazes. Lembro que, no momento de seu derradeiro adeus, vimos, pela televisão, aquela imensa multidão, o seu povo, estendido pelas ruas, avenidas e praças, respeitosamente, pacientemente, solenemente, aguardando o momento de lhe prestar a última homenagem. O momento em que seu corpo era dado à sepultura, foi, tenho certeza, o ato mais sublime de revogação de todos os agravos, injú-

rias e calúnias que na vida pública lhe arrogaram os ódios e as paixões.

V. Ex^a está coberto de razão quando homenageia um companheiro tão presente, um dos maiores do seu tempo, que escreveu seu nome na gratidão do coração do povo baiano. Por isso, eu não poderia deixar de me associar a V. Ex^a.

Sr. Presidente, gostaria de ler um requerimento que apresento com votos de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela passagem dos seus 169 anos de fundação, ocorrido nesta semana, no dia 21 de outubro. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 21 de outubro de 1838, com sede no Bairro da Glória, da linda cidade em que nasci, assim como meu companheiro Paulo Duque, o Rio de Janeiro, é a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do nosso País, sendo merecedor dos cumprimentos desta Casa, na comemoração dos seus 169 anos de fundação.

Sr. Presidente, este é o requerimento que faço. Peço aos meus Pares que o aprove para que sejam dados o louvor e o valor a esse Instituto de 169 anos, do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Pre-

sidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra pela ordem. Em seguida, terá a palavra o Senador José Agripino e, depois, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, trazer minha preocupação ao Plenário desta Casa, em relação ao desabastecimento de gás no Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso vive hoje uma situação estranha e paradoxal: ao mesmo tempo em que exporta energia elétrica para a Bolívia, também importa gás desse país andino. Ocorre que há 60 dias, nosso vizinho cortou o fornecimento de combustível para a Termoelétrica de Cuiabá, causando transtornos para a população e prejuízos para a nossa economia.

Um impasse entre a Petrobras, que se recusa a fazer novos investimentos em território boliviano e o Ministério de Hidrocarbonetos daquela nação, que cobra apoio do Governo brasileiro, pode inviabilizar a venda de gás natural para a Usina Mário Covas, na capital mato-grossense.

Conforme reportagem veiculada esta semana no jornal **O Estado de S. Paulo**, a Petrobras suspendeu novos projetos na Bolívia após a nacionalização do setor de petróleo e gás pelo governo daquele país. Isso vai comprometer a exportação do produto para Mato Grosso, Sr. Presidente.

Diante desse cenário, recomendo ao Exmº Sr. Ministro das Minas e Energia, Nelson Hübner e ao ilustre Presidente da Petrobras, Dr. Sérgio Gabrielli, que adotem providências no sentido de garantir o fornecimento de gás natural para a Termoelétrica de Cuiabá. Além de se tratar de uma atividade de segurança nacional, a quebra desse contrato pode significar o desmonte de parcela importante do parque industrial de Mato Grosso.

Apelo para as autoridades nacionais que priorizem o abastecimento da Termoelétrica de Cuiabá ou então que, em último caso, racionem o fornecimento de energia para os Municípios de San Mathias e San Inácio, como instrumento de negociação com os funcionários da estatal boliviana.

Mas, confio que não serão necessárias medidas extremadas, porque a amizade e o bom senso devem guiar os entendimentos para que tanto mato-grossenses como bolivianos não sofram com o desabastecimento de energia.

Quero trazer essa preocupação para esta Casa até porque está havendo uma retaliação: enquanto o Brasil fornece energia para a Bolívia, para San Mathias e San Inácio, a Bolívia neste exato momento deixa de exportar o gás natural para a cidade de Cuiabá. São providências rápidas e drásticas que o Governo deve adotar em relação ao governo boliviano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Arthur Virgílio estava em entendimento com o Senador José Agripino para ceder a palavra, primeiro, ao Senador Agripino.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

A seguir, falarão os Senadores Arthur Virgílio e Paulo Duque.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr.s e Srs. Senadores, hoje pela manhã, à volta do meio-dia, nos reunimos no Gabinete do Líder do Governo, Senador Romero Jucá; o Líder do Governo, que representava o Líder do PMDB, Valdir Raupp; o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB; a Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT; o Senador Renato Casagrande, Líder do PSB; o Senador Cristovam Buarque, representando a Liderança do PDT; eu, pela Liderança do meu Partido, Democratas; além do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, Senador Marco Maciel, para discutirmos o quê? Pauta. Sim, pauta sobre a forma como vai ser discutida – como deve ser, pragmática, profunda, racional, sem emoção, revestida do interesse público, sem sofismas – a questão que ocupa os principais espaços da imprensa, neste momento, que é a prorrogação da CPMF.

Sr. Presidente, pertenço a um Partido que fechou questão por razões de ordem programática. O meu Partido, Democratas, tem nos seus estatutos, na sua formulação programática, a luta permanente contra o aumento de carga tributária.

Senadora Kátia Abreu, V. Exª, Relatora da matéria, sabe tanto quanto eu – ou até mais – que o Governo, que reconhece que no seu período houve elevação de carga tributária, firmou compromisso, identificando a elevação de carga tributária, de tomar a iniciativa de baixá-la. V. Exª sabe tanto quanto eu – e o Governo sabe mais do que nós dois – que, não por atitudes só tomadas agora, claro que também por atitudes tomadas agora, mas por atitudes tomadas lá atrás, a economia do Brasil se arrumou. Arrumou-se porque o câmbio hoje é flutuante; porque hoje há uma Lei de Responsabilidade Fiscal votada cinco anos atrás; porque os bancos estaduais, que eram os sumidouros de dinheiro, foram fechados ou estão administrados; porque o equilíbrio fiscal é produto de uma ação responsável; por uma série de razões a economia se arrumou, cresceu, e o Brasil vem exibindo recordes sucessivos de arrecadação.

A situação econômica do País, portanto, hoje, permite que o Governo cumpra a palavra dele, Senador Jayme Campos. O Governo prometeu baixar a carga tributária, e o País está com a economia arrumada, crescendo, muito menos do que poderia, mas está crescendo. Tem condições, portanto, de cumprir a palavra e encerrar, como a Constituição fala, o mais perverso, o mais injusto dos impostos, aquele que é taxado de forma igual para ricos, médios e pobres. Todos pagam igual. Por quê? Imposto de Renda não é assim! Existe legislação do Simples e das empresas maiores.

Por que todos pagam para gastar dinheiro o mesmo imposto? Será que o dinheiro que sobra para o rico é o mesmo que sobra para o pobre? Para o pobre não sobra dinheiro algum, e ele ainda é taxado com a mesma taxa utilizada para se taxar o dinheiro do rico.

Então, por essa razão, temos uma formulação programática que determinou o fechamento de questão. O Partido Democratas fechou questão: votamos contra a prorrogação da CPMF. E temos argumentos

que vamos usar, como V. Ex^a, suponho eu – não quero me antecipar –, vai usar na hora apropriada.

Agora, é preciso que o Brasil todo conheça a realidade dessa discussão. E por esse motivo, Sr. Presidente, houve a reunião de hoje de manhã, na Liderança do Governo, com os Líderes presentes, para pactuar o quê? O que vai acontecer nesta semana?

O Ministro Mantega convidou os Líderes para participarem de um almoço. O PSDB entendeu ser recomendável. Respeito tranqüilamente a atitude do PSDB. Eu apenas acho que aquilo que se pode discutir em torno de CPMF se pode fazê-lo aqui no Senado. E hoje pactuou-se a forma de discutir. Discutir ouvindo aqueles que são favoráveis, aqueles que são contrários e ouvindo aqueles que têm algo a informar, de forma desapassionada, desinteressada. Quem vem terça, quarta e quinta-feira da próxima semana? Terça, quarta e quinta, em quatro blocos de audiências públicas pactuadas entre os Líderes e o Presidente da CCJ. Vem na terça-feira um bloco; na quarta-feira, vêm provavelmente dois blocos, sujeitos à definição do Presidente Marco Maciel. Na quinta-feira, um bloco.

Na quinta-feira, um bloco. Que bloco? Um dos blocos será composto por: Ministro da Fazenda Guido Mantega, que vai ter a oportunidade de debater a sua visão da CPMF aqui conosco; Ministro do Planejamento Paulo Bernardo; Ministro da Saúde José Gomes Temporão e o Ministro Patrus Ananias, o homem do Bolsa Família. Eles vêm apresentar a visão deles, mostrar as dificuldades do Governo.

Mas também terão oportunidade de vir aqui para dar suas opiniões e emitir seus conceitos o Sr. Ives Gandra Martins, advogado especialista em Direito Tributário; o Sr. Samuel Pessoa, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, o Sr. Paulo Skaf, presidente da Fiesp; e o representante da Febraban.

O Dr. Pedro Albuquerque, professor da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos; o Dr. Hugo de Brito Machado, presidente do Instituto Cearense de Estudos Tributários; o Dr. José Roberto Afonso, renomado economista do BNDES e o Dr. Márcio Nakane, professor da USP virão também, num bloco à parte, para discutir a CPMF com os Senadores.

Virão, igualmente, o ex-Ministro Pedro Malan, a quem vai ser oficiado um convite; o Dr. Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda do Governo Lula; o ex-Ministro Antonio Palocci, hoje Deputado; e o representante ou o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário para falar sobre a carga tributária do Brasil.

Senadora Kátia Abreu, o que é que se imagina? Há aqueles que entendem que a CPMF é uma

questão política. Eu entendo que é uma questão política sim, ela tem data para terminar: 31 de dezembro de 2007. Ela é uma questão política, porque o Governo prometeu baixar a carga tributária e, se é uma questão política, o Governo tem de cumprir sua palavra baixando a carga tributária como eu disse, eliminando ou pactuando aquilo que está na Constituição, pactuando com o Congresso o encerramento da CPMF.

É uma questão política porque é preciso que se discuta politicamente se a economia realmente guarda condições ou não para que o País, a sua economia, possa abrir mão da CPMF.

É também uma questão técnica. Dizem os do Governo que o País quebra sem a CPMF; dizem eles, é um direito que eles têm. Os governistas defendem os interesses do Governo; nós, Democratas, defendemos os interesses do cidadão. Agora, defendemos com argumentos, que vamos debater. Ao longo da semana vamos fazer um debate da melhor qualidade, com pessoas que têm informações a dar e que devem ter respostas para as nossas indagações, para que a questão política colocada tenha respaldo técnico, para ver quem tem os melhores argumentos para ganhar essa parada. Espero que venhamos a ser nós, que estamos contra a prorrogação da CPMF. Vai ser estabelecido o bom debate, o bom diálogo, calcado nas informações das pessoas qualificadas que listamos e que vamos trazer terça, quarta e quinta para debates que vão ocupar o espaço nobre de trabalho do Congresso e do Senado Federal.

Ouçó, com muito prazer, a minha querida Relatora, Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Obrigada, Líder. Gostaria apenas de referendar o que V. Ex^a está dizendo com relação à importância das audiências públicas para o meu relatório. O fato de a Relatora – no caso, a minha pessoa – já estar com a opinião formada contra a CPMF não significa que as audiências públicas não sejam da maior importância. Pretendo, a partir dessas audiências públicas, acrescentar ao corpo do meu relatório dados, números e discussões importantíssimas que aqui ocorrerão semana que vem. Tenho certeza de que, a partir delas, poderemos acrescentar os números dos economistas, ministros e convidados que são a favor da continuidade da CPMF, mas também os dados trazidos por pessoas, economistas, personalidades que são contrários à manutenção da CPMF. Tenho certeza de que o meu relatório ficará muito mais rico posteriormente a essas audiências públicas. Apenas para concluir, meu Líder, quero dizer que hoje ouvi do Presidente da República – parece que S. Ex^a disse isso ontem na reunião com

os empresários – que nenhum governo do mundo quer perder quarenta bilhões de reais. Ora, ninguém pode perder aquilo que não é seu! Os impostos vêm da classe trabalhadora brasileira, vêm dos trabalhadores, das trabalhadoras, das donas-de-casa, do pai de família, da classe média principalmente. Então, ele não está perdendo nada, porque esse dinheiro está mais do que achado no bolso dessas pessoas. Ele só vai deixar de tirar uma pequena parcela do bolso do cidadão brasileiro e deixar esse dinheiro onde sempre esteve. Isso não é perder. Deixar o cidadão brasileiro, especialmente a classe trabalhadora, com quarenta bilhões no bolso, sinceramente, meu Líder, é encontrar uma grande solução e não perder quarenta bilhões de reais. Quero aqui parabenizá-lo por suas palavras, por seu entendimento, V. Ex^a, que é uma pessoa preparadíssima nesse assunto. Eu estou me esmerando, me aprofundando nessa matéria para que possa fazer jus à responsabilidade que recebi do presidente da CCJ, Senador Marco Maciel. Iremos apresentar um relatório técnico, um relatório no qual queremos mostrar o amadurecimento dos Democratas e mostrar quanto estamos preocupados com essa situação. Não vamos mostrar um relatório apenas contra R\$ 68 bilhões a mais em arrecadação não. Nós vamos mostrar para o País o Orçamento brasileiro, nós vamos abrir o Orçamento brasileiro com palavras simples para a nação brasileira, especialmente para os meus colegas Senadores que ainda estão em dúvida a respeito da continuidade da CPMF e para os Senadores que são a favor de sua continuidade, mas que podem mudar de idéia após a apresentação dessas audiências públicas e também do meu relatório. Muito obrigada, Líder. Estamos firmes, juntos. Os Democratas estão junto com a sociedade brasileira. Obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigada, Senadora Kátia Abreu. V. Ex^a coloca alguns pontos que, inevitavelmente, vão ser dissecados nas audiências públicas. Há uma caixa-preta, V. Ex^a botou o dedo na ferida. Há um Orçamento que foi publicado, é uma peça pública, e há uma receita que, todo mês, acontece, é pública. Vamos fazer o cotejo entre aquilo que o Governo imaginou que iria arrecadar e que consta do Orçamento e o que efetivamente está arrecadando para ver de quanto é a sobra, para ver se o Governo precisa de mais sobra ainda ou pode – aí sim, se tivesse visão de futuro, que é a nossa grande diferença – abrir mão de carga sobre a economia para que a economia possa crescer, para dar fôlego à economia, balão de oxigênio.

O Governo quer é arrecadação para gastar mal, tem a visão do dia seguinte. É a visão do dinheiro de que não pode abrir mão para gastar mal, uma visão

imediatista, quando o Brasil precisa fazer o que os Estados Unidos fizeram tantas vezes: baixar a carga tributária para a economia explodir.

É preciso deixar que os agentes econômicos do Brasil, que são de muito boa qualidade, exerçam sua capacidade de crescer. Isso se consegue retirando peias que estão amarrando os agentes econômicos.

Vamos fazer um pacto com a sociedade, vamos fazer um gesto de ousadia impondo o cumprimento da palavra do Governo. Vamos abrir os números, vamos mostrar o Orçamento, vamos mostrar quanto se previu e quanto se está arrecadando.

Há o argumento de que o Bolsa-Família se acaba. Vamos ver se é verdade o que tenho dito. No momento em que a CPMF acabar, o Governo deixa de gastar com o serviço da dívida R\$13 bilhões. O Bolsa-Família são R\$9 bilhões; é um Bolsa-Família e meia! Não me venham com falácia. Vamos discutir, e vai ser esse o objetivo das audiências públicas ao longo da semana que vai entrar.

Cumprimentos à Relatora, que está centrada, equilibrada, que vai se embasar nos números, não vai fugir do critério racional, até porque temos uma responsabilidade com o futuro do País. Nós, Democratas, temos responsabilidade com o futuro do País, que queremos ver venturoso.

Ouçó, com prazer, o Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Senador José Agripino, quero parabenizar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento e tocar em dois pontos. Primeiro, manifestar a nossa confiança integral em nossa Relatora, Senadora Kátia Abreu, que estuda a matéria com muita dedicação e com profundidade. Temos de fazer, aqui neste plenário, um debate técnico, não um debate político. Temos de mostrar o lado positivo de se terminar, de uma vez por todas, com a CPMF como forma de buscar a melhoria da vida do cidadão brasileiro. É evidente que vamos também torcer neste debate para que tenham responsabilidade. Estão cobrando responsabilidade dos Democratas. Vamos agir com responsabilidade, mostrando por que temos uma posição. Por outro lado, queremos também responsabilidade da Base do Governo, que utiliza a imprensa nacional para dizer que, se acabar a CPMF, vai cancelar os programas sociais e que seria o fim do Bolsa-Família. Isso é falácia, isso é mentira de quem está fazendo essa afirmação. Esse discurso nós já conhecemos. Foi o discurso da campanha, quando diziam que, se vencêssemos, íamos acabar com o Bolsa-Família. Não é verdade. Um exemplo prático disso e do qual V. Ex^a tem conhecimento é que, quando apresentamos projeto de lei para dar o abono natalino aos homens e mulheres do Bolsa-

Família, o projeto foi aprovado no Senado, mas o PT, com a Base do Governo, derrotou esse projeto que ia oferecer um pouquinho a mais para o Bolsa-Família. Em vez de acabar, queremos melhorar. Espero que também tenham responsabilidade e não tentem passar para a opinião pública esse tipo de discurso. Queremos um debate técnico e sério exatamente em busca da verdade, para que o cidadão brasileiro possa informar-se inteiramente sobre o quanto está pagando caro pela CPMF. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Efraim.

Senador Efraim, V. Ex^a sabe que o Presidente da CCJ é o nosso companheiro, ex-Vice-Presidente e Democrata, Senador Marco Maciel. É homem de responsabilidade. Foi ele quem conduziu o processo de aprovação dos requerimentos, e os requerimentos apresentados por Senadores continham nomes de pessoas que são qualificadas do ponto de vista político e técnico. São ex-Ministros do Governo Fernando Henrique, ex-Ministros do Governo Lula, atuais Ministros de Lula, economistas de USP, de Fundação Getúlio Vargas, pessoas de qualificação técnica inofismável que vão trazer para esclarecer, no debate público, irradiado e televisionado, os argumentos, para ver se o País quebra ou não quebra, se o País deve ou não deve abrir mão de uma amarra.

Na verdade, na verdade, a minha opinião é que a CPMF é uma amarra que segura o crescimento do País – claro que é uma das, mas é a que precisa ser desamarrada mais rapidamente. E é isso o que vamos fazer. Vamos trazê-la ao debate de bom nível para que o País todo, Senador Casagrande, possa tomar conhecimento e raciocinar junto conosco pelo voto “sim” ou pelo voto “não” à prorrogação da CPMF.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Tião Viana, Presidente interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, na ordem de inscrição, ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço, em primeiro lugar, ao Senador Arthur Virgílio por permitir essa inversão na ordem de inscrição.

Com imensa satisfação, Sr. Presidente, destaco a participação das Cataratas do Iguaçu na votação que escolherá as Sete Novas Maravilhas da Natureza.

A exemplo da votação que elegeu o Cristo Redentor como uma das Sete Novas Maravilhas do Mundo, o concurso internacional também é promovido pela Fundação Suíça New Seven Wonders.

Para votar, basta acessar o *site* da instituição, no endereço www.natural7wonders.com, e preencher o formulário indicando o nome “**Iguaçu Falls**” (Cataratas do Iguaçu) no item **Nomination** (nomação), escolher a categoria “**Waterfall**” (Cataratas) e, no país (**Country**), indicar o Brasil.

Todos os que conhecem as Cataratas do Iguaçu sabem que esse grande monumento da natureza possui uma beleza extraordinária, digna de ser considerada uma das Sete Maravilhas.

Entre os exemplos de monumentos naturais que também estão concorrendo, podemos citar o Grand Canyon, nos Estados Unidos; as Ilhas Galápagos, no Equador; o Mar de Aral, na Rússia; a Baía de Halong, no Vietnã; a magnífica barreira de corais Great Barrier Reef, na Austrália; o Monte Kilimanjaro, na Tanzânia; o Parque Nacional Redwood, ao norte de São Francisco, nos Estados Unidos; o Glaciar (Glacier) de Aletsch, ao sul da Suíça; entre outros patrimônios mundiais da natureza.

Formadas há aproximadamente 150 milhões de anos, as Cataratas estão localizadas na fronteira entre o Brasil e a Argentina, mais precisamente no Parque Nacional do Iguaçu, tombado em 1986 pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade.

Ao todo, são 275 quedas de água, com uma altura superior a 70 metros ao longo de 2,7 km do rio Iguaçu. O nome Iguaçu, de origem Guarani, significa “água grande”, ou seja, rio de “grandes águas”.

Orgulho dos paranaenses, as Cataratas são responsáveis pela ida de milhões de turistas de todas as partes do mundo para Foz do Iguaçu.

Seja no lado brasileiro, que possui uma visão privilegiada das quedas, com dimensão panorâmica, seja no lado argentino, onde o contato e a integração com a natureza são mais acessíveis, a visita às Cataratas possibilita uma experiência maravilhosa.

Esse cartão-postal do Brasil e da América do Sul certamente merece compor, Sr. Presidente, o rol de lugares considerados como uma das Maravilhas da Natureza.

Por esse motivo, enalteço a participação das Cataratas no concurso e peço a todos, do Paraná e Brasil, que votem e ajudem a divulgar esta oportunidade de termos o Brasil mais uma vez presente entre as maravilhas mundiais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a pode contar com o Estado de Mato Grosso, solidário, com certeza, a essa sua manifestação.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Arthur Virgílio, por vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM – como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo por uma questão ligada ao meu Estado. A Bancada do Amazonas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal esteve reunida ontem, no gabinete da Liderança do PSDB, para tratar dos interesses maiores do Amazonas, de forma suprapartidária.

Estiveram lá a Coordenadora da Bancada, Deputada Vanessa Grazziotin, os Senadores Jefferson Péres e João Pedro e os Deputados Rebecca Garcia e Átila Lins.

Começamos a acertar os pontos de vista em torno das emendas a serem apresentadas ao Plano Plurianual (PPA) para o período de 2008 a 2011. Vamos, portanto, discutir o destino das cinco emendas a que a Bancada tem direito.

Do mesmo modo, examinaremos a aplicação das dez emendas que cada Parlamentar tem direito de apresentar. Em vez de cada um agir isoladamente, destinando recursos para uma ou outra pequena obra, para um ou outro setor, procuraremos somar esforços na direção do que seja mais fundamental para o Estado.

Fiquei feliz de ver, na reunião, que, acima de diferenças partidárias, soubemos caminhar no mesmo sentido, vendo o Estado do Amazonas como um todo. Nossas emendas ao PPA não vão, assim, pulverizar recursos e, sim, canalizá-los para o que seja mais estratégico. Precisamos destinar recursos para o setor de infra-estrutura.

Situa-se dentro desse objetivo o Primeiro Simpósio “Amazônia e Desenvolvimento Nacional”, a realizar-se do dia 19 até o dia 23 de novembro na Comissão sobre a Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Nacional, na Câmara dos Deputados.

O Simpósio foi proposto pelos Deputados Vanessa Grazziotin, Marcelo Serafim, Carlos Souza e Sebastião Rocha, com o apoio de outros Parlamentares da região. A Deputada Rebecca Garcia não tem dúvida de que o Simpósio “será instrumento de divulgação da região amazônica e de suas necessidades”, segundo declarou à imprensa amazonense.

Estou convencido de que, atuando assim, suprapartidariamente, tendo em vista sempre os interesses superiores do Estado, a Bancada estará indo ao

encontro do que os amazonenses esperam dos seus representantes.

Mas, Sr. Presidente, o Senador José Agripino já abordou aspectos da reunião que hoje mantivemos na Liderança do Governo a respeito das audiências públicas que se realizarão antes da apresentação do relatório sobre a CPMF, da lavra da eminente Senadora Kátia Abreu.

Houve uma inversão aqui. Fiz uma proposta à sugestão do Senador Marco Maciel, que foi acatada em parte, porque o Senador Romero Jucá pediu que quinta-feira, ou seja, o último dia de debate fosse dedicado aos representantes oficiais do Governo; se não me engano, ao Ministro Guido Mantega; ao Ministro Paulo Bernardo; ao Ministro Temporão, da Saúde; ao Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social de Combate à Fome.

Na quarta-feira, logo no primeiro expediente, ouviremos o Ministro Pedro Malan – e isso foi sugestão minha –, o ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Professor Marcos Lisboa – e isso foi sugestão minha também. Tenho muita honra em dizer que tomei essa iniciativa, pela admiração que esses dois homens públicos de escol merecem de mim, do ponto de vista moral e intelectual. Ouviremos o Deputado Antonio Palocci, que foi um competente Ministro da Fazenda no primeiro mandato do Presidente Lula, e, por sugestão da Senadora Lúcia Vânia, não sei bem, ouviremos o notável economista, professor da Fundação Getúlio Vargas, Samuel Pessoa.

Haverá outro painel com Pedro Albuquerque, professor da Universidade de Minnesota; com Hugo de Brito Machado, Presidente do Instituto Cearense de Estudos Tributários; com José Roberto Afonso, economista do BNDES, e com o Dr. Antonio Corrêa de Lacerda, do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

Em outro painel, ouvir-se-á o grande advogado e especialista em Direito Tributário Ives Gandra Martins; o professor da USP Márcio Nakane, o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e um representante da Federação Brasileira dos Bancos – Febraban.

Tenho a impressão de que veremos, de maneira muito equilibrada, personalidades a favor e personalidades contra a manutenção da CPMF como imposto neste País.

Portanto, já na terça-feira, dia 30 de outubro, teremos o início desse debate, que espero seja proveitoso para orientar, de maneira conseqüente, o voto dos Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, claro, já com repercussões no plenário da Casa.

Sr. Presidente, hoje, almoçamos com o Ministro Guido Mantega: os Senadores Aloizio Mercadante e Romero Jucá pelo Governo e, pelo PSDB, eu próprio, o Presidente Tasso Jereissati e o Vice-Líder do Partido, Senador Sérgio Guerra. Propusemos basicamente seis pontos, seis parâmetros para discussão com o Governo a respeito do que poderá definir nossa posição no terreno da CPMF. Propusemos – e isso não foi mal recebido – votação imediata do enquadramento da União na Lei de Responsabilidade Fiscal, até porque os Municípios, os Estados e as estatais arcam hoje com o grosso do esforço de superávit primário, porque o Governo Federal, pela União, esbanja alucadamente os recursos que lhe cabem. Com isso, termina apresentando um bom resultado de superávit, ele próprio se escafecendo do compromisso de fazer sua parte. Digo e repiso que o Governo Federal está plantando um vendaval fiscal de médio prazo se não tomarmos medidas duras de contenção de gastos, de rebaixamento de carga tributária e de alteração de métodos administrativos.

Reivindicamos mais investimentos em Saúde. Quem admite que há caos na Saúde e o denuncia – ele próprio denuncia uma epidemia de dengue em pleno século XXI; não é no século XIX ou no séc. XVIII – é o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a quem não me canso de parabenizar pela coragem de admitir que, na sua própria Pasta, no Governo do qual ele próprio faz parte, mazela de tal porte. E o Ministro acenou com a hipótese de jogarmos mais recursos da CPMF para resolvermos questões de saúde.

Propusemos redutor de gastos públicos que atinxisse o custeio – porque não queremos atingir investimento; os investimentos já são muito escassos neste Governo, investimentos públicos –, que, para mim, deveria ser de 0,2% a.a. Ficou-se de acertar, ao longo dos próximos momentos de debate, qual seria a visão do Governo a respeito do percentual, mas me parece que aceitaram a idéia. Saí de lá com a firme impressão de que foi assim.

Parece pouco 0,2%, mas, se imaginarmos o Brasil projetado em dez, vinte, trinta anos, vamos ver um PIB crescendo sempre positivamente e vamos ver o País gastando, ao longo desses trinta anos, sempre, 2% a menos, o que vai garantir saúde fiscal privilegiada para o Brasil ao longo do tempo. Além do mais, como o Governo brasileiro, perdulário como tem sido, gasta sempre a média de 9% reais, ou seja, descontada a inflação, acima do PIB, do Produto Interno Bruto, a título de gastos correntes, vamos ver que é bom economizar um pouco, mas, sobretudo, é muito bom proibir que eles gastem como estão gastando. Aí é que está a chave da questão.

Colocamos como parâmetro de discussão a desoneração de um ou mais tributos – e aqui podemos falar em PIS/Cofins, podemos falar em folha de pagamento das empresas – que não sejam a CPMF, em níveis, alíquotas e parâmetros a serem definidos no restante da negociação.

Propusemos redução de alíquota da CPMF em percentual a ser combinado como cláusula *sine qua*, ou seja, negado isso está negado tudo, porque não abrimos mão de começar um rebaixamento de alíquota da CPMF já.

Também não observei que tivesse havido reação negativa, reação forte do Ministro Mantega contra isso, e aí veio o que para mim se apresentou, no primeiro momento, como um nó, um nó a ser desatado, se é que é possível desatar-se este nó: exigimos a aprovação, em 12 meses, de uma verdadeira reforma tributária; reforma esta que o Governo nos deve desde 2003. E porque o Governo nos deve há tanto tempo a reforma tributária, propusemos que a prorrogação da CPMF se desse, com alíquota rebaixada, com todas as outras premissas atendidas, apenas por 12 meses, e não por três ou quatro anos. Doze meses apenas. Por quê? Porque, nesses 12 meses, se o Governo pretendesse ter direito a mais CPMF até o fim do Governo Lula, o Governo teria de cumprir – desta vez cumprir, sim, não na base do bigode, da palavra empenhada, mas cumprir porque teria de cumprir – o compromisso de aprovar a reforma tributária.

Nesse momento, o Líder Romero Jucá ponderou que isso inviabilizaria a entrada em vigor, já em janeiro, da nova CPMF, por razões processuais, por razões regimentais, por razões de procedimento legislativo.

Eu não desconheço essas dificuldades, mas gostaria que o Governo, lealmente, não desconhecesse que esse é um ponto nevrálgico e que realmente leva, neste momento, a um impasse, a se empacar com a negociação, porque nós não pensamos em abrir mão dessa garantia.

Eu não quero ficar acreditando, acreditando e acreditando no Governo. Eu quero dar a CPMF, se ele atender os outros itens todos que propusemos, por um prazo curto, para que o Governo, nesse prazo curto, obrigue-se a fazer a reforma tributária. E, aí, o Governo se credenciaria, no bojo do novo quadro tributário do País, a merecer uma nova CPMF.

Como diz o Governador José Serra, a CPMF, que para mim é um imposto ruim, não é o pior imposto do País. É muito pior que o Imposto de Renda, mas não é o pior imposto do País. Há outros piores. Ainda assim, nós temos essas colocações feitas num diálogo alto, educado, de bom nível, democrático, com o Ministro Mantega, com o Senador Jucá,

com o Senador Mercadante. De qualquer sorte, ou temos isso atendido, ou nós teremos – e isso foi bem compreendido pelo Ministro, também – o impasse. E o impasse significaria nós votarmos contra a CPMF como um todo, votarmos pela rejeição inteira da matéria e, portanto, apoiamos integralmente o relatório da Senadora Kátia Abreu.

Frisamos ao Ministro que os primeiros itens de negociação não deveriam nem ser esses numéricos, econômicos, que aqui acabei de arrolar para a Casa, mas o primeiro item deveria ser um tratamento do começo ao fim, respeitoso a nós outros, quando nada, em homenagem a estarmos sendo capazes de todo esse investimento no diálogo, porque seria tão fácil para nós imitarmos o PT do passado e não dialogarmos, simplesmente, coisa alguma, apostando sempre em que o impasse é o melhor caminho, nós que temos a formação tucana de acreditar que o impasse deve ser contornado em favor do Brasil.

Eu digo, então, que o primeiro item, Ministro, é respeito. Outro item é V. Ex^a – e ele concordou com bastante honestidade e bastante humildade – não repetir o discurso terrorista de que vai parar o Bolsa-Família, de que vai parar o Brasil, porque o Brasil não vai parar. Nós todos vamos morrer e o Brasil vai continuar, esse é um fato.

São itens importantes. Eu, pessoalmente, entendo e fico muito feliz em ver que esse é o pensamento da minha Bancada. Entendo que vale a pena se investir no diálogo, ainda quando pareça que o diálogo não vale a pena. Enfrentamos uma ditadura de 21 anos e o que queríamos era um Governo que dialogasse conosco; o que nós queríamos era um Governo que aceitasse a alternância de poder; o que nós queríamos era um Governo que aceitasse a opinião contrária à dele; o que nós queríamos era um Governo que não vivesse do terrorismo, abusando da sua máquina de propaganda para aterrorizar pessoas. E expusemos ao Ministro os preços que temos pago: incompreensão de setores da imprensa, algumas coisas que fiz questão de dizer na entrevista que concedi lá na porta do Ministério, algumas coisas até insultuosas – insultuosas mesmo –, como dizerem que teria havido um conchavo, um arreglo, no episódio do arquivamento da denúncia, uma denúncia tola, frágil, do P-SOL contra o Senador Eduardo Azeredo. Quem mais deve ter ficado aliviado deve ter sido o P-SOL, muito mais que o Senador Azeredo, que não esperava outra coisa que não o que a Mesa fez. Então, dizerem que teria havido uma barganha e que se votaria a CPMF em troca disso ridiculariza muito mais quem escreve isso ou quem assume essa responsabilidade, porque é absolutamente

sem credibilidade algo desse porte, algo desse jaez. É desrespeitoso.

O Senador Eduardo Azeredo é acusado de fatos pelos quais ele responde junto ao Ministério Público, se for denunciado amanhã perante o Supremo Tribunal Federal. Se não for denunciado, estará livre disso. Eu, pessoalmente, confio em sua integridade. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é feito para examinar quebra de decoro parlamentar, e ele não era Parlamentar nessa época. Essa é uma jurisprudência desta Casa. Então, é desrespeitoso terem feito o que fizeram ou terem escrito o que escreveram. Essas pessoas sabem, vivem aqui, labutam aqui e sabem perfeitamente quais são as regras do jogo. Muito menos se podem considerar autorizadas a dizer que eu estava barganhando, ou que o meu Presidente, Tasso Jereissati, estava barganhando o que quer que fosse, quando o que estamos fazendo, no fundo, no fundo, é atender ao que os editoriais desses mesmos jornais, todos os dias, nos suplicam: que negociemos, que não abramos mão de 41 bilhões em circulação na economia brasileira.

Creio que se impõe uma nova ética neste País. Essa ética não é só não roubar dinheiro público, porque isso é uma obrigação de todo mundo. É a ética de escrever com consciência; é a ética de usar a tribuna com responsabilidade; é a ética de não se omitir; é a ética de não deixar de dizer as suas verdades; é a ética de não ficarmos, aqui, incensando alguns hipócritas que assumem uma posição desta tribuna e, por trás, estão cheios de problemas, até mesmo na Mesa Diretora da Casa. Essas pessoas falam muito em transparência e, quando se vai minimamente a fundo em suas vidas, encontra-se um verdadeiro mar de podridão e de coisas injustificáveis.

Dizia o Senador Tião Viana que tenho paciência para algumas coisas e para outras, nem tanto. Não me estou sentindo no momento mais pleno de paciência da minha vida no dia de hoje. Pode ser que amanhã eu acorde melhor, nada como uma noite depois da outra.

Muito bem. A conversa não foi ruim. Eu acredito no diálogo e acredito que se deve investir no diálogo. Se, amanhã, a resposta do Ministro Guido Mantega for considerada insatisfatória, não hesitarei em dizer isso à Bancada de Senadores que nos autorizou a negociar em nome dela. Não hesitarei em dizer isso à Bancada de Deputados com a qual estou comprometido a prestar contas, porque os Deputados tiveram uma brava atuação, retardando a aprovação dessa CPMF – peço tempo a V. Ex^a para concluir, Sr. Presidente – até o momento que nos deu a privilegiada posição de estarmos hoje, aqui, sabendo que o Governo tem um

tempo exíguo para negociar. Isso o leva a querer negociar conosco, porque o mesmo Governo, revelando, aí sim, uma índole autoritária, não quis negociar com a Câmara. Lá atropelou os nossos Deputados. Aqui, sabendo que dificilmente nos atropelaria, o Governo veste uma outra capa, a capa do cordeiro.

Eu não tenho nada contra esse bifrontismo, essa bipolaridade. Sei apenas que os Deputados nos ajudaram a chegar a essa posição temporalmente privilegiada que estamos vivendo. Mas eu devo satisfações aos Deputados e não tomaremos nenhuma decisão quando vier a proposta do Governo, se vier a proposta do Governo, que não seja em comum acordo com a nossa Bancada de Deputados Federais, tão brava e corretamente liderada pelo Deputado Antonio Carlos Pannunzio, do PSDB de São Paulo.

Eu acredito no diálogo, Sr. Presidente. Acredito no diálogo, acredito que o diálogo vale a pena, ainda que a gente suponha que ele pode não dar em nada, e, portanto, eu não fiquei nem otimista, nem pessimista com o resultado da conversa com o Ministro Guido Mantega. Nem otimista, nem pessimista. Senti que cumpri o meu dever.

No tempo da ditadura militar, eu cheguei a negociar com os chefes militares soltura de companheiros, cheguei a negociar com chefes militares evitarmos problemas na porta do Congresso. Não podíamos negociar com a boçalidade do General Newton Cruz, mas negociamos com militares que tinham outra conformação moral, outra conformação pessoal.

Então, é da minha gênese, é da minha índole, é da índole do meu Partido, é da gênese do meu Partido negociar legitimamente, não fechar as portas para o diálogo. Que, amanhã, se porventura essa negociação não der certo, ninguém ouse nos dizer que, por qualquer razão de intransigência do PSDB, ter-se-ia chegado a um impasse e a um bate-chapa que poderá, sim, levar à liquidação completa e de uma vez por todas da CPMF. Que não nos digam isso, porque o PSDB apostou, até o final, na idéia do diálogo. Apostou e está apostando, até o final, na possibilidade de se chegar a um acordo e quer apostar até o final...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – (...) em que virão propostas, Sr. Presidente, factíveis, sérias, justas, para serem examinadas por pessoas que não foram lá por brincadeira, que foram lá representando o que representam nesta Casa, numérica e politicamente, e foram lá em busca de saídas para o contribuinte brasileiro.

Não abriremos mão de sair desse episódio com carga tributária menor e com controle de gastos públicos.

Dentro desse espírito, que não é o espírito que levou o Governo a entregar Furnas sei lá para quem, para se fazer sei lá o quê – Furnas, se fizerem corrupção lá dentro, vale uma CPMF; Furnas vale uma CPMF se fizerem corrupção lá dentro, estou de olho naquilo – não foi com esse espírito que fomos negociar. Fomos negociar em nome do País, dentro da nossa visão, que pode ser errada para alguns, pode ser certa para outros. A nossa visão do que é certo para o País nos levou a negociar abertamente com o Governo, à luz do dia, como devem fazer as pessoas de bem deste País: à luz do dia. Fomos conversar com o Ministro, ouvimos o Ministro e falamos para o Ministro e aguardamos, agora, uma proposta que poderá ser refugada ou não.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque. Depois, ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Peço aos ilustres Senadores que, por favor, sejam breves nos apartes tendo em vista que há ainda alguns oradores inscritos, inclusive V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, que terá direito à fala na tarde de hoje.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Entendo perfeitamente, Sr. Presidente, mas não poderia deixar de fazer uma manifestação pelo sentido de responsabilidade, Senador Arthur Virgílio, que vejo na proposta que o senhor traz. Em nenhum momento, o senhor traz uma proposta de recusa, de rechaço, de desprezo às contas públicas. Ao contrário. O senhor, em nome do seu Partido, aponta caminhos para resolvermos o problema das contas públicas. Só que não apenas pelo aumento ou manutenção da carga fiscal, mas também por uma redução. Então, eu o parablenizo. Creio que todos os pontos que o senhor propõe para análise e discussão mostram maturidade no sentido de procura melhorar as contas públicas brasileiras. Eu acrescentaria até mais um item, que não se refere à CPMF, mas que veio junto com o Projeto da CPMF. Refiro-me à tal DRU, que abocanha 20% dos recursos que, constitucionalmente, são destinados a algumas rubricas, como, por exemplo, a famosa rubrica de 18% dos recursos federais que o grande João Calmon conseguiu aprovar. Hoje, estes 18% estão um pouco acima de 14%, porque 20% dos 18% vão embora. Creio que deveríamos aproveitar esse bom momento de discussão – e o Senador Romero Jucá tem sinalizado que está disposto a esta negociação – para conseguirmos que, pelo menos em alguns itens – cito a educação – a DRU não mais incida sobre os recursos que já são destinados há anos, depois de uma longa luta, para destinos próprios. Parablenizo o senso de responsabi-

lidade com que o senhor e seu Partido estão trazendo à discussão sobre a CPMF.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Acato a sua sugestão. E digo que, se o Governo tem a obviedade numérica de que o PSDB, com seus 13 Senadores é vital para a aprovação da CPMF, não acredito que, fora disso, haja possibilidade tão ampla de se aprovar a CPMF aqui. Ou seja, o seu Partido assume, com os quatro Senadores que tem, importância relativa e, portanto, importância forte nesse episódio, porque, na hipótese de confronto conosco, serão poucos os votos que decidirão para um lado ou o outro. Então, é hora de o Governo dar atenção a todos e respeitar a todos, sobretudo, procurando se alçar naquelas pessoas, como V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...pessoas como nós, que estamos aqui discutindo idéias. Não estamos aqui pedindo coisa alguma do Governo, nada de pessoal. Não estamos aqui querendo empregar nenhum parente em uma diretoria dessas que fura poço. Não. Não estamos aqui fazendo nada disso. Estamos aqui querendo discutir o País.

Portanto, agradeço muito, uma homenagem que considero extremamente feliz para o meu pronunciamento, a fala de apoio de V. Ex^a, que sei que terá papel relevante e capital neste episódio, como tem sido relevante sua atuação como Senador nesta Casa.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes, para encerrarmos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz um pronunciamento importante nesta Casa. Se alguém tinha dúvida – o que não é o meu caso –, acaba, neste instante, com qualquer dificuldade em entender a intenção do seu Partido, tão bem liderado por V. Ex^a no Senado. Ninguém é contra a CPMF hoje nas mesmas bases em que o PT quando Oposição era lá atrás. Aliás, para destruímos mais uma prorrogação, não tínhamos de fazer nada. Bastava ficarmos calados e colocarmos aqui apenas as declarações e os discursos feitos por estrelas coroadas do Partido dos Trabalhadores com relação à CPMF àquela época, inclusive algumas ofensivas aos nossos companheiros. Aliás, esta é uma prática do Partido dos Trabalhadores. Veja as privatizações, assunto em que V. Ex^a tocou *en passant*. Fizeram da antiprivatização mote de campanha, principalmente no segundo turno, ganhou-se a eleição, e agora começa um festival de privatizações duvidosas. Os que nos criticavam tanto festejaram a tal privatização com os

espanhóis, que foi bem diferente da praticada no Governo passado – esta foi a entrega de um patrimônio brasileiro a uma empresa estrangeira –, e não tiveram sequer o cuidado de examinar o conceito da empresa em seu país de origem. Bastava pedir à embaixada informações. Fizeram loas e apologias do sucesso, compararam-na com a do Governo passado e, agora, estão aí em apuros com relação a esse fato. V. Ex^a fique certo de que qualquer Partido que inicialmente se mostre contra a CPMF, se o Governo fizer concessões – o que todos esperamos –, vai votar. Aliás, o Governo errou, e sabia do prazo exíguo, quando não começou a diminuir as alíquotas lá na Câmara, em determinado momento. O Governo assumiu esse compromisso. Chegou a negociar, inclusive com as Lideranças de vários Partidos. Quando se sentiu forte demais, endureceu o jogo e disse: “Ou vai ou racha”. Ganhou. E agora quer ganhar aqui, deformando inclusive o Regimento do Senado e a razão de ser do Senado da República, querendo se meter no nosso Regimento, na tramitação de assuntos dessa natureza, quando isso é uma economia interna do Senado Federal. Acredito que o encontro que V. Ex^a teve com o Ministro Mantega, com o seu Partido, acho todas essas conversas positivas. Não é porque o meu Partido não conversa que o seu Partido vai deixar de conversar. Estamos fazendo isso pelo Brasil. E é preciso que o Brasil se conscientize, de uma vez por todas, que a dificuldade que estamos tendo são criadas pelo Governo, e não por nós. Até por questão de coerência, fomos, em um momento mais difícil, Senador Arthur Virgílio, favoráveis à renovação da CPMF lá atrás. No primeiro momento do Governo Lula, o Governo recém-instalado, as feridas da derrota ainda estavam abertas, e nós concordamos. Só que, naquele acordo, o então Ministro Antonio Palocci se comprometeu a encaminhar um projeto de redução gradativa, mas, até hoje, a Casa não tem conhecimento disso. A Nação precisa entender quais são as dificuldades de se abordar este assunto do jeito que o Governo quer. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de conceder o aparte ao Senador Mão Santa, respondo a V. Ex^a, dizendo que já havia recebido sinais do Senador Jayme Campos, em conversa pessoal que tivemos, e ouvi, ontem, o Líder José Agripino dizer que esses pontos que o PSDB traz para o debate são pontos nos quais S. Ex^a crê, e que são pontos que apoiaria se confiasse no Governo. Acrescentou que a diferença estava em que nós insistíamos em ainda confiar outra vez, enquanto que o DEM já teria desistido de confiar.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida de que se o Governo for sensível e realmente, a sério, em nível de confiabilidade, se propuser a reduzir gastos públicos; acabar com aqueles 60 mil companheiros que querem contratar para o próximo ano; enquadrar a União na Lei de Responsabilidade Fiscal; investir mais em saúde; estabelecer redutor para gastos públicos; desonerar impostos outros além da CPMF; desonerar a CPMF em percentual a ser combinado; aprovar a CPMF por apenas 12 meses para, nesse período de tempo, termos a garantia de que o Governo, pressionado, aprovaria conosco uma verdadeira reforma tributária, isso não teria só o voto do PSDB, teria o voto do DEM, teria o voto do PDT, teria o voto de todo mundo. A Casa poderia, quem sabe, beirar a unanimidade.

Agora, queremos garantias efetivas. Nada daquela conversa de querer me enganar duas vezes na esquina da Avenida Copacabana com a Rua Miguel Lemos, porque alguém que cai uma vez é otário. Se cair duas vezes,...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador Arthur Virgílio, há vários oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Eu concederei um aparte ao Senador Mão Santa, e, em seguida, encerrarei. Mas eu concluo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Temos ainda seis oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Se for preciso, prorrogamos a sessão e continuamos o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Temos, inclusive, que acabar com esta história de achar que isso aqui tem...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E nós estamos orgulhosos do Presidente Jayme Campos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Só para dizer que não dá para sermos um partido “biotário”, aquele que é enganado duas vezes, porque, depois, vira “poliotário”, “pluriotário”. Ser enganado todo dia, realmente, não faz parte da vida de pessoas que se presumem minimamente inteligentes. Então, estamos nessa negociação de peito aberto, mas procurando pressentir os sinais objetivos e psicológicos de sinceridade ou de insinceridade.

Senador Mão Santa, para encerrarmos, atendendo ao nosso Presidente, e Senador Eduardo Suplicy, se o Presidente permitir.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a pode dizer o que Ulysses Guimarães disse, no momento mais difícil da redemocratização, na Bahia: “Respeitem o Líder da Oposição”. V. Ex^a tem hoje essa altivez. V. Ex^a não está compromissado só com o PSDB, não. As oposições o reconhecem. Nós. Eu estou no PMDB do bem. Pedro Simon está lá, o nosso Jarbas, e muitos outros. Garibaldi. Então, nós reconhecemos V. Ex^a. Esse debate é bom. Mas, no Governo, a nossa responsabilidade é tamanha. Nunca dantes, tivemos um Governo tão irresponsável. Ele saiu comprando todo mundo, todas as instituições, até a UNE, até a nossa UNE, de bravura. Nós somos úteis. V. Ex^a é o general dessa estabilidade. Senão, aqui fica igual a Cuba, igual à Venezuela, igual a Equador, Bolívia e Nicarágua. Ontem, terminei de ler – V. Ex^a viu –, e hoje comuniquei ao Ciro Gomes, o livro *No País dos Conflitos*. Sabe quanto é que ele disse que deveria ser – ele que foi Ministro da Fazenda, Governador, e que está lá –, a relação entre tributos e PIB? Trinta por cento. Está no livro do Ciro. Eu li ontem: 30%. Nós vamos para quase 40%. Os Estados Unidos, Ô Arthur Virgílio, é 22,6%. Essa carga tributária é imensa. Ô Crivella, da matemática do Trajano Luis Inácio devia ter consciência. Porque não é como estão dizendo, quatro meses, não. Quatro meses se o ano tivesse dez meses...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador Mão Santa, outros Senadores querem o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O ano tem doze meses, e ainda tem o décimo terceiro. Na realidade, o brasileiro e a brasileira trabalham cinco meses para pagar impostos, o setenta e seis impostos. E mais um, já que todo mundo tem banco, para servir os bancos. Hoje, os brasileiros que trabalham – e isso está na matemática do Trajano –, dos doze meses, seis: cinco meses são para pagar o Governo do PT e um mês para os banqueiros. Ninguém se livra. Esse imposto é mentira. Transitório é transitório. E para a saúde? Ninguém pode falar mais de saúde aqui do que eu. Luiz Inácio, eu vou fazer 41 anos de médico, médico mesmo, de Santa Casa, de luta. O Rio de Janeiro do nosso Duque está operando com material de marcenaria, cabeça, neurocirurgia. Os ortopédicos estão usando tala para fraturas de coluna, de fêmur, tala de papelão. Estão voltando doenças que já tinham desaparecido. A malária, nas suas bandas. Olha, Arthur, brasileiras

e brasileiros, eu quero dizer que no começo da minha vida profissional, chegava no Piauí a malária, vinha lá do Amazonas. Mas ela desapareceu. Vou fazer 41 anos de médico. Nos dez primeiros anos acabou, ela tinha desaparecido. V. Ex^a é testemunha: a malária lá no Amazonas. A dengue. E o pior, aquele mosquitinho que o Oswaldo Cruz venceu já trouxe um primo. Não é só o *Aedes aegypti* não, tem outro. O dengue está se agravando, alargando. A tuberculose está voltando. As filas, os aposentados... É uma mentira dupla, porque isso nunca foi para a saúde. Nós não podemos governar na base da mentira. Nós temos que enterrar a mentira...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...que sacrifica. Que nasceu... É uma mentira dupla. Não vai para a saúde. Ele não é transitório? Passa a ser uma verdade. E a verdade está nas mãos de V. Ex^a. Nós não estamos nesse negócio do PMDB não. Tem o PMDB do bem. Nós já temos até dois candidatos a Presidente que estão vestindo a camisa verde e amarela: Pedro Simon e Camata. E tem a camisa azul, os reservas: Garibaldi e Mão Santa. Quer dizer, nós não estamos aí para... O nosso é o povo, e V. Ex^a está no lugar daquele Ulysses, que dizia “Respeitem o Líder das Oposições”. É V. Ex^a. O nosso compromisso é com o povo, com a saúde, ninguém mais do que eu. Mas continuar enganando? Como tenho certeza de que eles vão dar esse dinheiro para a saúde? V. Ex^a pode ser enganado uma vez. Ninguém está livre de ser enganado. Luiz Inácio foi lá no Piauí e disse que ia colocar o porto, aviões internacionais, o trem. Levou Alberto Silva, amigo de Heráclito Fortes,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Homem bom, Alberto Silva, engenheiro rodoviário. “Daqui a 60 dias”, Heráclito, “os trens vão funcionar, Parnaíba a Luís Correia; 120, Terezina a Alto Parnaíba.” Não trocou nem um dormente. Temos que acabar com essa mentira. Já tomei a minha decisão, e não é contra a saúde não. Quem é que garante? Eles vão levar esse dinheiro para a saúde? Nós temos que amarrar. Nós queremos nos apresentar como soldados. E V. Ex^a não é só dos Tucanos não. V. Ex^a é o Líder daquela Oposição que controla o Governo, o Governo da ganância, o Governo da irresponsabilidade. Everardo Maciel... Eu estava hoje em uma Comissão, de Reforma Tributária. Sobre essa televisão, ele não é contra a comunicação, mas não há possibilidade de não ter gasto, de não ter despesa. Vai ser mais imposto

e mais carga tributária. Se nós não frearmos agora, não vamos frear nunca mais.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Já encerro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo mais cinco minutos a V. Ex^a, para concluir, tendo em vista que temos vários oradores ainda inscritos, por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É suficiente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy, mas não sem antes agradecer o aparte correto, equilibrado e, como sempre, bravo do Senador Mão Santa, que não é reserva coisa alguma, é titular, tanto quanto Garibaldi Alves, que é outro grande nome com que conta o PSDB.

Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a nos relata o encontro que teve hoje com o Ministro Guido Mantega. Espero que possamos ter um encontro muito produtivo na próxima semana, quando haverá a audiência pública, inclusive com diversos Ministros e autoridades, na reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais, para que avancemos nesse diálogo sobre a CPMF. É importante que V. Ex^a coloque aqui suas preocupações. Na história da CPMF, há fatos muito interessantes. Há cerca de um mês, o ex-Ministro Adib Jatene, do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, justamente o então Ministro da Saúde, que tanto propugnou para persuadirmos aqui a votar pela CPMF – e V. Ex^a sabe que quando a matéria chegou ao Senado nós aqui tivemos uma posição na direção de respeito e apoio àquilo que o Ministro Adib Jatene colocou –, ele próprio mencionou que houve uma dificuldade, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, uma vez que ele tinha como que o entendimento e o compromisso do Governo de que, uma vez instituída a CPMF, aqueles recursos que seriam obtidos para a saúde seriam acrescidos aos outros recursos que já eram destinados à saúde. Mas ele foi um tanto surpreendido porque, no conjunto do Governo, houve ali decisões que fizeram com que o resultado não fosse exatamente esse, e até por causa disso ele então saiu. Naquela entrevista, avalei importante a pergunta formulada pelo próprio Presidente da Fiesp: se ele iria juntar-se aos que estavam assinando o manifesto contra a CPMF. Ele, com muito respeito ao Presidente Paulo Skaf, da Fiesp, disse: “Olha, gostaria de lhe informar

que considero importante a preservação, a continuação da CPMF". E foi aí que ele relatou esse episódio que mencionei. Não soube tudo o que aconteceu na reunião e aqui percebo que V. Ex^a traz algumas informações relevantes, mas espero que, sobretudo no diálogo com os Ministros do Governo, nós venhamos a ter as informações mais completas para uma decisão mais racional, transparente. Espero também uma informação muito completa por parte dos Ministros – seja da Fazenda, da Saúde, da Previdência, do Desenvolvimento Social –, precisando como os recursos da CPMF estão sendo efetivamente gastos. Quando a Oposição aqui cobra a informação precisa, ela está cumprindo com o dever, a responsabilidade que é de todos nós, Senadores da Oposição e da base de sustentação do Governo. Então, eu acho que nós poderemos ter, sobretudo na próxima semana, encontros muito produtivos na defesa do interesse público.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro agradecendo o aparte construtivo do Senador Eduardo Suplicy e dizendo que o PSDB fica na expectativa do que poderá de concreto, de positivo, propor o Governo Federal. Se não propuser nada de convincente ou se não passar sinceridade nos olhos e nos atos, o PSDB estará liberado para votar, fechando questão, obviamente, para votar contra a manutenção da CPMF como imposto neste País. Se propuser fatos e coisas e possibilidades convincentes, com credibilidade, o PSDB, certamente com respaldo da maioria da Nação brasileira, cumprirá o seu papel de Partido que negocia, de Partido que procura o melhor, que abre as possibilidades e saberá dar conta do seu recado. Nós não sectarizaremos. Estaremos pronto para cumprir absolutamente, irrestritamente...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) –...com o nosso dever. E o nosso dever agora é, precisamente, o de esgotar a possibilidade de diálogo, imaginando que o Governo deva estar consciente das altas responsabilidades que tem nas mãos.

Vou dizer, no tempo que V. Ex^a me prorrogou, o que há de fato. O Governo alega que pega a CPMF para pagar o bolsa-família, a saúde e não sei o quê, mas não é bem verdade. O Governo gasta demais e, aí, passa a precisar da CPMF para isso, porque ele está gastando 9% de gastos correntes, reais, ou seja, descontada a inflação, acima do PIB a cada ano. Imaginem uma família que fosse viver desse jeito. A família seria insustentável. O Governo seria insustentável em médio prazo. Eu quero um Brasil sustentável ao longo dos tempos. Por isso, aguardamos com paciên-

cia, mas aguardamos com firmeza o que possa nos dizer o Governo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Parabéns, Senador Arthur Virgílio, como sempre pragmático e eficiente nas suas falas e, acima de tudo, um Senador brilhante e compromissado com a sociedade brasileira.

Concedo a palavra ao ilustre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, Senador Paulo Duque, para que faça uso da palavra por 20 minutos.

Antes de S. Ex^a chegar à tribuna, há sobre a mesa ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 557/07/PS-GSE

Brasília, 18 de outubro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 386, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 16-10-07, que "Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Com referência à **Medida Provisória nº 386, de 2007**, cujo ofício acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional já se encontra esgotado. Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a proposição passa a sobrestar

imediatamente as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na pauta da Ordem do Dia de terça-feira, dia 30 de outubro.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 386, DE 2007

Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reaberto, até 31 de dezembro de 2007, o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Parágrafo único. Às opções feitas no prazo reaberto:

I – aplicam-se todas as disposições da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, inclusive no tocante a aposentados e pensionistas; e

II – produzirão efeitos financeiros a partir do dia 1º (primeiro) do mês seguinte ao da assinatura do termo de opção.

Art. 2º Os valores decorrentes da aplicação do disposto no § 6º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, continuarão sendo pagos, a título de diferença de remuneração, no caso de enquadramento resultante de reestruturação de planos de carreiras ou cargos.

Parágrafo único. A diferença de remuneração referida no caput deste artigo não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação, sujeitando-se apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

Art. 3º O Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Quadro I

		EM R\$			
CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS			
		A PARTIR DE 1º JUL 2006	A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Delegado de Polícia Federal	ESPECIAL	15.391,48	16.683,98	19.053,57	19.699,82
	PRIMEIRA	14.217,69	15.201,90	17.006,29	17.498,40
	SEGUNDA	12.163,46	13.005,60	14.549,53	14.970,60
	TERCEIRA	10.862,14	11.614,10	12.992,70	13.368,68

b) Quadro II

		EM R\$			
CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS			
		A PARTIR DE 1º JUL 2006	A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Escrivão de Polícia Federal	ESPECIAL	9.539,27	10.241,21	11.528,11	11.879,08
	PRIMEIRA	7.693,60	8.226,20	9.202,62	9.468,92
	SEGUNDA	6.500,00	6.915,80	7.678,09	7.885,99
	TERCEIRA	6.200,00	6.594,30	7.317,18	7.514,33

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 386, DE 2007

Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica reaberto, até 31 de dezembro de 2007, o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Parágrafo único. Às opções feitas no prazo reaberto:

I – aplicam-se todas as disposições da Lei nº 11.355, de 2006, inclusive no tocante a aposentados e pensionistas; e

II – produzirão efeitos financeiros a partir do dia primeiro do mês seguinte ao da assinatura do termo de opção.

Art. 2º Os valores decorrentes da aplicação do disposto no § 6º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, continuarão sendo pagos, a título de diferença de remuneração, no caso de enquadramento resultante de reestruturação de planos de carreiras ou cargos.

Parágrafo único. A diferença de remuneração referida no **caput** não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação, sujeitando-se apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

Art. 3º O Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Medida Provisória.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 2007; 186º da Independência 119º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

ANEXO

(Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA POLICIAL FEDERAL**a) Quadro I****EM R\$**

CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS			
		A PARTIR DE 1º JUL 2006	A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Delegado de Polícia Federal Perito Criminal Federal	ESPECIAL	15.391,48	16.683,98	19.053,57	19.699,82
	PRIMEIRA	14.217,69	15.201,90	17.006,29	17.498,40
	SEGUNDA	12.163,46	13.005,60	14.549,53	14.970,60
	TERCEIRA	10.862,14	11.614,10	12.992,70	13.368,68

b) Quadro II**EM R\$**

CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS			
		A PARTIR DE 1º JUL 2006	A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Escrivão de Polícia Federal Agente de Polícia Federal Papiloscopista Policial	ESPECIAL	9.539,27	10.241,21	11.528,11	11.879,08
	PRIMEIRA	7.693,60	8.226,20	9.202,62	9.468,92
	SEGUNDA	6.500,00	6.915,80	7.678,09	7.885,99
	TERCEIRA	6.200,00	6.594,30	7.317,18	7.514,33

MENSAGEM Nº 648, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007, que “Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal”.

Brasília, 30 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

E.M.I. nº 169/2007/MP/MJ/MS

Brasília, 23 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, aumentando os valores dos subsídios dos integrantes da Carreira Policial Federal, reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, e dá outras providências.

2. A inserção dos arts. 1º e 2º objetiva permitir que os servidores originários da Fundação Nacional de Saúde lotados no quadro de pessoal do Ministério da Saúde possam optar pelo ingresso na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho sem perdas remuneratórias. Alguns desses servidores percebem diferenças de vencimentos e, caso optem por ingressar na referida carreira, teriam tais valores absorvidos por ocasião do desenvolvimento do cargo, da implementação de tabelas ou da reorganização ou reestruturação da carreira, por força do § 1º do art. 147 da Lei nº 11.355, de 2006.

3. As diferenças de vencimentos percebidas por esses servidores decorrem de enquadramento verificado por força da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro 1991, que não determinou a sua absorção por aumentos ou vantagens ulteriores. Ao contrário, a referida Lei assegura, no § 2º de seu art. 7º, que tais valores se sujeitam “aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos”.

4. Assim, como o dispositivo legal citado assegura a diferença de vencimentos aos servidores alcançados pela Lei nº 8.270, de 1991, objetiva-se garantir àquele que optar por integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho os benefícios que lhes são próprios, sem qualquer prejuízo remuneratório.

5. A reabertura da opção de ingresso na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho gera impacto orçamentário já previsto quando da edição da Medida

Provisória nº 305 de 29 de junho de 2006. Com efeito, foi considerada a possibilidade de adesão integral à nova carreira na elaboração dos cálculos de impacto decorrentes da edição da medida, com previsão de anualização de seus efeitos financeiros apenas no ano de 2007. Estão garantidos, portanto, os recursos orçamentários para custear a reabertura da opção de ingresso. Quanto à garantia da percepção das diferenças de vencimentos, não há impacto orçamentário, uma vez que os valores já são correntemente pagos aos servidores e, portanto, existe prévia dotação orçamentária.

6. O artigo 3º da proposta tem por objetivo tomar mais atrativa a remuneração dos cargos da Carreira Policial Federal, contendo a perda de força de trabalho qualificada e criando mais estímulos para o recrutamento de bons profissionais em futuros concursos públicos. A manutenção e renovação de um quadro de pessoal de alto nível é o requisito mais basilar para a constituição de uma polícia eficiente e atenta aos preceitos democráticos.

7. A Polícia Federal tem suas competências estabelecidas no § 1º do art. 144 da Constituição, no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e em regimento interno, sendo de sua responsabilidade: apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União; apurar infrações de repercussão interestadual ou internacional; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e armas, crimes financeiros, o contrabando e o descaminho de bens e valores; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; por fim, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

8. Segundo dados do Departamento de Polícia Federal – DPF, além da Direção-Geral e seus órgãos técnicos e de apoio – todos sediados em Brasília e incumbidos das tarefas de planejamento, coordenação e controle – a Polícia Federal dispõe ainda de 27 Superintendências Regionais, 54 Delegacias de Polícia Federal, 12 postos avançados, duas bases fluviais e duas bases terrestres.

9. A Polícia Federal tem intensificado fortemente as ações de combate ao crime em todo País, tomando espaço no noticiário da grande imprensa e ganhando forte apoio da população. A continuidade dessa atuação exemplar da Polícia Federal depende sobremaneira da boa qualificação dos delegados, peritos, agentes, papiloscopistas e escrivães que a compõem. Imprescindível, portanto, estipular sua remuneração em um patamar atrativo, que promova a retenção de bons profissionais na instituição e possibilite o recru-

tamento de novos servidores bem capacitados e com alto potencial de desenvolvimento.

10. A urgência da medida decorre, no tocante aos policiais federais, da necessidade de reforço das ações governamentais na área de segurança pública, como previsto no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), cujo sucesso depende em parte da atuação profissional dos integrantes da Carreira Policial Federal. Urgente, portanto, estipular sua remuneração em um patamar atrativo, que promova a retenção de bons profissionais na instituição e possibilite o recrutamento de novos servidores bem capacitados e com alto potencial de desenvolvimento. Já em relação aos servidores alcançados pelos arts. 1º e 2º da medida, há urgência devido à necessidade de garantir o quanto antes a possibilidade de seu ingresso na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho sem redução de vencimentos, uma vez que não o puderam fazer em outros momentos e, portanto, sofrem perdas remuneratórias.

11. O custo total decorrente da implementação da proposta de aumento dos valores dos subsídios dos integrantes da Carreira Policial Federal é da ordem de

R\$68.904.118,00 no ano de 2007; de R\$470.194.892,00 no ano de 2008; de R\$573.732.611,00 no ano de 2009; e de R\$580.348.096,00 no ano de 2010. Como foi acima salientado, as disposições referentes aos servidores do Ministério da Saúde não geram impacto orçamentário. Faz-se oportuno registrar, ainda, que a presente medida alcança 10.156 servidores ativos, 3.739 aposentados e 3.388 instituidores de pensão, totalizando 17.283 beneficiários da Carreira Policial Federal.

12. Quanto ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, pode-se considerar atendido, uma vez que a Lei Orçamentária – 2007 contempla reserva alocada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destinada à reestruturação da remuneração dos servidores públicos federais e dos militares das Forças Armadas, suficiente para suportar as despesas previstas.

13. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, a anexa proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva** –
Tarso Fernando Herg Genro – **José Gomes Temporão**.

MPV Nº 386	
Publicação no DO	31-8-2007
Designação da Comissão	3-9-2007 (SF)
Instalação da Comissão	4-9-2007
Emendas	até 6-9-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	31-8-2007 a 13-9-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	13-9-2007
Prazo na CD	de 14-9-2007 a 27-9-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	27-9-2007
Prazo no SF	28-9-2007 a 11-10-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	11-10-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	12-10-2007 a 14-10-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	15-10-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	29-10-2007 (60 dias)

NOTA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 5 de agosto de 2007

Assunto: Subsídios para análise da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007, que “reabre prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal”.

Interessado: Comissão Mista designada para emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007.

I – Introdução

Em face da edição pelo Presidente da República da Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007, que “reabre prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal”, a presente Nota Técnica foi elaborada para atender à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece, **ipsis verbis**:

“Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator da Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.

A nota técnica deve atender ao disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que prescreve os requisitos a serem observados quando do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira: “análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

No art. 62, § 9º, a Constituição estabelece que caberá a uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Para a apreciação da medida provisória em questão, compete a esta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaborar a respectiva nota técnica.

II – Síntese da Medida Provisória

A Medida Provisória nº 386, de 29 de junho de 2006, publicada no **DOU** em 31 de agosto de 2007, versa sobre dois temas:

1º Reabre, até 31 de dezembro de 2007, o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e fixa diretrizes aplicáveis à remuneração dos servidores que fizerem a referida opção (arts. 1º e 2º da MP);

2º Altera o Anexo II da Lei nº 11.358 de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal (art. 3º da MP).

A Exposição de Motivos – EM Interministerial nº 169/2007/MP/MJ/MS, de 23 de julho de 2007, firmada pelos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Justiça e da Saúde, que acompanha a MP nº 386/2007, esclarece que as disposições contidas nos arts. 1º e 2º objetivam permitir que os servidores originários da Fundação nacional de Saúde lotados no quadro de pessoal do Ministério da Saúde possam optar pelo ingresso na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, sem perdas remuneratórias.

Destaca a citada EMI que as diferenças de vencimentos percebidas por alguns desses servidores decorrem de enquadramento verificado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, que não determinou a sua absorção por aumentos ou vantagens ulteriores. Ao contrário, a referida Lei assegura, no § 2º de seu art. 7º, que tais valores se sujeitam “aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos”.

Assim, o art. 2º da MP em exame assegura a percepção da eventual diferença de vencimentos aos servidores alcançados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, com o objetivo de garantir àquele que optar por integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho os benefícios que lhe são próprios, sem qualquer prejuízo remuneratório.

Esclarece a EMI nº 169/2007/MP/MJ/MS, que o impacto orçamentário pela reabertura da opção de ingresso na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho já havia sido previsto quando da Edição da Medida Provisória nº 305, de 29 de junho de 2006, vez que se considerou naquela oportunidade a adesão integral à nova Carreira na elaboração dos cálculos dos impactos decorrentes da edição da Medida, com previsão de anualização de seus efeitos financeiros apenas no ano de 2007. Dessa forma, estariam garantidos os recursos orçamentários para custear a reabertura da opção de ingresso. No que se refere à garantia da percepção das

diferenças de vencimentos, não haverá impacto orçamentário, tendo em conta que os respectivos valores já são correntemente pagos aos servidores.

Com relação ao art. 3º, informa a EMI nº 169 que a Medida tem por objetivo tornar mais atrativa a remuneração dos cargos da Carreira Policial Federal, impedindo a perda de força de trabalho qualificada e criando estímulos para o recrutamento de bons profissionais em futuros concursos públicos. Destaca as relevantes atribuições constitucionais da Polícia Federal, sua ampla área geográfica de atuação, assim como a importância de sua atuação, fortemente intensificada no combate aos crimes, em todo o País.

Quanto à urgência da Medida, justifica a EMI nº 169 que, no tocante aos policiais federais, decorre da necessidade de reforço das ações governamentais na área de segurança pública, conforme previsto no Programa nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), cujo sucesso depende em parte da atuação profissional dos integrantes da Carreira Policial Federal. Com relação aos servidores alcançados pelos arts. 1º e 2º da Medida, a urgência se deveria à necessidade de garantir, o quanto antes, a possibilidade de ingresso deles na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, sem redução de vencimentos.

Informa, ainda, a EMI nº 169 que o custo total decorrente da implementação da proposta de aumento dos valores dos subsídios dos integrantes da Carreira Policial Federal é da ordem de R\$68,9 milhões no ano de 2007; R\$470,1 milhões no ano de 2008; R\$573,7 milhões no ano de 2009; e de R\$580,3 milhões no ano de 2010. Registra que a presente Medida alcança 10.156 servidores ativos, 3.729 aposentados e 3.388 pensionistas, totalizando 17.283 beneficiários da Carreira Policial Federal.

Por último, esclarece a EMI nº 169 que, no que se refere ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), pode-se considerar atendidas as exigências neles contidas, uma vez que a Lei Orçamentária – 2007 contempla reserva alocada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destinada à reestruturação da remuneração dos servidores públicos federais e dos militares das Forças Armadas, suficiente para suportar as despesas previstas.

III – Subsídios Acerca da Adequação Financeira e Orçamentária

Conforme mencionado na introdução desta nota técnica, o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira deve analisar a repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orça-

mentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Preliminarmente, registre-se que, considerados os arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 386/2007, há que se concluir pela inexistência de impactos orçamentários e financeiros, conforme exposição e esclarecimentos constantes da Exposição de Motivos Interministerial nº 169, que acompanha a Medida.

Não obstante, por força do seu art. 3º, a Medida Provisória nº 386/2007, tem repercussão orçamentária e financeira, uma vez que majora os subsídios dos integrantes da Carreira Policial Federal – ativos, aposentados e pensionistas –, comparativamente ao fixado anteriormente pela Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006.

Por outro lado, em se tratando de despesa com pessoal, estabelece o art. 169, § 1º da Constituição Federal que:

“Art. 169.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista”.

As informações disponíveis apontam no sentido de que a Medida adotada pelo Poder Executivo atende a essas disposições constitucionais específicas, conforme a seguir discutido:

Prévia Dotação Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual para 2007 consigna, de fato, dotação específica (Funcional 04.846.1054.0707.0001 – reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações, com valor autorizado de R\$1.065.724.867,00), alocada na Unidade Orçamentária 47101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Exposição de Motivos Interministerial nº 169, afirma que a previsão do acréscimo

de despesa decorrente da Medida Provisória em comento inclui-se nessa dotação genérica e específica. Além do mais, os dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual para 2007 (PRODASEN), atualizados até 3 de agosto de 2007, informam que não ocorreu nenhuma movimentação (empenho) à conta da dotação dessa programação.

Pelo exposto, conclui-se que a citada dotação é suficiente para atender à projeção da despesa criada pela Medida Provisória em exame, de conformidade com os dados apresentados na mencionada Exposição de Motivos Interministerial nº 169.

Autorização Específica na LDO

A Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, que “dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária anual para 2007 e dá outras providências”, em seu artigo 92, autoriza a concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões e contratações de pessoal a qualquer título, constante de anexo específico da lei orçamentária. Estabelece, ainda, o § 2º desse mesmo artigo que o anexo previsto conterá a quantificação e o valor das admissões ou contratações, bem como o valor referente às demais alterações propostas.

Esclareça-se, nesse sentido, que a Lei Orçamentária Anual – LOA para 2007 (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), por força do citado art. 92 da LDO/2007, trouxe o “Anexo V – Autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais”. Do mencionado Anexo consta autorização para alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração do Poder Executivo, conforme abaixo transcrito:

“II – Alteração de Estrutura
de Carreiras e Aumento de Remuneração

4 – Poder Executivo

.....
4.2. Reestruturação da Remuneração de
cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder
Executivo, com limite de R\$1.158.224,70”.

Considera-se, por isso, também atendida a exigência constitucional quanto à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os dados discutidos, examinados em conjunto com as informações constantes da Exposição de Motivo Interministerial nº 169/2007/MP/MJ/MS, demonstram que também foram atendidas as disposições dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

No que se refere às exigências constitucionais de urgência e relevância da matéria para edição de medidas provisórias (art. 62 da Constituição Federal), as justificativas constantes da mencionada EMI nº 169/2007/MP/MJ/MS, afiguram-se insuficientes e inconsistentes. Não se questiona a relevância das matérias tratadas na Medida Provisória em exame, mas sim a urgência dessas medidas.

Infelizmente, as disposições do art. 62, da Carta Magna vêm sendo, há muito tempo, sistematicamente desatendidas pelo Poder Executivo, sem qualquer resistência do Congresso nacional, acarretando uma banalização das medidas provisórias, adotadas quase sempre para a solução de problemas que poderiam ser encaminhados pela via normal do processo legislativo. Quando muito poderia ser cabível, no presente caso, a solicitação da urgência disciplinada pelos §§ 11º a 4º do art. 64 da Carta Magna.

IV – Conclusão

São esses os subsídios considerados mais relevantes para a apreciação da Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007, quanto à adequação orçamentária e financeira. – **João Batista Pontes**, Consultor de Orçamentos.

PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 386, DE 2007, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, o Exmº Sr. Presidente da República encaminhou a esta Casa a Medida Provisória nº 386, de 2007, por meio da Mensagem nº 648, de 2007.

Esta medida provisória reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde, do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.

Relatório.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Exmº Sr. Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007, que reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde, do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.

Em termos resumidos, as providências contidas no texto da Medida Provisória nº 386, de 2007, agrupadas por tópicos, serão a seguir discriminadas.

A Medida Provisória nº 386, de 2007, em seu art. 1º, reabre até 31 de dezembro de 2007 o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Inicialmente, para melhor compreensão da matéria, cabe fazer uma síntese sobre a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

A Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho foi criada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 301, de 29 de junho de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.355, de 2006.

Consoante a Exposição de Motivos Interministerial nº 100, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Casa Civil, de 29 de junho de 2006, que acompanhou a Medida Provisória nº 301, de 2006, as providências adotadas com relação à Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho foram as seguintes:

“4. Em relação à Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, ela será composta pelos cargos efetivos vagos e ocupados, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do MPS, do MS, do MTE e da Funasa, pertencentes à Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 2002, ou regidos pelo Plano de Classificação de Cargos (PCC), instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, pertencentes aos referidos quadros de pessoal, em 25 de janeiro de 2005.

5. Os servidores ocupantes dos referidos cargos serão enquadrados em cargos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação a que se refere o Anexo II da medida provisória proposta, mediante opção irretratável do servidor, conforme modelo indicado no Anexo III, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da medida provisória. Ressalte-se que a proposta permitirá a incorporação gradativa do percentual de 47,11% ao vencimento básico referente ao mês de fevereiro de 2006, para os atuais servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão, encerrando a controvérsia relativa ao adiantamento pecuniário previsto na Lei nº 7.686, de 2 de dezembro de 1988, nas esferas administrativa e judicial.

6. A proposta trata, ainda, da reclassificação dos cargos a serem incorporados à Carreira da Previdência, da Saúde e do Tra-

balho, por ato do Poder Executivo, observados os critérios e requisitos estabelecidos para a nova classificação dos cargos, com redução da quantidade de denominações hoje existentes, de forma a facilitar a gestão de pessoal no âmbito da Administração Pública Federal.

7. Em continuidade à política implementada por este Governo, a proposta promove melhoria remuneratória para os servidores que optarem pelo enquadramento na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, bem como daqueles que permanecerem na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, aumento no valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho – GDASST, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

No que se refere especificamente à opção, a Lei nº 11.355, de 2006, em seu art. 2º, § 1º, estabeleceu prazo de 90, a contar da data de vigência da Medida Provisória nº 301, de 2006, para sua efetivação.

Por sua vez, a Medida Provisória nº 386, de 2007, em seu art. 1º, reabre o prazo de opção até 31 de dezembro de 2007.

A Exposição de Motivos Interministerial nº 169, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde, de 23 de julho de 2007, que acompanha a Medida Provisória nº 386, de 2007, apresenta as razões que justificam a reabertura do prazo.

Deixo de ler esta parte, por ser desnecessário.

Em seu art. 2º, a Medida Provisória nº 386, de 2007, estabelece o seguinte:

“Os valores decorrentes da aplicação do disposto no § 6º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, continuarão sendo pagos, a título de diferença de remuneração, no caso de enquadramento resultante de reestruturação de planos de carreiras ou cargos.

Parágrafo único. A diferença de remuneração referida no **caput** não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação, sujeitando-se apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.”

O § 6º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, por sua vez, estabeleceu o seguinte:

“Art. 7º

§ 6º Na hipótese de os servidores de que trata esta lei perceberem, na data fixada

no § 7º, remuneração superior à decorrente da reclassificação, ser-lhes-á assegurada a diferença a título de diferença de vencimentos, nominalmente identificada, sendo considerada também para cálculo das vantagens pessoais e se sujeitando aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos.”

Dessa forma, como já exposto na transcrição dos §§ 2º, 3º e 4º da Exposição de Motivos Interministerial nº 169, de 2007, a finalidade dos arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 386, de 2007, é a de permitir que servidores originários da Fundação Nacional de Saúde possam optar pelo ingresso na carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho sem perdas remuneratórias.

A Medida Provisória nº 386, de 2007, em seu art. 3º, altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, modificando os valores dos subsídios dos cargos integrantes da Carreira Policial Federal.

A sistemática de retribuição por subsídio, fixado em parcela única, foi introduzida para várias carreiras pela Medida Provisória nº 305, de 29 de junho de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.358, de 2006.

Deve ser registrado que, consoante o Anexo I da Lei nº 11.358, de 2006, os subsídios das carreiras da área jurídica foram fixados com projeções temporais, de vigência anual, até 1º de junho de 2009.

Esse mesmo tratamento, entretanto, não foi conferido à Carreira Policial Federal. A Medida Provisória nº 386, de 2007, em seu Anexo, estabelece novos valores de subsídios para a Carreira Policial Federal, com projeções temporais, de vigência anual, até 31 de dezembro de 2009.

Segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 169, de 2007, em seu parágrafo 6º, as razões que motivam a alteração dos valores dos subsídios da Carreira Policial Federal são as seguintes.

Passo a falar sobre as emendas apresentadas:

No decurso do prazo regimental, estabelecido no art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que regula a apreciação de medidas provisórias, foram apresentadas 30 emendas ao texto da Medida Provisória nº 386, de 2007, que serão examinadas, quanto à sua constitucionalidade, adequação orçamentária e financeira e quanto ao mérito, no voto do Relator.

As Emendas de nºs 1 a 30 estão aqui relacionadas em razão das providências que o texto da Medida Provisória nº 386, de 2007, contempla e sua destinação por tópicos aqui realizada.

Decorrido o prazo regimental para apresentação de parecer pela Comissão Mista, tendo em vista a sua não instalação, o processo referente à medida

provisória foi encaminhado à Câmara dos Deputados para deliberação.

É o relatório.

Voto.

Apreciando os pressupostos de relevância e urgência da medida provisória, conforme o nosso relatório, opinamos pela relevância e urgência em função de se tratar de remuneração de policiais federais, cuja carreira é fundamental no combate ao crime organizado no País, principalmente o Programa Nacional de Segurança Pública, já que ela também trata de aspectos relacionadas à Carreira da Saúde, da Previdência e do Trabalho, que são carreiras importantes para o serviço público.

Portanto, a medida é urgente e relevante.

Ela também apresenta adequação orçamentária, porque os seus custos estão previstos no Orçamento e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cumpridas as exigências da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, ela também tem compatibilidade constitucional, conforme o nosso relatório.

A administração pública não é um fim em si mesma, ao contrário, todas as medidas de aperfeiçoamento efetivadas em seu universo visam conferir maior eficácia às políticas públicas, tendo em vista o atendimento de demandas da sociedade.

No presente caso, a Medida Provisória nº 386, de 2007, pretende contribuir para o aumento da eficiência da Polícia Federal e dos Ministérios que desenvolvem importantes políticas públicas nas áreas da saúde, da previdência e do trabalho, com evidentes reflexos positivos para a sociedade brasileira.

Dessa forma, no que concerne ao mérito, nossa manifestação é pela aprovação da Medida Provisória nº 386, de 2007.

Passo agora a discorrer sobre as emendas apresentadas.

Foram apresentadas 30 emendas, Sr. Presidente. Apesar de ter simpatia por algumas delas, analisando-as sob o aspecto da constitucionalidade, da adequação financeira e orçamentária e sob o aspecto da iniciativa, essas medidas foram consideradas inconstitucionais, sem adequação financeira e também com vícios de iniciativa.

Portanto, o nosso parecer é pela rejeição de todas as emendas apresentadas.

Pelo exposto, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, concluo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 386, de 2007, considerando atendidos os pressupostos de relevância e urgência, bem como satisfeita a adequação financeira e orçamentária da proposição e cumprida a exigência prevista no § 1º do art. 2º da

Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. Além disso, deve ser consignado que a matéria tratada no corpo da Medida Provisória nº 386, de 2007, não encontra vedação constitucional e inscreve-se na competência legislativa do Congresso Nacional, o que nos conduz a votar pela sua constitucionalidade.

No mérito, manifestamo-nos pela aprovação da Medida Provisória nº 386, de 2007.

Com relação as emenda apresentadas, na esfera do prisma constitucional, manifesto-me pela inconstitucionalidade de todas as emendas oferecidas ao texto da Medida Provisória nº 386, de 2007.

No tocante à adequação orçamentária e financeira, considero inadequadas as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, opinando pela adequação das demais.

No que diz respeito ao mérito, pelas razões anteriormente expostas, manifesto-me pela rejeição de todas as emendas apresentadas ao texto da Medida Provisória nº 386, de 2007.

É o parecer.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA.*

**PARECER APRESENTADO
EM PLENÁRIO PELO RELATOR DESIGNADO
PARA MANIFESTAR-SE PELA COMISSÃO MISTA
INCUMBIDA DA APRECIACÃO DA MATÉRIA**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 386, DE 2007
(Mensagem nº 648, 2007)

Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Nelson Pellegrino**

I – Relatório

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal o Excelentíssimo Sr. Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007, que reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.

Em termos resumidos, as providências contidas no texto da Medida Provisória nº 386, de 2007, agrupadas por tópicos, serão a seguir discriminadas:

Sobre a Reabertura do Prazo de Opção para Integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

A Medida Provisória nº 386, de 2007, em seu art. 1º, reabre, até 31 de dezembro de 2007, o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Inicialmente, para melhor compreensão da matéria, cabe fazer uma síntese sobre a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

A Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho foi criada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 301, de 29 de junho de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.355, de 2006.

Consoante a Exposição de Motivos Interministerial nº 100, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Casa Civil, de 29 de junho de 2006, que acompanhou a Medida Provisória nº 301, de 2006, as providências adotadas com relação à Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho foram as seguintes:

Em relação à Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, ela será composta pelos cargos efetivos vagos e ocupados, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. integrantes dos Quadros de Pessoal do MPS, do MS, do MTE e da Funasa, pertencentes à Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 2002, ou regidos pelo Plano de Classificação de Cargos – PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, pertencentes aos referidos Quadros de Pessoal, em 25 de janeiro de 2005.

Os servidores ocupantes dos referidos cargos serão enquadrados em cargos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação a que se refere o Anexo II da Medida Provisória proposta, mediante opção irretratável do servidor, conforme modelo indicado no Anexo III, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da Medida Provisória. Ressalte-se que a proposta permitirá a incorporação gradativa do percentual de 47,11% ao vencimento básico referente ao mês de fevereiro de 2006, para os atuais servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão, encerrando a controvérsia relativa ao adiantamento pecuniário previsto na Lei nº 7.686, de 2 de dezembro de 1988, nas esferas administrativas e judicial.

A proposta trata, ainda, da reclassificação dos cargos a serem incorporados à Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por ato do Poder Executivo, observados os critérios e requisitos estabelecidos para a nova classificação dos cargos, com redução da quantidade de denominações hoje existentes, de forma a facilitar a gestão de pessoal no âmbito da Administração Pública Federal.

Em continuidade à política implementada por este Governo, a proposta promove melhoria remuneratória para os servidores que optarem pelo enquadramento na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, bem como daqueles que permanecerem na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, aumento no valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho – GDASST, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

A proposta de concessão do percentual de 47,11%, incidente sobre o vencimento básico, alcança em seus efeitos 221.190 servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão. A despesa decorrente de sua implementação importa R\$53,80 milhões, em 2006; R\$565.24 milhões, em 2007; R\$774.96 milhões, em 2008; R\$1,057 bilhão, em 2009; R\$1,338 bilhão, em 2010; R\$1,591 bilhão, em 2011 e R\$1,758 bilhão, nos exercícios subseqüentes, quando a despesa estará anualizada. Quanto à proposta de aumento do valor do ponto da GDASST, alcança 206.413 servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e a despesa decorrente de sua implementação importa R\$179,89 milhões em 2006 e em cada um dos dois exercícios subseqüentes.

No que se refere especificamente à opção, a Lei nº 11.355, de 2006, em seu art. 2º, § 1º, estabeleceu prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de vigência da Medida Provisória nº 301, de 2006, para sua efetivação.

Por sua vez a Medida Provisória nº 386, de 2007, em seu art. 1º reabre o prazo de opção até 31 de dezembro de 2007.

A Exposição de Motivos Interministerial nº 169, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, de 23 de julho de 2007, que acompanha a Medida Provisória nº 386, de 2007, apresenta as razões que justificam a reabertura do prazo de opção:

2. A inserção dos arts. 1º e 2 objetiva permitir que os servidores originários da Fundação Nacional de Saúde lotados no quadro de pessoal do Ministério da Saúde possam optar pelo ingresso na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho sem perdas remuneratórias. Alguns desses servidores percebem

diferenças de vencimentos e, caso optem por ingressar na referida carreira, teriam tais valores absorvidos por ocasião do desenvolvimento do cargo, da implementação de tabelas ou da reorganização ou reestruturação da carreira, por força do § 1º do art. 147 da Lei nº 11.355, de 2006.

3. As diferenças de vencimentos percebidas por esses servidores decorrem de enquadramento verificado por força da Lei nº 8.270, de 17 de fevereiro de 1991, que não determinou a sua absorção por aumentos ou vantagens anteriores. Ao contrário, a referida Lei assegura, no § 2º de seu art. 7º, que tais valores se sujeitam “aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos”.

4. Assim, como o dispositivo legal citado assegura a diferença de vencimentos aos servidores alcançados pela Lei nº 8.270, de 1991, objetiva-se garantir àquele que optar por integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho os benefícios que lhes são próprios, sem qualquer prejuízo remuneratório.

Sobre os Valores Decorrentes da Aplicação do Disposto no § 6º do Art. 7º da Lei nº 8.270, de 1991 em seu Art. 2º a Medida Provisória nº 386, de 2007, Estabelece O seguinte:

Art. 2º Os valores decorrentes da aplicação do disposto no § 6º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, continuarão sendo pagos, a título de diferença de remuneração, no caso de enquadramento resultante de reestruturação de planos de carreiras ou cargos

Parágrafo único. A diferença de remuneração referida no **caput** não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação, sujeitando-se apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

O § 6º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, por sua vez, estabeleceu o seguinte:

Art. 7º

§ 6º Na hipótese de os servidores de que trata esta lei perceberem, na data fixada no § 7º, remuneração superior à decorrente da reclassificação, ser-lhes-á assegurada a diferença a título de diferença de vencimentos, nominalmente identificada, sendo considerada

também para cálculo das vantagens pessoais e se sujeitando aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos.

Dessa forma, como já exposto na transcrição dos parágrafos 2, 3 e 4 da Exposição de Motivos Interministerial nº 169, de 2007, a finalidade dos arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 386, de 2007, é a de permitir que servidores originários da Fundação Nacional de Saúde possam optar pelo ingresso na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho sem perdas remuneratórias.

Sobre a Alteração do Anexo II da Lei nº 11.358, de 2006.

A Medida Provisória nº 386, de 2007, em seu art. 3º, altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, modificando os valores dos subsídios dos cargos integrantes da Carreira Policial Federal.

A sistemática de retribuição por subsídio, fixado em parcela única, foi introduzida para várias Carreiras pela Medida Provisória nº 305, de 29 de junho de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.358, de 2006.

Deve ser registrado que, consoante o Anexo I da Lei nº 11.358, de 2006, os subsídios das Carreiras da área jurídica, foram fixados com projeções temporais, de vigência anual, até 1º de junho de 2009.

Esse mesmo tratamento, entretanto, não foi conferido à Carreira Policial Federal. A Medida Provisória nº 386, de 2007, em seu Anexo, estabelece novos valores de subsídios para a Carreira Policial Federal com projeções temporais, de vigência anual, até 1º de fevereiro de 2009.

Segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 169, de 2007, em seu parágrafo 6º, as razões que motivam a alteração dos valores dos subsídios da Carreira Policial Federal são as seguintes:

6. O artigo 3º da proposta tem por objetivo tornar mais atrativa a remuneração dos cargos da Carreira Policial Federal, contendo a perda de força de trabalho qualificada e criando mais estímulos para o recrutamento de bons profissionais em futuros concursos públicos. A manutenção e renovação de um quadro de pessoal de alto nível é o requisito mais basilar para a constituição de uma polícia eficiente e atenta aos preceitos democráticos.

Sobre Emendas ao Texto da Medida Provisória

No decurso do prazo regimental, estabelecido no art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que regula a apreciação de Medidas Provisórias, foram apresentadas 30 emendas ao texto da Medida Provisória nº 386, de 2007, que serão exami-

nadas, quanto à sua constitucionalidade, adequação orçamentária e financeira e quanto ao mérito, no voto deste Relator.

Os parlamentares que ofereceram emendas à Medida Provisória nº 386, de 2007, foram os seguintes:

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputada ALICE PORTUGAL	017
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	001, 013, 025, 029
Deputado EDMILSON VALENTIM	011, 018
Deputado EDUARDO VALVERDE	010
Senador GILVAM BORGES	008
Deputada GORETE PEREIRA	012
Deputado LUCIANO CASTRO	020
Deputado LUIZ CARLOS BUSATO	027
Deputado MARCELO ORTIZ	002
Deputada MARIA HELENA	007, 009, 022, 023
Deputado MAURO NAZIF	019
Deputado MOREIRA MENDES	021
Deputado ODAIR CUNHA	016
Deputado ONYX LORENZONI	024
Deputado PAULO PIMENTA	030
Deputada PERPÉTUA ALMEIDA	005
Deputado RAFAEL GUERRA	015
Deputado RODRIGO ROLLEMBERG	006
Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA	004
Senador SÉRGIO ZAMBIASI	026
Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN	028
Deputado WALTER PINHEIRO	014
Deputado ZENALDO COUTINHO	003

Total de Emendas: 30

Essas são as providências que o texto da Medida Provisória nº 386, de 2007, contempla e a sua discriminação, por tópicos, aqui realizada, proporciona uma visão contextual dos objetivos contidos no diploma legal provisório.

Decorrido o prazo previsto no art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para apresentação de parecer pela Comissão Mista, tendo em consta a sua não instalação, o processo referente à Medida Provisória nº 386, de 2007, foi encaminhado à Câmara dos Deputados para deliberação, em atendimento ao disposto no art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

É o relatório.

II – Voto do Relator

No exercício da atribuição prevista no § 2º do art. 6º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe agora a este Relator apresentar parecer em Plenário, pela Comissão Mista, sobre a Medida Provisória nº 386, de 2007, examinando, em acordo com as prescrições constantes do art. 62, § 5º, da Constituição

Federal e do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o aspecto constitucional, inclusive o atendimento aos pressupostos de relevância e urgência, a adequação orçamentária e financeira, o mérito e o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução congressional.

Sobre os Pressupostos de Relevância e de Urgência.

O combate à corrupção, em todo território nacional, pelas ações da Polícia Federal, tem logrado inúmeras vitórias, com o desbaratamento de várias quadrilhas que desviavam recursos públicos, tão importantes para a concretização de políticas públicas, notadamente nos campos social e da saúde. A manutenção dessa atuação eficaz da Polícia Federal exige um contingente de servidores qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições, o que requer o estabelecimento de política remuneratória atrativa e condizente com os encargos cometidos aos integrantes da Carreira Policial Federal.

Por outro lado, o fortalecimento das ações governamentais nos campos da saúde, previdência e trabalho reclama a existência de uma carreira, com servidores especializados em cada campo citado, para fazer frente às demandas da sociedade. Nesse sentido, a consolidação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho demonstra-se como prioridade governamental, tendo em conta a melhora do atendimento à população nesses campos.

As ações anteriormente citadas são relevantes para a sociedade brasileira e justificam a edição da Medida Provisória nº 386, de 2007.

A Exposição de motivos Interministerial nº 169, de 2007, expõe; no tocante à urgência, as razões motivadoras da edição da Medida Provisória nº 386, de 2007:

A urgência da medida decorre, no tocante aos policiais federais, da necessidade de reforço das ações governamentais na área de segurança pública, como previsto no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), cujo sucesso depende em parte da atuação profissional dos integrantes da Carreira Policial Federal. Urgente, portanto, estipular sua remuneração em um patamar atrativo, que promova a retenção de bons profissionais na instituição e possibilite o recrutamento de novos servidores bem capacitados e com alto potencial de desenvolvimento. Já em relação aos servidores alcan-

çados pelos arts. 1º e 2º da Medida, há urgência devido à necessidade de garantir o quanto antes a possibilidade de seu ingresso na Carreira da Previdência da Saúde e do Trabalho sem redução de vencimentos, uma vez que não o puderam fazer em outros momentos e, portanto, sofrem perdas remuneratórias.

Dessa forma, tendo em conta as razões anteriormente expostas, pode-se asseverar que foram atendidos os pressupostos constitucionais da relevância e da urgência no tocante à edição da Medida Provisória nº 386, de 2007.

Sobre a Adequação Orçamentária e Financeira

Sob o prisma da adequação orçamentária e financeira, os parágrafos 11 e 12 da Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória nº 386, de 2007, demonstram o seu pleno atendimento com as seguintes informações:

11. O custo total decorrente da implementação da proposta de aumento dos subsídios dos integrantes da Carreira Policial Federal é da ordem de R\$68.904.118,00 no ano de 2007; de R\$470.194.892,00, no ano de 2008; de R\$573.732.611,00 no ano de 2009; e de R\$580.348.096,00 no ano de 2010. Como foi acima salientado, as disposições referentes aos servidores do Ministério da Saúde não geram impacto orçamentário. Faz-se oportuno registrar, ainda, que a presente medida alcança 10.156 servidores ativos, 3.739 aposentados e 3.388 instituidores de pensão, totalizando 17.283 beneficiários da Carreira Policial Federal.

12. Quanto ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, pode-se considerar atendido, uma vez que a Lei Orçamentária 2007 contempla reserva, alocada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destinada à reestruturação da remuneração dos servidores públicos federais e dos militares das Forças Armadas, suficiente para suportar as despesas previstas.

Além disso, a Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira, elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, em atendimento ao disposto no art. 19 da Resolução nº 1, de 2002/CN, atesta a conformidade da Medida Provisória nº 386, de 2007, com a Lei Complementar

nº 101, de 2000, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Sobre o Cumprimento da Exigência Prevista no § 1º do Art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional

O texto da Medida Provisória nº 386, de 2007, foi enviado ao Congresso Nacional acompanhado da respectiva Mensagem e de documento que expõe a motivação que ensejou a sua edição. Assim, demonstra-se cumprida a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação de Medidas Provisórias.

Sobre as Demais Compatibilidades com o Texto Constitucional

No que diz respeito às demais compatibilidades com o texto constitucional, deve ser consignado que a Medida Provisória nº 386, de 2007, não incide nas vedações discriminadas no § 1º do art. 62 da Constituição, a matéria tratada em seu bojo insere-se na competência legislativa do Congresso Nacional, prevista no art. 48 da Constituição Federal, bem como a sua iniciativa pertence ao Presidente da República (art. 61, § 1º, inciso II, alíneas **a**, e **c**, da CF).

Sobre o Mérito

A Administração Pública não é um fim em si mesma, ao contrário, todas as medidas de aperfeiçoamento efetivadas em seu universo visam conferir maior eficácia às políticas públicas, tendo em vista o atendimento de demandas da sociedade.

No presente caso, a Medida Provisória nº 386, de 2007, pretende contribuir para o aumento da eficiência da Polícia Federal e dos Ministérios que desenvolvem importantes políticas públicas nas áreas da saúde, da previdência e do trabalho, com evidentes reflexos positivos para a sociedade brasileira.

Dessa forma no que concerne ao mérito, nossa manifestação é pela aprovação da Medida Provisória nº 386, de 2007.

Sobre as Emendas Apresentadas

Sobre as emendas oferecidas à Medida Provisória nº 386, de 2007, cabe agora examiná-las sob o prisma da constitucionalidade, da adequação orçamentária e financeira e quanto ao seu mérito.

Emenda nº 1

A emenda tem como objetivo alterar o Anexo I da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo

a aumentar os valores dos subsídios fixados para as Carreiras da área jurídica.

No que diz respeito à constitucionalidade, a emenda demonstra-se violadora dos arts. 61, § 1º, inciso II, alíneas **a** e **c**, e 63, inciso I, ambos da Constituição Federal.

Com relação ao art. 61, § 1º, inciso II, alíneas **a** e **c**, a emenda é inconstitucional pois dispõe sobre matérias cuja iniciativa pertence privativamente ao Presidente da República (Servidores Públicos e aumento de sua remuneração). Deve ser registrado que, consoante a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, o poder de emendar projetos de lei, em sua fase de tramitação legislativa, não é ilimitado, devendo ser observadas as limitações constitucionais, aplicadas aos projetos de lei, quando da elaboração de emendas parlamentares (Vejam-se as seguintes ações diretas de inconstitucionalidade: ADIN nº 546-4/Distrito Federal, ADIN nº 645-2/Distrito Federal, ADIMC nº 822/RS, ADIN nº 873iRS, ADiMC nº 1060/RS e ADIMC nº 2079/SC).

Ainda, em acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as emendas parlamentares devem guardar afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original (Veja-se a ADIMC nº 1050/SC). No presente caso, a matéria objeto da presente emenda não é tratada na Medida Provisória. Por outro lado, a sua iniciativa legislativa, em face do texto constitucional, pertence, com exclusividade, ao Presidente da República. Dessa forma, afigura-se inconstitucional a emenda cujo teor versa matéria estranha ao conteúdo original da Medida Provisória e que tem a sua iniciativa legislativa reservada, em caráter privativo, ao Presidente da República.

A matéria cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, para ser objeto de emenda parlamentar, que não incorra em inconstitucionalidade formal, precisa ter a sua apresentação iniciada por aquela autoridade e figurar no texto original da proposição a ser emendada.

A admissibilidade de emenda parlamentar que disponha sobre matéria de iniciativa privativa, não tratada no texto original da proposição a ser emendada, implicaria burla à reserva deferida, expressamente pelo texto constitucional, à autoridade detentora dessa prerrogativa e, em outra dimensão relacionada com a organização do Estado, ofensa ao princípio da separação de Poderes (Veja-se a ADIN nº 2576/Rondônia).

No julgamento da ADI nº 805, assim sintetizou a questão o eminente Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, **verbis**:

“Processo legislativo: emenda de origem parlamentar da qual decorreu aumento da

despesa prevista, a projeto do Governador do Estado, em matéria reservada a iniciativa do Poder Executivo: inconstitucionalidade, visto serem de observância obrigatória pelos Estados as regras básicas do processo legislativo da Constituição Federal – entre as quais as atinentes à reserva de iniciativa – dada a sua implicação com o princípio fundamental da separação dos Poderes.”

A ementa da ADIN nº 564-4/Distrito Federal sintetiza, com as seguintes palavras, a argumentação anteriormente exposta:

“Não havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, mas esse poder não é ilimitado, não se estendendo ele a emendas que não guardem estreita pertinência com o objetivo do projeto encaminhado ao Legislativo pelo Executivo e que digam respeito à matéria que também é da iniciativa privativa daquela autoridade.

Além do que, emenda é proposição de natureza acessória, devendo, por isso, possuir estrita pertinência temática com a proposição principal.

A emenda também demonstra-se inconstitucional, ferindo o art. 63, inciso I, da Constituição Federal, pois promove aumento de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Na perspectiva da adequação orçamentária e financeira, a emenda demonstra-se inadequada, pois provoca aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, sem previsão orçamentária.

No que toca ao seu mérito, nossa manifestação é no sentido de que a fixação de subsídios de agentes públicos deve pautar-se pelos requisitos constantes dos incisos do § 1º do art. 39 da Constituição Federal, não atingido pela suspensão cautelar decorrente do julgamento da ADIN nº 2135-MC, em 2 de agosto de 2007, cuja decisão foi publicada no **Diário Oficial da União** de 14 de agosto de 2007.

Dessa forma, manifestamo-nos pela rejeição da emenda.

Emenda nº 2

Apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 1, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 3

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 1, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 4

A emenda tem como objetivo alterar o Anexo V1, da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar os valores dos subsídios fixados para a Carreira Policial Civil dos extintos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

A emenda possui propósito semelhante ao contido na Emenda nº 1 (Aumentar os valores de subsídios de agentes públicos), o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito, devendo ser registrado, no que pertence ao mérito, que o Poder Executivo vem conferindo, desde a edição da Medida Provisória nº 341, de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007, aos integrantes da Carreira Policial dos extintos Territórios, subsídios com valores semelhantes aos fixados para os cargos da Carreira Policial Federal.

Emenda nº 5

Apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 4, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 6

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 1, o que orienta nossa manifestação nela sua rejeição com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 7

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 1, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 8

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 4, o que orienta nossa mani-

festação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 9

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 4, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 10

Tem como objetivo incluir no rol de beneficiários do novo prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os servidores do “Instituto Nacional de Seguridade Social”.

No que diz respeito à constitucionalidade, a emenda demonstra-se violadora dos arts. 61, § 1º, inciso II, alínea c, e 63, inciso I, ambos da Constituição Federal.

Com relação ao art. 61, § 1º, inciso II, alínea “c”, a emenda é inconstitucional pois dispõe sobre matéria cuja iniciativa pertence privativamente ao Presidente da República (Servidores públicos). Deve ser registrado que, consoante a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, o poder de emendar projetos de lei, em sua fase de tramitação legislativa, não é ilimitado, devendo ser observadas as limitações constitucionais, aplicadas aos projetos de lei quando da elaboração de emendas parlamentares (Vejam-se as seguintes ações diretas de inconstitucionalidade: ADIN nº 873/RS, ADIMC nº 1060/RS e ADIMC nº 2079/SC).

Ainda, em acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as emendas parlamentares devem guardar afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original (Veja-se a ADIMC nº 1050/SC). No presente caso, a matéria objeto da presente emenda não é tratada na Medida Provisória. Por outro lado, a sua iniciativa legislativa, em face do texto constitucional pertence, com exclusividade, ao Presidente da República. Dessa forma, afigura-se inconstitucional a emenda cujo teor versa matéria estranha ao conteúdo original da Medida Provisória e que tem a sua iniciativa legislativa reservada, em caráter privativo, ao Presidente da República.

A matéria cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, para ser objeto de emenda parlamentar, que não incorra em inconstitucionalidade formal, precisa ter a sua apresentação iniciada por aquele

autoridade e figurar no texto original da proposição a ser emendada.

A admissibilidade de emenda parlamentar que disponha sobre matéria de iniciativa privativa, não tratada no texto original da proposição a ser emendada, implicaria burla à reserva deferida, expressamente pelo texto constitucional, à autoridade detentora dessa prerrogativa e, em outra dimensão relacionada com a organização do Estado, ofensa ao princípio da separação de Poderes (Veja-se a ADIN nº 2576/Rondônia).

No julgamento da ADI nº 805, assim sintetizou a questão o eminente Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, **verbis**:

“Processo legislativo: emenda de origem parlamentar, da qual decorreu aumento da despesa prevista, a projeto do Governador do Estado, em matéria reservada a iniciativa do Poder Executivo: inconstitucionalidade, visto serem de observância obrigatória pelos Estados as regras básicas do processo legislativo da Constituição Federal – entre as quais atinentes à reserva de iniciativa dada a sua implicação com o princípio fundamental da separação dos Poderes.”

A Ementa da ADIN nº 564-4/Distrito Federal sintetiza, com as seguintes palavras, a argumentação anteriormente exposta:

Não havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, mas esse poder não é ilimitado, não se estendendo ele a emendas que não guardem estreita pertinência com o objeto do projeto encaminhado ao Legislativo pelo Executivo e que digam respeito a matéria que também é da iniciativa privativa daquela autoridade.

Além do que, emenda é proposição de natureza acessória, devendo, por isso, possuir estrita pertinência temática com a proposição principal. No presente caso, a emenda inclui no art. 1º da Medida Provisória nº 386, de 2007, o “Instituto Nacional de Seguridade Social”, pretendendo supostamente referir-se ao Instituto Nacional do Seguro Social, que possui carreira específica para seus servidores, sem qualquer relação com a Carreira a que se refere o 6º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 2006. Na verdade, o que se percebe, da formulação meio truncada da emenda, é que o propósito seria o de reabrir novo prazo de opção para inte-

gração à Carreira do Seguro Social, própria do INSS, que é regulada por lei específica.

A emenda também demonstra-se inconstitucional, ferindo o art. 63, inciso I, da Constituição Federal, pois promove aumento de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República, pretendendo acrescentar outra carreira na previsão original da Medida Provisória.

Na perspectiva da adequação orçamentária e financeira a emenda demonstra-se inadequada, pois provoca aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, sem previsão orçamentária.

No que toca ao seu mérito, nossa manifestação é pela rejeição da emenda, tendo em vista que a Carreira Previdenciária, criada pela Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, para atendimento das necessidades funcionais do Instituto Nacional do Seguro Social, e reestruturada, pela Lei nº 10.855, de 1 de abril de 2004, como Carreira do Seguro Social, já encontra-se consolidada há quase seis anos, não sendo razoável reabrir prazo para integração de servidores aos seus cargos. Além do que, deve ser ponderado que a Lei nº 11.302, de 10 de maio de 2006, em seu art. 7º, já havia aberto novo prazo, até 31 de março de 2006, para formalização de opção pela Carreira do Seguro Social.

Emenda nº 11

Tem como propósito suprimir o inciso II do parágrafo único do art. 1º da Medida nº 386, de 2007, com a finalidade de assegurar efeitos financeiros, relacionados com as novas opções a serem formuladas, retroativos a fevereiro de 2006.

No que diz respeito à constitucionalidade a emenda demonstra-se violadora da prescrição contida no art. 63, inciso I, da Constituição Federal, pois, ao fazer retroagir os efeitos financeiros das novas opções a fevereiro de 2006, promove aumento de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Na perspectiva da adequação orçamentária e financeira, a emenda demonstra-se inadequada, pois provoca aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, sem previsão orçamentária.

No que toca ao seu mérito, nossa manifestação é contrária à sua provação, tendo em vista que os efeitos decorrentes de determinada opção, em atendimento ao princípio constitucional da legalidade, só podem produzir efeitos, em regra, para o futuro, salvo expressa determinação legal que acolha expressamente a hipótese de retroação.

Dessa forma, manifestamos pela rejeição da emenda.

Emenda nº 12

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 11 o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição com fundamento na mesma motivação de exame daquela emenda, no que toca a constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Por oportuno e considerando que a justificativa da emenda faz menção ao art. 8º da Lei nº 11.355, de 2006, é preciso registrar que esse dispositivo trata da majoração dos valores dos pontos da Gratificação de Desempenho da Atividade da Seguridade Social e do Trabalho – GDASST, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006, e não de efeitos financeiros decorrentes da opção pela integração à nova carreira, cujos efeitos financeiros são disciplinados pelo disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 11.355, de 2006.

Emenda nº 13

Tem como finalidade incluir no art. 1º da Medida Provisória nº 386, de 2007, a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, de que trata a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, com a finalidade de reabrir novo prazo de opção para integrar a mencionada Carreira.

No que diz respeito à constitucionalidade, a emenda demonstra-se violadora do art. 61, § 1º, inciso II, alínea c, da Constituição Federal.

A emenda é inconstitucional pois dispõe sobre matérias cuja iniciativa pertence privativamente ao Presidente da República (Servidores Públicos). Deve ser registrado que, consoante a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, o poder de emendar projetos de lei, em sua fase de tramitação legislativa, não é ilimitado, devendo ser observadas as limitações constitucionais, aplicadas aos projetos de lei, quando da elaboração de emendas parlamentares (Vejam-se as seguintes ações diretas de inconstitucionalidade: ADIN nº 546-4/Distrito Federal, ADIN nº 645-2/Distrito Federal, ADIMC nº 822/RS, ADIN nº 873/RS, ADIMC nº 1.060/RS e ADIMC nº 2.079/SC).

Ainda, em acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as emendas parlamentares devem guardar afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original (Veja-se a ADIMC nº 1.050/SC). No presente caso, a matéria objeto da presente emenda não é tratada na Medida Provisória. Por outro lado, a sua iniciativa legislativa, em face do texto constitucional, pertence, com exclusividade, ao Presidente da República. Dessa forma, afigura-se inconstitucional a emenda cujo teor versa matéria estranha ao conteú-

do original da Medida Provisória e que tem a sua iniciativa legislativa reservada, em caráter privativo, ao Presidente da República.

A matéria cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, para ser objeto de emenda parlamentar, que não incorra em inconstitucionalidade formal precisa ter a sua apresentação iniciada por aquela autoridade e figurar no texto original da proposição a ser emendada.

A admissibilidade de emenda parlamentar que disponha sobre matéria de iniciativa privativa, não tratada no texto original da proposição a ser emendada, implicaria burla à reserva deferida, expressamente pelo texto constitucional, à autoridade detentora dessa prerrogativa e em outra dimensão relacionada com a organização do Estado, ofensa ao princípio da separação de Poderes (Veja-se a ADIN nº 2.576/Rondônia).

No julgamento da ADI nº 805, assim sintetizou a questão o eminente Relator, Ministro Sepúlveda Perence, **verbis**:

“Processo legislativo: emenda de origem parlamentar, da qual decorreu aumento da despesa prevista, a projeto do Governador do Estado, em matéria reservada à iniciativa do Poder Executivo: inconstitucionalidade, visto serem de observância obrigatória pelos Estados as regras básicas do processo legislativo da Constituição Federal – entre as quais as atinentes à reserva de iniciativa – dada a sua implicação com o princípio fundamental da separação dos Poderes.”

A Ementa da ADIN nº 564-4/Distrito Federal sintetiza, com as seguintes palavras, a argumentação anteriormente exposta:

Não havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo mas esse poder não é ilimitado, não se estendendo ele a emendas que não guardem estreita pertinência com o objetivo do projeto encaminhado ao Legislativo pelo Executivo e que digam respeito a matéria que também é da iniciativa daquela autoridade.

A Medida Provisória nº 386, de 2007, trata da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e não da Carreira de Perícia Médica que é disciplinada por outra norma ordinária, o que demonstra a inconstitucionalidade da emenda.

A emenda não apresenta inadequação orçamentária e financeira, pois, em acordo com a Exposição

de Motivos Interministerial nº 7 – MP/MPS, de 18 de fevereiro de 2004, que acompanhou a Medida Provisória nº 166, de 18 de fevereiro de 2004, da qual resultou, por conversão, a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, as despesas decorrentes estariam devidamente estimadas e com previsão de anualização final em 2007. O parágrafo 13 daquela Exposição de Motivos apresentou as seguintes considerações:

Quanto ao disposto nos art. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, temos a informar que o impacto adicional no ano de 2004, em relação à despesa já autorizada e prevista, é de R\$27 milhões, já considerados os impactos previstos na aplicação da Medida Provisória nº 146, de 11 de dezembro de 2003, que institui a Carreira do Seguro Social e a cujos efeitos, por adesão, fazem jus os atuais ocupantes de cargos de Médico do INSS. Desconsiderados os efeitos já previstos por essa Medida Provisória, o impacto adicional em 2004 seria da ordem de R\$42.805.795,00 e, em 2005, da ordem de R\$78.327.670,00. Em 2006, o impacto adicional será de R\$107.611.589,00 e em 2007, quando estará anualizado, de R\$124.341.673,00. Nestes exercícios, o acréscimo será absorvido pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios, sendo o montante apurado compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

No que diz respeito ao mérito, nossa manifestação é pelo não acolhimento da emenda, tendo em vista que aos servidores integrantes das carreiras médicas do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS (Ocupantes de cargos efetivos de médico do Plano de Classificação de Cargos – PCC, médico da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, médico da Carreira Previdenciária e médico da Carreira do Seguro Social) já foram facultadas duas oportunidades distintas para a formalização de opção para integração à Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, sendo:

a) a primeira prevista no art. 7º da Lei nº 10.876, de 2004;

b) a segunda estabelecida no art. 7º da Lei nº 10.997, de 15 de dezembro de 2004.

Assim, manifestamo-nos pela rejeição da emenda.

Emenda nº 14

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 13, o que orienta nosso posicio-

namento pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação de análise daquela emenda, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 15

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 13, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com fundamento na mesma motivação de exame daquela emenda, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 16

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 13, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com fundamento na mesma motivação de exame daquela emenda, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 17

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 13, o que orienta nosso posicionamento pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação de análise daquela emenda, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 18

Pretende incluir novo parágrafo no art. 2º da Medida Provisória nº 386, de 2007, com duas finalidades distintas:

a) assegurar o pagamento de diferenças de vencimentos previstas no § 3º do art. 4º e no § 6º do art. 7º ambos da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991;

b) estabelecer que essas diferenças de vencimentos devem ser consideradas no cálculo de gratificações e adicionais.

No que diz respeito à constitucionalidade, a emenda demonstra-se violadora da prescrição contida no art. 63, inciso I; da Constituição Federal, pois, ao modificar o tratamento normativo conferido pelo parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória que determina que a diferença de remuneração resultante da Lei nº 8.270, de 1991, não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação, promove aumento de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Na perspectiva da adequação orçamentária e financeira, a emenda demonstra-se inadequada, pois

provoca aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, sem previsão orçamentária.

No que toca ao seu mérito, nossa manifestação é contrária à sua aprovação, tendo em vista que o tratamento original dado pela Medida Provisória à vantagem da Lei nº 8.270, de 1991, demonstra-se coerente com a sistemática de preservação de vantagens pessoais, decorrentes de enquadramentos em novas carreiras, praticada de forma universal pelo Poder Executivo, a saber: o valor excedente é preservado, em homenagem ao princípio da irredutibilidade vencimental (art. 37, inciso XV, da CF), ficando sujeito aos índices de revisão geral de remunerações dos servidores públicos.

Emenda nº 19

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 4, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com fundamento na mesma motivação de exame daquela emenda, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 20

Apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 4; o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição; com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 21

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 4, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 22

Apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 1, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 23

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 4, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação, anteriormente exposta, no que tange à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 24

A emenda tem como finalidade promover reajuste nos valores dos subsídios dos integrantes da Carreira

de Policial Rodoviário Federal, de modo a preservar uma relação de equivalência retributiva com os integrantes da Carreira Policial Federal. Por oportuno, deve ser registrado que essa matéria é estranha ao teor da Medida Provisória nº 386, de 2007.

Assim, a presente emenda trata de servidores públicos e do aumento de sua remuneração, sendo, no que tange à finalidade, semelhante ao propósito contido na Emenda nº 1.

Dessa forma, com respaldo na motivação, constante da Emenda nº 1, referente à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito, manifestamo-nos pela rejeição da emenda.

Emenda nº 25

A emenda tem como finalidade alterar a redação do art. 15 da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, que regulamenta as disposições constantes da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para fim de incluir a expressão “com o mesmo índice” na versão original do artigo. O dispositivo a ser alterado disciplina a sistemática de reajuste de proventos de aposentadoria e de pensões, prevendo, no que tange à periodicidade de reajuste de benefícios dos servidores públicos e seus pensionistas, a mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, sem, entretanto, garantir a aplicação do mesmo índice de reajuste.

No que diz respeito à constitucionalidade, a emenda demonstra-se violadora do art. 61, § 1º, inciso II, alínea c, da Constituição Federal.

A emenda padece de inconstitucionalidade formal por dispor sobre matéria cuja iniciativa é privativa do Presidente da República e que não é tratada pela Medida Provisória nº 386, de 2007.

A longa exposição sobre os limites do poder de emendar proposições legislativas, em acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, feita quando do exame da Emenda nº 1, é tomada como fundamento para justificar a rejeição da presente emenda, sob a ótica constitucional.

Com relação à adequação orçamentária e financeira, a emenda demonstra-se inadequada, pois, em que pese conter uma coerente e necessária alteração redacional para o art. 15 da Lei nº 10.887, de 2004, sua implementação iria exigir a alocação de recursos não previstos para fazer frente aos dispêndios resultantes da alteração pretendida.

No que diz respeito ao mérito, ressaltamos que o propósito da emenda é plenamente compatível com o sentido da prescrição contida no § 4º do art. 201 da

Constituição Federal, no que diz respeito à preservação, em caráter permanente, do valor real dos benefícios previdenciários.

A Emenda nº 25 é, quanto ao seu mérito, adequada e apresenta normatização necessária para conferir efetividade plena ao propósito constitucional de preservação do valor real dos benefícios previdenciários.

Contudo, em que pese a compatibilidade material da emenda com o texto constitucional, permanece a inconstitucionalidade formal da proposição, razão pela qual nos posicionamos pela sua rejeição.

Emenda nº 26

A emenda pretende incluir parágrafo no art. 12 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fim de promover a transformação dos cargos efetivos de Analista Previdenciário em cargos efetivos de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil.

No que diz respeito à constitucionalidade, a emenda demonstra-se violadora do art. 61, § 1º, inciso II, alínea c, da Constituição Federal.

A emenda padece de inconstitucionalidade formal, por dispor sobre matéria cuja iniciativa é privativa do Presidente da República e que não é tratada pela Medida Provisória nº 386, de 2007.

A longa exposição sobre os limites do poder de emendar proposições legislativas, em acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, feita quando do exame da Emenda nº 1, é tomada como fundamento para justificar a rejeição da presente emenda.

A emenda também demonstra-se inconstitucional, ferindo o art. 63, inciso I, da Constituição Federal, pois promove aumento de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República, tendo em vista que os vencimentos do cargo efetivo de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil são superiores aos vencimentos do cargo efetivo de Analista Previdenciário.

Na perspectiva da adequação orçamentária e financeira, a emenda demonstra-se inadequada, pois provoca aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, sem previsão orçamentária.

No que diz respeito ao mérito, nosso posicionamento é contrário à pretendida transformação, visto que a Carreira do Seguro Social continua existindo, preservadas suas atribuições específicas, o que exige a manutenção dos cargos que a compõem.

Dessa forma, manifestamo-nos pela rejeição da emenda.

Emenda nº 27

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 26, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com fundamento na mesma motivação de exame daquela emenda, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 28

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 26, o que orienta nosso posicionamento pela sua rejeição, com respaldo na mesma motivação de análise daquela emenda, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Emenda nº 29

Pretende alterar a redação do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 28 de fevereiro de 1985, com a finalidade de classificar, no âmbito da Carreira Policial Federal, os cargos efetivos de Agente de Polícia Federal, de Escrivão de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal como cargos de nível superior.

No que diz respeito à constitucionalidade a emenda demonstra-se violadora do art. 61, § 1º, inciso II, alínea c, da Constituição Federal.

A emenda padece de inconstitucionalidade formal por dispor sobre matéria cuja iniciativa é privativa do Presidente da República e que não é tratada pela Medida Provisória nº 386, de 2007.

A longa exposição sobre os limites do poder de emendar proposições legislativas, em acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, feita quando do exame da Emenda nº 1, é tomada como fundamento para justificar a rejeição da presente emenda.

A emenda também demonstra-se inconstitucional, ferindo o art. 63, inciso I, da Constituição Federal, pois promove aumento de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República, tendo em vista que os vencimentos dos cargos efetivos de nível superior da Carreira Policial Federal são superiores aos vencimentos dos cargos efetivos de nível médio dessa Carreira.

Na perspectiva da adequação orçamentária e financeira, a emenda demonstra-se inadequada, pois provoca aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, sem previsão orçamentária.

No que toca ao mérito, nosso posicionamento é no sentido de que a pretensão exposta na presente emenda requer uma análise técnica mais aprofundada dos órgãos competentes do Poder Executivo para avaliação da adequação, no âmbito da Carreira Policial Federal, da mudança almejada, razão pela qual não a acolhemos no presente momento.

Dessa forma, manifestamo-nos pela rejeição da emenda.

Emenda nº 30

A emenda apresenta propósito semelhante ao contido na Emenda nº 29, o que orienta nossa manifestação pela sua rejeição, com fundamento na mesma motivação de exame daquela emenda, no que toca à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Conclusão

Pelo exposto, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1, de 2002/CN, concluo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 386, de 2007, considerando atendidos os pressupostos de relevância e urgência, bem como satisfeita a adequação financeira e orçamentária da proposição e cumprida a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. Além disso, deve se consignar que a matéria tratada no corpo da Medida Provisória nº 386, de 2007, não encontra vedação constitucional e inscreve-se na competência legislativa do Congresso Nacional, o que nos conduz a votar pela sua constitucionalidade.

No mérito, manifestamo-nos pela aprovação da Medida Provisória nº 386, de 2007.

Com relação às emendas apresentadas, na esfera do prisma constitucional, manifesto-me pela inconstitucionalidade de todas as emendas oferecidas ao texto da Medida Provisória nº 386, de 2007.

No tocante à adequação orçamentária e financeira, considero inadequadas as emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, opinando pela adequação das demais.

No que diz respeito ao mérito, pelas razões anteriormente expostas, manifesto-me pela rejeição de todas as emendas apresentadas ao texto da Medida Provisória nº 386, de 2007.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2007.
– Deputado **Nelson Pellegrino**, Relator.

Proposição: **MPV-386/2007** 

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 31/08/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: MESA: Aguardando Recebimento; PLEN: Pronta para Pauta.

EMENTA: Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.

INDEXAÇÃO: Reabertura, prazo, opção, servidor, integração, Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, aplicação, aposentado, pensionista, início, efeitos financeiros, garantia, continuação, pagamento, diferença, remuneração, Aumento, valor, remuneração, Tabela, Subsídio, servidor, Carreira Policial Federal.

Despacho:

17/9/2007 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 648/2007 (Mensagem) - Poder Executivo 

Legislação Citada

Emendas

- MESA (Mesa Diretora)

EMC 1/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá 

EMC 2/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Marcelo Ortiz 

EMC 3/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Zenaldo Coutinho 

EMC 4/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Sebastião Bala Rocha 

EMC 5/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Perpétua Almeida 

EMC 6/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Rodrigo Rollemberg 

EMC 7/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Maria Helena 

EMC 8/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Gilvam Borges 

EMC 9/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Maria Helena 

EMC 10/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Valverde 

EMC 11/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Edmilson Valentim 

EMC 12/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Gorete Pereira 

EMC 13/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá 

EMC 14/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Walter Pinheiro 

EMC 15/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Rafael Guerra 

EMC 16/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Odair Cunha 

EMC 17/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Alice Portugal 

EMC 18/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Edmilson Valentim 

EMC 19/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Mauro Nazif 

EMC 20/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Luciano Castro 

EMC 21/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Moreira Mendes 

EMC 22/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Maria Helena 

EMC 23/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Maria Helena 

EMC 24/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni 

EMC 25/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá 

EMC 26/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Sérgio Zambiasi 

EMC 27/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Busato 

EMC 28/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Tarcísio Zimmermann 

EMC 29/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá 

EMC 30/2007 MESA (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Pimenta 

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV38607 (MPV38607)

PPP 1 MPV38607 (Parecer Proferido em Plenário) - Nelson Pellegrino 

Última Ação:

16/10/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 386-A/07)

Andamento:	
31/8/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
31/8/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 01/09/2007 a 06/09/2007. Comissão Mista: 31/08/2007 a 13/09/2007. Câmara dos Deputados: 14/09/2007 a 27/09/2007. Senado Federal: 28/09/2007 a 11/10/2007. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 12/10/2007 a 14/10/2007. Sobrestar Pauta: a partir de 15/10/2007. Congresso Nacional: 31/08/2007 a 29/10/2007. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 30/10/2007 a 07/02/2008.
14/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 648/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida provisória nº 386 de 2007, que reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal."
14/9/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício nº 386 de 2007, do Congresso Nacional que encaminha o processado da Medida Provisória nº 386, de 2007, que "Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal. Informa, ainda, que a Medida foram oferecidas 30 (trinta) emendas."
17/9/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
17/9/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
17/9/2007	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 18/09/2007.
18/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 381/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
2/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
2/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 378-C/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
3/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00).
3/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 383/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
3/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:02)
3/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
4/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
4/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por falta de "quorum" (OBSTRUÇÃO).
8/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum". (Sessão Ordinária - 14:00).
8/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 17:05)

8/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 384-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
9/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
9/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
11/10/2007	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Nelson Pellegrino (PT-BA), para proferir parecer pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 30 emendas apresentadas.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Nelson Pellegrino (PT-BA), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta MPV; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 30; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV e das Emendas de nºs 13 a 17; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 12 e 18 a 30; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 30.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Otavio Leite (PSDB-RJ), Dep. Vicentinho (PT-SP), Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS) e Dep. Lincoln Portela (PR-MG).
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Otavio Leite (PSDB-RJ) e Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL).
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Marcelo Itagiba (PMDB-RJ).
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Parecer pela admissibilidade, solicitada pelo Dep. Leonardo Vilela, na qualidade de Líder do PSDB, pelo Dep. Marcelo Junqueira, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Tarcísio Zimmermann, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o Parecer", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN. Sim: 282; Não: 88; Abstenção: 0; Total: 370.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 30 e pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 12 e 18 a 30, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 1 a 30 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 386, de 2007, ressalvado o destaque.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Votação do artigo 2º e seu parágrafo único, constante da MPV 386/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 11.355, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.**

Conversão da MPv nº 301, de 2006

Dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do Inpi; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a criação do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998; a criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar; a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar – GDATM; e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; a alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na Carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS - FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão; e dá outras providências.

.....

Art. 2º Os servidores ocupantes dos cargos referidos no caput do art. 1º desta Lei serão enquadrados na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo II desta Lei.

§ 1º O enquadramento de que trata o caput deste artigo dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência da Medida Provisória nº 301, de 29 de junho de 2006, na forma do Termo de Opção constante do Anexo III desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas de implementação das tabelas de vencimento básico referidas no Anexo IV desta Lei.

.....

LEI Nº 11.358, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 305, de 2006

Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências.

ANEXO II

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA POLICIAL FEDERAL
(Redação dada pela Medida Provisória nº 386, de 2007)

a) Quadro I

EM R\$

CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS			
		A PARTIR DE 1º JUL 2006	A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Delegado de Polícia Federal	ESPECIAL	15.391,48	16.683,98	19.053,57	19.699,82
	PRIMEIRA	14.217,69	15.201,90	17.006,29	17.498,40
	SEGUNDA	12.163,46	13.005,60	14.549,53	14.970,60
	TERCEIRA	10.862,14	11.614,10	12.992,70	13.368,68
Perito Criminal Federal					

b) Quadro II

EM R\$

CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS			
		A PARTIR DE 1º JUL 2006	A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Escrivão de Polícia Federal	ESPECIAL	9.539,27	10.241,21	11.528,11	11.879,08
Agente de Polícia Federal	PRIMEIRA	7.693,60	8.226,20	9.202,62	9.468,92
	SEGUNDA	6.500,00	6.915,80	7.678,09	7.885,99
Papiloscopista Policial Federal	TERCEIRA	6.200,00	6.594,30	7.317,18	7.514,33

Vide Lei Delegada nº 13, de 1992

Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.

Mensagem de veto

.....

Art. 7º Poderão ser enquadrados nos planos de classificação de cargos dos órgãos da Administração Pública Federal direta, das autarquias, incluídas as em regime especial, e das fundações públicas federais, pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil, os respectivos servidores redistribuídos de órgão ou entidade cujos planos de classificação sejam diversos daqueles a que os servidores pertenciam, sem modificação da remuneração e da essência das atribuições dos cargos de que são ocupantes. (Redação dada pela Lei 9.624, de 1998)

§ 1º Mediante transposição aos respectivos cargos, os servidores poderão ser incluídos nas classes ou categorias cujas atribuições essenciais correspondam às dos cargos ocupados na data de vigência deste artigo, na sua nova redação, observada a escolaridade, a especialização ou habilitação profissional exigida para o ingresso nas mesmas classes ou categorias. (Redação dada pela Lei 9.624, de 1998)

§ 2º Os servidores serão localizados em referências, níveis ou padrões das classes ou categorias a que se refere este artigo determinados mediante a aplicação dos critérios de enquadramento de pessoal estabelecidos nos planos de classificação e retribuição de cargos dos órgãos ou entidades a que pertencerem.

§ 3º Na falta dos critérios a que se refere o parágrafo anterior, a localização far-se-á mediante o deslocamento do servidor de uma referência, nível ou padrão para cada dezoito meses de serviço prestado no cargo ocupado na data fixada neste artigo, ou em referência cuja posição relativa no plano de classificação de cargos em que estiver sendo enquadrado seja correspondente à ocupada no plano de cargos anterior, prevalecendo o critério que o enquadrar mais favoravelmente.

§ 4º O deslocamento a que se refere o § 3º far-se-á a partir da menor referência, nível ou padrão da classe inicial da categoria correspondente no novo plano.

~~§ 5º Na hipótese em que as atribuições pertinentes aos cargos ocupados pelos servidores não estiverem previstas no Plano de Classificação de Cargos em que serão incluídos, considerar-se-á a classe ou categoria semelhante quanto às atividades, à complexidade, ao nível de responsabilidade e ao grau de escolaridade exigidos para o respectivo ingresso.~~

§ 5º (Revogado) (Redação dada pela Lei 9.624, de 1998)

§ 6º Na hipótese de os servidores de que trata esta lei perceberem, na data fixada no § 7º, remuneração superior à decorrente da reclassificação, ser-lhes-á assegurada a diferença a título de diferença de vencimentos, nominalmente identificada, sendo considerada também para cálculo das vantagens pessoais e se sujeitando aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos.

§ 7º O órgão central do Sistema de Pessoal Civil expedirá as normas necessárias à execução do disposto neste artigo, no prazo de noventa dias, contado da data da vigência desta lei.

.....

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Duque, por 20 minutos, brilhante, bravo, valoroso Senador do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Jayme Campos, V. Ex^a ia me chamando de Deputado, quase.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Desculpe-me, até porque V. Ex^a já foi Deputado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – É porque eu chamo todo mundo que está aqui de Deputado. É um hábito de que ainda não me livrei, porque sou apenas um simples Suplente de Senador, ocupando o mandato.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, oito mandatos, um dos maiores do seu tempo, do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Quer dizer que é muito mais Deputado do que Senador. Parabéns!

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – De maneira que somos todos parlamentares. Veja V. Ex^a o que é a ficção. Temos, hoje, neste plenário, Senadores do Estado do Rio de Janeiro, do Estado do Piauí, de São Paulo, da Bahia, de todo o País. Cada cadeira desta tem um significado muito especial, Presidente Jayme Campos. V. Ex^a é mato-grossense, mas quando V. Ex^a fala neste momento, graças a uma intervenção do Presidente José Sarney, do Maranhão, que implantou um mecanismo de uma força tremenda aqui nesta Casa Legislativa, quando nos apresentamos nesta tribuna estamos falando para o Brasil inteiro. Então, não me impressiona o vazio, às vezes, do plenário, porque sei que estou falando para o Brasil inteiro.

Posso afirmar com toda franqueza que, hoje, o Senador mais popular do País é um senhor chamado Francisco de Assis de Moraes. Faço questão de todo fim de semana fazer uma pesquisa, informal, e é impressionante a força junto ao povo do meu Estado do Rio de Janeiro desse cidadão que é do Estado do Piauí, mas que costuma ir ao Rio de Janeiro, sempre, sempre, sempre. Ele ama o Rio de Janeiro e está consagrado pelo povo de lá. E por que isso? Porque ele tem um tipo de eloquência parlamentar diferenciada. Por que ele entrou num livro que apresentei há pouco tempo? Exatamente por isso. Não por ter sido médico lá no Rio, se formado lá no Rio, exercido a Medicina no Miguel Couto, no HSE, em vários hospitais e postos de saúde, até atingir aquela preparação técnica, preciosa, que levou para seu Estado de origem, onde teve oportunidade de vencer uma eleição com 98%

dos votos, coisa inacreditável, coisa nova, coisa diferente. Ninguém vence uma eleição assim. É a cidade inteira saindo no mesmo dia, no mesmo horário, fazendo as mesmas coisas, para votar no Senador Mão Santa – excepcionalmente o chamei “Mão Santa”, porque o chamo Francisco de Assis de Moraes, e ele fica zangado.

Mas eu quero dizer a V. Ex^a, Presidente Jayme Campos, que diariamente eu venho prestando toda a minha atenção, mas toda a minha atenção, aos Senadores que ocupam a tribuna desta Casa, aqui ou ali, e que discorrem e falam sobre essa proposição, essa medida enviada pelo Governo a respeito da prorrogação dessa contribuição provisória. Ouço com todo respeito, não ouço com displicência não, procuro entender bem o que cada um interpreta como certo ou como errado, e o faço pensando no povo e, sobretudo, com muita pertinência ao povo do meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro, o antigo Estado da Guanabara.

Na comparação com outros Estados da Federação brasileira, entendo firmemente que meu Estado foi muito prejudicado durante esses últimos dezoito anos. Vou citar três fatos, três. Fomos Capital da República – talvez o Senador Marcelo Crivella ignore este fato – durante muitos anos, a partir de 1763. Lutamos muito para ter autonomia, que custou muito a vir. Imagine V. Ex^a – agora estou me dirigindo a V. Ex^a – que, durante algum tempo, uns dez anos pelo menos, quando o povo do Rio passou a eleger vereadores e deputados, o Prefeito era sempre nomeado pelo Presidente da República. Nessa fase, se o Prefeito não estivesse satisfeito com uma proposição votada pela Câmara de Vereadores e vetasse um determinado projeto, sabe V. Ex^a o que acontecia? Sabe, por acaso, o Senador Marcelo Crivella, do alto dos seus quatro milhões de votos, o que acontecia no Rio de Janeiro? A Câmara de Vereadores não apreciava o veto do Prefeito nessa época. E como se fazia então? Quem apreciava os vetos do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro? O Senado Federal, que funcionava lá no Palácio Monroe. Era o Senado.

Então, o Brasil todo, todos os Estados da Federação é que, de fato, mandavam politicamente no Rio de Janeiro. A primeira coisa que o Prefeito nomeado fazia era se entender com o Senado, porque era o Senado que apreciava os vetos e não os vereadores. Isso nunca aconteceu em cidade nenhuma, só nos períodos de revolução é que isso acontecia, menos no Rio de Janeiro.

Então, a minha queixa é antiga com as crueldades, com as maldades políticas que fizeram com a cidade do Rio de Janeiro.

Até que, certa feita, foi criado mais um Estado, o da Guanabara. Por quê? Porque o grande Presidente Juscelino resolveu mudar a capital para cá. Não fosse isso, o Rio ainda seria a capital. Só por isso! Sabia V. Ex^a que era o Senado que apreciava os vetos do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro? Então, os Senadores faziam o que queriam, naquela época, na cidade do Rio de Janeiro. E não era revolução não, era lei mesmo, era normal isso.

Passa o tempo – a cidade com muitas dificuldades, as forças políticas querendo uma autonomia que não vinha nunca –, e surge o Estado da Guanabara, mas só por causa da mudança da capital para Brasília. Sorte nossa! Em pouco tempo, passou a ser um dos Estados mais organizados do nosso País, porque tivemos a sorte de eleger um homem chamado Carlos Lacerda, um dos homens mais polêmicos deste País, mas também uma das pessoas mais inteligentes na política brasileira. Foi o responsável por todos os atos de agressão ou de aplauso político em relação a esses últimos cinquenta anos. Os jornais estavam cheios de Carlos Lacerda todos os dias.

E tenho que falar com bastante franqueza ao Senado sobre esse assunto. Criou-se um novo Estado. A Federação brasileira sempre foi dominada por dois Estados. Minas e São Paulo sempre comandaram a política brasileira. Nada contra Minas e nada contra São Paulo, mas a verdade é esta: eles sempre comandaram a política brasileira, desde Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Marechal Hermes, Wenceslau Brás. Era Minas e São Paulo, Minas e São Paulo. Até 1930, quando uma revolução, quebrando esse jogo que antigamente chamavam de café-com-leite, e mais uma aliança da pequenina Paraíba conseguiram movimentar o País.

Deflagrou-se a eleição. Mais uma vez, venceu o candidato de São Paulo – uma eleição que não existiu na prática, as atas eram falsificadas. Havia no Congresso uma comissão especial chamada de Comissão de Reconhecimento dos Poderes. Essa comissão podava aqueles que eram adversários do governo, não os dava como eleitos.

Mas essa revolução serviu para muita coisa. Serviu para muita coisa. As reformas se impuseram, veio a 2ª Guerra Mundial, e o País foi obrigado a entrar nela. Então, surgiu um novo Brasil, um Brasil que recebia aqui o Presidente dos Estados Unidos, pedindo “pelo amor de Deus” para que o Brasil participasse com bases aéreas no Nordeste, a fim de facilitar o vôo dos aviões, saindo e chegando a Dakar.

O Brasil precisava, de qualquer maneira, implantar uma siderurgia. Como? Com que meios? De que

maneira? Estou citando passos aqui, passos ali, para mostrar como é importante este Senado.

Esse mesmo Carlos Lacerda, a que me referi há pouco, sofreu um atentado no dia 5 de agosto de 1954. Talvez V. Ex^a nem fosse nascido ainda, Sr. Presidente. V. Ex^a é muito jovem. O atentado que Carlos Lacerda sofreu fez nascer a chamada República do Galeão, que funcionava perto daquele aeroporto em que V. Ex^a, quando vai ao Rio, aterrissa seu avião. Desse atentado, surgiu o dia 24 de agosto.

Era Vice-Presidente da República um político sério. E aquilo, sim, era crise. Quando eu digo crise política, aquela era crise política. No dia 23 de agosto, o Vice-Presidente da República vai ao Senado – ele era Senador como V. Ex^a, Sr. Presidente, como eu, como o Crivella – e lê um discurso, propondo que ele próprio, Vice-Presidente, e o Presidente Getúlio Vargas, para debelar a crise, renunciassem ao mandato. Não sei se V. Ex^a se lembra disso. Onde já se viu: o Vice-Presidente da República, que era o Presidente do Senado nato, pede ao Presidente, em carta, que ambos renunciassem aos mandatos que exerciam, de Presidente e de Vice-Presidente da República?

É evidente que Getúlio não gostou da idéia. Não fugiu. Seria fácil fugir. Não fugiu. Foi para São Borja, mais tarde, no dia seguinte, dentro de um caixão. Dia 23 de agosto de 1954, reunião do secretariado, do Ministério, ninguém decidia nada, o povo assolado...

Isso que V. Ex^a vê por aí não é crise coisa nenhuma. Crise foi isso que estou relatando aqui hoje, na minha cidade, na minha sofrida cidade do Rio de Janeiro.

À meia-noite, ele encerra a reunião. “Já que ninguém decide nada, eu vou decidir”. Sobe para o seu quarto e, pela madrugada, por volta das sete da manhã, não hesita em deixar uma carta aos brasileiros – carta que todo mundo conhece – e desfecha um tiro no coração. A bala esta lá no Museu da República, que eu aconselho todo mundo a visitar. O revólver, de cabo de madrepérola, também está lá. O quarto está exatamente como ele deixou. O pijama com que estava vestido, com um buraco de bala, chamuscado, está lá em cima da cama, para quem quiser ver.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um momento aqui, Senador Paulo Duque. V. Ex^a viveu, estava lá. Eu estudei a história. Mas quero dizer a este País que o grande homem com tino político foi Tancredo Neves. Tancredo Neves era Ministro da Justiça e ele disse a Getúlio Vargas: Getúlio, lance o seu candidato à sua sucessão. Deve ser Juscelino Kubitschek, que tira o foco de V. Ex^a. Mas ele, como tinha Osvaldo Aranha, que era seu amigo pessoal, Ministro

do Rio Grande do Sul, que também desejava, e seu genro de Niterói, Amaral Peixoto... Tancredo Neves tinha dado para ele uma saída. Aí, seria iniciado um novo processo político, com Juscelino Kubitschek. Mas ele não quis, ficou no foco, e nasceu a maior crise política, que V. Ex^a relata.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Estou rememorando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tanto isso é verdade que a última visita de Getúlio foi lá no palácio em que ele lançou a pedra fundamental de uma siderúrgica mineira. E Afonso Arinos, dessa tribuna, que foi Senador, no final da vida, pelo Estado que V. Ex^a representa...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – O Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Afonso Arinos disse daí: será mentira a viúva? Será mentira o óbito? Foi muito forte. E Getúlio...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Tudo isso é verdade. V. Ex^a conhece a história.

No dia 12 de agosto, Juscelino Kubitschek recebeu a visita, em Minas Gerais, de Getúlio Vargas, Presidente pisado, caluniado, xingado por todo mundo. Juscelino foi o único estadista brasileiro que teve essa coragem, e convidou-o para inaugurar a pedra fundamental da Usina Mannesmann. Isso em plena crise.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que estou já cansando os milhares de ouvintes que temos pelo Brasil inteiro. Milhares! Quando falo aqui, sei que estou sendo ouvido por milhares, graças à televisão que o Presidente José Sarney implantou. Iniciativa espetacular. Iniciativa que aplaudo todo dia. Eu aplaudo. Aposto que a Rede Record...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei por mais cinco minutos. V. Ex^a sintase à vontade.

Para dar veracidade ao fato, lembro que, no sepultamento de Getúlio Vargas, só um Governador de Estado – eram 22 Estados – esteve presente: Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Que mereceu ser o sucessor de Getúlio Vargas no pleito a seguir. Em 1955, como V. Ex^a deve se lembrar, Juscelino conseguiu ser Presidente da República e mudou o Brasil de norte a sul, de leste a oeste. Fez tudo o que o Brasil precisava para chegar aonde chegamos hoje.

Sei que o Senador pelo Pará está realmente inscrito. Sei que o Senador Flexa Ribeiro, esse grande Senador do Pará, está inquieto. Sei que posso até encerrar o meu pronunciamento agora para que esse

Senador pelo Pará, o grande Senador Flexa Ribeiro, possa ocupar a tribuna.

Em homenagem a V. Ex^a, vou encerrar o meu pronunciamento, prometendo ao Francisco de Assis de Moraes, o ilustre Presidente desta sessão, que na próxima vou continuar o assunto.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Paulo Duque, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pois, não, Senador Wellington Salgado. Esse é o quarto Senador do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – E o nosso outro Senador do Rio é o quarto de Minas também.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Exatamente.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu queria perguntar a V. Ex^a o seguinte: V. Ex^a, que vivenciou toda essa crise da época de Getúlio, sabe dizer se a mídia tinha a mesma força que tem hoje na condução de fatos políticos ou não?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – A mídia era diferente, porque a televisão ainda estava começando, era uma experiência. A rádio já funcionava com mais força.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Naquele tempo era jornal?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Jornal. Havia mais ou menos uns 20 jornais grandes naquela ocasião. **O Correio da Manhã**, por exemplo, era um jornal sensacional. Uma pena! O dono do **Correio da Manhã** era um homem polêmico, Edmundo Bittencourt – e Paulo Bittencourt, filho dele. Havia o **Diário da Noite**, o **Jornal do Esporte**, o **Dia**, a **Notícia**, meu Deus do céu, quantos jornais! **O Mundo**, de Geraldo Rocha, baiano. Mas a televisão parece que ainda não existia, não tinha força.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas existia também aquela idéia de quando a mídia não conseguia convencer alguém de uma determinada idéia, ela destruía totalmente a imagem, em vez de tentar convencer da posição contrária? Existia isso também naquela época? Os jornais faziam isso também ou não?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Os jornais eram mais comedidos. Não havia uma lei de imprensa; basicamente, era inexistente uma lei de imprensa. Os jornais eram mais comedidos, mas havia muita brutalidade. Houve um famoso médico brasileiro, e o Senador Mão Santa...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Daqui a pouco.

Senador Mão Santa, médico, V. Ex^a conheceu o médico Manoel de Abreu, que criou a abreuografia?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esse fato eu conheci, mas não conheci o médico Manoel Abreu pessoalmente. Conheci Miguel Couto.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Mas o Manoel de Abreu conheceu?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A obra dele.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Quero conceder um aparte ao meu Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Paulo Duque, o Senador Wellington é muito jovem, é criança ainda. Também sou, mas mamãe me contava – e a sua deve lhe contar também, senão pergunte a ela – o tanto que era forte um jornal do Rio ou de São Paulo. De São Paulo nem tanto; mas os do Rio ou de Minas Gerais. A grande arma do Lacerda foi a imprensa, foi o jornal. V. Ex^a se lembrou do Paulo Bittencourt...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Paulo Bittencourt, do *Correio da Manhã*.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eram esses os jornais que faziam a crise. Era uma coisa impressionante.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Tanto é que é muito comum, ao se ler história do Brasil daquela época, observar que os adversários tocavam fogo no jornal do outro lado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – No mínimo!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – No mínimo, no mínimo! Daí porque, naquela época, a força era bem maior. A concentração política era o Rio de Janeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Claro!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O reflexo nacional, a caixa de ressonância era o Rio de Janeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – E é por isso que vou contar a história.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é, exatamente.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Uma história...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Hoje, os órgãos são poderosos, são mais sofisticados, mas são pulverizados.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Mas são poderosos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Poderosos, mas são pulverizados. Há o contraditório da notícia. Naquele momento, havia os ícones da informação: “a palavra do sr. fulano”. E isso valia para o futebol, valia para a política...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Para qualquer coisa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Valia para qualquer coisa, para o horóscopo. Havia o Omar Cardoso, se não me engano. As pessoas liam Omar Cardoso, e o jornal disputava seu passe. Era uma coisa incrível. Daí por que, meu caro Senador, quando V. Ex^a for este fim de semana para casa, pergunte à mamãe o quanto era poderoso o jornal do Brasil na década 70.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Mas estou dando um exemplo aqui. Se ele o desconhece, porque não era nascido ainda, o médico que preside a sessão conheceu os personagens. É o exemplo típico,...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) –... Senador Heráclito Fortes, um exemplo típico. Ocorreu em plena avenida Rio Branco.

Havia um jornal chamado **A Crítica**, do Mário Rodrigues, irmão do Nelson Rodrigues – V. Ex^a conheceu o Rodrigues. E Manoel de Abreu, todos os dias, estava sendo acusado de querer namorar uma respeitável senhora da sociedade carioca chamada Sílvia Tibau, uma dama de todo respeito. Publicaram algumas caricaturas do Manoel de Abreu fazendo alguns gestos um pouco libidinosos junto à Sr^a Sílvia Tibau. E o que faz Sílvia Tibau? Ela coloca um revólverzinho na sua bolsa, veste-se muito bem, porque ela era muito elegante, sobe os degraus da sede do jornal **A Crítica** e procura por Mário Rodrigues, que era o dono do jornal. Ele não estava, mas encontrava-se na Redação Roberto Rodrigues, irmão do Mário Rodrigues – e irmão do Nelson Rodrigues. Ela, simplesmente, tirou o revólverzinho da bolsa e desfechou-lhe dois tiros, matando-o na hora; e sentou-se para esperar a polícia chegar.

Quer dizer: que armas tinha aquela senhora face àquelas notícias caluniosas, terríveis? Ela não possuía jornal, não possuía veículo nenhum de publicidade, não possuía nada. Era apenas uma senhora, vendo aqueles desenhos picarescos todos os dias. Do outro lado, o médico respeitável Manoel de Abreu. Quis matar o dono do jornal, não conseguiu e matou o irmão dele.

Esse é um exemplo. Sem falar, por exemplo, em Gilberto Amado, que, por questões literárias – agora, sim, literárias, poeta – assassinou Aníbal Teófilo em

pleno *Jornal do Commercio*, por causa de discussões literárias publicadas nos jornais.

Entendo a pergunta de V. Ex^a perfeitamente; e digo mais: ela veio robustecer meu discurso. Por quê?

Certa ocasião, saiu uma notícia no **Jornal do Brasil**, quando eu era Deputado, mas daquela vez utilizei a Lei de Imprensa contra um prefeito de Cabo Frio, que usava um chapeuzinho – não sei se V. Ex^a se lembra dele. Ele foi condenado não só a desmentir a notícia como ainda a publicar de novo a versão, desmentindo e pedindo desculpa a este então Deputado.

Sei muito bem como é injusto sermos caluniados, difamados, tanto que, no passado generoso e cavalheiresco de alguns anos, o Pinheiro Machado, que foi Senador da República durante muito tempo, gaúcho, desafiou Roberto Marinho, dono do jornal *O Globo*, para um duelo, e desafiou Barbosa Lima Sobrinho, também jornalista, para um duelo. Um não compareceu e o outro mandou uma resposta dizendo que aquilo era contra os seus princípios, e também não compareceu. O pobre do Pinheiro Machado acabou sendo assassinado na porta do Hotel dos Estrangeiros, na Praça José de Alencar, no Flamengo, por uma pessoa que achava que ele era o causador de todos os males do País. Assim terminou esse ciclo de violências que acabei de contar, com toda a tranqüilidade.

Sr. Presidente; Sr. Senador Marcelo Crivella; ilustre Professor, Ministro, Senador – não sei como ele gostaria que eu o chamasse, pois são tantos os títulos que tem – Cristovam Buarque; Senador Jayme Campos, de Mato Grosso, que tive a honra de conhecer aqui; Senador Flexa Ribeiro, do Pará, que defende o seu Estado, como também gosto de defender o meu; outro em quem puseram o apelido carinhoso de “Rambo”, Senador Wellington Salgado de Oliveira – meu Deus do céu, quantas pessoas importantes vim encontrar aqui. Quantas pessoas importantes! Olhem só. O Senador Heráclito Fortes eu já conhecia pela televisão.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Chegou como “jambo” e saiu como “Rambo”.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Meu Deus do céu, hoje, esta é, realmente, a Casa do povo.

O povo gosta de assistir à TV Senado.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – César Borges, grande líder da Bahia, ex-Governador. Quer dizer, estamos, aqui, reunidos. É o Brasil reunido aqui, falando para todo o povo brasileiro. Isso não tem preço.

Quando eu sair do Senado, vou sentir muita saudade de todos os senhores e, sobretudo, de todos””” os expectadores, para quem posso falar, mas que não posso ouvir.

Aí está o nosso Vice-Presidente da República durante algum tempo, Marco Maciel, tantas vezes Senador, campeão de votos, um dos campeões de votos desta Casa.

Tomei tempo de vocês, mas, realmente, nesta tarde, era preciso tirar um pouco a atenção do imposto: do imposto para cá, do imposto para lá. Fiquei muito satisfeito por V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – ... ter-me dado tanto tempo.

Muito obrigado a todos os Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Paulo Duque, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.253, DE 2007

Nos termos regimentais, requero que o período do expediente da Sessão do Senado Federal do dia 11 de dezembro de 2007 seja dedicado a comemorar a abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, a realizar-se no Senado Federal.

Justificação

Evento que já se inseriu no calendário anual dos trabalhos desta Casa, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, patrocinada pelo Senado Federal, alcançou o reconhecimento da sociedade civil organizada.

Os esforços envidados pelo Senado brasileiro na garantia de acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência têm causado um forte impacto nas instituições de governo e particulares que, a partir de iniciativas como essas, também estão realizando ações que propiciam a inclusão dos portadores de necessidades especiais, parcela tão significativa da população brasileira.

O evento deste ano contará com a adesão formal de Assembléias Legislativas nesse esforço conjunto, assegurando um desejável efeito multiplicador.

Mantendo a vanguarda dessa iniciativa, inspirada no princípio constitucional da dignidade humana, o Senado se credencia perante a sociedade como protagonista do processo de consolidação do reconheci-

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senador Flexa Ribeiro assina o documento, mas a prioridade é do Piauí, de Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está aqui o Senador Marco Maciel, conterrâneo do empresário João Santos. Caso S. Ex^a deseje falar em primeiro lugar, por hierarquia e por respeito, eu abrirei mão da palavra. (Pausa)

Quero, portanto, com a aquiescência do Senador Marco Maciel, associar-me a essa homenagem justa que o Senado, por iniciativa de Flexa Ribeiro, presta a um dos empresários mais importantes não somente para o Nordeste, mas também para o Brasil.

O Sr. João Santos, que hoje completa 100 anos, tem a sua vida toda dedicada ao trabalho. Empresário de grande respeito no Estado de Pernambuco – aí, fala um pouco, meu caro Senador Marco Maciel, o meu percentual de coração pernambucano –, é um homem de empreendimentos arrojados, corajoso. Transformou-se, portanto, com todo mérito, num grande capitão de indústria, tendo formado, também, uma grande geração de empresários, que aprenderam, sob o seu comando, a gerir indústrias. João Santos preside um grupo que, como sabemos, é familiar, mas também é um grande formador de mão-de-obra especializada, não somente técnica, como também de dirigentes empresariais.

V. Ex^a esqueceu-se de que o Grupo João Santos também teve sucesso na hotelaria, inclusive sendo proprietário do famoso Hotel Glória, no Rio de Janeiro. É um empresário de muitas atividades e louvo o gesto do Senador Flexa Ribeiro de prestar-lhe sua homenagem.

Nós, piauienses, Senador Mão Santa, temos o dever de participar dessa homenagem, até porque o Grupo João Santos, inclusive com a ajuda do Governo de V. Ex^a, instalou, no Município de Fronteiras, no nosso Estado, uma indústria de cimento, gerando empregos e, acima de tudo, transformando aquela região.

Portanto, associo-me a essas homenagens. Tenho certeza de que mais sobre ele irá discorrer o Senador Marco Maciel, que conhece a fundo a trajetória empreendida não somente pelo Sr. João Santos, mas também por todo o seu grupo.

Para finalizar, Senador Jayme Campos, quero apenas mostrar qual é o perfil de um empresário que

gosta de gerar empregos e trabalho, e, acima de tudo, gosta de ver o produto do suor daqueles que com ele dividem a tarefa: no momento em que banco era disputado por todos – e ele possuía o Banco Industrial –, ele saiu dessa atividade para se dedicar à indústria, sob a alegação de que banco não gerava empregos como a indústria. Uma pessoa como essa o Brasil deve louvar e o Nordeste deve sentir-se orgulhoso no momento em que João Santos completa 100 anos, em atividade.

Lembro-me, Senador Marco Maciel, de que, há cerca de 10 anos, ele resolveu sair das atividades e gozar de uma aposentadoria mais do que justa, mas não se adaptou à vida pacata de aposentado, retornando à frente dos negócios para, juntamente com seus filhos, gerir esse império.

Portanto, associo-me, como piauiense, nordestino e, acima de tudo, brasileiro, a essa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento assinado por vários Senadores, inclusive por mim e pelo Senador Heráclito Fortes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tenho a honra de ceder a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, representante do Estado de Pernambuco, que, tenho certeza, falará em nome também dos Senadores Sérgio Guerra e Jarbas Vasconcelos.

Senador Marco Maciel, por favor.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Senador Flexa Ribeiro, pela precedência que me concedeu no encaminhamento da votação do requerimento de autoria do ilustre representante do Estado do Pará.

Inicialmente, devo dizer que a iniciativa de V. Ex^a é muito oportuna, porque João Santos – o “Seu” Santos, como é conhecido pelas pessoas mais próximas – completa 100 anos, dedicados integralmente ao trabalho empreendedor. E, para isso, nunca lhe faltaram características que marcam um verdadeiro empreendedor. Primeiro, a visão de mundo, a visão de Brasil e a visão de Nordeste que João Santos tem. Em segundo lugar, sua capacidade de trabalho. Nada se faz sem trabalho, às vezes sem muito trabalho. A ele também não faltou perseverança. Não basta a pessoa ser trabalhadora se não for capaz de perseverar naquilo que está fazendo. Foram estas as principais características de sua vida.

João Santos se dedica, diuturnamente, apesar da idade, a acompanhar o desenvolvimento de suas

empresas, com a visão de que o Nordeste deve ser uma prioridade. Devo mencionar a circunstância de que ele sempre teve presente de que empreender no Brasil era ultrapassar muitos obstáculos. Ele enfrentou crises e conseguiu superá-las. A história de um País, certa feita afirmou Tancredo Neves, é a história de suas crises. Se isso se aplica ao plano político, vale também aplicá-lo ao plano econômico-social. João Santos viveu as crises do Nordeste e as que infelizmente este ainda vive. Isso porém não o fez desistir do trabalho, sobretudo, de acreditar no Brasil e no Nordeste.

Creio que o Senado Federal, como Casa da Federação, não podia deixar de se manifestar, como o faz agora, pela passagem da data que tem, para nós, enorme significação.

Pessoas como João Santos podem ser consideradas homens públicos. Muitas vezes se pensa que homens públicos apenas são aqueles que exercem cargos públicos, detêm mandatos eletivos ou exercem funções importantes na administração. Não. Homem público é todo aquele que tem o sentimento de nacionalidade ou, para usar uma expressão de Machado de Assis, “instinto de nacionalidade”. João Santos tem esse instinto de nacionalidade: ama o Brasil e quer vê-lo cada vez mais forte.

Concluo minhas palavras, cumprimentando o Senador Flexa Ribeiro, e dizer que aqui expresso também o sentimento dos ilustres colegas da representação de Pernambuco no Senado Federal: o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Sérgio Guerra, porque sei que a sociedade pernambucana, como um todo, participa desse júbilo que constitui o centenário do “Seu” Santos, consciente da grande contribuição que deu a Pernambuco, ao Nordeste e ao País, e que transmite a seus filhos e a todos integrantes de suas mais diferentes empresas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, para mim, foi uma honra ter o Senador Marco Maciel, Vice-Presidente da República e Presidente da República por diversas vezes, assinando também o requerimento de homenagem ao empresário João Santos.

O Senador Marco Maciel, assim como o Senador Sérgio Guerra e o Senador Jarbas Vasconcelos, que representam, de forma competente e honrosa, o Estado de Pernambuco, eles conhecem a vida do industrial João Santos. A minha iniciativa, tenho cer-

teza, é também a do Senador Marco Maciel e a dos demais Senadores da Casa: fazer uma justa homenagem, Senador Marco Maciel, ao Seu Santos, como é conhecido por todos, que amanhã completa cem anos de vida. Começou sua vida como menino de recado de Delmiro Gouveia, que também foi um grande empreendedor no Brasil. Inclusive, dizia-me o Senador Marco Maciel que foi ele quem imaginou a Usina de Paulo Afonso. Seu Santos, começando com ele, construiu um grupo industrial diversificado, dando oportunidade de empregos diretos a oito mil brasileiros e a 24 mil de empregos indiretos.

Quero, aqui, homenagear essa figura que, aos cem anos, poderia, há várias décadas, estar gozando do fruto do seu trabalho e de tudo o que ele construiu, mas se mantém à frente dos seus negócios, como bem disse o Senador Marco Maciel, verificando e acompanhando, diariamente, as atividades do seu grupo industrial.

Senador Mão Santa, digo isso tendo V. Ex^a na Presidência da sessão do Senado, porque o seu Piauí também tem o empreendedorismo do Seu Santos, como o meu Pará e a Amazônia, esquecida por muitos, teve no empresário João Santos a visão, como bem disse o Senador Marco Maciel, de futuro, e instalou uma fábrica no Amazonas, em Manaus. Comprou a fábrica de cimento em Capanema e instalou uma fábrica de cimento na Transamazônica. Aliás, esta fábrica, durante 15 anos, ficou pronta, esperando energia. Isso porque ele acreditou no governo militar, que havia feito um acordo segundo o qual se ele construísse a fábrica, a Caima, no Município de Itaituba, a 30 km da sede, em plena selva amazônica, lá chegaria a energia para a fábrica funcionar. A fábrica ficou pronta, mas só funcionou há três anos, porque o Governo de Almir Gabriel, do PSDB, levou energia de Tucuruí, por intermédio do Linhão do Tramoeste, até Itaituba, e pôs a fábrica para funcionar.

Seu Santos fez esse investimento, levando uma nova condição de vida para aquela região e para o Município de Itaituba.

Quero aqui, às vésperas da comemoração do centenário do empresário João Santos, prestar-lhe as minhas homenagens e pedir que sejam encaminhados, Senador Marco Maciel, a sua família – seus filhos, ao Fernando, ao José, a todas as suas filhas – votos de congratulações do Senado Federal. Faço isso na certeza absoluta de que todos os Senadores irão me acompanhar neste requerimento de homenagem a este grande brasileiro que ainda hoje, já com 100 anos, pensa no futuro do Brasil e no futuro de seus

negócios, para continuar gerando emprego e renda para milhares de brasileiros.

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Presidente eterno do País e desta Casa, José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Fui signatário e quero associar-me às manifestações do Senado Federal pelo aniversário de cem anos, que se completam amanhã, do grande empresário brasileiro João Santos, que conheço desde os tempos em que comecei minha vida profissional no Maranhão, quando ele ali chegava para tentar instalar uma fábrica de cimento.

Trata-se de uma grande personalidade, um grande empreendedor, um grande homem, a quem muito devem o Nordeste e o Brasil. Ele faz parte da geração de José Ermírio de Moraes. Juntos, foram os pioneiros, no Brasil, na criação desta indústria de base tão importante ao desenvolvimento nacional, que é a do cimento.

Por outro lado, desejo associar-me também às alegrias da família de João Santos, filhos, netas e bisnetos. Principalmente, desejo abraçar Maria Clara, que herdou do pai as virtudes do trabalho e da inteligência, sendo uma grande empresária do setor hoteleiro brasileiro e uma excepcional figura humana, que honra o nome da família.

Quero terminar com um provérbio da Georgia, que dizia que, nessas datas raríssimas como é ter a graça de Deus de completar cem anos de existência, devemos desejar mil anos de vida e um século de abraços.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Feliz iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e quis Deus eu estar nesta Presidência. João Santos construiu o maior empreendimento do Estado do Piauí, na cidade de Fronteiras: a fábrica moderna de cimento de Nassau. Testemunho a gratidão e a admiração eterna do povo piauiense a esse empresário.

Aqui, conversando com esse homem que sabe a história do Brasil, Senador Paulo Duque, chegamos à conclusão de que, no séc. XIX, o maior empresário foi Mauá; no séc. XX, Matarazzo, os irmãos Antônio e José Moraes; e, sem dúvida nenhuma, João Santos.

E quis Deus estar aqui Crivella, homem de Deus, pastor de Deus. Está escrito no Livro de Deus: Deus abençoa os seus, escolhe os seus, dá longevidade, longa vida, e que durante toda a sua longevidade, ele exerça a sua atividade profissional. Ele é, sobretudo, um

abençoado, é um bem-aventurado, como Cristo dizia. A ele muitas felicidades, e à sua família, a seus filhos Fernando e José. E a família não é só a dele própria. Essa alegria passou a ser não só de Pernambuco, mas do Nordeste, do Brasil e do mundo, porque que ele é um dos bons exemplos.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador Jayme Campos.

Temos ainda o Professor...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não vou, de maneira nenhuma, refutar. O Senador Jayme Campos está aqui esperando há mais tempo que eu. Mas, pelo Regimento, nós intercalamos oradores inscritos com líderes, que falam por cinco minutos. V. Ex^a não cumpriu o Regimento. Fica aqui o meu protesto, mas também a minha homenagem ao Senador Jayme Campos, a quem ouviremos com muito prazer.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Serei bem rápido, Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu apenas queria dizer que Deus escreve certo por linhas tortas. Deus colocou V. Ex^a para permanecer mais aqui, o que garante maior audiência da TV Senado e a expectativa do povo brasileiro.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, em primeiro lugar, digo ao Senador Marcelo Crivella que serei bem rápido. Não vou passar sequer um minuto a mais do que o Regimento Interno me permite. Serei bem econômico na minha fala: são vinte minutos, e não falarei dez.

Sr. Presidente, neste último final de semana, o Democratas realizaram convenções municipais em todo o território nacional. Como Secretário-Geral da executiva da legenda, tive a oportunidade de visitar vários municípios do meu Estado e, com alegria, constatei o revigoramento da militância e o surgimento da confiança política da comunidade, após a confirmação do princípio da fidelidade partidária, tanto pelo Supremo Tribunal Federal como pelo Senado da República.

Não há dúvidas, a sociedade quer ver regras claras no ambiente eleitoral brasileiro. Quer sentir segurança na hora de escolher seu futuro. Por isso, a reforma política se impõe como tema inadiável. A

abordagem madura deste assunto traz luz sobre um aspecto sombrio da vida institucional do País.

A própria legitimidade do instituto democrático nacional corre riscos diante da morosidade para a revisão desta peça constitucional. A fragilidade de nossas leis para este setor já enseja decisões da justiça que orientam a conduta da classe política frente à legislação aprovada por ela própria no Congresso.

Recentemente, assistimos o Supremo Tribunal Federal regulamentar a questão da fidelidade partidária, causando constrangimento a políticos e partidos. Não pela atitude correta e equilibrada dessa Corte; mas por desvendar o desapego de algumas legendas e seus dirigentes aos mais elementares padrões éticos da convivência democrática.

Na verdade, o Supremo Tribunal Federal aplicou o chamado “freio de arrumação”, ou seja, um remédio jurídico para fortalecer a autoridade dos partidos, disciplinando o lamentável troca-troca dos eleitos, que tanto difama as siglas e tanto envergonha a atividade política.

Não é preciso jurisprudência para se compreender o óbvio: o voto é o alicerce que sustenta a ação política. A fidelidade devolve o respeito ao sufrágio e resgata a importância do processo eleitoral. Por isso mesmo, a decisão do Supremo, confirmada dias depois pelo Senado, num movimento liderado com espírito cívico elevado, pelo ilustre Senador Marco Maciel, revitalizou a militância nas bases. Observei esse fenômeno nos Democratas, mas, certamente, ele se espalha pelo PSDB, pelo PMDB, pelo PDT, pelo PT, pelo PSB, pelo PCdoB, pelo P-SOL e por todas as agremiações com tradição popular.

Sr. Presidente, querido Senador Mão Santa, outros capítulos da reforma política merecem igual reflexão dos eleitores: o financiamento público de campanha, federação de partidos e o voto distrital em lista fechada são propostas que, se aplicadas, mudarão a fisionomia das eleições no Brasil. Com consequências diversas para a vida nacional. Portanto, essa discussão não pode reverberar apenas no Congresso Nacional. É tema para debate com o cidadão, de maneira direta e produtiva.

No meu modo modesto de entendimento, pela importância institucional e pelo alcance dessa decisão no cotidiano do País, a reforma política deveria ser objeto de uma ampla consulta popular, na forma de um plebiscito ou de um referendo, em 2010, após a aprovação do PL nº 1.210, hoje tramitando na Câmara Federal, de autoria do nobre Deputado Régis de Oliveira e relatado pelo nosso companheiro Deputado

Democrata, Ronaldo Caiado. Principalmente porque serão alterados antigos mecanismos do sistema eleitoral brasileiro. É necessário que o comando dessas mudanças seja acionado pelo eleitor. O cidadão deve ter um papel ativo nessa revisão.

O Congresso Nacional tem que construir um novo pacto com a sociedade brasileira, uma aliança que restitua a confiança e a autoridade do Legislativo como força de representação popular. E, tenho certeza, esse momento virá com a reforma política. Não como uma legislação que simplesmente acomode interesse deste ou daquele grupo, mas sim por meio de um código ajustado com o cidadão, debatido com liberdade e escolhido pela maioria da nossa sociedade.

Senador Mão Santa, no voto reside a virtude ética da democracia. É a ele que devemos compromisso. Passou-se o tempo dos políticos de dupla face, que têm um discurso nas ruas e outra postura depois de eleito.

Srs. Senadores, que a reforma política nos permita o direito de edificar pontes em direção ao sentimento popular, e jamais muros de arrogância contra a vontade do povo.

De modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluindo a minha fala e permitindo que o ilustre Senador inscrito, César Borges, possa fazer uso da palavra, faço um apelo ao nosso Presidente da CCJ, ilustre Senador Marco Maciel: não podemos permitir, como vi ontem, o Senador Tião Viana querer votar 21 PECs aqui. Eu acho que o Senado Federal tem de discutir; caso contrário, a nossa Constituição será uma verdadeira colcha de retalhos, Senador Heráclito Fortes. Temos que nos preocupar, tendo em vista que percebemos todos os dias que aparecem PECs e mais PECs, daqui a pouco sem discussão alguma. Às vezes, alguns Senadores não estão sabendo nem o que foi votado. E V. Ex^a, como Presidente da CCJ, uma comissão importante aqui neste Senado Federal, imagino que esteja preocupado também, tendo em vista termos de discutir com a maior amplitude possível as PECs que estão sendo propostas. Agora, existem 21 PECs na Mesa para serem votadas na Ordem do Dia. Faço um apelo a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Pois não, e se V. Ex^a me permite um breve aparte.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Com prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Gostaria de me associar às considerações que V. Ex^a faz sobre o assunto e lembrar, por oportuno, que o Congresso, por ser a Casa das leis, deve ter muito

cuidado com todo o processo de sua elaboração. Ainda ontem, citava o jornalista Prudente de Moraes Neto, neto do Presidente Prudente de Moraes, como o nome indica, e que assinava artigos com o pseudônimo de Pedro Dantas. Ele disse, com muita propriedade, que o Parlamento não é fábrica, que deva caracterizar-se pela produção. Sua maior virtude está quando depura, decanta, aperfeiçoa as proposições. Considero que o Brasil não quer muitas leis; o Brasil quer boas leis. Daí, o cuidado que V. Ex^a expressa, que é o meu, e penso também da maioria da Casa, no sentido de que devemos preocupar-nos com a elaboração das regras e, sobretudo, quando dizem respeito a matéria constitucional. Hans Kelsen dizia que a norma constitucional está no cimo de uma pirâmide, é a lei das leis. Ela vai condicionar todo o restante do ordenamento jurídico de um país. Daí exigir-se um estudo mais acurado. A própria Constituição estabelece regras rígidas para sua alteração, o que pressupõe um estudo mais longo, mais aprofundado, para que possamos fortalecer nossas instituições e criar condições para que o País tenha mais segurança jurídica. Muitas vezes, o Brasil deixa de receber investimentos estrangeiros por não ostentar um quadro de plena segurança jurídica.

Esse é um trabalho que, a meu ver, cabe ao Congresso e pode inserir-se, como V. Ex^a lembrou, no conjunto das chamadas reformas políticas. Encerro minhas palavras cumprimentando V. Ex^a pela análise que faz e também pelas conclusões a que chega.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex^a, realmente, colocou com bastante praticidade, sobretudo com objetividade, a questão da segurança jurídica do nosso Brasil.

Hoje, lamentavelmente, até o processo de modernização do Brasil passa necessariamente pela segurança jurídica. Há hoje ainda um temor, sobretudo dos investidores estrangeiros, de vir ao Brasil, na medida em que não temos segurança jurídica de forma concreta, transparente e, acima de tudo, objetiva.

De tal forma que essa é a minha preocupação como cidadão brasileiro. Espero que tenhamos neste Brasil, com certeza, uma lei forte, uma Constituição que todos nós possamos respeitar e na qual possamos, acima de tudo, acreditar.

Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como Líder, o Senador Crivella. S. Ex^a poderá usar o tempo que achar conveniente.

Quero, antes de S. Ex^a começar, apenas me solidarizar com o Partido Democratas, que fez realizar uma bela convenção no Piauí. É um grande Partido. Sem eles – Marco Maciel, Aureliano Chaves, Jorge Bornhausen, Antonio Carlos Magalhães – não teria havido a transição democrática. No Piauí, eles têm esse extraordinário Líder, que é Heráclito Fortes, e eu o representei numa convenção, cujo Presidente era o Líder Barbosa, na cidade de Parnaíba, no Piauí.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder do PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores presentes a este plenário, fiquei aqui até o final na sessão porque precisava extravasar meus sentimentos, já que, hoje, na capa do jornal *Folha de S. Paulo*, sai uma declaração do Governador do Estado do Rio de Janeiro, que precisa de uma reflexão.

O Governador, em um momento de entrevista e no entrevero de violência que vive o Rio de Janeiro, atribui à prole das favelas o principal vetor da violência no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, eu gostaria de trazer aqui uma breve reminiscência histórica. A primeira favela brasileira, Senador César Borges, surge em 1870, com o retorno dos Voluntários da Pátria. Os Voluntários da Pátria foram os escravos brasileiros levados à Guerra do Paraguai. Em 1865, cinco anos antes, o Brasil enfrentou a pior guerra da sua história. O Paraguai, com a prata do Potosí, tinha um exército maior que o nosso – 80 mil homens, 60 mil na reserva, dizem os historiadores. O Paraguai tinha a sua frota, invadiu a Argentina, tomou o Rio Grande do Sul e um pedaço do Mato Grosso. Nós nos unimos à Argentina e ao Uruguai. E Dom Pedro II lançou um programa: Voluntários da Pátria. Em que consistia esse programa? Oferecer aos infelizes negros, escravos, a oportunidade de serem alforriados se fossem à guerra.

Todo homem nasce livre. Não os escravos, não os descendentes dos que vieram da África construir este País. Em 1865, ainda faltavam 23 anos para o dia em que Nabuco, Patrocínio e a Princesa Isabel nos redimiram da vergonha extrema da escravidão.

E eles foram à Guerra do Paraguai.

O primeiro navio chamou-se Ceres e saiu com os negros dos canaviais de Campos. Centenas deles povoaram os galeões, deixando o litoral brasileiro para, com sangue rubro-negro, manchar as águas do rio Paraguai. Pois bem, Sr. Presidente, voltaram esses homens cinco anos depois, combalidos, sofridos, mas vitoriosos, heróis da Guerra do Paraguai.

Foram recebidos pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro e encontraram a seguinte situação: alforria, sem trabalho e sem moradia. E, para morar, para instalar as residências desses soldados, que não tinham mais o direito à senzala, porque não eram mais escravos, foi-lhes dado o Morro da Providência, a primeira favela brasileira. A primeira favela do Estado do Rio de Janeiro é o Morro da Providência, povoada com os heróis da Guerra do Paraguai. Atentai bem! Assim começa o paradigma da construção do Rio de Janeiro. A partir daí, cada empresário que chega, e já se passaram 137 anos, usa o mesmo método do Estado.

Trouxemos muitos nordestinos. Eles construíram Copacabana, Ipanema, Leblon, Ponte Rio-Niterói, Corcovado, Pão de Açúcar; fizeram a Região dos Lagos, as montanhas. Pagava-se um salário miserável e perguntavam “onde vão morar?” Favela; vai pra favela, vai morar no morro.

Sucessivas gerações de negros, brancos pobres e nordestinos mestiços construíram aquele grande Estado recebendo salário aviltante e, para morar, o paradigma do Estado, fundado por Dom Pedro II: favela. Assim, Sr. Presidente, mais de setecentas comunidades carentes hoje abrigam descendentes, basicamente, de negros escravos e de nordestinos.

Sr. Presidente, quando hoje alguém olha para essas comunidades carentes e vê ali traficantes, prostitutas, vendedores de produtos pirateados, na verdade, não vê a realidade. Tem-se ali, Sr. Presidente, um monumento à exploração do homem pelo homem, a desigualdade social em níveis absurdos. E quando se caçam esses meninos do narcovarejo das drogas, sem que consigamos colocar as mãos nos financiadores, nos importadores, nos organizadores do narcotráfico, esquecemos que somos nós os construtores desse abissal, monstruoso, miserável, tétrico ambiente-cenário de desigualdade, como disse, nas favelas brasileiras.

Sr. Presidente, é preciso que se veja os homens de bem, aqueles que trabalham – e são a maioria –, ainda com um salário miserável, sem condições sequer de terminar suas casas. Lembremos que o BNH, o Banco Nacional da Habitação, acabou no governo passado. Surge agora, com o Presidente Lula, o Sistema Nacional de Habitação Social, mais recente. Como o Rio de Janeiro era oposição ao Lula, não se criou o Fundo Estadual do Sistema Nacional de Habitação Social. Portanto, no Governo Rosinha, não recebemos um tostão; começamos a receber este ano, com o Cabral.

É preciso resgatar a história para que as pessoas não coloquem a culpa da violência naqueles que hoje,

por não acreditarem mais no valor do trabalho e do estudo, servem à violência, porque seus antepassados foram massacrados por essa forma de construir o Estado nacional, sempre concentrando riqueza e poder.

Sr. Presidente, não é com mais violência, não é colocando a culpa no pobre que as coisas se resolvem. Aliás, isso já é uma máxima nacional. Nossos antepassados cunharam isso com uma legenda irretocável: diziam os nossos avós que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco.

As pessoas, quando olham para a Previdência, não conseguem enxergar o déficit das grandes empresas. Dizem que a Previdência está quebrada porque o aposentado brasileiro hoje se aposenta aos sessenta e quer viver até os oitenta, quando devia se aposentar aos sessenta anos e morrer aos 62! Ora bolas, um aposentado vive demais! Então, a culpa da Previdência quebrada é do infeliz do aposentado, que está vivendo muito.

A culpa do problema da saúde? Pergunte lá aos prefeitos do meu Estado e a resposta será: é sempre do doente. “Ah, porque vem doente de outro Município, vem doente de outro Estado, vem doente que não é daqui!” Eu cheguei a ponto de ouvir uma autoridade da República dizer que a culpa dos juros altos era do brasileiro, que não levantava o traseiro para procurar juros mais baixos. Imagine se um assalariado brasileiro tem condições de barganhar taxa de juros de cartão de crédito ou de cheque especial com esses grandes bancos também intensamente concentrados!

Sr. Presidente, hoje, 80% da dívida interna brasileira, de R\$1,2 trilhão, pertence a quinze mil famílias brasileiras. Essa riqueza anômica, conspícua, perdulária e faustosa é irmã siamesa dessa miséria abaixo da linha da dignidade, e essas duas irmãs só vivem uma em função da outra. Monstruosas irmãs siamesas: uma vive em função da outra.

Portanto, Sr. Presidente, venho aqui fazer esta defesa veemente dos cariocas, dos fluminenses, dos descendentes dos africanos e dos nordestinos, que hoje se sentem tristes em face de uma atitude, ou melhor, de uma declaração que, a meu juízo, não se coaduna com o Senador, com o homem humano, com a pessoa amistosa e democrática que nós ajudamos a eleger e que amanhã, tenho certeza, com o pensamento mais elaborado, há de se explicar. Não é possível dizer que a violência no Rio de Janeiro se deve à existência de uma fábrica de marginais, de mulheres pobres nas favelas que não conseguem fazer um aborto legalizado.

É bom lembrar que narcotráfico na ponta é pó e nariz. Se o pó está na favela, o nariz está na Zona Sul

do Rio de Janeiro, como disse esta semana o Jornal **O Globo**, atestando que os consumidores de drogas não sofrem a repressão que a polícia faz, repito, contra esses infelizes jovens do narcovarejo das drogas e que o grande consumo das drogas, miserável e desgraçadamente, se encontra na classe A do Rio de Janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, quero fazer essa defesa histórica. Quero que fique registrado nos Anais desta Casa que povo do Rio de Janeiro – mais de um milhão de pessoas que hoje habitam as favelas do Rio de Janeiro –, na verdade, não é quem cria a violência, mas quem sofre a mais perversa violência, por conta também de uma política econômica que ainda não conseguimos superar.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador César Borges, do Democratas da Bahia.

Em seguida, para encerrar a sessão, será a vez do Senador Delcídio Amaral. Todo o Mato Grosso do Sul, inclusive a nossa Dona Rosely, exemplo de mulher guerreira do nosso País, está esperando a sua voz.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, minha fala será breve.

Quero registrar que recebi um convite, hoje, de uma empresa estrangeira que está em nosso País há mais de oitenta anos e está atualmente no Estado da Bahia: A Ford Motor Company Brasil.

No convite se faz referência ao fato de que a Ford Motor Company Brasil inaugurou o Complexo Industrial Ford em Camaçari, na Bahia, tornando-se a primeira montadora a se instalar no Nordeste. Após seis anos de atividades, seus produtos estabeleceram-se no Brasil e em vários países, incluindo Argentina, México, Chile e Venezuela. Mais do que um empreendimento de sucesso, esse investimento é motivo de orgulho para a empresa por ter sido uma contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Além da geração de emprego e renda, o Complexo Industrial Ford na Bahia produz tecnologia, tornando-se referência de qualidade e inovação em todo o mundo.

O convite é para que nos juntemos à Ford Motor Company Brasil na comemoração de mais uma conquista: a marca de um milhão de veículos produzidos no Complexo Industrial Ford em Camaçari.

O evento contará com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e do Exmº Sr. Governador do Estado Jaques

Wagner, e acontecerá segunda feira no Complexo Industrial Ford Nordeste na Av. Henry Ford, 2000 – Camaçari, Bahia.

Faço questão de utilizar esse tempo, falando aqui para todo o País e, de forma muito especial, para os baianos, porque isso é algo que me orgulha profundamente, Sr. Presidente Mão Santa. V. Exª era Governador do Piauí e deu total apoio à luta da Bahia para que nós tivéssemos, pela primeira vez na história deste País – e continua sendo assim –, a indústria automobilística fora do eixo São Paulo e que se expandiu até Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Pela primeira vez – e continua dessa forma –, o Nordeste brasileiro conseguiu um complexo automobilístico, que, sem sombra de dúvida, representa um paradigma de desenvolvimento tecnológico; uma indústria de ponta que traz uma série de consequências positivas para o desenvolvimento industrial, tecnológico, econômico, em qualquer lugar que se implante.

Nós produzimos hoje, no Estado da Bahia, 10% dos veículos deste País. Foi uma aposta de alto risco feita naquele momento; uma parceria entre a Ford Motor Company do Brasil, que estava decrescendo a sua participação no mercado automobilístico brasileiro e que viu no Projeto Nordeste, no Projeto Camaçari, a possibilidade de retomar uma participação importante neste importante mercado que é o Brasil. Senador Delcídio Amaral, a Ford apostou, porque era um investimento de aproximadamente US\$2 bilhões.

Eu era Governador do Estado e não tive a menor dúvida de olhar para o momento que vivíamos. Era um momento histórico, era uma decisão que, ou tomaríamos naquele momento, ou passaríamos décadas talvez sem a possibilidade de uma indústria automobilística no Nordeste.

Tomei a decisão firme e determinada de que iríamos implantar essa indústria automobilística, e apoiamos – o Estado tinha condições de fazê-lo. Tivemos apoio decisivo de nossos correligionários políticos. Destaco o papel do nosso saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães. A luta foi grande. O Centro-Sul, São Paulo em particular, resistiu muito a que houvesse os benefícios fiscais que permitiriam à Ford se instalar no Nordeste, porque sem os benefícios não teríamos essa possibilidade. Há um diferencial de custo entre uma indústria implantada com a massa crítica que existe no Estado de São Paulo – a proximidade dos centros consumidores e dos produtores das matérias-primas – e uma fábrica no Nordeste brasileiro, mas a luta foi vencida. Apostamos e ganhamos. Foi a união entre o Governo do Estado e a empresa. O Governo

Federal resistiu inicialmente, mas se dobrou à vontade do Nordeste brasileiro, naquele momento representado pela Bahia.

Foi uma aposta arriscada também: em dezembro de 1999, assinamos o protocolo de intenções – vejam bem, Srs. Senadores, dezembro de 1999 –, e a fábrica já funcionaria em 12 de outubro de 2001. Uma fábrica de aproximadamente 500 mil metros quadrados foi construída em menos de dois anos e entrou em funcionamento. Naquele momento, o mercado automobilístico brasileiro estava em descenso. Estávamos produzindo, naquela época, menos do que produzíamos em 1997, marca que só estamos atingindo praticamente este ano. No ano de 1999 e 2000, o mercado automobilístico brasileiro estava retraído.

Em 1997, chegamos a produzir quase dois milhões de veículos, mas, naquele momento, estávamos reduzidos a uma produção em torno de 1,4 milhão de veículos. A Ford arriscou, e o Governo da Bahia foi parceiro. Tivemos resistências, incompreensões, inclusive dos partidos adversários do Governo do Estado, que não se colocaram a favor daquela luta, mas a aposta foi vitoriosa.

Felizmente, o País voltou a crescer, a indústria automobilística voltou a crescer, e temos de destacar a sua participação. A partir da retomada do desenvolvimento econômico, que se dá no momento que vivenciamos hoje, a indústria automobilística brasileira bate recordes. Nós já batemos, neste momento, no final de outubro, o recorde da produção que houve em 1997. Já ultrapassamos, Senador Delcídio, neste momento, o que produzimos em 1997, dez anos praticamente depois, e devemos produzir mais de 2,4 milhões de veículos aproximadamente neste ano no País.

Há que se destacar o acerto da política econômica, da política de crédito, e hoje nós estamos – como diz aqui este convite – exportando do Nordeste brasileiro para Argentina, México, Chile, Venezuela. Entretanto, estamos produzindo principalmente para o mercado interno, porque as exportações, diante da desvalorização do dólar, tornaram-se desinteressantes economicamente para as empresas, e o mercado interno hoje se mostra francamente comprador.

Devido a isso, na segunda-feira próxima vindoura, estará o Presidente da República lá, em Camaçari, festejando o milionésimo veículo produzido no Estado da Bahia. Isso traz orgulho sobremaneira para aqueles que lutaram pelo projeto. E não foram poucos, foram muitos. Outros não foram bem assim a favor, mas, de qualquer forma, o resultado é extremamente positivo.

A expectativa: geração de mais de oito mil empregos diretos e cinquenta mil indiretos; crescimento do PIB, quase que duplicando do período para cá; a empresa chegando, em menor tempo do que estava previsto contratualmente, ao total da sua produção máxima, que é de 250 mil veículos – essa meta era para ser alcançada em cinco ou seis anos, mas foi alcançada com três anos de funcionamento. Assim, um milhão de veículos foi produzido de outubro de 2001 até a presente data.

Então, temos de comemorar, porque hoje, além do que estava previsto – 75% do índice de estadiação dos componentes do veículo –, a Bahia conquistou novos empreendimentos industriais, como os de pneus, por exemplo: Pirelli, Firestone e Continental estão produzindo pneus na Bahia.

A Bahia avançou porque conseguiu um parque tecnológico. O próprio centro de desenvolvimento de produtos da empresa se deslocou para a Bahia – mais de mil engenheiros compõem esse centro de desenvolvimento tecnológico –, e a Universidade Federal da Bahia criou cursos específicos para o setor automobilístico. Então, só temos a comemorar o sucesso.

O Presidente da República vai participar desse evento, e tem todo o direito de participar, porque neste período, efetivamente, a indústria automobilística brasileira retomou o crescimento e contribui muito para o desenvolvimento econômico do nosso País. É um sucesso esse empreendimento.

Na época, muitos criticaram; disseram que estávamos a apoiar uma multinacional, que estávamos a abrir mão de impostos. E nós não tínhamos nada, não recolhíamos nada, porque não tínhamos a indústria automobilística. Então, nós demos incentivos corretos, na hora certa. Foi um momento histórico decisivo para o desenvolvimento industrial do meu Estado. Estou falando aqui porque estarei lá presente, e orgulhoso de ter participado, como Governador do Estado, dessa grande conquista para a Bahia e para o Nordeste brasileiro.

Agradeço muito, Sr. Presidente Mão Santa, a V. Ex^a em particular, porque, naquela época, eu pedi o apoio dos Governadores do Nordeste, que apoiassem a luta da Bahia, que não era uma luta só da Bahia, mas uma luta do Nordeste brasileiro. E V. Ex^a, como todos os Governadores daquela época, assinaram um documento ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, dando apoio à luta da Bahia, que era uma luta pelo desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos aqui, na Presidência, dar um testemunho do homem de visão que V. Ex^a representa. Eu sei, a Bahia, a encantadora Bahia. Lá começou o Brasil. Nesses 507 anos, Antonio Carlos Magalhães fez muito pela Bahia, assim como Getúlio fez muito por este País, o grande estadista. E Getúlio teve familiares políticos, filha, genro. Antonio Carlos Magalhães também os teve, mas aquele que simbolizou Getúlio na sua luta trabalhista foi João Goulart. V. Ex^a é o João Goulart de Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a transformou, transformou não a Bahia, mas o Nordeste, com essa empresa, essa empresa que transformou o mundo. Henry Ford, o mestre da indústria automobilística, quando lhe perguntaram o que faria se houvesse um incêndio, ele respondeu: “Eu ia ver o que a comunidade necessitava e faria uma empresa para atender às necessidades da comunidade”. E ele produzia, baseado no princípio de menor tempo, menor custo e maior quantidade. Foi daí que nasceu a grande indústria, e vimos 10% da indústria automobilística. O essencial é invisível aos olhos. V. Ex^a levou para o Nordeste esse espírito de Henry Ford, e o Nordeste cresceu na sua industrialização graças a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o brilhante Senador do Partido dos Trabalhadores, de Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio Amaral.

O Partido dos Trabalhadores ainda pode usar a estrela como símbolo, mas uma coisa eu afirmo para o Brasil: essa estrela é V. Ex^a. Não só pela competência de engenheiro, mas V. Ex^a deu a este País aquilo de que ele mais precisa: virtude, austeridade e coragem. V. Ex^a escreveu a mais bela página deste Senado quando presidiu a CPMI dos Correios. O STF mostrou 40 aloprados, mas o DNA desse movimento de moralidade, dessa esperança de Ordem e Progresso, nós o devemos a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras, ainda mais partindo de V. Ex^a, que admiro muito. V. Ex^a é um dos principais senadores da nossa Casa, um senador popular, conhecido nos quatro cantos do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador César Borges, estou aqui para fazer um resumo dos trabalhos da Subcomissão que tratou dos marcos regulatórios. Foi uma subcomissão criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, e tra-

balhávamos, meu caro Presidente Mão Santa, todas as segundas-feiras, às 17 horas. Portanto, num dia difícil, porque os senadores, normalmente, às segundas-feiras, estão em seus estados, fazendo o trabalho que todos executamos diretamente com a nossa gente, com o povo dos nossos estados.

Mesmo assim, junto com o Senador Garibaldi Alves e com outros senadores, sendo Vice-Presidente o Senador Sérgio Guerra, nós, que formávamos uma Subcomissão muito pequena – éramos sete Senadores –, nesses sete meses, fizemos um trabalho de fôlego. Tratamos de setores fundamentais da infra-estrutura brasileira, buscando ouvir empresários, técnicos, dirigentes de empresas, pessoas que desempenham papel fundamental no Governo Federal, nos governos estaduais, nas prefeituras.

Nessas dezessete reuniões que realizamos, tratamos do assunto que toma conta do Brasil e que está diretamente associado ao futuro do nosso País, que é a infra-estrutura. Não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que o maior desafio do País atualmente é a infra-estrutura. Não tenho dúvida nenhuma disso. E, para que haja infra-estrutura, para que surjam investimentos privados, sejam nacionais, sejam estrangeiros, para que, inclusive, as empresas estatais invistam, é importante que as regras do jogo sejam muito claras.

O Brasil precisa de investimentos, Senador César Borges, de todos, privados e estatais, porque precisamos crescer; e, para crescer, temos de ter infraestrutura.

Foi assim que realizamos uma série de audiências públicas. Começamos pela energia elétrica, Senador César Borges, mas falamos de abastecimento, de derivados de petróleo, de gás natural, de biocombustíveis, de telecomunicações, de prospecção e produção de petróleo e gás natural, de recursos hídricos, de transportes rodoviários, ferroviários, hidroviários, de portos, da aviação civil, que hoje continua nas manchetes da nossa imprensa; falamos de saneamento básico, Senador César Borges, cuja matéria V. Ex^a conhece em profundidade – foi o Relator do projeto, que teve êxito, diga-se de passagem, aqui, no Senado Federal; falamos de meio ambiente e de resíduos sólidos, um tema importantíssimo – é tirar dinheiro do lixo, Sr. Presidente, ao mesmo tempo preservando o meio ambiente e a saúde da população; falamos de mineração, ouvimos grandes empresas; falamos de comunicação social. Na fase em que hoje as telecomunicações se encontram, é absolutamente necessário aquele teor nacional em tudo aquilo que vai ser acompanhado pela nossa gente. Com as telecomunicações, com o avanço da

tecnologia e com a prestação de serviços, inclusive por estrangeiros, o conteúdo nacional é fundamental para a preservação da nossa história e da nossa cultura, e esse vai ser um grande tema a ser tratado nos próximos meses e nos próximos anos aqui, no Senado Federal e no Congresso Nacional. Fizemos uma audiência também com a Anvisa, tratando da vigilância sanitária, importantíssima para o nosso País.

Queria resumir rapidamente, Sr. Presidente, mais uma vez contando com a paciência e com a tolerância de V. Ex^a, e chamar a atenção, Senador César Borges, para aqueles pontos principais que destacamos, junto com o Senador Garibaldi Alves, que foi o Relator da Subcomissão, de alguns desses tópicos que acabei de citar.

No caso da energia elétrica, além das recomendações desse relatório, atacamos dois pontos, que, na leitura das Senadoras e dos Senadores que pertencem a essa Subcomissão, serão fundamentais, principalmente para os empreendimentos, Presidente Mão Santa, hidrelétricos no Brasil. São dois projetos de lei que tratam, primeiro, com o Conselho Nacional de Política Energética, que cumpre seu papel de grande mentor e de grande construtor da política energética brasileira, da matriz energética brasileira. E cabe ao Conselho Nacional de Política Energética escolher aqueles projetos que são estruturantes, que são projetos nacionais, e contar com o apoio do Ibama para que acompanhe todo o estudo ambiental feito pelos empreendedores, de tal maneira que o Ibama atue preventivamente, inclusive tratando de questões indígenas.

O projeto de Belo Monte, na Amazônia, que é excelente – e tive a oportunidade, quando eu era barrageiro, Presidente Mão Santa, de andar pelo rio Xingu, no futuro barramento de Belo Monte –, hoje, Belo Monte tem dificuldades com áreas indígenas. Então, apresentamos sugestões nesse projeto de lei.

Talvez, se essas práticas existissem, Senador César Borges, já estivéssemos muitos mais adiantados, por exemplo, com a hidrelétrica do rio Madeira, que vai gerar quase seis mil megawatts para o Brasil. Belo Monte gerará cinco mil na primeira etapa e mais cinco mil na segunda etapa.

Portanto, estamos apresentando esses projetos, que serão encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos, e, ao mesmo tempo, retirando a responsabilidade criminal dos gerentes do Ibama, Senador César Borges, porque, hoje, há o risco de alguém ser processado pelo Ministério Público por ter dado uma licença.

Não estou criticando o Ministério Público, que tem feito um trabalho exemplar – tanto o Ministério Público Federal quanto os Ministérios Públicos estaduais –, mas devemos ter, mais do que nunca, as condições necessárias para que esses profissionais exerçam seu papel. Estamos sugerindo que eles possam sofrer processos se aquelas licenças trouxerem algum dolo para as questões de caráter ambiental e as questões sociais, separando muito bem, Senador César Borges, o quadro atual de um quadro muito mais sensato, de um quadro muito mais razoável para se executarem esses projetos e esses programas.

No que se refere à área de abastecimento, estamos sugerindo que, para os projetos da área de petróleo, gás natural, refino, petroquímica, dutos e combustíveis renováveis – essa é uma solicitação do setor de petróleo –, haja benefícios fiscais de PIS e Cofins, como foi dado no Programa de Aceleração do Crescimento para a área de energia e para outros segmentos importantes que vão promover o desenvolvimento do nosso País.

Quando falamos de petróleo e gás, Senador César Borges, estamos falando de energia, de uma das formas de energia. A Petrobras tem a propaganda “O Desafio é a nossa Energia”, porque, hoje, ela é uma empresa de energia e não de petróleo, naquele conceito antigo. E nenhuma mais o é.

Costumo lembrar, Senador César Borges, que existe uma empresa, na Inglaterra, chamada British Petroleum – em uma tradução simplérrima, primária, “empresa britânica de petróleo”. Hoje, ela chama-se Beyond Petroleum, ou seja, “além do petróleo”. Por quê? Porque grupo algum quer ser carimbado como empresa de petróleo. Trata-se de uma empresa de energia, que vende pacotes energéticos a partir das várias fontes que produz hoje, inclusive as alternativas, como biocombustíveis etc. Então, acrescentamos isso.

Senador César Borges, V. Ex^a foi Governador de Estado e fez um trabalho excepcional, que, hoje, registro como uma iniciativa ousada para a época e que acompanhei muito bem. Essa indústria, na época, iria para o Rio Grande do Sul, mas a Bahia capturou o projeto. Isso é importante porque traz indústria de transformação, que V. Ex^a citou aqui com muita competência.

Incluímos aqui, também, incentivos para matérias-primas da indústria petroquímica, porque, no PAC, há incentivo para etano, propano, butano e nafta. É importante registrar que o Brasil vai desenvolver um pólo petroquímico no Rio de Janeiro à base de óleo, uma coisa extraordinária sob o ponto de vista tecnológico.

Então, estamos nos antecipando a esse projeto, que é um divisor de águas na petroquímica brasileira.

Na área de telecomunicações, Sr. Presidente, especificamente, foram apresentados dois projetos de lei, além de outras recomendações que não vou citar para não estender esta sessão até às 22 horas. Um desses projetos de lei harmoniza o tratamento das diversas modalidades dos serviços de televisão por assinatura. Por quê? Porque as regras, a filosofia e o conceito adotado são os de tecnologia. Estamos passando para um conceito de serviços, para criarmos maior competitividade dentro desse setor. Ao mesmo tempo, definimos o disciplinamento, num outro projeto de lei, para a implantação de infra-estruturas em vias urbanas.

Isso é importante, Presidente Mão Santa – V. Ex^a e o Senador César Borges já foram Prefeitos e Governadores –, porque descobrimos que, hoje, nos Municípios, são um problemão os serviços prestados à população: a questão da faixa de servidão, o compartilhamento dessas atividades em ruas de cidades ou em galerias, onde há serviços de energia, telefonia, água e esgoto, enfim.

Então, o objetivo é disciplinar isso, não só atendendo a área de telecomunicações, mas também outros serviços.

É importante registrar, também, que uma das audiências mais importantes que tivemos foi sobre prospecção e produção. Existe uma série de sugestões apresentadas, extremamente importantes para o setor de petróleo – e aqui estiveram diretores da Petrobras e da Shell –, recomendações absolutamente pertinentes, que, não tenho dúvida alguma, se atendidas, incentivarão ainda mais a produção de óleo no País.

Com relação ao tema recursos hídricos, Sr. Presidente, destaco, além de todas as outras sugestões, a PEC nº 43, que trata de dominialidade das águas subterrâneas e que está tramitando no Senado Federal, e um projeto de lei que estende o regime de outorga do uso também para aproveitamentos ligados a águas minerais, uma coisa que não existia, aos quais vamos passar a dar um tratamento semelhante ao que é dado aos aproveitamentos hidrelétricos no País.

Na área de transportes, eu gostaria apenas de destacar e enfatizar, especificamente, os transportes ferroviários, Senador César Borges, a respeito dos quais V. Ex^a já falou muitas vezes. O Presidente Mão Santa é um amante, um fã deste modal de transporte: as ferrovias.

Primeiramente, a garantia do direito de passagem, que é, hoje, um gargalo para que essas ferrovias funcionem de uma maneira integrada. Outro ponto é o

estabelecimento de um preço teto, exatamente para que os concessionários, a partir desse preço teto, busquem uma eficiência maior, que vai impactar diretamente as tarifas de transporte, viabilizando custos que vão garantir a competência dos nossos produtos, não somente no País, levando preços mais baixos para a nossa população, como disputando, de igual para igual ou de uma maneira até mais competitiva, com outros *players*, com outros exportadores mundiais.

No que se refere à aviação civil, a nossa recomendação é a aceleração de projetos que abram o capital das empresas aéreas, passando desse limite de 20%. Creio que não dá mais para convivermos com essas limitações.

Em relação ao saneamento básico, Sr. Presidente, não mexemos em absolutamente nada, porque, nas oitavas que tivemos, de um modo geral, a opinião de todos os atores desse setor é de que o projeto é bom e de que, agora, devemos esperar para que, se for necessário, Senador César Borges, promover-se algum aperfeiçoamento, isso seja feito mais adiante.

Há uma visão muito positiva, Presidente Mão Santa, desse projeto que foi aprovado no Senado.

Concedo um aparte ao Senador César Borges, com muita honra.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Senador Delcídio Amaral, eu me sinto honrado em fazer um aparte a esse pronunciamento de V. Ex^a, que estou ouvindo com a maior atenção, pela sua importância.

V. Ex^a tocou na questão saneamento. Em questão de infra-estrutura, o saneamento tem lugar especial, porque, acima de tudo, cuida da vida humana e preserva a saúde do povo brasileiro. É inconcebível imaginar um País que queira caminhar para o desenvolvimento, que queira, um dia, se dizer desenvolvido, ainda conviver com uma taxa tão baixa de esgotamento sanitário, atendendo a menos da metade da população brasileira. Veja bem V. Ex^a, que estudou detalhadamente este assunto, assim como outros relacionados à infra-estrutura: foi desonerada a energia de PIS e Cofins, e V. Ex^a a pretende para outros setores: saneamento,...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – ...água – que é saúde, é vida – esgotamento sanitário – que também é higiene, é saúde, é vida – não foi desonerado. Nós o colocamos no nosso marco regulatório de saneamento, que demorou 20 anos para ser aprovado, foi aprovado, mas, lamentavelmente, foi vetado pela Presidência da República. Agora, espero que no bojo da discussão que envolve a CPMF possa se desonerar,

porque não se pode viver sem a água. Paga-se por ela, porque tem-se que viver. A água mais cara do mundo é aquela que não se tem; e esgoto da mesma forma. Então, que o setor seja olhado com carinho. Mas, de modo geral, V. Ex^a faz um trabalho de amplo fôlego. V. Ex^a demonstra um profundo conhecimento. Por isso, acho que devemos, de agora em diante, criar uma frente parlamentar, e ela já existe, pela infra-estrutura brasileira, porque este País não pode imaginar que vai crescer a taxas de 4%, 5%, 6%, 7% como queremos sem infra-estrutura em todos os setores, desde o de transporte ao energético.

Acredito que quando o setor governamental se unir com o setor privado e realmente tirarem os gargalos – que são muitos: V. Ex^a tem apontado a burocracia, as questões ambientais não resolvidas, e assim por diante –, então, quando tirarem esses gargalos e pudermos avançar na infra-estrutura, este País será outro. Em recente visita à Alemanha, à região de Frankfurt, vi o tratamento dado ao lixo. O lixo passa a ser uma nova economia, a econologia, a economia oriunda do lixo. Lá sequer pode pensar em aterro sanitário, Senador Delcídio. Ainda estamos falando, aqui no Brasil, em lixões. Temos lixões espalhados por este País afora. Quando avançamos chegamos ao aterro sanitário. Na Alemanha, nem aterro sanitário se pode fazer. Todo o lixo é transformado em energia, em vapor, em riqueza para a população. Os municípios têm condições, porque são apoiados pela federação para fazer esse trabalho. Portanto, quero me prestar inteiramente a esse trabalho que faz V. Ex^a, ser seu parceiro. Acredito que o país do futuro tem de ser um país com infra-estrutura. Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador César Borges. V. Ex^a conhece este assunto como poucos no Congresso Nacional, e a ele se dedicou com afinco, não só com a sua experiência administrativa mas também nesta Casa, o Senado, ouvindo muitas pessoas.

O tema “resíduos sólidos” nos tomou muito tempo. Ouvimos muitas pessoas, surgiram sugestões as mais modernas, dentro de uma leitura completamente diferente desse lugar comum em que vivemos, e que V. Ex^a citou muito bem, que são os lixões, o aterro sanitário. Nós chegamos – e não ousamos fazer isso ainda por que, como V. Ex^a disse, precisamos discutir um pouco mais, porque este assunto não passou de recomendações – a criar uma lei de responsabilidade ambiental. Não existe a Lei de Responsabilidade Fiscal? Também poderia haver a de responsabilidade ambiental para que tivéssemos um controle muito mais intenso, um

controle social desse processo nos Municípios, nas indústrias, nas empresas, nos aproveitamentos de hidroeletricidade, sem falar – e V. Ex^a citou muito bem – nas usinas que geram energia a partir do lixo, sem falar nos catadores de lixo, que vieram aqui fazer uma exposição, mostrando o desempenho que têm hoje, separando latas de alumínio, plástico. O Brasil hoje, surpreendentemente, Presidente Mão Santa, é um País de ponta nesse processo de qualificação do lixo. Eu não sabia disto. Surpreendi-me com a exposição que vi e com os dados que foram apresentados por várias empresas que também trabalham nesta área.

Este é um tema e um desafio porque mexe com a saúde da população. É sabido que, para cada real investido na saúde pública, economizamos quatro reais em medicina corretiva, que é, hoje, um dos grandes gargalos. O Senador Mão Santa é médico e sabe muito bem o que representa a saúde para nossa população hoje.

Com relação à mineração, Sr. Presidente, quero deixar aqui registrado que não fizemos nenhuma proposta porque existem vários projetos tramitando no Congresso, principalmente, no sentido de equacionar a questão de mineração em área de fronteira. Temos, hoje, empresas multinacionais que não podem fazer mineração ou agregar valor aos minérios porque estão em faixa de fronteira.

O Congresso tem de tomar uma decisão, se faz isso ou não. Existem projetos, inclusive, em que as mineradoras estão sentadas nas minas, e não produzem absolutamente nada para o País, ou, se produzem, a produção é muito acanhada, porque estão constrangidas com a legislação.

O outro ponto é mineração em área indígena. Presidente Mão Santa, participei de uma Comissão Temporária em que se estudou a questão indígena. Ali apresentamos várias propostas, inclusive por ser o meu Estado, Mato Grosso do Sul, o segundo Estado da Federação em população indígena. Estive na Reserva do Roosevelt. É inacreditável. Fui da Vale do Rio Doce e pude ver, na África do Sul, o diamante quase aflorar. Na Reserva do Roosevelt, Presidente Mão Santa, o diamante está a 30 centímetros do solo. E, por causa desses diamantes, e pela inexistência de uma regra clara, tivemos aquele massacre na Reserva do Roosevelt. Então, é fundamental que tenhamos uma solução definitiva para disciplinar a mineração em área indígena, não é só colocando uma agência da Caixa, que foi um avanço, para tentar, minimamente, ter controle sobre os diamantes. Lembro-me de que, na Reserva do Roosevelt, descia avião, negociava os diamantes em

garrafa **pet**. Pagava-se em dinheiro, e o avião decolava com aquela garrafa **pet**, inacreditável, voava para Juína, uma cidade de Mato Grosso, onde existia uma Bolsa de Pedras – e, normalmente, essas pedras iam para Israel ou para a Holanda, onde eram trabalhadas, e a agregação de valor era lá. Então, este é um tema que precisamos discutir com absoluta urgência. Ficou claro, mais uma vez. Existem vários projetos extremamente pertinentes, Sr. Presidente.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Já concluo, Sr. Presidente.

Com relação ao item comunicação social, é a preocupação com o conteúdo nacional em função da velocidade com que essa área de telecomunicações se desenvolve, cresce e espalha seus tentáculos, e a vigilância sanitária nos levou a muitos depoimentos, que estão sendo colocados como sugestões, como propostas, fruto dessa audiência pública.

Para concluir, Sr. Presidente, em todas essas oitivas, audiências públicas, surgiu a conversa das agências reguladoras, do problema do contingenciamento de recursos, do problema, entre outros, da falta de autonomia, do nível dos dirigentes das agências, e a nossa proposta primeira é apoiar a Emenda à Constituição nº 81, do Senador Tasso Jereissati, que constitucionaliza as agências reguladoras.

Eu mesmo apresentei uma PEC, a de nº 71, Senador César Borges, que trata especificamente de algumas questões que tivemos oportunidade de acompanhar nos trabalhos aqui no Senado. Primeiro, resolver a vacância de diretores.

Algumas agências não podiam deliberar porque não havia quórum na diretoria para deliberar sobre os temas de que essas agências tratavam ou tratam. Estamos estabelecendo algumas regras. Estamos apertando o cerco na especialização dos dirigentes, exigindo outras premissas básicas e fundamentais...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...para que cada um cumpra esse papel fundamental que é dirigir uma agência reguladora.

Sr. Presidente, avançamos muito. Muitos não acreditavam nessa subcomissão. Pensavam que não chegaríamos ao final, que era difícil haver quórum, e, hoje, nós terminamos. Aprovamos por unanimidade esse trabalho, e, agora, vamos encaminhar à Comissão de Assuntos Econômicos, no prazo determinado. Esses temas serão de fundamental importância para o desen-

volvimento do País e trarão essa discussão regulatória de uma forma intensa para o Senado Federal.

Sr. Presidente, Senador César Borges, agradeço o carinho e a atenção de V. Ex^{as}, que me acompanharam até agora. Agradeço muito a oportunidade. Estou muito feliz de ter realizado, com os demais Senadores, com o Senador Garibaldi Alves Filho, esse trabalho, que vai ser bom.

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Esse trabalho, Sr. Presidente, que vai estimular o debate nesta Casa, no Congresso Nacional, e, acima de tudo, será um trabalho bom para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não só Dona Rosely está orgulhosa do filho que tem, mas o Senado República. Acabamos de ouvi-lo. Um quadro vele por dez mil palavras. Dois engenheiros brilhantes. E dá sentido quando eu repito que este é uma das Legislaturas mais ilustres em 183 anos de Senado da República.

César Borges mostrou a sua visão de futuro e quis, ainda, justificar que deu incentivo. Tem que ter incentivos. Jamais virá uma indústria do porte da Ford sem incentivos, notadamente a um país que tem 76 impostos. Isso foi coragem e visão de V. Ex^a.

E o País viu outro engenheiro: Delcídio Amaral, que, com sacrifício, fez a Casa funcionar às segundas-feiras, e chego à conclusão de que é um homem de êxito e vitorioso. Ele atravessou o “Mar Vermelho” da CPI dos Correios, iniciou a moralização deste País e trouxe, digamos, essa Subcomissão de Marcos Regulatórios, fundamental. Sem esse controle, não teremos desenvolvimento. Henri Fayol, engenheiro como V. Ex^a, competente como V. Ex^a, foi o primeiro que pensou em administração científica, exigindo unidade de comando: planejar, orientar, coordenar e fazer o regulamento, o controle. Então, é isso que o Senado mostra.

Eu estava aqui aprendendo, e aprendi muito, com o pronunciamento de V. Ex^a, quando V. Ex^a foi buscar Heidelberg – civilização, aproveitamento –, Lavoisier: “Na natureza nada se cria, nada se perde; tudo se transforma”. Lixo, energia.

Mas quero chamar a atenção de Luiz Inácio. Esta Casa é para ensinar. Nós somos os pais da Pátria. Frankfurt é grande, tem o segundo aeroporto da Europa. Mas por quê? Porque está colado a Heidelberg, a universidade mãe da Europa. Heidelberg é vizinha. É a ciência, é a tecnologia, é o estudo, Luiz Inácio. Reconheça e se curve. Esses dois engenheiros que ouvimos aqui, que

o País ouviu, foi o estudo e a crença no estudo que os transformaram em líderes. O Governo de V. Ex^a tem que ter humildade e ouvir esses Senadores. E o nosso País está carecendo de estudo, ciência e tecnologia. E aqui o Senado se fortalece, tão bem representado.

Antes de encerrar esta sessão, quero homenagear o Colégio Visão, da minha cidade, Parnaíba, no Piauí, que vai fazer, domingo, trinta anos. Fui professor do Colégio Visão, no curso pré-universitário. Ensinava biologia. Quero cumprimentar o professor Xildes, um idealista na educação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação os **Requerimentos nºs 1.245, 1.246 e 1.246-A, de 2007**, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Alvaro Dias, João Tenório, Sérgio Guerra e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dia 23 de outubro foi comemorado o Dia do Aviador. Deixo aqui os meus cumprimentos a esses profissionais.

Aproveitando o dia do aviador, vou abordar a questão do Instituto Aerus de Seguridade Social, responsável pelo pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença do pessoal da Varig e Transbrasil.

Durante vários governos houve indevidos financiamentos de contribuições ao Aerus. Até mesmo o que era descontado na folha de pagamento dos próprios empregados era retido pelas patrocinadoras e não repassado ao Instituto.

Em virtude dessas irregularidades, foi ajuizada Ação Civil Pública pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu antecipação dos efeitos da tutela.

A União entrou com pedido de suspensão de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal.

E a ministra Ellen Gracie suspendeu apenas a multa diária fixada contra a União em virtude do descumprimento da decisão. Note-se que a decisão foi mantida.

Ocorre que a União não vem cumprindo a decisão judicial.

Há poucos dias assistimos ao julgamento final da chamada Ação das Diferenças Tarifárias, movida pela Varig contra a União.

A Varig foi vencedora no Superior Tribunal de Justiça. O processo seguirá ao Supremo Tribunal Federal para que julgue o recurso extraordinário interposto pela União há alguns anos.

Há um dado curioso. Tudo aquilo que a União vier a pagar a título de antecipação dos efeitos da tutela na ação movida pelo Sindicato, poderá abater da indenização devida na ação da defasagem tarifária.

É que boa parte dos recursos dessa ação foram oferecidas pela Varig ao Aerus como garantia de suas obrigações não cumpridas.

O problema, portanto, tem fácil solução.

Só que os aposentados e pensionistas não podem esperar o desfecho dessa outra ação.

É preciso que seja cumprida a decisão que antecipou os efeitos da tutela na ação movida pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Sr. Presidente, para finalizar.

Nesse momento em que vários assuntos e projetos são discutidos pelo Congresso Nacional como, por exemplo, a CPMF, o voto aberto, e outros, é importante também que União cumpra a decisão judicial referente ao Aerus.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Serra prevê colapso na saúde se repasse do SUS for alterado”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 5 de outubro do corrente.

A matéria destaca que se a emenda que muda o critério de distribuição dos recursos do SUS, Sistema Único de Saúde, for aprovada pelo Congresso, o estado de São Paulo perderá, segundo o governador José Serra, R\$2 bilhões ao ano o que fará com que o sistema de saúde daquele Estado entre em colapso.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Serra prevê colapso na saúde se repasse do SUS for alterado

Governador paulista disse que Estado perderá, com a proposta, R\$ 2 bilhões ao ano

Projeto aprovado pela CAE do Senado propõe que a distribuição dos recursos leve em conta a renda per capita da população

AFRA BALAZINA
DA REPORTAGEM LOCAL
JOHANNA NUBLAT
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O governador José Serra (PSDB) afirmou ontem que o sistema de saúde entrará em colapso se a emenda que muda o critério de distribuição dos recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) for aprovada pelo Congresso Nacional. Segundo ele, São Paulo perderá em torno de R\$ 2 bilhões a partir de 2008 caso ocorra a alteração.

Pela proposta, apresentada pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) e aprovada pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos do Senado) na terça, 25% das verbas da União destinadas aos Estados serão distribuídas levando em conta a renda per capita de seus habitantes. Com isso, quanto mais pobre o Estado, maior o valor repassado.

Hoje, o dinheiro do SUS é repassado de acordo com o número de habitantes.

O corte previsto por Serra, se ocorrer, representa quase 20% do total do Orçamento do Estado para a Saúde previsto para 2008, de R\$ 9,2 bilhões. Apesar das críticas à proposta da senadora, o próprio governador decidiu reduzir os investimentos para o setor no próximo ano (leia texto nesta página).

"Praticamente teria que cortar grande parte do sistema de saúde de alguns Estados, entre eles São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro", disse o governador tucano.

Ele, porém, afirmou não acreditar na aprovação da emenda. O projeto precisa passar pela Comissão de Assuntos Sociais e pelo plenário do Senado antes de ir para a Câmara.

Em evento no zoológico ontem, Serra estimou que o prejuízo ao Estado seria "algo da ordem de R\$ 2 bilhões, a partir do ano que vem". Mas ressaltou que os números ainda estavam sendo examinados.

A secretaria da Economia e Planejamento não explicou como o governador chegou a esses R\$ 2 bilhões. Já a Secretaria da Saúde divulgou que o governo federal repassa R\$ 2,6 bilhões por ano ao Estado, mas não quis estimar de quanto seria a redução caso a proposta seja aprovada.

A reportagem tentou ouvir a senadora Patrícia Saboya ontem, mas sua assessoria afirmou que ela estava incomunicável no interior do Ceará.

Para o governador Serra, o critério atual do repasse do SUS, proporcional ao número de habitantes, é "justo". Já o médico e vice-governador de Alagoas, José Wanderley Neto (PMDB), disse que o governador paulista "está no direito dele, mas chora de barriga cheia".

Em sua opinião, é necessário aumentar o repasse do SUS para os Estados mais pobres. "Ajudaria a minimizar um pouco a situação. Em Alagoas, temos muitas doenças, há um grande número de excluídos."

Sem punição

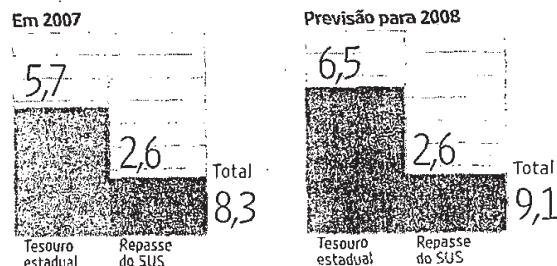
Na opinião do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, "não é razoável a perda de recursos de Estados importantes". "Nós queremos que Estados do Norte e do Nordeste consigam receber recursos proporcionalmente maiores que Estados das regiões do Sul e do Sudeste. Mas, de maneira nenhuma, fazer com que Estados desenvolvidos e que prestam um grande serviço à nação sejam punidos", disse o ministro. A saída poderia ser, segundo o ministro, o uso de critérios como perfil epidemiológico, grau de desenvolvimento econômico-social e estrutura física de saúde instalada dos Estados.

A MUDANÇA NO REPASSE DO SUS

Se novo critério for aprovado, saúde de SP pode entrar em colapso, segundo o governador José Serra

ORÇAMENTO DA SAÚDE EM SP

Valor, em R\$ bilhões



R\$ 2 bilhões

é quanto o governador Serra diz que o Estado pode perder com a mudança, mas nem ele nem secretarias do governo explicam como foi feito o cálculo da perda

A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Como é hoje

>> O dinheiro do SUS é repassado segundo o número de habitantes de cada Estado. Os Estados mais populosos, em geral no Sul e Sudeste, recebem mais

Como pode ficar

>> 25% das verbas deverão ser distribuídas de acordo com o modelo do Fundo de Participação dos Estados, segundo o qual quanto mais pobre o Estado, maior o valor repassado

TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO

2.º out

CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprova o dispositivo que muda o critério para distribuição das verbas

Próximos passos

O texto será submetido à Comissão de Assuntos Sociais e ao plenário do Senado. Depois, será remetido à Câmara

Fonte: Secretaria da Saúde de SP

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A crise que Lula não aceita”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 12 de setembro de 2007.

A matéria ridiculariza a postura do presidente Lula, diante da crise econômica mundial. De acordo com Lula, diz a matéria, a crise econômica global é problema dos Estados Unidos, sendo assim, “não aceitaremos os prejuízos de um jogo do qual não participamos”. Goste ou não o presidente, a crise ameaça a economia brasileira. Melhor seria para o Brasil que

assunto sério fosse tratado com seriedade e conhecimento de causa pelas autoridades, a começar pelo presidente Lula.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A crise que Lula não aceita

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não escolhe latitude nem platéia para falar bobagem sobre assuntos que só conhece “de ouvido”. Desta vez foi no Círculo Polar Ártico e para os governantes da Finlândia. Falando sobre a crise financeira global, ele declarou que, sendo “um problema de política econômica dos EUA (...), não aceitaremos que joguem nas nossas costas os prejuízos de um jogo (do qual) não participamos”, sem se lembrar que a Bovespa foi a bolsa do mundo que mais “aceitou” os prejuízos do jogo de que participa, como todas as bolsas deste mundo globalizado.

Para Lula, tudo se resume à “ganância de alguns investidores que compraram títulos de risco imaginando que estavam em um cassino e tiveram prejuízo”. Acostumado a vencer todos os jogos de que participa apenas com a retórica, principalmente porque a platéia brasileira que o interessa não é capaz de perceber o engodo, Lula deve ter surpreendido seus anfitriões finlandeses ao pretender convencê-los de que a crise não chegará ao Brasil porque ele “não aceita que chegue”.

Melhor seria para o Brasil que assunto sério fosse tratado com seriedade e conhecimento de causa pelas autoridades, a começar pela mais importante. Felizmente, há, entre elas, quem aja desse modo. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, reconheceu que “ninguém está imune” aos efeitos da turbulência que perturba os mercados financeiros há várias semanas. E, com exceção “deste país”,

em todo o mundo é forte o temor de que, por causa da agitação dos mercados, a economia americana reduza seu ritmo de atividade, o que realimentaria a crise e afetaria o desempenho da economia mundial – inclusive o Brasil, aceite ou não o presidente Lula.

A crise, de fato, teve origem nos Estados Unidos. Há dois meses, subiu o índice de inadimplência no mercado de créditos hipotecários de alto risco, o que afetou alguns fundos que forneciam recursos que deram origem a esses créditos. Como os fundos eram patrocinados por bancos, estes

Goste ou não o presidente, a crise ameaça a economia brasileira

também passaram a ter problemas de liquidez. O efeito se espalhou para todo o sistema financeiro, que ficou travado. Isso exigiu a ação dos bancos centrais, que injetaram liquidez no mercado, aliviando-o.

O problema, porém, ao contrário do que imagina Lula, não se limitou ao mercado de títulos imobiliários nem aos EUA. A turbulência se espalhou para todos os mercados e sua mais recente manifestação foi registrada no último fim de semana.

Pode haver outros desdobramentos da crise. Na reunião que presidentes de Bancos Centrais de vários países realizam a cada dois meses na cidade suíça de Basileia – onde está sediado o Banco de Compensações Internacionais (BIS) –, o presidente do Fede-

ral Reserve (Fed), Ben Bernanke, advertiu seus colegas para a probabilidade de a agitação dos mercados financeiros afetar o desempenho do setor produtivo americano. Se isso ocorrer, haverá reflexos em todo o mundo.

É claro que, neste momento, não se pode falar em recessão iminente. O presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, por exemplo, afirmou que ainda não terminou o “período de ouro” da economia mundial – e isso se deve, como reconheceu, ao desempenho das economias emergentes. Mas, prudentes, os presidentes dos bancos centrais reunidos em Basileia admitem que a crise financeira pode chegar ao setor produtivo e frear o ritmo de expansão de algumas economias, a começar pela americana. Pessimista, o presidente do BC do México, Guillermo Ortiz, lembrou que, quando os Estados Unidos espirram, o resto do mundo pega um resfriado e a América Latina fica gripada.

Se necessário, os BCs vão atuar de forma coordenada para evitar o prolongamento da crise. “Vamos agir”, garantiu Trichet, que atuou como portavoza da reunião de Basileia. Para mostrar a capacidade de agir conjuntamente dos BCs e a eficácia dessa ação, ele recorreu ao movimento coordenado do BCE, do Fed e do Banco do Japão (o BC japonês) para garantir a liquidez do sistema financeiro quando isso foi necessário. A disposição de agir dos bancos centrais acalmou os mercados no dia de ontem.

Ainda bem que fora “deste país” há gente preocupada com a crise – e que sabe do que está falando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Na despedida do STJ, Direito confirma multa a Lula”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 6 de setembro de 2007.

A matéria destaca que duas semanas antes de tomar posse, ontem, no Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Menezes Direito, então ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tomou uma decisão que manteve multa aplicada ao presidente Lula por

danos morais de R\$78.178,68 em favor do ex-prefeito de Campinas Francisco Amaral.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Na despedida do STJ, Direito confirma multa a Lula

Felipe Recondo
BRASÍLIA

Duas semanas antes de tomar posse, ontem, no Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Menezes Direito, então ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tomou uma decisão que manteve multa aplicada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por danos morais de R\$ 78.178,68 em favor do ex-prefeito de Campinas Francisco Amaral. Amaral alegou na Justiça que Lula usou palavras ofensivas em entrevista em 2001, para se referir à Prefeitura de Campinas.

O valor da multa foi fixado em 2001 em primeira instância e confirmado em segunda instância. À época, era de R\$ 40 mil. O novo valor refere-se à atualização do valor acrescido de juros.

No dia 22 de agosto, Direito negou agravo de instrumento de Lula, que pedia apenas que a multa fosse reduzida. Na decisão, o ministro disse que o valor “não foge aos parâmetros” do tribunal. ●

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Canteiro de obras (políticas)”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 16 de agosto de 2007.

A matéria destaca que o governo Lula se transformou em um pregão onde se leiloam cargos em troca de apoio político no Congresso.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Canteiro de obras (políticas)

A reportagem *Em três pastas, o mapa dos cargos*, da jornalista Vera Rosa, publicada ontem neste jornal, traça um retrato fiel da servidão imposta aos governantes, sem distinção, pela estrutura do Estado brasileiro, o sistema político e o uso que disso fazem as caciquias partidárias. As três coisas se combinam para degradar a esfera pública numa reserva de mercado a toda sorte de ambições – as quais só excepcionalmente coincidem com o interesse nacional e os anseios da sociedade. A reportagem, como o seu título adianta, descreve o que o organizado ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, ex-professor de matemática, tem sobre a sua escrivaninha: agrupadas em tabelas com códigos de cores, dentro de invólucros plásticos transparentes, as indicações dos integrantes da coalizão lulista de 11 partidos para a fatura de cargos de que o Planalto dispõe para distribuir, como queira, na administração federal direta e indireta.

Das vagas mais cobiçadas, cerca de 200 já foram preenchidas. Caninos à mostra, a alcateia das bancadas governistas, do PT ao PP, ronda as demais 300. O símbolo por excelência da primeira leva de presas abatidas é a presidência de Furnas, abocanhada pelo ex-prefeito peemedebista do Rio Luiz Paulo Conde. Ao seu nome, na cor amarela que significa tudo certo, o metuculoso Mares Guia acrescentou o o.k. sonhado por todos quantos não vêem a hora de servir ao País, apregoando competência, denodo e desprendimento – não

raro, atributos antes fictícios do que reais. O caso de Furnas foi o mais ostensivo porque o correligionário de Conde, o também carioca Eduardo Cunha, relator dos projetos que prorrogam a CPMF e a Desvinculação das Receitas da União (DRU) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deixou claro que os seus pareceres só sairiam ao gosto do governo se saísse a nomeação exigida pela seção fluminense do partido.

Que remédio! Há duas semanas, um relutante Lula formalizou o convite a Conde, apesar das objeções da ministra da Ca-

O mapa dos cargos e das indicações é o que merece, agora, as atenções de Lula

sa Civil, Dilma Rousseff, e do titular interino de Minas e Energia, Nelson Hubner. A saída da audiência, o ex-prefeito alegou ter sido escolhido porque o presidente não desejava um “eletricista” em Furnas, mas um administrador. Já o ministro Mares Guia prefere perguntar, retoricamente: “Então um homem que já foi prefeito do Rio não tem competência para ser presidente de Furnas?” Pode ter, ou não – mas a questão é outra. Trata-se, antes de mais nada, da primazia que o tortuoso, infundável processo de nomeações acaba tendo na agenda presidencial, em detrimento das exigências da governança propriamente dita. Lula prometeu que, ao retornar de sua última viagem, transformaria o País num “canteiro de obras”. Mas, desde que che-

gou, o que o absorve é o canteiro de obras políticas destinadas a aplacar os apetites conflitantes dos aliados.

Assim não fosse, Lula não teria se apressado a chamar a palácio o ministro Mares Guia na segunda-feira, mal voltou da sua viagem à América Central. Pelo menos foi coerente: antes de partir, garantiu aos líderes dos partidos da coalizão que, tão logo regressasse, cuidaria de concluir a partilha do butim, repetindo – guardadas as especificidades de cada caso – o que fizeram todos os seus antecessores desde a redemocratização. Primeiro, porque são demasiados os cargos de confiança que servem de moeda de troca nos acertos do governo com os políticos (o que ajuda a explicar a persistência do excesso). Se é verdade, como diz o novo presidente do Ipea, Márcio Pochmann, que a parcela de servidores públicos na população assalariada brasileira é bem menor do que nos Estados Unidos e na Europa, a parcela de cargos de livre provimento no serviço público brasileiro é muitíssimo maior. A segunda causa do toma-lá, dá-cá reside no sistema político.

Este se chama presidencialismo de coalizão porque os presidentes são obrigados a formar alianças heterogêneas para ter os seus projetos aprovados, ou seja, para governar. As regras eleitorais produzem governantes cujos partidos, sempre menos votados do que eles, formam bancadas insuficientes para lhes dar a maioria que os pouparia de fatiar o poder. É onde entra o terceiro fator: o descaramento dos partidos aos quais pouco interessa a linha do governo, desde que pague bem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A Pátria amensalada”, de autoria do jornalista, advogado, escritor e produtor cultural Mauro Chaves, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 29 de setembro do corrente.

O autor, em seu artigo, lamenta e critica a política de cooptação do governo Lula que teria, segundo o jornalista, substituído “o convencimento pela compra pura de comportamentos” em referência a prática pequista de compra de votos no “baixo clero” do Congresso Nacional. “É na despudorada facilidade, na extrema sem-vergonhice com que se compram convicções

e comportamentos neste país, que se manifesta, da maneira mais acachapante, a perda e valores da sociedade brasileira”.

Senhor presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A Pátria amensalada

Estado S. Paulo 29/09/07
Mauro Chaves

É na despudorada facilidade, na extrema sem-vergonhice com que se “compram” convicções e comportamentos neste país, que se manifesta, da maneira mais acachapante, a perda de valores da sociedade brasileira. Parece que o território nacional se transformou numa imensa feira livre, em que tudo e todos estão à venda – questionando-se apenas se alguns estão mais caros, com preços inflacionados, ou se outros ainda são negociáveis a preços módicos.

As negociações para o loteamento da administração, que antes eram feitas entre quatro paredes – já que governo e partidos se envergonhavam de exibir suas tenebrosas transações fisiológicas – tornaram-se escancaradas, como os “pregões” gritados, especialmente nos fins de feira, quando se buscam as melhores pechinchas (que podem ser os cargos mais suculentos nas estatais).

Nas Casas Legislativas, os apoios e votos em favor de seus dirigentes são comprados até com pequenos agradados, como

tratar planos de aperfeiçoamento, as exposições de motivos e de convicções, que, antes, eram utilizados para convencer os interlocutores das vantagens de determinado rumo – especialmente no tocante às questões que dizem respeito ao interesse público –, foram inteiramente trocados pela oferta de “vantagens” pessoais, imediatas, argentárias, sonantes, desfrutáveis já a curto prazo (e se possível garantidas a médio e longo prazo).

O troca-troca partidário para que a compra de oposicionistas engrosse a base de sustentação do governo – mesmo que essa base reabra suas operações de compra e venda, por ocasião de cada votação de projeto de interesse do governo – tornou-se uma rotina que os políticos hoje parecem até ter orgulho de exibir a seus eleitores, traídos, como se a estes quisessem demonstrar, unicamente, o tamanho da esperteza dos que pretendem representar o povo ignorante. Essa esperteza tem se mostrado, particularmente, na eficiência das chantagens, quando bancadas de partidos impõem derrotas ao governo para enviar-lhe as mensagens de que “querem mais”, “não foram suficientemente atendidas em suas reivindicações” (cargos e verbas) ou se irritaram com favorecimentos indevidos a bancadas concorrentes. É assim que oposicionistas comprados passam da crítica contundente ao aulicismo constrangedor, próprio da tropa de choque governamental. É, por incrível que pareça, a chantagem às vezes até resulta em algo moralizador – como é o caso da derrubada de medida provisória que criava um Ministério alucinado e suas sinecuras indecentes.

Na Pátria amensalada, em que se substituiu o convencimento pela pura compra de comportamentos, parece a coisa mais natural do mundo a verdadeira aberração praticada por um Poder Público: para motivar os estudantes da rede pública municipal a se empenharem mais nos estudos e reduzir os altos índices de evasão escolar, a prefeitura do Rio de Janeiro resolveu pagar até R\$ 4,5 mil aos alunos com boas notas! Antes dessa “compra” da aplicação escolar, a motivação que se pretendia dar aos alunos era sua possibilidade de desenvolvimento profissional e

cultural, compensação maior para todo o esforço do aprendizado e da busca de ascensão, pela via do mérito. Transformou-se isso tudo em simples compensação monetária. Com o exemplo que vem “de cima”, aboliu-se de vez a motivação natural do esforço pessoal do aprendizado – que é o de saber, para crescer –, visto que o interesse, estimulado, passa a ser apenas o de “ganhar”.

Será que essa experiência “pedagógica”, com base na compra do comportamento desejável, se estenderá pelo território nacional e outros setores, como tentativa de solução de problemas? Tomemos, por exemplo, o caso da rede estadual de ensino público de São Paulo, em que os índices de falta ao trabalho (dos 240 mil professores da educação básica) são, realmente, assustadores: em 2006 foi de 12,8%, o que dá uma média de ausências por professor de 32 dias – sem contar o direito de férias e recesso, que totalizam 45 dias, é claro. Além do prejuízo anual calculado em R\$ 340 milhões, gastos em aulas não oferecidas (mas pagas), há o custo do transtorno imenso causado às famílias (especialmente da periferia), em que os pais não têm como providenciar atividades alternativas e até locais onde possam ficar seus filhos sem aula. Será que se pensará, então, em dar prêmio em dinheiro para cada aula “não faltada” pelo professor?

Por que também não distribuir dinheiro público para cada comunidade que reduzir seus crimes, fixando um preço por cada “não assassinado” da região; para cada motorista que não cometer infrações de trânsito, que respeitar a faixa de pedestres, por exemplo; para cada motoqueiro que não “costurar”, e assim por diante? Por que, enfim, não amensalamos tudo de uma vez?

Mauro Chaves é jornalista, advogado, escritor, administrador de empresas e produtor cultural. E-mail: mauro.chaves@attglobal.net

Substituiu-se o convencimento pela pura compra de comportamentos

abonos de faltas, indicação para viagens, gabinetes mais bem localizados, além de cumplicidade no atendimento de lobistas, patrocinadores, discretos tráfegos de influência, acobertamento de pequenas falcaturas e coisas do gênero. É a Pátria amensalada, aí também transformada em paraíso dos subordinados, que em determinadas circunstâncias, desfrutam dupla vantagem: a obtenção do apoio comprado e o poder de chantagem que detêm sobre os vendidos – poder esse capaz de gerar absolvições inacreditáveis! Mas o que prevalece mesmo, e se impõe como “ética pragmática”, que revolucionaria a moralidade social brasileira, é a compra de comportamentos, seja o político, o partidário, o doutrinário, o administrativo ou de qualquer espécie.

O poder de persuasão foi substituído pelas mais rasteiras permutas. Os argumentos lógicos, as elaborações de idéias convincentes, os esforços de raciocínio para demons-

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Base sofre outra derrota em sessão com peemedebista na presidência”, publicada no **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 20 de setembro do corrente.

A matéria destaca que uma rebelião no PMDB, partido do presidente Renan Calheiros (AL), e a obstrução da oposição provocaram, ontem, pela segunda vez consecutiva, a derrota do governo, que mais uma vez, não conseguiu pôr 41 senadores em plenário para aprovar a indicação de Luiz Antonio Pagot para o co-

mando do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Base sofre outra derrota em sessão com peemedebista na presidência

Rebelião no PMDB e obstrução da oposição provocaram falta de quórum

**Ana Paula Scinocca
Cida Fontes**

BRASÍLIA

Uma rebelião no PMDB, partido do presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), e a obstrução da oposição provocaram ontem, pela segunda vez consecutiva, a derrota do governo, que, mais uma vez, não conseguiu pôr 41 senadores em plenário para aprovar a indicação de Luiz Antônio Pagot para o comando do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). A oposição manteve a estratégia de obstruir a sessão, dando mais um recado ao Planalto de que a crise persiste na Casa e pode criar dificuldades para a votação da PMF.

Renan minimizou o estrago não tomou para si a derrota de ontem. “Obstrução não é contra ninguém, mas sim função de ma pauta. A obstrução é regimental”, afirmou. “Não cabe ao presidente do Senado falar sobre isso, porque os líderes é quem têm de negociar. Cabe ao presidente presidir”, prosseguiu ele, que pouco antes teve a primeira conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois da absolvição na semana passada. Renan convocou para a sessão extraordinária do Congresso para promulgar duas emendas constitucionais.

A líder do PT, Idei Salvatti (SC), passou a manhã mobilizando seus partidários para enfrentar a oposição. No meio da tarde, admitiu “estar entrando em chique” ao constatar que

alguns senadores já tinham viajado. À noite, nervosa, comentou com o líder do governo no

Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que a situação estava complicada.

Um dos senadores que viajaram antes da votação foi Gilvam Borges (PMDB-AP), considerado voto garantido em favor de Pagot. Mesmo em obstrução, o senador José Maranhão (PMDB-PB) votou numa deferência a Pagot, de quem é amigo, mas deixou claro ao líder do partido, Valdir Raupp (RR), que não votará em favor do governo enquanto o Planalto não resolver pendências em seu Estado. Maranhão está irritado com a demissão do ocupante do “único cargo” que tinha em seu Estado: uma diretoria do Banco do Nordeste (BNB). Outros senadores do PMDB, como Mão Santa (PI), Pedro Simon (RS), Gerson Camata (ES), também mostraram que vão dar muito trabalho na votação da prorrogação da CPMF.

Desesperado, quando o placar marcava 37 presentes, quatro a menos que o mínimo necessário para a votação, Raupp insistiu com Camata e Mão Santa. “Pelo menos, votem contra”, afirmou. Não adiantou. O PMDB tem 19 senadores. Na véspera, o governo conseguiu a presença de 38. ●

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada esta sessão de 25 de outubro, sessão iniciada às 14h e encerrada às 20h05min.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

25/10/2007

quinta-feira

10:00 - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

10:30 - Prefeitos de Municípios do Acre,

Prefeito Vilseu Ferreira da Silva, de Acrelândia; Prefeito Joais Silva dos Santos, de Capixaba; Prefeito Manuel Batista de Araújo, de Assis Brasil; Prefeito Michel Marques Abrahão, de Bujari; Prefeito José Ronado P. Pereira, de Epitaciolândia; Prefeito Francimar F. de Albuquerque, de Feijó; Prefeito Hilário de Holanda Melo, de Jordão; Prefeito Luiz Helosman de Figueiredo, de Mâncio Lima; Prefeito Neuzari Correia Pinheiro, de Porto Walter; Prefeita Ana Leila Galvão M. Moreira, de Brasiléia; Prefeito Raimundo Angelim Vasconcelos, de Rio Branco; Prefeito Manuel da Silva Almeida, de Manuel Urbano; Prefeito Carlos Celso M. Ribeiro, de Senador Guiomand; Prefeito Francisco Vagner de S. Amorim, de Rodrigues Alves; Prefeito Paulo César da Silva, de Plácido de Castro; Prefeito Nilson R. Areal de Almeida, de Sena Madureira; Prefeita Zila Bezerra, de Cruzeiro do Sul

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:30 - Ministro José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 - Ordem do Dia - Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

PARECER Nº 51, DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, sobre o Projeto de Lei nº 17, de 2007 — CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$4.050.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

1 Relatório**1.1 Histórico**

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 85, de 2007-CN (nº 409/2007, na origem), sub-

mete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 17, de 2007-CN (PLN 17/2007), que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$4.050.000,00, para os fins que especifica”.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a citada Mensagem, a solicitação visa à inclusão de programações na Lei Orçamentária Anual para adequar o orçamento vigente desses órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

				Em R\$ 1,00
Órgão Unidade Orçamentária	Programa	Ação/Subtítulo	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Meio Ambiente (44000)	Gestão da Participação em Organismos Internacionais (0681)	Contribuição a International Tropical Timber Organization - ITTO	1.050.000	
Ministério do Meio Ambiente (Administração Direta) (44101)	Nacional de Florestas (0506)	Implantação do Sistema nacional de Informações Florestais - Nacional (12BW/0001)		211.000
		Gerenciamento de Concessões em Florestas Públicas Federais - Nacional (2D12/0001)		519.000
		Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis (2D13/0001)		320.000
SUBTOTAL - Ministério do Meio Ambiente			1.050.000	1.050.000
Ministério da Integração Nacional (53000)	Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial (0757)	Recuperação e Reforma do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - No Estado do Ceará (12DV/0023)	3.000.000	
Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS (53204)				
	PROAGUA - Infra-Estrutura (0515)	Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica - Em Municípios - No Estado do Ceará (1851/1376)		3.000.000
SUBTOTAL - Ministério da Integração Nacional			3.000.000	3.000.000
TOTAL DO CRÉDITO			4.050.000	4.050.000

No Ministério do Meio Ambiente, alega o Poder Executivo, o crédito permitirá que sejam honrados os compromissos assumidos com a **International Tropical Timber Organization – ITTO**, relativos ao pagamento de contribuição, que garantirá a representação do Brasil naquela organização, permitindo-lhe especialmente a participação na definição de políticas internacionais de florestas e o acesso a recursos destinados a projetos

de cooperação técnica e à realização de estudos e atividades desenvolvidos pela ITTO.

No Ministério da Integração Nacional, segundo o governo federal, o crédito propiciará a conclusão da reforma do edifício-sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, cujo estado de conservação de equipamentos e instalações é precário. Além disso, duas vistorias executadas pelo Corpo

de Bombeiros de Fortaleza apontaram que as instalações não atendem às exigências mínimas de segurança contra incêndio.

A propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 (LDO-2007), o Poder Executivo esclarece que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias, para priorização da execução da nova programação, e que o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

A Exposição de Motivos ainda destaca que o presente crédito não implica alteração do Plano Plurianual – PPA 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, uma vez que a execução da programação “Contribuição à **International Tropical Timber Organization – ITTO**” não ultrapassa o exercício vigente e o projeto “Recuperação e Reforma do Edifício-Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS” consta do referido Plano.

No prazo regimental, foram apresentadas quatro emendas ao presente projeto de lei.

1.2 Análise

O projeto de lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964, segundo a qual servem os créditos especiais para despesas sem dotação orçamentária específica (art. 41, II). Mostra-se também adequado ao que diz seu art. 43, § 1º, III, que considera como recursos idôneos para a abertura de créditos adicionais “os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias”.

Ademais, evidencia-se meritório o PLN 17/2007, vez que, quanto ao Ministério do Meio Ambiente, o crédito proposto visa ao cumprimento de compromissos assumidos junto a ITTO; e, relativamente ao Ministério da Integração Nacional, o recurso permitirá a conclusão da reforma do edifício-sede do DNOCS em Fortaleza.

Com relação às dotações canceladas para atendimento ao crédito proposto, cabe destacar que a funcional 18.544.0515.1851.1376 (Proagua Infra-Estrutura / Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Em Municípios – No Estado do Ceará) foi incluída no orçamento anual de 2007 via emendas parlamentares, cujo montante autorizado para a unidade orçamentária em questão foi de R\$63.280.000,00 (sessenta e três milhões e duzentos e oitenta mil reais).

Assim, verifica-se que a redução proposta representa 5% dos valores inicialmente alocados, o que, no entender do Executivo não prejudicará a realização das despesas previstas na lei. Adicionalmente, conforme Ofício 240/2007, do Gabinete do Senador Inácio Arruda, e autorização, em anexo, os integrantes da Bancada do Ceará concordaram com o cancelamento parcial proposto pelo Poder Executivo.

No que tange às emendas apresentadas, as de número 2 e 3 devem ser inadmitidas posto que propõem a suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária, o que não é permitido no caso de projeto de crédito especial (LDO/2007, art. 63, § 7º, Resolução nº 1, de 2006-CN, art. 109, inciso III alínea b. Com relação às Emendas de números 1 e 4, apesar de serem admissíveis, somos pela rejeição de ambas, pois o atendimento das mesmas descaracterizaria a intenção do Poder Executivo.

1.3 Conclusão

O crédito proposto no presente projeto atende às normas orçamentárias e financeiras vigentes. Além disso, evidencia-se meritório nos seus objetivos linhas gerais, atendimento de compromissos financeiros internacionais e conclusão de obra pública.

Com relação às emendas passíveis de atendimento, em que pese a relevância dos pleitos, somos pela rejeição de todas, posto que o atendimento do crédito diferente dos moldes propostos pelo Executivo causará transtornos na utilização dos recursos conforme planejado pelos órgãos interessados.

2 – Voto

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 17, de 2007-CN, conforme texto enviado a este Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, Relator.

OFÍCIO Nº 240/2007

Brasília, 18 de setembro de 2007

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Sérgio Guerra
Ala Senador Alexandre Costa – Gabinete 01 Fone:
3311-2862
Fax: 3311-1746

Senhor Senador,
Reafirmo os termos da autorização em anexo.
Cordialmente, – Senador **Inácio Arruda**, PCdoB
– Ceará.

AUTORIZAÇÃO

Os parlamentares da Comissão do Ceará autorizam o cancelamento de créditos para suplementar projetos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS conforme discriminação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	PLQA 2007	
	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
18.544.0515.1851.1376 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA EM MUNICÍPIOS NO ESTADO DO CEARÁ		3.000.000
04.122.0757.120V.0023 RECUPERAÇÃO E REFORMA DO EDIFÍCIO SÍDE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCS / NO ESTADO DO CEARÁ	3.000.000	
TOTAL	3.000.000	3.000.000

OBS: NATUREZA DE DESPESA: 33.90.00
FONTE: 0250

20 de 12 de janeiro de 2007.

Dep. Fed. INACIO ARRUDA
Coordenador de Comissão do Ceará

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 23 de outubro de 2007, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Humberto Souto, Relator **ad hoc** (Designado Relator anteriormente o Senador Sérgio Guerra), favorável nos termos do Projeto de Lei nº 17/2007-CN. Ao Projeto foram apresentadas 4 (quatro) emendas, das quais foram declaradas inadmitidas as de nºs 2 e 3, e Rejeitadas as demais.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Humberto Souto**, Relator **ad hoc**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 17/2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais), para os fins que especifica.”

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Humberto Souto**, Relator **ad hoc**.

PARECER Nº 52, DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 27, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$63.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Manoel Junior**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 106, de 2007-CN (nº 600/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional, Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suple-

mentar no valor global de R\$63.000.000,00 (sessenta e milhões de reais).

A Exposição de Motivos nº 179/2007-MP, de 3 de agosto de 2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que o crédito destina-se aos seguintes objetivos:

a) R\$3.000.000,00, no âmbito do Ministério da Fazenda, para manutenção e modernização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

b) R\$60.000.000,00, no âmbito da EM-BRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, para promoção, divulgação e comercialização de produtos, destinos e serviços turísticos do Brasil no exterior;

O Projeto de Lei aponta como fonte para o financiamento dessas despesas o remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo no valor de R\$3.000.000,00, e o excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

O PL recebeu três emendas, que solicitam o direcionamento de parte dos recursos destinados à Embratur (Unidade Orçamentária nº 54201), ao reforço de dotações constantes da programação do Ministério do Turismo (Unidade Orçamentária nº 54101).

II – Voto

Analisando o Projeto em questão, verificamos que as fontes apontadas apresentam-se viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LD0/2007) e à Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 (LOA/2007). Ressaltamos, ainda, que seu detalhamento segue os princípios da boa técnica orçamentária.

Com relação às emendas, verifica-se que solicitam o reforço de dotações constantes da programação do Ministério do Turismo (Unidade Orçamentária nº 54101), sendo que esta não consta do Projeto de Lei nº 27/2007. Cumpre salientar que a Resolução nº 1/2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias de competência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, veda a apresentação de emendas a projeto de lei de crédito adicional, quando estas contemplarem unidade orçamentária que não seja beneficiária do crédito:

“Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I – contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;”

Diante do exposto, recomendamos que o Presidente declare a inadmissibilidade das Emendas nºs

1, 2 e 3; e votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 27, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2007. – Deputado **Manoel Junior**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 23 de outubro de 2007, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Manoel Júnior, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 27/2007-CN. Ao Projeto foram apresentadas 3 (três) emendas, as quais foram Declaradas Inadmitidas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **Jose Maranhão**, Presidente – Deputado **Manoel Junior**, Relator.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 27/2007 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, em 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Manoel Júnior**, Relator.

PARECER Nº 53 DE 2007-CN**1. Relatório**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2007 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$233.907.232,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Senador **José Maranhão**

O Presidente da República, por meio da Mensagem nº 112, de 2007 – CN (nº 622/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 28, de 2007 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$233.907.232,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

O crédito suplementar destina-se aos seguintes órgãos e unidades orçamentárias, para o atendimento das ações discriminadas no projeto de lei:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
Ministério da Ciência e Tecnologia	Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP	3.090.000
	Total do Órgão	3.090.000
Ministério da Educação	Ministério da Educação (Administração Direta)	113.062.920
	Colégio Pedro II	273.936
	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	201.938
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco	175.137
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	35.535
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	33.254
	Universidade Federal de Itajubá	46.289
	Fundação Universidade Federal do Maranhão	1.938.654
	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	35.621.280
	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES	8.000.000
	Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA	1.160.000
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	64.048.723
	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	519.000
	Escola Agrotécnica Federal de Alegrete – RS	41.305
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí – MG	47.952
	Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG	96.447
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves – RS	45.123
	Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – MT	35.496
	Escola Agrotécnica Federal de Colatina – ES	106.859
	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes Visconde de Mauá – MG	148.000
	Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho – MG	23.160
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina	28.640
	Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia – MG	183.000
	Escola Agrotécnica Federal de Ceres – GO	80.544
	Total do Órgão	225.953.192
Ministério da Cultura	Ministério da Cultura (Administração Direta)	568.362
	Fundação Biblioteca Nacional	563.400
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	901.000
	Fundo Nacional de Cultura	2.831.278
	Total do Órgão	4.864.040
	Total do Crédito Suplementar	233.907.232

De acordo com a Exposição de Motivos nº 00187/2007-MP, de 08 de agosto de 2007, os recursos terão as destinações indicadas nos parágrafos a seguir.

Ministério da Ciência e Tecnologia

Os recursos (R\$ 3,09 milhões) destinam-se à realização de investimentos iniciais para a implanta-

ção de linha de fabricação de motores de propulsão para navios de grande porte, o que contribuirá para a reativação da indústria naval brasileira; fortalecimento de uma fonte regular de receita própria da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A; e diminuição da dependência da empresa em relação ao Tesouro Nacional.

Ministério da Educação

O crédito suplementar beneficiará diversas unidades orçamentárias do Ministério da Educação. No âmbito da Administração Direta, os recursos (R\$113,06 milhões) terão aplicação na complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino federais e na gestão do programa “Educação para a Diversidade e Cidadania”.

No caso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, os recursos (R\$35,62 milhões) serão destinados à realização de avaliações de instituições e cursos de educação superior.

Quanto à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES a suplementação (R\$8,00 milhões) será utilizada no desenvolvimento do ensino de pós-graduação e de pesquisa científica, por meio da concessão de bolsa de qualificação.

O crédito para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (R\$64,05 milhões) viabilizará o apoio a iniciativas para melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos; a implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional; a formação de professores da educação básica nas comunidades remanescentes de quilombos; a formação de gestores para a educação especial; o apoio à ação

“Fortalecimento da Escola – Fundescola III”; a ampliação do atendimento às unidades executoras beneficiárias da ação “Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental”; e a distribuição de materiais didáticos para o nível médio.

Também estão sendo atendidos diversos centros federais de educação tecnológica, escolas aqrotécnicas e universidades bem como o Colégio Pedro II. Nessas unidades orçamentárias, os recursos (R\$5,22 milhões) serão aplicados no funcionamento da edu-

cação profissional, cursos de graduação e ensino médio.

Ministério da Cultura

O crédito suplementar também beneficiará diversas unidades orçamentárias do Ministério da Cultura. Na Administração Direta, o crédito (R\$0,57 milhão) destina-se ao atendimento de despesas administrativas, bem como à capacitação de servidores.

No caso da Biblioteca Nacional, os recursos (R\$0,56 milhão) destinam-se ao funcionamento de seus prédios sede e anexo, das bibliotecas Euclides da Cunha e Demonstrativa de Brasília e da Casa de Leitura, bem como à participação em feiras nacionais e internacionais.

Quanto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, os recursos (R\$0,90 milhão) serão utilizados na preservação de bens culturais de natureza material.

Por fim, no âmbito do Fundo Nacional de Cultura, o crédito (R\$2,83 milhões) deverá atender despesas com a coordenação e manutenção dos mecanismos de incentivo à cultura previstos no Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, além da gestão do programa “Brasil, Som e Imagem”.

Os recursos necessários ao atendimento do integral do crédito suplementar são oriundos das seguintes fontes:

I) superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$54.502.689,00;

II) excesso de arrecadação, no valor de R\$37.044.754,00; e

III) anulação parcial de dotações, no valor de R\$142.359.789,00, provenientes dos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
Ministério da Ciência e Tecnologia	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	890.000
	Total do Órgão	890.000
Ministério da Educação	Ministério da Educação (Administração Direta)	22.204.166
	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	3.361.680
	Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA	1.160.000
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	114.406.057
	Total do Órgão	141.131.903
Ministério da Cultura	Fundação Biblioteca Nacional	230.762
	Fundo Nacional de Cultura	107.124
	Total do Órgão	337.886
Total dos Cancelamentos		142.359.789

A referida exposição de motivos menciona que, segundo os Ministérios envolvidos, os remanejamentos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamentos, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndios até o final do presente exercício.

Em atendimento ao disposto no art. 63, §§ 11 e 12, da Lei nº 11.439, de 2006 (LDO/2007), foi demonstrada, segundo as diferentes fontes de recursos, a existência de excesso de arrecadação e de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2006, bem como os correspondentes saldos, que já computam o crédito que ora se examina.

Esclarece ainda a exposição de motivos que, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da LDO/2007, o crédito suplementar não prejudica a obtenção de resultado primário, tendo em vista que:

a) R\$141.199.789,00 referem-se a remanejamento entre despesas primárias;

b) R\$37.044.754,00 tratam de suplementação de despesas primárias à conta do excesso de arrecadação;

c) R\$55.662.689,00 suplementados com recursos de origem financeira estão sendo compensados com o cancelamento de despesas primárias; e

d) o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites nele estabelecidos.

Ao presente projeto de lei foram apresentadas 19 emendas, conforme consta dos Anexos I e II.

II – Voto

O projeto de lei indica as fontes de recursos necessárias à abertura do crédito suplementar, aten-

dendo o disposto no art. 167, inciso V, da Constituição e art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964. Este também atende à Lei nº 10.933, de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007), pois suplementa ações constantes da lei orçamentária e, portanto, já consideradas no PPA; e à Lei nº 11.439, de 2006 (LDO/2007), em especial quanto à não afetação da meta de resultado primário (art. 63, § 14) e demonstração dos saldos das fontes de recursos utilizadas nas suplementações (art. 63, §§ 11 e 12).

Assim, considera-se que o projeto em análise encontra-se em conformidade com as normas que regulam a matéria.

Ao presente projeto de crédito especial foram apresentadas 19 emendas. As de nºs 04, 05, 06, 13 e 14 devem ser inadmitidas, tendo em vista que pretendem suplementar dotações de unidades orçamentárias não beneficiárias do crédito, o que contraria o art. 109, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

As demais emendas estão em condições de serem acatadas por atenderem plenamente à legislação vigente. Contudo, não obstante o mérito dos pleitos nelas contidos, deve-se lembrar que, caso aprovadas total ou parcialmente, os cancelamentos correspondentes importarão em prejuízos para a execução das respectivas unidades orçamentárias. Por essa razão, opinamos pela rejeição das emendas nºs 1 a 3, 7 a 12 e 15 a 19 apresentadas ao presente Projeto de Lei.

Em conformidade com o disposto no art. 70, inciso III, alínea a, da Resolução nº 1, de 2006-CN, as emendas apresentadas passam a compor o Anexo com parecer pela rejeição, salvo quanto àquelas que devem ser inadmitidas, as quais compõem o Anexo II, em atendimento ao disposto na alínea c do mencionado inciso.

Anexo I

(Ao Parecer nº , de 2006)

PLN nº 28, de 2007-CN – Demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea a, da Resolução nº 01, de 2006-CN

(Emendas Apresentadas ao PLN e Respetivo Paracer)

Nº	Autor	Unidade Orçamentária	Descritor do Subtítulo	Parecer	Valor Concedido (R\$)
0001	Fábio Faria	42101 – Ministério da Cultura	Fomento a Projetos de Arte e Cultura – No Estado do Rio Grande do Norte	Rejeitada	0,00
0002	Fábio Faria	26298 – FNDE	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil – No Estado do Rio Grande do Norte	Rejeitada	0,00
0003	Fábio Faria	42902 – Fundo Nacional de Cultura	Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura – No Estado do Rio Grande do Norte	Rejeitada	0,00
0007	Tonha Magalhães	42204 – IPHAN	Preservação de Bens Culturais de Natureza Material – Reforma da Igreja da Nossa Senhora da Encarnação de Passé – Candeias - BA	Rejeitada	0,00
0008	Tonha Magalhães	42204 – IPHAN	Preservação de Bens Culturais de Natureza Material – Reforma da Igreja Matriz de São Bartolomeu - Maragogipe - BA	Rejeitada	0,00

0009	Henrique Eduardo Alves	26298 – FNDE	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil – Em Municípios do Rio Grande do Norte	Rejeitada	0,00
0010	Henrique Eduardo Alves	26101 – Ministério da Educação	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – No Estado do Rio Grande do Norte	Rejeitada	0,00
0011	Sílvio Lopes	26298 – FNDE	Apoio à Formação e Certificação de Professores em Exercício nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Nacional	Rejeitada	0,00
0012	Sílvio Lopes	26298 – FNDE	Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional	Rejeitada	0,00
0015	Veloso	26101 – Ministério da Educação	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – No Estado da Bahia	Rejeitada	0,00
0016	Felipe Maia	42902 – Fundo Nacional de Cultura	Instalação e Modernização de Espaços Culturais – No Estado do Rio Grande do Norte	Rejeitada	0,00
0017	Sandro Mabel	26298 – FNDE	Implantação e Modernização de Centros Escolares de Educação Profissional – PROEP - Aparecida de Goiânia - GO	Rejeitada	0,00
0018	Zé Gerardo	26101 – Ministério da Educação	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – No Estado do Ceará	Rejeitada	0,00
0019	Zé Gerardo	26101 – Ministério da Educação	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – No Estado do Ceará	Rejeitada	0,00

Anexo II**(Ao Parecer nº , de 2007)**

PLN nº 28, de 2007-CN – Demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea c, da Resolução nº 1, de 2006-CN

(Emendas Inadmitidas)

Nº	Autor	Unidade Orçamentária	Descritor do Subtítulo	Valor (R\$)	Parecer
0004	Lúcio Vale	26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária – No Estado do Pará	1.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso I, da Res. nº 01, de 2006-CN
0005	Lúcio Vale	26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	Funcionamento de Cursos de Graduação – No Estado do Pará	1.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso I, da Res. nº 01, de 2006
0006	Lúcio Vale	26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino – No Estado do Pará	1.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso I, da Res. nº 01, de 2006
0013	Sílvio Lopes	26205 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos	Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional – No Estado do Rio de Janeiro	2.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso I, da Res. nº 01, de 2006
0014	Sílvio Lopes	26205 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos	Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional – No Estado do Rio de Janeiro	2.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso I, da Res. nº 01, de 2006

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2007-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista, de setembro de 2007.

– Senador **José Maranhão**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 23 de outubro de 2007, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador José Maranhão, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 28/2007-CN. Ao Projeto foram apresentadas 19 (dezenove) emen-

das, das quais foram Declaradas Inadmitidas as de nº 4, 5, 6, 13 e 14, e Rejeitadas as demais.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Domelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Mello, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João

Magalhães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Deputado **Roberto Rocha**, Primeiro Vice-Presidente – Senador **Jose Maranhão**, Relator.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 28/2007-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$233.907.232,00 (duzentos e trinta e três milhões, novecentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.”

Sala da Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Deputado **Roberto Rocha**, Primeiro Vice-Presidente – Senador **José Maranhão**, Relator.

PARECER Nº 54, DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2007-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$306.714.388,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.”

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Geraldo Resende**

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 113, de 2007-CN (nº 627/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 29, de 2007-CN que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$306.714.388,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.”

A Exposição de Motivos nº 188/2007/MP, do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a solicitação de crédito suplementar em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, destina-se ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, mediado pelo Ministério Público Federal, após litígio judicial entre o referido Ministério e a empresa Datamec S/A Sistemas e Processamento de Dados, bem como dar continuidade ao convênio firmado entre a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do

Trabalho – FUNDACENTRO e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, com o objetivo de formar parceria para promover a adoção de práticas de Segurança e Saúde no Trabalho – SST nas pequenas empresas.

No tocante ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a suplementação faz-se necessária para honrar o contrato de operacionalização do cadastro único com a Caixa Econômica Federal e manter o repasse de recursos aos municípios para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família. Adicionalmente, garantirá, no âmbito do Programa de Acesso à Alimentação, a manutenção do mesmo nível de atendimento dos últimos dois anos, qual seja, adquirir alimentos de cerca de 111 mil agricultores familiares e distribuir os produtos em cestas básicas para famílias em situação de insegurança alimentar, além de comprar e distribuir leite para aproximadamente 700 mil famílias.

Explicita, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO – 2007), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que R\$203.566,00 referem-se à suplementação de despesas primárias à conta de incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2006, R\$300.940.561,00 decorrem de excesso de arrecadação de receita primária e R\$5.570.261,00 tratam-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das programações suplementadas.

Foram apresentadas ao Projeto de Lei cinco emendas. A de nº 1, de autoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, visa suplementar em R\$2 milhões as dotações da funcional-programática 08.244.1133.4963.0118 – Promoção da Inclusão Produtiva – No Estado do Rio Grande do Norte. A fonte proposta é o cancelamento de parte do valor que está sendo acrescido para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. A Emenda nº 3, de autoria do Deputado Felipe Maia, tem o mesmo objeto, mas com suplementação de R\$3 milhões.

A Emenda nº 2, de autoria do Deputado Silvio Lopes, visa suplementar em R\$10 milhões as dotações do programa de trabalho 08.605.1049.2798.0001 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar – Nacional, mas não apresenta fonte de cancelamento compensatório.

As emendas de nº 4 e 5, de autoria do Deputado Zé Gerardo, visam suplementar em R\$4 milhões, no total, as dotações da funcional-programática 08.244.1184.2A60.0023 – Serviços de Proteção Social Básica às Famílias – no Estado do Ceará. A fonte proposta é o cancelamento de parte do valor que está sendo acrescido para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar.

É o relatório

II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 – LDO/2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

No tocante da admissão de emendas a crédito adicional, o art. 109, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, determina que:

“Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I – contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;

IV – ocasionarem aumento no valor original do projeto, ressalvado o disposto no art. 144, I”

A Emenda nº 2 não oferece fonte de cancelamento compensatório para o acréscimo de despesa que propõe. Portanto, essa Emenda proporciona acréscimo no valor original do Projeto de Lei e deve ser inadmitida, por ferir a Resolução nº 1/2006.

As Emendas nº 4 e 5 apresentam uma suplementação de recursos para dotação na unidade orçamentária 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social. No entanto, o Projeto de Lei contempla recursos apenas nas unidades orçamentárias 38201 – FUNDA-CENTRO, 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portanto, a citada emenda deve ser inadmitida, por ferir a Resolução nº 01/2006.

Como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, o Governo Federal criou, em julho de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Trata-se de um instrumento de política pública que visa atingir dois

objetivos fundamentais para o combate à fome: de um lado, apoiar a comercialização agropecuária dos agricultores familiares, estimulando a produção de alimentos; de outro, facilitar o acesso a esses alimentos pelas famílias em situação de insegurança alimentar. A compra de produtos para a formação de estoques estratégicos contribui para o alcance desses objetivos.

O PAA é voltado para agricultores familiares enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades

remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Atualmente, o limite de aquisições é de R\$3.500,00, por agricultor familiar/ano, exceto o Programa de Incentivo ao Consumo e à Produção do Leite cujo teto é semestral.

O orçamento de 2006 para operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, destinou um total de R\$391.490.162,00. Em 2007, o orçamento disponibilizado para o Programa atingiu um total de R\$265.774.625,00. Diante disso, foi preciso fazer um ajuste com relação às demandas apresentadas, para atendimento no primeiro momento e imprimir esforços para obter este crédito suplementar, que possibilitasse, pelo menos, uma equiparação ao atendimento efetuado em 2006.

Tendo em vista a importância desse programa para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a melhoria da distribuição de renda e para o combate à fome no País, bem como o sucesso da sua implementação, entendemos não ser adequado cancelar dotações do PPA para atender as Emendas nº 1 e 3, apesar de reconhecer que a ação de Promoção da Inclusiva Produtiva, no âmbito do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, é uma política ativa de notória relevância.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 18 de setembro de 2007.
– Deputado **Geraldo Resende**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 23 de outubro de 2007, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Geraldo Resende, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 29/2007-CN. Ao Projeto foram apresentadas 5 (cinco) emendas, das quais foram declaradas inadmitidas as de nos 2, 4 e 5, e Rejeitadas as demais.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto

Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Geraldo Resende**, Relator.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 29/2007-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$306.714.388,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Geraldo Resende**, Relator.

PARECER Nº 55, DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 32, de 2007-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Pedro Novais**

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 118, de 2007-CN (nº 646/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 32, de 2007-CN que “Abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Informa o Senhor Ministro, através da Exposição de Motivos nº 00138/2007/MP que:

1. A solicitação do crédito suplementar visa adequar o orçamento vigente dos órgãos beneficiários às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00		
Órgão/Unidade	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Meio Ambiente	8.350.000	6.900.000
Ministério do Meio Ambiente (Administração Direta)	6.500.000	6.500.000
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	1.450.000	0
Agência Nacional de Águas - ANA	400.000	400.000
Ministério da Integração Nacional	95.000	95.000
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS	95.000	95.000
Excesso de arrecadação: Recursos Ordinários	0	1.450.000
Total	8.445.000	8.445.000

2. No Ministério do Meio Ambiente – MMA, o crédito permitirá o pagamento de anuidades dos exercícios de 2004 e 2005, devidas à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação; a consecução de atividades de capacitação, gestão e apoio a comunidades tradicionais, possibilitando o levantamento de dados quantitativos e qualitativos de aproximadamente doze dessas comunidades; o fortalecimento técnico e institucional dos prestadores de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos em relação à coleta, tratamento e disposição final destes resíduos; a continuidade do atendimento de despesas com ações de licenciamento ambiental federal e o término da reforma do Bloco “L” da Agência Nacional de Águas – ANA.

3. No Ministério da Integração Nacional, o crédito propiciará a implementação do plano anual de capacitação dos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com vistas a adequar e atualizar o treinamento de seu quadro técnico e compatibilizar sua capacidade operacional com as novas necessidades, principalmente nas áreas de fiscalização de projetos a serem desenvolvidos a partir deste exercício.

4. Esclarece, a propósito do que dispõe o art. 63, § 13, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007), que as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício vigente, haja vista que:

a) R\$1.450.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais) referem-se à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

b) R\$6.995.000,00 (seis milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais) oriundos

de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada;

c) O § 4º, do art. 1º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

5. A solicitação de crédito será atendida com recursos provenientes de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

6. As programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

7. É demonstrado em quadro anexo à mencionada Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2007, o excesso de arrecadação utilizado parcialmente neste crédito.

Foram apresentadas 2 (duas) emendas ao Projeto de Lei em análise. É o relatório.

II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933 de 11-8-2004) e a sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

RELATÓRIO DAS EMENDAS PL nº 32, de 2007-CN Parecer às Emendas Apresentadas REJEITADAS

Nº de Emenda	Autor	Parecer
00001	Silvio Lopes	Rejeitada
00002	Anibal Gomes	Rejeitada

PL Nº 32, DE 2007

ANEXO I

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ATÉ 02/09/2007) DA PROGRAMAÇÃO OBJETO DE SUPLEMENTAÇÃO

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2007

Acumulado até: 02/09/2007

Orçamento Fiscal e Seg. Social - Em R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N D	F T A	M A	LEI APOS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizada)	EMPENHADO	LÍQUIDADO	VALORES PAGOS	% VAL. PAGOS S/AUTORIZADO
		D	E		(A)	(B)	(C)=(A)+(B)	(D)	(E)	(F)	(G)=(F)/(C)
UO: 44101	M. do Meio Ambiente										
18.212.0681.09BC.0001	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate a Desertificação nos Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação - CCD-Nacional	3	100	80	300.000	0	300.000	300.000	300.000	300.000	100,00
Total da UO:					300.000	0	300.000	300.000	300.000	300.000	100,00
Total					300.000	0	300.000	300.000	300.000	300.000	100,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: 0681 Projeto: 09BC Fonte: Localidade: Elemento:
 UO: Função: 18 Subfunção: 212 Subtítulo: 0001 Gnd: UF: Mod. Aplic:

Fonte: SIAFISTN - Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN - R:\OR2007\02aet2007.mdb - 127 ReDespesas por UO/Funcional completo Emissão 11/09/2007 15:03:40 Pág. 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2007

Acumulado até: 02/09/2007

Orçamento Fiscal e Seg. Social - Em R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N D	F T A	M A	LEI APOS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizada)	EMPENHADO	LÍQUIDADO	VALORES PAGOS	% VAL. PAGOS S/AUTORIZADO
		D	E		(A)	(B)	(C)=(A)+(B)	(D)	(E)	(F)	(G)=(F)/(C)
UO: 44101	M. do Meio Ambiente										
18.541.1145.0778.0001	Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais-Nacional	3	100	90	1.517.888	770.000	2.287.888	2.287.888	1.598.231	1.598.231	69,86
18.541.1145.0778.0001	Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais-Nacional	3	100	80	810.075	-770.000	40.075	0	0	0	0,00
Total da UO:					2.327.963	0	2.327.963	2.287.888	1.598.231	1.598.231	68,65
Total					2.327.963	0	2.327.963	2.287.888	1.598.231	1.598.231	68,65

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: 1145 Projeto: 0778 Fonte: Localidade: Elemento:
 UO: Função: 18 Subfunção: 541 Subtítulo: 0001 Gnd: UF: Mod. Aplic:

Fonte: SIAFISTN - Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN - R:\OR2007\02aet2007.mdb - 127 ReDespesas por UO/Funcional completo Emissão 11/09/2007 15:05:37 Pág. 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2007

Acumulado até: 02/09/2007

Orçamento Fiscal e Seg. Social - Em R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N D	F M T A	M L E I A	LEI APÓS VETOS (Despesa inicial)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizada) (C)+(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/AUTORIZADO (G)/(F)*(C)
UO: 44101	M. do Meio Ambiente										
18.128.1145.0000.0001	Capacitação de Comunidades Tradicionais-Nacional	3	100	80	491.042	0	491.042	0	0	0	0,00
Total da UO:											
					491.042	0	491.042	0	0	0	0,00
Total											
					491.042	0	491.042	0	0	0	0,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: 44000 Selo: Programa: 1145 Fonte: 6080 Localidade: Elemento:
UO: 44101 Função: 18 Subfunção: 128 Substituto: 0001 Gnd: Mod. Aplic:

Fonte: SIAFISTN - Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN Emissã 11/09/2007 15:20:08 Pág. 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2007

Acumulado até: 02/09/2007

Orçamento Fiscal e Seg. Social - Em R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	G N D	F M T A	M L E I A	LEI APÓS VETOS (Despesa inicial)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizada) (C)+(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/AUTORIZADO (G)/(F)*(C)
UO: 44101	M. do Meio Ambiente										
18.541.1145.6230.0001	Custo Ambiental em Terra Quilombolas-Nacional	3	100	90	460.000	25.394	485.394	480.607	335.937	385.937	79,51
18.541.1145.6230.0001	Custo Ambiental em Terra Quilombolas-Nacional	3	100	80	391.042	-25.394	365.648	0	0	0	0,00
Total da UO:											
					851.042	0	851.042	480.607	385.937	385.937	45,35
Total											
					851.042	0	851.042	480.607	385.937	385.937	45,35

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: 44000 Selo: Programa: 1145 Fonte: 6230 Localidade: Elemento:
UO: 44101 Função: 18 Subfunção: 541 Substituto: 0001 Gnd: Mod. Aplic:

Fonte: SIAFISTN - Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN Emissã 11/09/2007 15:07:09 Pág. 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2007

FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA										TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE										Orçamento Fiscal e Seg. Social - Em R\$ 1,00				Acumulado até: 02/09/2007	
G F M N T A D E		L E I A		D O A T O		C R É D I T O S		L E I + C R É D I T O S		E M P E N H A D O		L I Q U I D A D O		V A L O R E S		P A G O S		S I A U T O R I Z A D O		% V A L P A G O S					

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: 8007 ProjAtiv: 86AA Fonte: Elemento: Subfunção: 128 Subfunção: 0001 Grnd: Mod. Aplic:

Fonte: SIAP/FISTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

11/09/2007 15:07:43 Pág. 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2007

TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE										Orçamento Fiscal e Seg. Social - Em R\$ 1,00				Acumulado até: 02/09/2007	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA										G F M N T A		D E		VALORES PAGOS S/AUTORIZADO (C)-(F)(C)	
UO: 44201 Ibama										L E I A		L E I A		L E I A	
18.542.1.346.6925.0001										4 250 90		0 0 0		5.000	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		222.500		5.000	
18.542.1.346.6925.0001										4 174 90		0 0 0		182	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		260.000		182	
18.542.1.346.6925.0001										4 142 90		0 0 0		0	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		17.500		0	
18.542.1.346.6925.0001										3 250 90		0 0 0		231.034	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		1.140.000		231.034	
18.542.1.346.6925.0001										3 250 80		0 0 0		0	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		940.000		0	
18.542.1.346.6925.0001										3 174 90		0 0 0		2.250.000	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		-500.000		1.480.899	
18.542.1.346.6925.0001										3 174 80		0 0 0		932.500	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		432.500		230.496	
18.542.1.346.6925.0001										3 142 90		0 0 0		0	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		80.000		0	
18.542.1.346.6925.0001										3 142 80		0 0 0		67.500	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		67.500		0	
18.542.1.346.6925.0001										3 100 90		0 0 0		24.116	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		400.000		23.873	
18.542.1.346.6925.0001										3 100 80		0 0 0		0	
Licenciamento Ambiental Federal-Nacional										0		400.000		0	
Total da UO:										6.710.000		2.025.157		945.606	
Total										6.710.000		2.025.157		945.606	

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: 1346 ProjAtiv: 8925 Fonte: Elemento: Subfunção: 542 Subfunção: 0001 Grnd: Mod. Aplic:

Fonte: SIAP/FISTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

11/09/2007 15:08:22 Pág. 1 de 1

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2007

Acumulado até: 02/09/2007

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE		G F M		L E I		A PÓS VETOS		CRÉD. ADIC. ±		LEI + CRÉDITOS		EMPENHADO		LIQUIDADO		VALORES		% VAL. PAGOS		S/AUTORIZADO	
				N T A		D E		(Dotação Inicial)		(B)		(C)=(A)+(B)		(D)		(E)		(F)		(G)=(F)/(C)			
UO: 44205 ANA																							
18.122.0511.11TN.0053		Reforma do Bloco I, da Agência Nacional de Águas-No Distrito Federal		4		134 90		300.000		0		300.000		0		0		0		0		0,00	
Total da UO:								300.000		0		300.000		0		0		0		0		0,00	
Total								300.000		0		300.000		0		0		0		0		0,00	

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: 0511 ProjAtiv: 11TN Fonte: Elemento:
 UO: Função: 18 Subfunção: 122 Subtítulo: 0053 UF: Mod. Aplic:

11/09/2007 15:09:05 Pág. 1 de 1

Emissã

I:\OR2007\02ser2007.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2007

Acumulado até: 02/09/2007

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE		G F M		L E I		A PÓS VETOS		CRÉD. ADIC. ±		LEI + CRÉDITOS		EMPENHADO		LIQUIDADO		VALORES		% VAL. PAGOS		S/AUTORIZADO	
				N T A		D E		(Dotação Inicial)		(B)		(C)=(A)+(B)		(D)		(E)		(F)		(G)=(F)/(C)			
UO: 53204 DNOCS																							
04.128.0757.4572.0020		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação-Na Região Nordeste		3		282 90		0		5.000		5.000		0		0		0		0,00			
04.128.0757.4572.0020		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação-Na Região Nordeste		3		100 91		0		1.075		1.075		1.075		1.075		1.075		100,00			
04.128.0757.4572.0020		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação-Na Região Nordeste		3		100 90		50.000		-1.075		48.925		29.933		12.541		12.291		25,12			
Total da UO:								50.000		5.000		55.000		31.008		13.616		13.366		24,30			
Total								50.000		5.000		55.000		31.008		13.616		13.366		24,30			

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: 0757 ProjAtiv: 4572 Fonte: Elemento:
 UO: Função: 04 Subfunção: 128 Subtítulo: 0020 UF: Mod. Aplic:

11/09/2007 15:09:42 Pág. 1 de 1

Emissã

I:\OR2007\02ser2007.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional completo

Com relação às emendas apresentadas, percebe-se que a sua eventual aprovação prejudicaria a intenção original contida no Crédito Suplementar sob análise. Assim, não obstante o mérito das emendas apresentadas à proposição, não antevejo condições de atendê-las sem prejuízo das programações objeto de suplementações na proposta original.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 a ele apresentadas.

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputado **Pedro Novais**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 23 de outubro de 2007, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Pedro Chaves, Relator **ad hoc** (Designado Relator anteriormente o Deputado Pedro Novais), favorável nos termos do Projeto de Lei nº 32/2007-CN. Ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas, as quais foram Rejeitadas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Júnior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Pedro Chaves**, Relator **ad hoc**.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 32/2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Pedro Chaves**, Relator **ad hoc**.

PARECER Nº 56, DE 2007-CN

Da Comissão Missão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 35, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$2.350.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Pedro Chaves**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 132, de 2007-CN (nº 0693/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 35, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

Segundo a exposição de Motivos nº 00210/2007-MP, a suplementação atenderá às despesas com a realização de concurso público para o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, com vistas ao preenchimento de cargos autorizados pelas Leis nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, e nº 11.202, de 29 de novembro de 2005, em conformidade com o objetivo de substituir a mão-de-obra requisitada por servidores efetivos.

O crédito em análise será viabilizado com recursos oriundos de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, estando em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Em quadro anexo à Exposição de Motivos é demonstrado, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2007, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros utilizado integralmente neste crédito.

Esclarece ainda que a alteração decorrente da abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias.

E informa que a proposta de crédito adicional em favor da Justiça Eleitoral foi aprovada pelo Parecer nº 1/2007, de 25 de abril de 2007, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 17, da LDO-2007, c/c o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 31, de 10 de abril de 2007, do CNJ.

A matéria que nos foi dada a relatar não foi objeto de emendas.

II – Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.451, de 7-2-2007) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.439 de 29-12-2006 (LDO/2007).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2007. – Deputado **Pedro Chaves** Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Terceira Reunião

Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 23 de outubro de 2007, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Pedro Chaves, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 35/2007-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

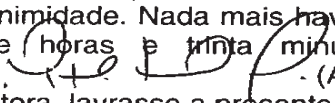
Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Pedro Chaves**, Relator.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

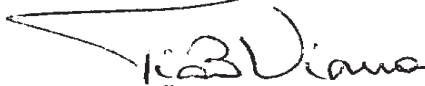
A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 35/2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Sala de Reuniões, 23 de outubro de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Pedro Chaves**, Relator.

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2007**

Às onze horas do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: Tião Viana, Presidente; Álvaro Dias, Segundo Vice-Presidente; Efraim Moraes, Primeiro-Secretário; Gérson Camata, Segundo-Secretário; César Borges, Terceiro-Secretário; Magno Malta, Quarto-Secretário; Papaléo Paes, Suplente; e Flexa Ribeiro, Suplente. Iniciados os trabalhos, passou-se ao exame das seguintes matérias desta reunião: *Item 1* – Proposta de Ato da Comissão Diretora que “*Estabelece horários específicos para as visitas turísticas no âmbito de Senado Federal e dá outras providências*”. Aprovada. *Item 2* – Solicitação originária do Prodasen e encaminhada à Comissão Diretora pelo Senador César Borges, Terceiro-Secretário, para autorizar a realização de reforma do prédio do Prodasen e a aquisição de 1.454 microcomputadores. Decidida a distribuição da matéria ao Senador Efraim Moraes, Primeiro-Secretário, para relatar. *Item 3* – Pleito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à Comissão Diretora do Senado Federal e à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para inclusão nas propostas orçamentárias de 2008 de ambas as Casas, os recursos necessários, estimados em R\$ 2,5 milhões, para custear a manutenção da sede do Parlatino no Brasil. Rejeitada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão Diretora, às onze horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu,  (Agaciél da Silva Maia), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, depois de aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 23 de outubro de 2007


Senador TIÃO VIANA
Presidente

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5013 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, tendo em vista o que consta no Processo nº 009091/07-6,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e art. 38, da Lei nº 7.087/82, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a MARIA IZABEL TEODORO CAETANO, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia o pensionista segurado, o ex-servidor JOSÉ CAETANO SOBRINHO, ERGON 2760, a partir de 15/09/2007, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 25 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
PDT – Patrícia Saboya³ *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB – Euclydes Mello ^{1, 2}

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello* ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 ** : Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclydes Mello foi empossado em 30.8.2007.

³ Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 216 PÁGINAS